

relatório e contas | 2004 |





+

04

A **Galp Energia** assume-se como fonte de **energia positiva** para um mundo em constante necessidade de movimento. E é essa energia – assente no trinómio progresso económico / desenvolvimento social / cuidado ambiental e na vontade de melhorar todos os dias – que alimenta as *performances* de excelência que a **Galp Energia** alcançou ao longo dos últimos **4 anos**. *Performances* que se consubstanciam nos resultados... **positivos**.



índice

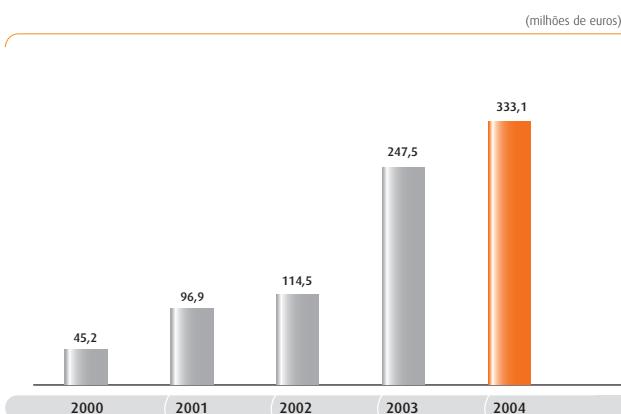
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	9
Comissão Executiva	12
Órgãos Sociais	14
Factos Relevantes	15
1. Principais Indicadores	26
2. Unidades de Negócio	30
2.1. Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística	30
2.2. Retalho	35
2.3. Galp Empresas	39
2.4. Galp Transgás	42
2.5. Galp Gás	45
2.6. Outras Unidades de Negócio	49
3. Suportes para a criação de valor	54
4. Mercados Petrolíferos e do Gás Natural	64
5. Performance Económica e Financeira	70
6. Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Galp Energia	81
7. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício	86
8. Declarações	88
9. Referências Finais	89
10. Proposta de Aplicação de Resultados	90
Anexos	93
Relatório sobre o Governo da Sociedade	94
Contas Consolidadas	111
Contas Individuais	185



mensagem do presidente do conselho de administração

É com satisfação que tornamos público o Relatório de Gestão e Contas de 2004. Com efeito, ele demonstra que se atingiu o quinto ano de crescimento significativo e sustentado dos resultados líquidos consolidados da Galp Energia.

Resultados Líquidos



A Galp Energia vem assim confirmar a melhoria contínua da *performance* da empresa espelhada noutros indicadores económicos e financeiros.

Os resultados obtidos evidenciam a consistência da estratégia seguida pela Galp Energia, em particular desde 2001 e incorporam os benefícios obtidos com a implementação de diversos programas internos fundamentalmente orientados para a aceleração da criação de valor, os quais trouxeram indiscutivelmente uma nova cultura e uma nova forma de trabalhar. Procurou-se implementar o trabalho em rede, com mais comunicação, enfocando as Unidades de Gestão e os colaboradores nos objectivos prioritários.

Saliente-se ainda que estes resultados permitiram ainda acomodar diversas decisões de fecho desfavoráveis, num valor próximo de 58 milhões de euros.

Para além da evolução extremamente favorável de indicadores tão importantes como o volume de negócios, a margem bruta, o EBITDA e o EBIT, registam-se também melhorias significativas no ROE e no ROACE, na dívida bancária e no *debt to equity*.

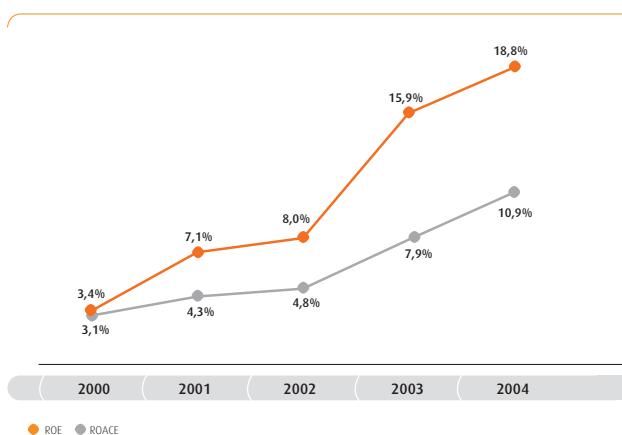
Com efeito, o ROE de 2004 atingiu os 18,8% apresentando um crescimento apreciável (+10,8 p.p em dois anos) e coloca a Galp Energia com um nível de rentabilidade similar ao dos seus *peers*. O ROACE em 2004 cresceu 3,0 p.p, atingiu os 10,9% e foi impulsor não apenas pelos resultados operacionais obtidos mas também pelo esforço levado a cabo de desinvestimentos e racionalização do Capital Empregue. Este nível de ROACE coloca claramente a Galp Energia como empresa criadora de valor, face ao custo de capital típico associado a um negócio *Oil & Gas* (entre 7%-8%).

Demonstração de Resultados Consolidados	2000	2001	2002	2003	2004	Variação 2004/2003		Variação 2004/2000	
						Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	6.780.229	6.880.138	6.911.175	7.413.548	9.258.519	1.844.971	25%	2.478.290	37%
Margem Bruta ^(*)	1.178.911	1.074.932	1.135.452	1.243.386	1.525.172	281.786	23%	346.261	29%
FSE's	394.203	407.631	419.116	391.805	437.258	45.453	12%	43.055	11%
Custos com Pessoal	216.505	211.676	216.539	225.752	255.073	29.321	13%	38.568	18%
Outros Custos Operacionais	91.704	23.076	30.642	51.276	69.342	18.066	35%	-22.362	-24%
Outros Proveitos Operacionais	117.434	75.914	63.832	74.638	68.219	-6.419	-9%	-49.215	-42%
EBITDA	593.933	508.463	532.987	649.191	831.718	182.527	28%	237.785	40%
Amortizações e Provisões	374.937	362.219	323.615	314.681	392.911	78.230	25%	17.974	5%
EBIT	218.996	146.244	209.372	334.510	438.807	104.297	31%	219.811	100%
Resultados Financeiros	-75.656	-70.131	-56.607	-20.912	-29.781	-8.869	42%	45.875	-61%
Resultados Extraordinários	-82.481	66.217	-12.946	55.502	40.579	-14.923	-27%	123.060	-149%
Interesses Minoritários	-888	2.216	4.336	-2.995	-4.625	-1.630	54%	-3.737	421%
Resultados Antes de Impostos	61.747	140.114	135.483	366.105	444.980	78.875	22%	383.233	621%
Imposto sobre Rendimento	16.592	43.261	20.962	118.659	111.916	-6.743	-6%	95.324	575%
Resultados Líquidos	45.155	96.853	114.521	247.446	333.064	85.618	35%	287.909	638%

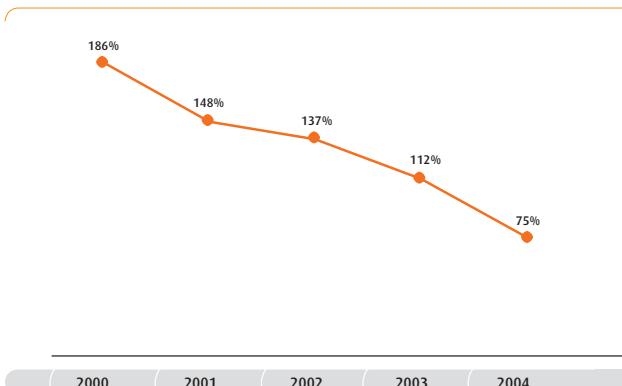
^(*) Incluindo prestação de serviços



Indicadores de Rentabilidade

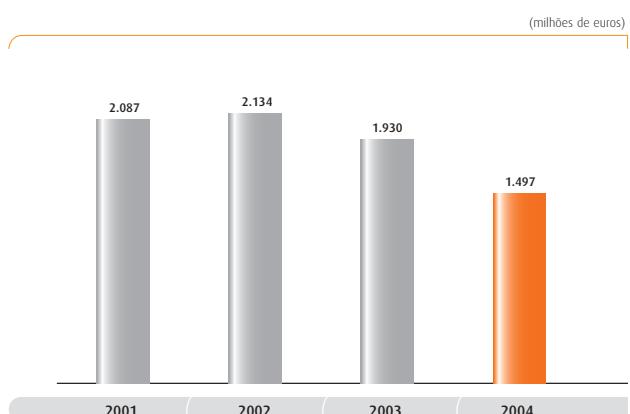


Debt to Equity



Por outro lado, a boa *performance* económica permitiu gerar *cash flows* significativos que foram aplicados na redução da dívida.

Dívida Líquida Bancária



O rácio *debt to equity* tem vindo a reduzir sustentadamente (diminuição de 37 p.p face a 2003) colocando a Galp Energia num nível em que a dívida líquida bancária é inferior ao capital próprio. Este indicador permite enquadrar a via da alavancagem financeira como suporte ao crescimento da empresa nos próximos anos.

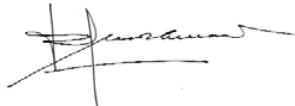
Os Resultados obtidos espelham-se ainda na reputação e do nível de notoriedade da Galp Energia em Portugal e em Espanha e demonstram o seu importante papel no sector energético e empresarial português.

Os Resultados de 2004 são tanto mais importantes, quanto foram alcançados num cenário de incerteza quanto ao enquadramento da Galp Energia no sector energético nacional e ibérico, o que evidencia o elevado enfoque de toda a organização na obtenção de resultados superiores, demonstrando a importância das opções estratégicas e de gestão tomadas durante o mandato do Conselho de Administração que agora termina e no qual queria destacar o papel dos administradores executivos, em particular dos seus dois Presidentes Executivos, Dr. António Mexia e Eng. Mário de Abreu.



mensagem do presidente do conselho de administração

O Presidente do Conselho de Administração
Eng. Joaquim Ferreira do Amaral



Repare-se que durante o ano de 2004 a Galp foi especialmente afectada pelas hesitações quanto ao seu próprio futuro. A chamada "reestruturação do sector energético" prolongou-se durante todo o ano, sem conclusão final como é sabido, e isso constituiu uma dificuldade objectiva e muito substancial que foi necessário enfrentar e vencer. Acresce que durante o ano de 2004 foi necessário proceder à substituição do próprio CEO da Companhia.

Para 2005 apenas podemos desejar que se concretize um enquadramento do sector mais claro e objectivo que permita à empresa trabalhar num quadro de estabilidade para a definição de um novo ciclo de grandes desafios estratégicos, designadamente o da diversificação do portfolio de negócios e dos mercados num cenário de progressiva liberalização e concorrência.

Por fim é de inteira justiça, expressar o reconhecimento a todos os trabalhadores da Galp Energia pelo esforço e dedicação demonstrados, essencial para os resultados obtidos, e os votos e também a certeza de que continuarão a ser o pilar dos futuros sucessos.



mensagem do presidente da comissão executiva

Antes dos breves comentários que irei fazer sobre o exercício de 2004 julgo de justiça evocar o Dr. António Mexia, meu predecessor no cargo que presentemente exerce, que deixou a Administração para exercer funções no Governo. Importa recordá-lo aqui pois que o desempenho da Empresa a que me irei referir decorreu, em grande parte, sob sua orientação, a qual dispensa os meus encómosos pois eles estão implícitos nos resultados que o presente relatório descreve.

O exercício de 2004 deu continuidade a um período de bons resultados, para o que todos os segmentos de negócio da Galp Energia têm vindo a contribuir.

Em 2004 os negócios da Galp Energia geraram 229 milhões de euros de valor acrescentado, medido através do CVA - *Cash Value Added*, para um Capital Empregue Bruto agregado de 6.914 milhões de euros, considerando um custo de capital (WACC) de 7,4%. Mesmo a refinação que, sendo uma área de capital intensivo para a qual a avaliação em termos de CVA é muito exigente, obteve o valor de 95 milhões de euros. De resto, obtiveram-se valores positivos em todas as actividades. Também a área de negócio do Gás Natural, projecto recente que exigiu investimentos estruturantes muito vultosos, conseguiu um valor positivo de 47 milhões de euros. Ou seja, podem todos os colaboradores da Empresa ter a satisfação de verificar que contribuímos muito positivamente para a comunidade, rendibilizando adequadamente os activos que temos a responsabilidade de gerir.

Os resultados conseguidos devem-se, parcialmente, a uma situação favorável do mercado internacional do petróleo. Após um extenso período de margens de refinação medianas em que quase se estabilizou a capacidade agregada de refinação mundial - tendo-se até reduzido significativamente em algumas

áreas na procura de melhor rendibilização dos activos - atingiu-se a situação actual que aparenta ser de equilíbrio entre uma procura crescente de produtos e uma estável e rígida oferta de capacidade de refinação. Acrescem, como factor agravante, maiores exigências na qualidade dos produtos no que respeita o teor de enxofre. Simultaneamente, depara-se-nos um mercado de petróleo bruto também com sinais de não ter oferta com a tradicional flexibilidade em relação à procura, circunstância que lhe tem conferido grande volatilidade e persistente valorização. Tendo-se mantido esta situação por um período que já excede um ano, começa a definir-se como estrutural, contrariando o que, no início da sua eclosão, os especialistas auguravam. Isto é, será de admitir que o médio prazo venha a conferir, com alguma continuidade, bons resultados à actividade industrial.

No entanto, os resultados da Empresa, que este ano ultrapassaram os 333 milhões de euros, apenas parcialmente se podem justificar pelas condições do mercado internacional. Com efeito, se aplicarmos à actividade de 2004 os preços e margens do orçamento, onde foi adoptado um enquadramento histórico (*mid cycle*), encontramos um resultado 31% inferior ao que foi apurado. Será, portanto, apenas esta a contribuição que deve atribuir-se à conjuntura favorável de preços internacionais.

Efectivamente, no exercício de 2004 colheram-se os benefícios de um período em que se desenvolveu grande esforço no sentido de criar um sistema de gestão rigoroso e responsabilizador. Começando na actividade industrial, onde se conseguiram máximos históricos de produção e rendimento das unidades das Refinarias, no Retalho em que se aumentou a rendibilidade dos activos, na expansão e progressos nas vendas às Empresas e, finalmente, no Gás Natural onde se conseguiu, pela primeira vez, ultrapassar um volume de vendas de 4 mil milhões de m³.



mensagem do presidente da comissão executiva

Nos capítulos do presente relatório dedicados às diferentes Áreas de Negócio, se fará um relato mais descriptivo do que aqui refiro.

Julgo de assinalar como contributo importante para os resultados conseguidos, a criação e operacionalização de um sistema de indicadores de desempenho (KPI's) que cobre toda a actividade da Galp Energia em grande detalhe. É neste momento constituído por alguns milhares de indicadores, o que atesta a sua abrangência e profundidade.

É também contributo importante para o desempenho da Empresa a adopção nos negócios correntes, de uma prática muito descentralizada, com suporte em grande responsabilização e exigência profissional, sistema que é apoiado pelo recurso a numerosos grupos transversais com capacidade decisória.

Na evocação do exercício de 2004 não poderei omitir, pela sua relevância, o efeito provocado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio, que tinha por objectivo a reestruturação do sector energético e em que era preconizada a desafectação da Galp Energia do sector de actividade do Gás Natural.

O projecto de desenvolvimento da actividade de distribuição e comercialização de Gás Natural terá sido um dos mais vultosos e complexos que se realizaram no nosso país e, em face do sucesso que teve, é motivo de natural orgulho para todos nós. Foi a referida decisão um desapontamento, pois considerámos que a Galp Energia assim amputada iria perder a sua vocação de operadora do mercado da energia e, portanto, perder as vantagens dessa condição. O desempenho conseguido bem atesta

que este contratempo não logrou desmotivar a Galp Energia, tendo prosseguido a gestão do negócio sem desfalecimento.

A oposição da União Europeia ao modelo de reestruturação preconizado, veio devolver à Empresa a sua integralidade, que espero seja conservada, pois me parece ser positiva para a Empresa e para a comunidade.

Facto significativo que será de aqui registar, foi o de que à Galp Energia, pela primeira vez, lhe foi outorgado o papel de operador numa concessão petrolífera que foi adjudicada num concurso internacional realizado no Brasil. É uma experiência que irá, no futuro, permitir maior ambição neste domínio.

No Verão de 2004 ocorreu um acidente numa obra que se realizava no Terminal de Leixões que, embora de reduzidas consequências materiais directas, teve amplo tratamento nos órgãos de comunicação social. Os termos em que foi relatado e a importância que lhe foi atribuída por alguns sectores, determinaram a realização de um inquérito liderado pelo Ministério do Ambiente. As conclusões do inquérito e várias declarações que foram sendo feitas sobre o assunto deram uma imagem pública negativa da Galp Energia, o que constituiu grande contrariedade para todos nós. No aspecto da segurança, a Empresa adopta as práticas correntes da indústria, e a sua actividade industrial tem um registo de accidentalidade que a compara muito favoravelmente com os seus pares em outros países. No entanto, em vista do sucedido, a Comissão Executiva deliberou envolver toda a Empresa num plano de segurança decididamente ambicioso, com vista a transformar-nos em referência europeia da indústria do petróleo e do gás. Este plano está em pleno desenvolvimento com o apoio de duas empresas internacionais de consultoria,

O Presidente da Comissão Executiva
Eng. Mário Abreu

Mário Abreu



especializadas nesta matéria, e tem merecido o acolhimento empenhado de todos os que nele têm vindo a ser envolvidos, o que legitima a previsão de que iremos atingir o objectivo que nos propusemos.

Para concluir estes comentários, duas referências que importa salientar: à situação financeira da Empresa que, paralelamente à restante evolução da actividade, apresenta rácios muito favoráveis, e à excelente imagem comercial e corporativa que sucessivos inquéritos de opinião nos atribuem. São estas condições que irão seguramente contribuir para o sucesso de projectos que se queiram empreender.

Em suma, sentimo-nos uma Empresa com sucesso nos dois espaços em que operamos e que consideramos a nossa vocação: o espaço ibérico e o espaço da energia, onde temos capacidade e dinâmica para continuar com êxito.

O espaço ibérico contém um amplo mercado de energia em expansão que é para nós uma oportunidade óbvia, e a energia no seu sentido lato, é o negócio que sabemos gerir e desenvolver.

A energia é o negócio onde estamos, desejamos continuar a estar e onde demonstrámos que estamos bem.



comissão executiva



Em cima da esquerda para a direita:
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Camillo Gloria
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Em baixo da esquerda para a direita:
Eng. Giancarlo Rossi
Dra. Ana Maria Machado Fernandes
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu



órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2004 a composição dos Órgãos Sociais da Galp Energia, para o mandato 2002-2004, era a seguinte:

■ Mesa da Assembleia Geral ■

Presidente	Dr. João António de Moraes Silva Leitão
Vice-Presidente	Dr. Victor Manuel Pereira Dias
Secretário	Dr. Luís Miguel Pires Costa

■ Fiscal Único ■

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC S.A. inscrita na OROC com o n.º 43, representada por António Marques Dias, inscrito na OROC com o n.º 562;
Suplente	Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, residente na Praceta Miguel Torga, n.º 5, 1.º Esquerdo, em Setúbal, ROC 992

■ Conselho de Administração ■

Presidente	Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Vice-Presidentes	Eng. Mário Manuel Machado de Abreu ⁽¹⁾ Eng. Giancarlo Rossi
Vogais	Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque Dra. Ana Maria Machado Fernandes ⁽²⁾ Eng. Camillo Gloria Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Dr. Federico Ermoli Dr. Angelo Taraborrelli Eng. Giorgio Puce Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura ⁽³⁾

■ Secretário da Sociedade ■

Efectivo	Dr. Luís Miguel Pires Costa
Suplente	Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

■ Comissão de Vencimentos ■

Presidente	Estado Português, representada pelo Dr. José Salvado Mesquita
	ENI, representada por Dr. Giancarlo Cepollaro
	EDP, representada pelo Eng. António Pita de Abreu.

■ Comissão Executiva ■

Presidente	Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Vogais	Eng. Giancarlo Rossi
	Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
	Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
	Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
	Dra. Ana Maria Machado Fernandes
	Eng. Camillo Gloria ⁽⁴⁾

(1) Designado Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva em reunião do Conselho de Administração de 24 de Agosto de 2004, em substituição do Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia.

(2) Cooptada e designada membro da Comissão Executiva em reunião do Conselho de Administração de 24 de Agosto de 2004, para o preenchimento do lugar deixado vago na sequência da renúncia do Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia.

(3) Cooptado em reunião do Conselho de Administração de 23 de Dezembro de 2004, em substituição de D. José Luís del Valle Doblado.

(4) Designado membro da Comissão Executiva em reunião do Conselho de Administração de 23 de Dezembro de 2004, em substituição do Dr. Federico Ermoli que passou na mesma data a Administrador não executivo.



factos relevantes do sector energético ocorridos em 2004

Comércio de Emissões

Decreto-Lei n.º 233/2004 de 14 de Dezembro - Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, transpondo para a ordem interna a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004 de 31 de Dezembro.

Política Energética

Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2004 de 29 de Novembro - Aprova o Programa de Actuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo.

Acidente no Terminal Petroleiro de Leixões em 31 de Julho de 2004 no decurso de obras de substituição dos *pipelines* que o ligam à Refinaria de Matosinhos.

Despacho Conjunto dos Ministros de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, da Administração Interna, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente e do Ordenamento do Território n.º 532/2004 de 3 de Agosto (II série, DR n.º 201 de 26 de Agosto) - *“Cria uma Comissão de Averiguações com vista a determinar as causas e a apurar as eventuais responsabilidades do acidente de obra ocorrido na refinaria da Petrogal em Matosinhos em 31 de Julho de 2004.”*

A 2 de Setembro de 2004, foi entregue ao Governo o Relatório da Comissão de Averiguações.

A 20 de Setembro de 2004, a Galp Energia remeteu ao Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Ministro do Estado e das Actividades Económicas e do Trabalho os Comentários da Galp Energia ao Relatório da Comissão de Averiguações de 2 de Setembro de 2004 e o Relatório Interno da Comissão de Inquérito da Galp Energia.

Reservas de Produtos Petrolíferos

Decreto-Lei n.º 71/2004 de 25 de Março - Altera o Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro (estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo), permitindo alargar a capacidade de armazenagem de produtos de petróleo com recurso à constituição de reservas em países comunitários.

Portaria n.º 517/2004 de 20 de Maio - Define o regime de constituição e manutenção de reservas de segurança de produtos petrolíferos e fixa a quantidade mínima dessas reservas.

Liberização dos Combustíveis Líquidos

A 1 de Janeiro de 2004 entrou em vigor a liberalização dos combustíveis líquidos aprovada pela Portaria n.º 1423-F/2003 de 31 de Dezembro.

Impugnação Judicial de Deliberações da Assembleia Geral da Galp Energia

A Iberdrola interpôs uma acção no Tribunal de Comércio de Lisboa, pedindo a nulidade/anulação das deliberações relativas ao ponto sobre a reestruturação do sector energético tomadas na Assembleia Geral de 28 de Novembro de 2003.

Em Fevereiro de 2004, a Galp Energia foi notificada da desistência do pedido de acção intentada pela Iberdrola.

Acordos entre Accionistas

Em 6 de Fevereiro de 2004, foi anunciado pelo Ministério da Economia, em Nota à comunicação social a conclusão de um acordo com a ENI, nos seguintes termos:

"

1. A EDP, ENI e REN tomam o negócio do gás natural da GALP (GDP) por aquisição ou cisão. A entrada directa destas empresas no negócio do gás natural deverá ser realizada com base no valor de referência de 1.200 milhões de euros atribuído à totalidade dos activos do gás, incluindo os activos regulados que venham a ser transferidos para a REN.

2. Procede-se então ao destaque dos activos de transporte de gás, incorporados pela REN que, assim, sai da estrutura accionista da GDP. Os activos a incorporar na REN serão os que resultarem do quadro regulatório definido pelo Governo, ouvidas a ERSE e a Autoridade da Concorrência.

3. A EDP (51%) e a ENI (49%) passam a ser os únicos detentores da GDP (já sem os activos regulados).

4. O Estado e a ENI acordam a saída da ENI da área do petróleo, através da venda à Parpública da sua participação remanescente na GALP, sendo o pagamento respectivo efectuado até dois anos. Nesse prazo, a Parpública alienará aquela participação a entidade(s) privada(s).

Este acordo é acompanhado de outro entre a EDP e a ENI relativo às transacções que as envolvem. Os presentes acordos darão lugar a contratos a celebrar até 31 de Março de 2004 sobre as transacções concretas que os consubstanciam.

A execução das transacções acordadas implicará a extinção do contencioso entre a Galp e a ENI."

Alterações na Estrutura Accionista da Galp Energia

Durante o exercício de 2004 a Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. adquiriu ao Estado 5.774.401 acções da Galp Energia, pelo que a participação social da Parpública passou a ser representada por 7.015.175 acções, correspondente a 4,2298% do capital da sociedade.

Principais Aquisições/Alienações de Participações Financeiras

- A Galp Energia constituiu, através da sua participada Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. uma nova sociedade denominada Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S. A., com o capital social de 50.000 euros, destinada ao desenvolvimento do negócio de distribuição, armazenagem, transporte e comercialização no território nacional de gasóleo e outros derivados do petróleo.
- A Galp Energia Espanha procedeu à aquisição do negócio da BP Enérica em Espanha através da aquisição de 602 acções de valor nominal de 100 euros da Serviexpress Petrogal Distribución, S. A., Unipersonal, correspondente a 100% do respectivo capital social, empresa que desenvolve o negócio de distribuição directa de gasóleo em Espanha.
- A Galp Energia adquiriu à sua participada Galp Power a participação de 100% do capital social da Porten - Portugal Energia, S.A. com o capital social de 1.500.000 euros, pelo valor de 236.883,66 euros.
- A Galp Energia, bem como os restantes accionistas, alienou as 5 mil acções que detinha na HARII - Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, S.G.P.S., S.A., pelo valor de 250 euros à Fundação S. José, pertencente à Diocese de Baucau, Timor Leste.
- A Galp Energia, através da sua participada Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquiriu a empresa Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda, com o capital social de 5.000 euros, tendo por objecto a actividade de *shipping*, pelo montante de 50.000 euros.

■ **Acordo de Parceria Estratégica com a ENI ■**

O Conselho de Administração na reunião de 9 de Junho de 2004 deliberou aprovar a celebração de um "Waiver Agreement" ao Acordo de Parceria Estratégica entre a Galp Energia e a ENI, tendo em consideração o interesse manifestado quer pela Galp Energia quer pela ENI em participar no negócio da rede da Shell, em Espanha, abrindo, assim, uma excepção ao Acordo de Parceria Estratégico em vigor.

■ **Reestruturação do Sector Energético (RSE) ■**

Deliberações da Assembleia Geral da Galp Energia de 30 de Março de 2004

No âmbito do Plano de Reestruturação do Sector Energético Português tal como genericamente definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003 de 10 de Maio, a Assembleia Geral da Galp Energia realizada no dia 30 de Março de 2004 aprovou as seguintes deliberações:

1. Aprovação dos pressupostos e *lay-out* geral das operações de separação dos negócios do Gás Natural da Galp Energia, na sequência do Acordo de Accionistas;
2. Aprovação do cumprimentos dos termos e condições definidos no Acordo de Accionistas/proposta nos seguintes termos:
 - a. Aprovação da adopção pela Galp Energia das medidas necessárias com vista a que seja concentrada na GDP a totalidade das participações detidas pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. na Setgás e Lusitanigás;
 - b. Aprovação da adopção pela Galp Energia das medidas necessárias com vista a que a GDP venha a transmitir à IBERDROLA a totalidade da participação por ela detida na Beiragás (58,8%) e Tagusgás (40,9%), pelo preço acordado entre as partes tendo em consideração a valorização total da Galp Energia que esteve na base do apuramento do valor da participação detida pela IBERDROLA no respectivo capital e a valorização total da GDP em 1.200.000.000,00 euros;

- c. Aprovação da transmissão da totalidade da participação detida pela Galp Energia no capital social da GDP, mediante a celebração até 31 de Março de 2004, de contratos de compra e venda de ações representativas de 33,33% à ENI, de 33,33% à REN e 33,34% à EDP, sendo o prazo limite para a transmissão das ações o dia 31 de Dezembro de 2004, pelo preço de 400.000.000,00 euros a pagar por cada uma das aquisições, considerando o valor dos negócios do gás da Galp Energia avaliado em 1.200.000.000,00 euros, sendo a contrapartida a pagar pela ENI paga pela cessão a favor da Galp Energia de parte do crédito de que se tornará titular sobre a PARPÚBLICA por força da alienação a esta da participação detida pela ENI no capital social da Galp Energia; a contrapartida a pagar pela EDP e pela REN será paga em dinheiro na data de transmissão das ações;
- d. Aprovação da revogação por mútuo acordo dos acordos de parceria estratégica celebrados pela Galp Energia e ou suas subsidiárias com a ENI e a IBERDROLA, na sequência da saída destas do capital da Galp Energia;
- e. Aprovação de um acordo de transação a celebrar entre a Galp Energia e a ENI, pelo qual seja dado por encerrado o pré-litígio entre as duas sociedades com a consequente extinção de quaisquer pedidos ou reclamações ao mesmo associados.

3. Aquisição pela Galp Energia de ações próprias representativas de 4% do capital social da sociedade, à IBERDROLA, pelo preço de 126.000.000,00 euros.

Alteração das Participações dos Accionistas Iberdola e ENI à PARPÚBLICA

No âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização da Galp Energia aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2000 de 1 de Março e Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2000 de 16 de Março, o Governo autorizou, através do Despacho Conjunto n.º 190-A/2004 de 30 de Março, as transmissões pela Iberdrola à Galp Energia e pela ENI à Parpública da totalidade das participações detidas pela Iberdrola e pela ENI no capital social da Galp, ficando a Parpública autorizada a iniciar o processo tendente à alienação das ações representativas de uma participação não inferior a 33,34% do capital social da Galp através de um procedimento de negociação particular nos termos da legislação aplicável a processos de reprivatização.

Contrato de Compra e Venda de Acções da GDP

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Galp Energia de 30 de Março de 2004, no dia 31 de Março foi celebrado entre a Galp Energia, por um lado, e a EDP, ENI e REN, por outro, o Contrato de Compra e Venda de Acções da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. detidas pela Galp Energia representativas da totalidade do capital social, de 33,33% à ENI, de 33,33% à REN e 33,34% à EDP, sendo o prazo limite para a transmissão das acções o dia 31 de Dezembro de 2004, pelo preço de 400.000.000,00 euros. Os efeitos do referido contrato ficaram condicionados à aprovação da Autoridade da Concorrência e da Comissão Europeia.

Due Dilligence Acções Tagusgás e Beiragás

Na sequência do acordo estabelecido entre o Estado Português e a Iberdrola em 13 de Fevereiro de 2004 para a transmissão à Iberdrola da totalidade da participação detida pela Galp Energia na Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. (58,8%) e Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. (40,9%), de Março a Maio de 2004 decorreu a *due diligence* daquelas empresas.

Não tendo sido possível encontrar um consenso entre a Iberdrola e o Estado e os futuros accionistas da GDP (EDP, ENI e REN) quanto à avaliação das duas distribuidoras, foi activado o mecanismo de resolução de impasses previsto no acordo acima referido que previa a contratação de um banco de investimentos para realizar a avaliação dos activos das empresas. O banco escolhido foi o BNP Paribas, tendo sido reiniciado no mês de Outubro de 2004 um novo processo de *due diligence* das distribuidoras para esse efeito.

Due Dilligence Petrocer

Na sequência do Despacho Conjunto n.º 190-A/2004 de 30 de Março, a Parpública deu início ao procedimento de negociação particular tendente à alienação das acções representativas de uma participação não inferior a 33,34% do capital social da Galp, tendo o respectivo processo de *due diligence* decorrido por um período de 60 dias que teve início a 18 de Outubro de 2004.

Decisão da Comissão Europeia

A Comissão Europeia, com base na notificação recebida a 9 de Julho de 2004, decidiu, a 9 de Dezembro de 2004, que a aquisição por parte da EDP e ENI do controlo da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. constitui uma concentração incompatível com as regras de mer-

cado, pelo facto da operação proposta reforçar a posição dominante da EDP no mercado.

Decisão da Comissão Executiva da Galp Energia de 16 de Dezembro de 2004

A Comissão Executiva, na reunião de 16 de Dezembro de 2004, aprovou por unanimidade:

- a) Suspender de imediato o processo interno de *demerge*, considerando a incerteza quanto aos desenvolvimentos futuros dos acordos entre accionistas e os riscos para a gestão interna, designadamente, dos processos de negócio e de gestão dos recursos humanos, e as conversações mantidas com os compradores no âmbito do Anexo 7.3 do Contrato de Compra e Venda da GDP;
- b) Suspender de imediato o processo de *due diligence* da Petrocer, considerando a elevadíssima probabilidade de caducidade do contrato que justificou a *due diligence*, bem como a dimensão e profundidade e alta sensibilidade da informação disponibilizada;
- c) Solicitar ao Senhor Presidente do Conselho de Administração que submeta à consideração do Conselho de Administração na reunião agendada para o dia 23 de Dezembro.

Decisão do Conselho de Administração de 23 de Dezembro de 2004

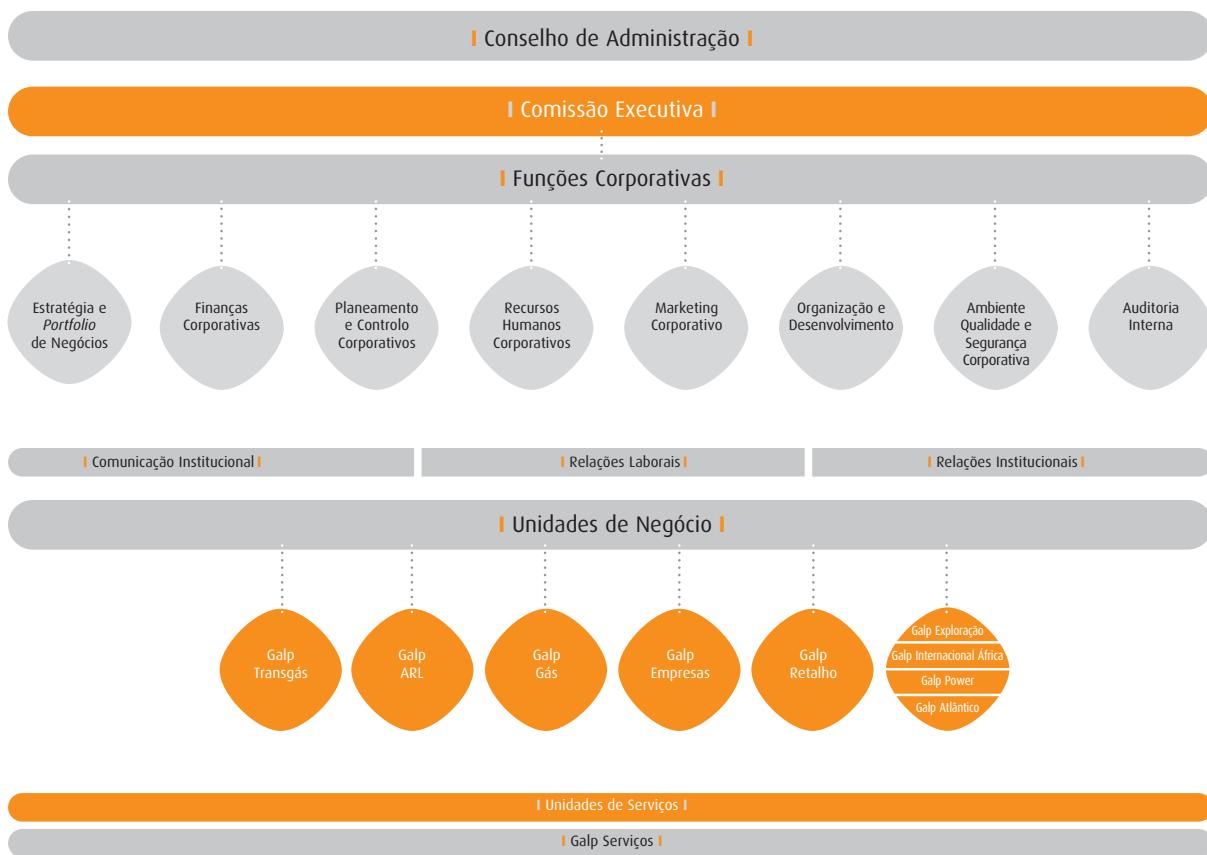
O Conselho de Administração, na reunião de 23 de Dezembro de 2004, deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação da Comissão Executiva quanto à suspensão da *due diligence* da Petrocer, aprovada na reunião de 16 de Dezembro e reiterada na sua reunião de 22 de Dezembro, e mandatar o Eng. Joaquim Ferreira do Amaral, Presidente do Conselho de Administração, para esclarecer e confirmar a situação junto dos accionistas, retomando, se for caso disso, a *due diligence*, devendo em caso contrário dar conhecimento à Comissão Executiva do encerramento definitivo da mesma a 31 de Dezembro de 2004.

Até à presente data, o Presidente do Conselho de Administração não recebeu qualquer resposta dos accionistas Estado e ENI sobre o assunto.

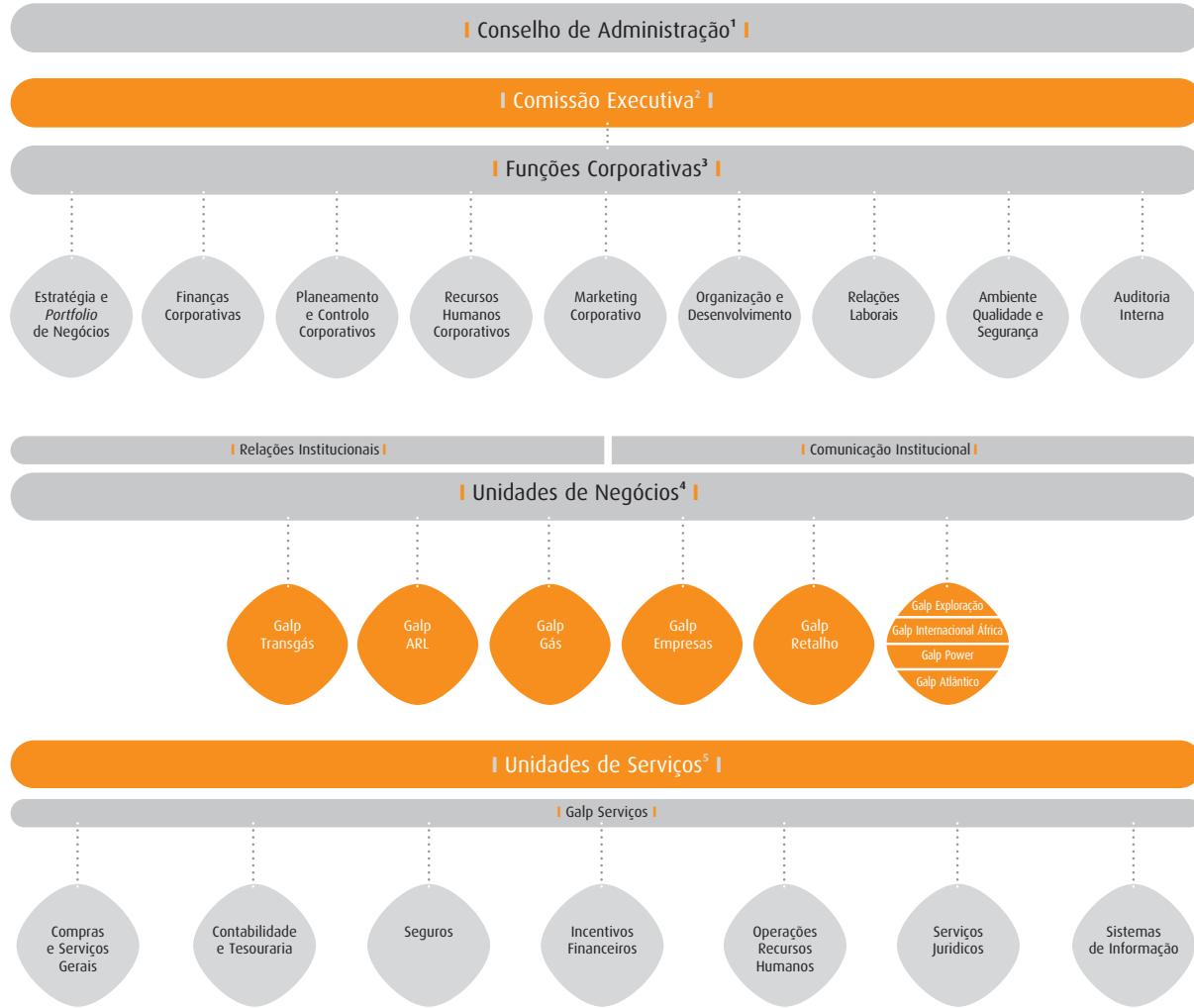
■ Orgânica e Modelo de Governo ■

Em 2004 a Galp Energia consolidou a nova organização funcional adoptada em 2002, assente nos princípios de horizontalidade, flexibilidade, simplicidade e eficácia, delegação de responsabilidade e desenvolvimento de competências.

■ Modelo Organizacional ■



■ Modelo de Governo ■



(1) Define a Visão, a Missão e os Valores | Define Estratégia e o *Portfolio* de Negócios (core vs non, core business, M&A, Alianças e Parcerias) | Aprova a estratégia e estabelece os objectivos de criação de valor do conjunto dos negócios | Define o enquadramento organizativo e societário e aprova investimentos de elevado montante ou risco. |

(2) Aprova a estratégia, estabelece os objectivos de criação de valor e desafia a *performance* das UN | Promove a captura de sinergias entre UN | Aloca os recursos chave (plano de investimentos, política financeira, RHT) | Gere os Recursos Humanos de Topo | Define a estratégia da Marca | Estabelece objectivos de criação de valor para cada negócio | Controlo o cumprimento dos objectivos fixados | Define políticas transversais do Grupo. |

(3) Apoiam CE/CA na definição da estratégia corporativa e na gestão dos Recursos-Chave | Propõem políticas transversais do Grupo (Marca, RH, Finanças, Organização, Planeamento, etc) |

(4) Define a estratégia da UN (depende de aprovação da CE/CA da Galp Energia) | Gestão dos recursos necessários à implementação da estratégia | Responsáveis por atingirem os resultados acordados com o CA | Cada UN é responsável pelo respectivo P&L. |

(5) Prestação de serviços às UN e funções corporativas em condições competitivas de preço e de nível de serviço. |

O Conselho de Administração da Galp Energia, em reunião de 9 de Junho de 2004, deliberou proceder à alteração do Modelo de Governance e da delegação de poderes aprovados na reunião do Conselho de Administração de 23 de Maio de 2002, em particular no que respeita à idêntica composição da Comissão Executiva da Galp Energia e dos Conselhos de Administração das sociedades Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., Transgás, S.G.P.S., S.A. e Galp Energia España, S.A..

Considerando as deliberações da Assembleia Geral de 30 de Março de 2004 sobre o processo de Reestruturação do Sector Energético e a necessidade de conferir progressivamente maior autonomia ao Grupo GDP, sem prejuízo de manter a unidade e a coerência dos sistemas de normas e de gestão da Galp Energia, o Conselho de Administração decidiu redefinir a composição dos Conselhos de Administração da GDP, S.G.P.S., S.A. e da Transgás, S.G.P.S., S.A. e as respectivas competências.

O Conselho de Administração definiu que as competências delegadas pelo Conselho de Administração da Galp Energia na Comissão Executiva por deliberação de 23 de Maio de 2002 deveriam considerar-se feitas ao Conselho de Administração da GDP S.G.P.S., S.A. em tudo o que respeita ao negócio do gás e empresas participadas, passando o mesmo a reportar directamente ao Conselho de Administração da Galp Energia.

Mantém-se em vigor na GDP S.G.P.S., S.A. e nas respectivas empresas participadas todas as normas em vigor na Galp Energia, S.G.P.S., S.A., designadamente, a Norma Orgânica - Níveis de Competência, bem como o respectivo plano e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Entretanto, já em 2005, na sequência da não concretização do processo de Reestruturação do Sector Energético no que respeita à saída do Grupo GDP da Galp Energia, e da alteração das composições da Comissão Executiva da Galp Energia e do Conselho de Administração da GDP, este decidiu alinhar o seu funcionamento com aquela atribuindo funções executivas na GDP aos administradores da Galp com competências no negócio do Gás Natural.

De acordo com o modelo de governo em vigor, cabe ao Conselho de Administração da Galp Energia, a decisão sobre as matérias de gestão consideradas de maior importância e impacto para a sociedade e para o Grupo Galp Energia:

- Definir a estratégia e modelo de negócios;
- Definir o enquadramento organizativo e societário;

- Definir a configuração do portfolio de negócios;
- Promover a captura de sinergias entre negócios;
- Aprovar investimentos de elevado montante ou risco;
- Estabelecer objectivos de criação de valor para cada negócio;
- Controlar o cumprimento dos objectivos fixados.

A Comissão Executiva da Galp Energia é o órgão responsável pela gestão corrente da sociedade e do Grupo, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

As Funções Corporativas apoiam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na definição e implementação das políticas de Grupo, na gestão dos recursos corporativos chave e na melhoria da *performance* das Unidades de Negócio e compreendem as áreas da Estratégia e Portfólio de Negócios, Finanças Corporativas, Planeamento e Controlo Corporativos, Recursos Humanos Corporativos, Organização e Desenvolvimento, Marketing Corporativo, Comunicação Institucional, Ambiente Qualidade e Segurança, Auditoria Interna, Relações Laborais e Relações Institucionais.

As Funções Corporativas de Recursos Humanos - Gestão de *Senior Executives*, Ambiente Qualidade e Segurança, Organização e Desenvolvimento - Organização, Comunicação Institucional e Relações Institucionais reportam ao Presidente da Comissão Executiva, Eng. Mário Abreu; as Finanças Corporativas o Planeamento e Controlo Corporativos reportam ao Administrador Executivo, Eng. Giancarlo Rossi; a Gestão de Recursos Humanos e o Marketing Corporativo reportam ao Administrador Executivo Dr. Nuno Moreira da Cruz; a Estratégia e Portfólio de Negócios e o Desenvolvimento Sustentável reportam à Administradora Executiva Dra. Ana Maria Fernandes.

Na sequência da eleição do novo Conselho de Administração para o mandato de 2002-2004 foi tomada a decisão de atribuir ao Presidente a competência pela Auditoria Interna.

As Unidades de Negócio desenvolvem as actividades operacionais dos negócios que integram o *core business* do Grupo: Galp Transgás (aprovisionamento, transporte e venda ao mercado eléctrico e às Distribuidoras Regionais de gás natural), Galp ARL (aprovisionamento, refinação e logística de produtos petrolíferos e petroquímicos), Galp Gás (distribuição de Gás Natural e GPL), Galp Empresas (venda de produtos petrolíferos e gás natural aos grandes Clientes empresariais) e Galp Retalho (venda ao retalho de combustíveis e *non fuel*).

Cada uma das Unidades de Negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão

correntes e operacionais, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela Galp Energia, no âmbito do qual se definem em concreto as orientações estratégicas, os planos de negócio e investimento e os orçamentos anuais.

As Unidades de Negócios são dirigidas pelos seguintes Vogais da Comissão Executiva:

- Galp ARL - Eng. Mário Abreu;
- Galp Transgás - Eng. Camillo Gloria;
- Galp Gás - Dr. Rui Cartaxo;
- Galp Empresas - Eng. Guido Albuquerque;
- Galp Retalho - Dr. Nuno Moreira da Cruz.

A Unidade de Serviços Galp Serviços presta serviços essenciais às actividades do Grupo nas áreas das Compras e Serviços Gerais, Contabilidade e Tesouraria, Seguros, Incentivos Financeiros, Operações de Recursos Humanos, Serviços Gerais, Serviços Jurídicos, Sistemas de Informação e ainda Formação Profissional e Desenvolvimento de Competências.

A Unidade de Serviços é dirigida pelo Administrador Executivo Eng. Giancarlo Rossi.

A organização funcional da Galp Energia comprehende ainda Projectos, que constituem Unidades de Gestão temporárias dedicadas à realização de um objectivo claramente definido como relevante e transversal para o Grupo. Os projectos mais relevantes desenvolvidos durante o ano de 2004 foram o Programa de Redução de Custos (PRC), o *Value Creation Office* (VCO), o Modelo Integrado de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP).

Nas sociedades do Grupo dominadas directa ou indirectamente pela Galp Energia, dependem de aprovação da Administração destas as decisões consideradas fundamentais, designadamente, a definição das seguintes políticas:

- Gestão da Cadeia de Valor;
- Aprovisionamento, Transporte, Armazenagem e Fornecimento de petróleo e gás natural;
- Preços e Tarifas;
- Investimentos;
- Financiamento;
- Marketing, Comunicação e Imagem;
- Ambiente, Qualidade e Segurança;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Sistemas Informação e de Comunicações e Comércio Electrónico;
- Recursos Humanos, incluindo, Política de Desenvolvimento Pessoal e Profissional e Política Remunerativa;
- Seguros;
- Fundos de Pensão;
- Automóvel;
- *Outsourcing*.



O nosso conforto
vai fazer parte da sua família

gás **conforto**
canalizado



galp gás
energia



relatório de gestão

+

10,8

O ROE de 2004 atingiu os 18,8% apresentando um crescimento apreciável (**+10,8** p.p em dois anos) e coloca a Galp Energia com um nível de rentabilidade similar ao dos seus *peers*.



1. principais indicadores consolidados

1.1. Indicadores Económicos e Financeiros

Indicador	2002	2003	2004	(milhares de euros)
Volume de negócios consolidado	6.911.175	7.413.548	9.258.519	
EBITDA ¹	532.987	649.191	831.718	
EBITDA ajustado ²	578.816	691.732	872.194	
Margem de EBITDA ³	10,7%	12,2%	12,0%	
Margem de EBITDA ajustada ⁴	11,7%	13,0%	12,6%	
EBIT ⁵	209.372	334.510	438.807	
EBIT ajustado ⁶	255.201	377.051	479.283	
Margem de EBIT ajustada ⁷	5,1%	7,1%	6,9%	
Resultado Líquido	114.521	247.446	333.064	
Cash Flow ⁸	395.515	494.278	690.321	
Cash Flow ajustado ⁹	390.341	462.978	686.428	
ROA após impostos ¹⁰	2,4%	3,7%	5,2%	
ROE ¹¹	8,0%	15,9%	18,8%	
ROE ajustado ¹²	10,3%	13,9%	18,6%	
ROACE ¹³	4,8%	7,9%	10,9%	
ROACE ajustado ¹⁴	5,7%	7,0%	10,8%	
Capital Empregue Médio ¹⁵	3.472.041	3.516.032	3.425.336	
Dívida Líquida Média ¹⁶	2.038.294	1.960.162	1.656.079	
Capital Próprio Médio ¹⁷	1.433.747	1.555.870	1.769.257	
Necessidades de Financiamento ¹⁸	-6.651	204.092	432.943	
Dívida Líquida / EBITDA ¹⁹	3,8x	2,9x	1,7x	
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	3,5x	2,7x	1,6x	
EBITDA / Juros Líquidos ²⁰	7,8x	14,2x	18,5x	
EBITDA ajustado / Juros Líquidos	8,5x	15,2x	19,4x	
Gearing ²¹	57,9%	52,8%	42,9%	
Debt to equity ²²	137,3%	111,9%	75,1%	
Autonomia Financeira ²³	25,1%	27,6%	31,1%	

Fórmulas de cálculo

- (1) Resultados Operacionais + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões
- (2) Resultados Operacionais (Lifo) + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões + Equivalência patrimonial (sobre EBIT) gasodutos estrangeiros e CLH
- (3) EBITDA / Volume de negócios excluindo ISP
- (4) EBITDA ajustado / Volume de negócios excluindo ISP
- (5) Resultados Operacionais
- (6) Resultados Operacionais (Lifo) + Equivalência patrimonial (sobre EBIT) gasodutos estrangeiros e CLH
- (7) EBIT ajustado / Volume de negócios excluindo ISP
- (8) Resultados Líquidos + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Variação de Provisões
- (9) Resultados Líquidos (Lifo) + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Variação de Provisões - Mais valias
- (10) EBIT * (1 - taxa de IRC) / Ativo Líquido Médio
- (11) Resultado Líquido / Capital Próprio Médio
- (12) (Resultado Líquido (Lifo) - Mais valias + Provisões p/ reestruturação) / Capital Próprio Médio
- (13) [Resultado Líquido + Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial * (1- taxa de IRC)] / Capital Empregue Médio
- (14) [Resultado Líquido (Lifo) - Mais valias + Provisões p/ reestruturação + Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial * (1- taxa de IRC)] / Capital Empregue Médio
- (15) [Capital Próprio + Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Acionistas Líquidos (* - Disponibilidades] a valores médios
- (16) (Dívida Líquida ano n-1 + Dívida Líquida ano n) / 2
- (17) (Capital Próprio ano n-1 + Capital Próprio ano n) / 2
- (18) Resultado Líquido + Amortizações do Exercício + Variação de Imobilizado + Investimento em Fundo de Maneio (inclui suprimentos)
- (19) Dívida Líquida / EBITDA
- (20) Juros Líquidos = Juros pagos (empresas do grupo e associadas + outros) - Juros recebidos (empresas do grupo e associadas + outros)
- (21) (Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Acionistas Líquidos (* - Disponibilidades) / Capital Empregue com Interesses Minoritários
- (22) (Dívida Bancária + Suprimentos e Empréstimos Acionistas Líquidos (* - Disponibilidades) / Capital Próprio com Interesses Minoritários
- (23) Capital Próprio com Interesses Minoritários / Ativo Líquido

(*) - Accionistas Passivo (Empréstimos e Suprimentos) - Imobilizado Financeiro (Empréstimos) - Accionistas Activo (Empréstimos e Suprimentos)



1.2. Indicadores Operacionais

	2000	2001	2002	2003	2004
Vendas de produtos petrolíferos ^(*) (milhões de tons)	7,3	7,1	6,9	6,9	7,3
Vendas Totais Gás Natural (milhões de m ³)	2.243	2.485	3.005	3.443	4.015
Carteira de Clientes (n.º)					
GN (Industrial) ^(**)	171	199	223	232	229
Clientes Distribuição GN	473	573	671	758	819
Fast Galp Ibéricos (cartões activos)	859	953	1.030	1.174	1.271
Galp Frota (Ibéricos)	250	276	252	297	317
GPL Domésticos Ibéricos (estimativa)	1.900	1.850	1.700	1.700	1.700
GPL Industria/Comércio/Serviços (estimativa)	4.273	4.310	4.770	4.600	4.550
Retalho Mercado Ibérico					
Número de postos rodovia	1.284	1.261	1.128	1.090	1.094
Volume de vendas (milhares de m ³)	3.078	3.196	3.119	3.134	3.262
Venda Média por Posto Abastecimento (Continente) (milhões de lt)	2,4	2,5	2,8	2,9	3,0
Matéria Prima Tratada nas Refinarias (milhões de tons)	12,5	13,3	13,0	13,7	13,6
Extensão da Rede de Gás Natural (km)	7.506	8.743	9.789	10.764	11.707
Transporte	1.293	1.309	1.317	1.405	1.431
Distribuição	6.213	7.434	8.472	9.359	10.276
Número de Efectivos Galp Energia On site ^(***)	5.170	4.880	5.031	5.390	5.806
Número de Efectivos Galp Energia Off Site ^(****)	4.346	3.830	3.668	3.482	3.635

^(*) Exclui concorrência, inclui CPPE.

^(**) Na óptica da Cadeia de Medida (contadores)

^(***) Inclui todas as empresas do Universo Galp Energia

^(****) Exclui Galpgest, S.A., Galpgeste, Lda. e Gesoil



unidades
de negócio

+

229

Em 2004 os negócios da Galp Energia geraram **229** milhões de euros de valor acrescentado, medido através do CVA - *Cash Value Added*, para um Capital Empregue Bruto agregado de 6.914 milhões de euros, considerando um custo de capital (WACC) de 7,4%.

2. unidades de negócio

2.1. Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística

Esta Unidade tem como missão extraer valor dos seus activos e desenvolver condições de *supply* e de logística competitivas para o suporte da actividade comercial. Em 2004 esta Unidade de Negócio prosseguiu com a sua orientação para o mercado, privilegiando uma abordagem integrada e de parceria com as unidades comerciais, com o objectivo de dar resposta às necessidades dos clientes.

A Galp ARL desenvolveu a sua actuação em torno de 4 grandes prioridades:

- Melhoria contínua da actividade de Refinação
- Optimização Logística e Integração Ibérica
- Desenvolvimento do *Market Intelligence*
- Desafio à Criação de Valor

A Galp Energia detém 21% da capacidade de refinação ibérica, posicionando-se como 2º operador (ex-aequo) na Península Ibérica, com uma capacidade de destilação anual de 15,2 milhões de toneladas. Da actual produção das Refinarias Galp, 80% é vendida sob a marca Galp (em Portugal e Espanha) e 20% é vendida aos concorrentes.

No âmbito da melhoria contínua da actividade de refinação, o principal facto operacional que teve lugar em 2004 foi a paragem programada da Refinaria de Sines, em Fevereiro, operação que se traduziu num conjunto de intervenções planeadas sobre o aparelho refinador e que se realiza com uma periodicidade plurianual pré-definida (cada 4 anos).

Esta operação foi uma obra de grande dimensão, efectuada com sucesso em tempo recorde. Dada a qualidade da intervenção, conseguiu-se fazer uma recuperação das quantidades tratadas, ao longo do ano, e bater o recorde absoluto mensal de processamento de petróleo bruto na Refinaria de Sines dos últimos 25 anos (905 mil tons) e obter cargas no FCC (*Fluid Catalytic Cracking* - Craqueamento Catalítico em Leito Fluidizado) acima dos 100%. O FCC apresentou, em 2004, 6 dos 12 melhores meses de sempre e o recorde absoluto de produção desde o seu arranque em 1994.

A fiabilidade também beneficiou com a paragem efectuada e situou-se a níveis bastante elevados, na ordem dos 99,4%, o melhor valor dos últimos 7 anos. A operação de paragem em Sines foi levada a cabo sem acidentes, o que constitui um indicador positivo atendendo a que a operação envolveu cerca de 2 mil pessoas.

A introdução de gás natural na Refinaria de Sines, como matéria prima, permitiu uma redução nas emissões de dióxido de carbono e trouxe benefícios económicos na ordem de 1,5 milhões de euros / ano.

Na Refinaria do Porto a fiabilidade atingiu 97,6%, tendo sido batidos recordes mensais de processamento de crude na fábrica de combustíveis e na produção de betumes. O ano fica ainda marcado pelo acidente ocorrido no Porto de Leixões que obrigou à paragem

parcial de algumas unidades. A situação de normalidade foi reposada em 6 semanas após implementação do plano de contingência da empresa, o que permitiu continuar a assegurar o abastecimento sem qualquer interrupção na área de influência da refinaria.

A nível ambiental registou-se uma melhoria no tratamento de efluentes líquidos (ETAR), em Sines, com a introdução de um sistema de flotação. A implementação desta tecnologia trouxe importantes benefícios ambientais pois baseia-se num processo de tratamento exclusivamente físico (saturação do efluente com ar) e tem como objectivo a eliminação quase total dos óleos e gorduras presentes no efluente, estimando-se rendimentos de remoção na ordem dos 95%. Ainda em 2004, realce-se o inicio dos estudos para preparação do licenciamento ambiental nas duas Refinarias.

No âmbito das melhorias contínuas é de realçar ainda o estudo de eficiência energética efectuado pela KBC que identificou iniciativas específicas para a redução dos consumos energéticos na Refinaria de Sines, com impacto significativo capturável num prazo de 5 a 8 anos.

O programa de melhorias contínuas implementado nas actividades de refinação foi estendido ao negócio dos Químicos, onde foi possível identificar e capturar iniciativas criadoras de valor com um impacto positivo de cerca de 1 milhão de euros em resultados operacionais.

Nos últimos anos tem sido desenvolvido um trabalho de preparação física do aparelho refinador e de adaptação às exigências de um mercado mais descomoditizado, com mais especificidades ditadas por necessidades de clientes, por exigências ambientais ou de qualidade dos produtos. Trata-se de tornar os activos mais ágeis e responder aos desafios colocados por mercados mais exigentes e em mudança constante.

Em 2004, ficou preparado o aparelho refinador da Galp para cumprir as novas especificações de gasóleo e gasolina para cumprimento da Directiva do *Auto Oil* para 2005 (produção de toda a gasolina e o gasóleo com um máximo de 50 ppm de enxofre, e produção de quantidades já definidas de 10 ppm).

O cumprimento da segunda fase do *Auto Oil*, a entrar em vigor em 2009, se tornará possível após investimentos pouco significativos a efectuar em 2006-07.

O ano 2004 viu também a Galp impulsionar fortemente a criação de uma cadeia de valor dos biocombustíveis em Portugal, em colaboração com a DGGE e com potenciais produtores nacionais. Estima-se que o arranque da produção industrial de biocombustíveis se torne realidade a partir de 2005, assim que o enquadramento legal o permitir.

A nível logístico foi o ano da optimização do "quadrado ibérico" como forma de suporte ao desenvolvimento dos negócios comerciais da Galp Energia, numa óptica de mercado ibérico integrado. A estratégia de uma logística ibérica foi suportada pela entrada da Galp Energia no capital de sociedades como a CLH e Ptroval em Espanha. A CLH permite à Galp participar na empresa que gere a maior parte do sistema de transporte e armazenagem de combustíveis. A Ptroval possui um bom potencial logístico para alavancar a actividade comercial na zona de Valência.

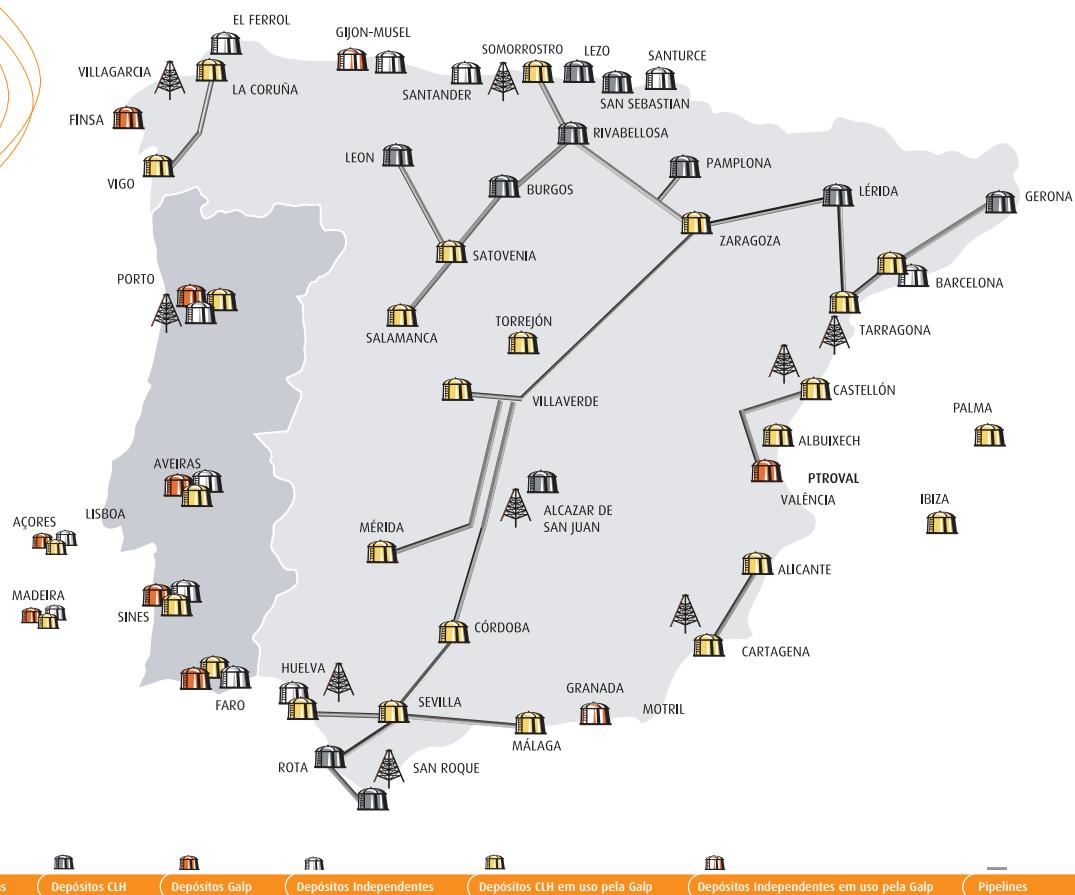
Enquanto em Espanha a actuação logística passou pela aquisição de novos activos de suporte à expansão competitiva do negócio, em Portugal, procedeu-se à optimização e desactivação de algumas infra-estruturas, reduzindo-se o perímetro de intervenção.

Com a entrada em funcionamento da EGREP (entidade responsável por constituir 30 dias de reservas estratégicas nacionais), a Galp Energia viu as suas responsabilidades de cumprimento de reservas estratégicas diminuírem consideravelmente. Este novo modelo de funcionamento teve um impacto económico positivo na Galp Energia dado que, para além da venda de stock efectuada no final do ano, o nível de Capital Empregue diminuiu e ficou alinhado com um menor nível de obrigatoriedade de cumprimento de reservas estratégicas.

O início de actividade da EGREP permitiu à Galp ARL fazer uma re-adequação das infra-estruturas logísticas, através da transformação de alguns parques (ex: parque de Aveiro transformado numa instalação multi-produtos, com possibilidade de armazenar especialidades) e da desactivação de outros (ex: Faro). O Parque de Porto Brandão ficou destinado à armazenagem estratégica. Foram ainda efectuados investimentos de modernização no Terminal de Leixões de forma a adequar esta infra-estrutura às necessidades actuais.

O reposicionamento logístico ilustra a coordenação existente entre a Galp ARL e as Unidades Comerciais que pretendem desenvolver





os negócios numa base competitiva, devidamente apoiados por uma estrutura logística eficiente e flexível, capaz de aproveitar as oportunidades de mercado, designadamente a troca de produtos em Espanha. Durante o ano de 2004 os *Swaps* de produtos tiveram um grande aumento dadas as condições de competitividade que representam para os negócios.

No ano de 2004 foram ainda realizados trabalhos de preparação para a certificação das ISPS (normas de protecção portuária) nos terminais sob responsabilidade operacional da Galp Energia.

Neste negócio a gestão do conhecimento, a análise e actuação rápida no mercado, uma forte comunicação e inter-relação entre áreas, a simplificação dos processos, a complementaridade entre as decisões das várias Unidades de Negócio constituem factores chave de sucesso.

O *Market Intelligence* é um grupo de trabalho transversal à organização com elementos de todas as Unidades de Negócio que segue o mercado, identifica as oportunidades e tem capacidade de decisão para actuar. A grande valia deste fórum reside na multidisciplinaridade da sua composição e das diferentes visões que cada negócio aporta, sempre com o objectivo de contribuir para o reforço do posicionamento competitivo da empresa no mercado. No ano de 2004 este fórum foi importante para a identificação da oportunidade de lançamento de novos produtos e antecipação da entrada em vigor das novas especificações.

O ano de 2004 veio confirmar que a Galp ARL se encontra preparada para dar resposta a necessidades específicas provenientes dos mercados mais exigentes. Em 2004 bateu-se o recorde de exportações de gasolinas para os Estados Unidos (1,7 milhões de toneladas), correspondendo uma parte dessas exportações (0,45

milhões de toneladas) a uma formulação especial mais exigente, sendo a Refinaria de Sines uma das cinco refinarias a nível europeu com capacidade para produzir este tipo de especificação.

Foram lançados, a nível ibérico com grande sucesso, os novos combustíveis de alta *performance* - a gama G-Force - como forma de responder a uma necessidade de mercado.

O aparelho refinador conseguiu antecipar a produção das novas especificações (50 ppm) face ao que estava previsto (Janeiro 2005). Esta antecipação permitiu capturar, no final de 2004, alguns ganhos adicionais relacionados com o prémio que o mercado reconheceu aos produtos.

A versatilidade e flexibilidade demonstradas pelo aparelho refinador da Galp Energia para a adaptação às novas especificações de produtos permite encarar com confiança a capacidade da área de Refinação para responder aos desafios futuros.

O ciclo planificação/*appraisal*/melhorias contínuas foi agilizado e dirigido para o objectivo de "bater o mercado diariamente" através da concretização de iniciativas que não impliquem investimento ou tenham um *payback* rápido.

A nível de resultados continuou a privilegiar-se a obtenção de *cash flows* estáveis e a criação de valor na Unidade de Negócio, através da consolidação do sistema de avaliação de desempenho assente em

KPI's (*Key Performance Indicators*). Foi igualmente importante a dinamização de projectos internos voltados para o desafio e aceleração da criação de valor e o enfoque contínuo na disciplina de custos.

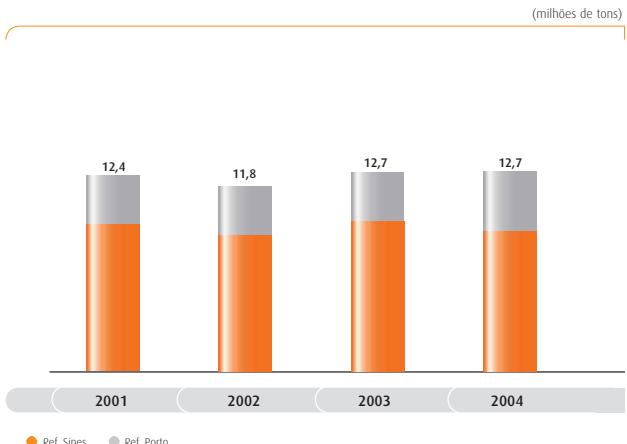
Desenvolveram-se iniciativas importantes nas áreas de sistemas de informação (designadamente a reactivação do OAS que veio reforçar a interligação entre logística, refinarias, *trading* e operações permitindo o acesso a informação crítica de forma rápida e fiável) que trouxeram ganhos de eficiência internos.

No ano de 2004 prosseguiu-se com o desenvolvimento do modelo VBM (*Value Based Management*) na Galp ARL, efectuando-se a integração e ligação da ferramenta VBM com outros projectos existentes na Unidade (como o Plano de Melhorias Contínuas e o sistema de gestão de *performance*). Esta interligação permitiu ganhar um grande conhecimento sobre os principais *drivers* do negócio.

Pelo terceiro ano consecutivo foram efectuadas reduções do quadro de pessoal da Galp ARL (redução de 20 colaboradores face a 2003). Esta evolução foi complementada por um rejuvenescimento do quadro de pessoal e por uma grande rotatividade. O número de colaboradores em rotação aumentou 76% face ao ano anterior.

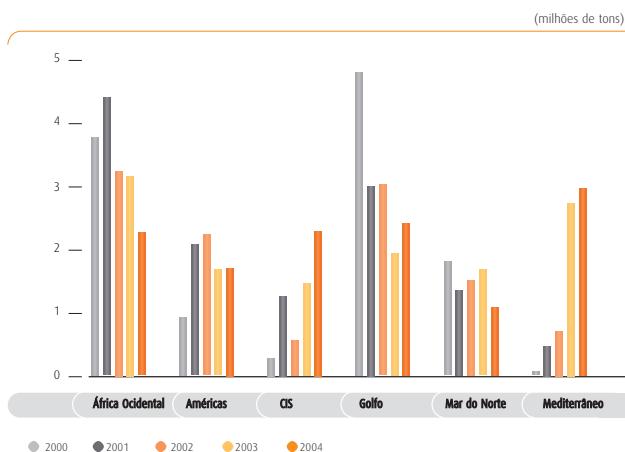
Durante o ano 2004 foram adquiridas 12,7 milhões de toneladas de Petróleo Bruto para o aparelho refinador. Estes volumes são relativamente idênticos aos de 2003. A capacidade de refinação existente cobre as necessidades actuais da Galp Energia, considerando o mercado ibérico.

Petróleo Bruto Tratado



A política de aprovisionamento continuou a privilegiar a diversificação das fontes de abastecimento, em termos de localização geográfica, embora reflecta também as novas necessidades de crudes com menor teor de enxofre e maior densidade API.

■ Origem do Crude Importado (TM) ■



O volume de vendas do ano de 2004 atingiu 14,9 milhões de toneladas e ficou 5% acima do ano anterior. Em dois anos as vendas totais cresceram 8%, como resultado do crescimento ibérico. Apesar das vendas aos concorrentes terem diminuído 3%, os restantes segmentos superaram o ano anterior com particular destaque para as exportações que aumentaram 27%, muito à custa das exportações efectuadas para o mercado norte americano de gasolinas diferenciadas (RBOB's) em cerca de 450 mil toneladas.

A aquisição de produtos atingiu um volume de 2,1 milhões de toneladas, 11% acima de 2003, enquanto a compra de matérias primas manteve o volume do ano anterior. O acréscimo de compras de produtos esteve essencialmente relacionado com as necessidades associadas ao crescimento do negócio comercial em Espanha.

■ Balanço de Crude e Produtos Galp (ibérico) ■

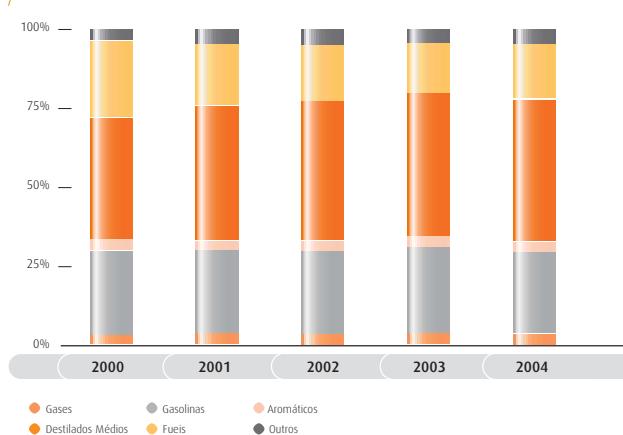
	2000	2001	2002	2003	2004
Refinaria					
Crude	11,6	12,4	11,8	12,7	12,7
Nafta	0,6	0,5	0,6	0,5	0,4
Outras Matérias Primas	0,3	0,4	0,7	0,5	0,5
Produção	12,5	13,3	13,0	13,7	13,6
Produtos refinados	11,9	12,3	12,1	12,8	12,7
Compras de Produtos ^(*)	2,7	1,8	1,4	1,9	2,1
Var. existências	0,0	- 0,1	0,2	- 0,5	0,1
Produtos Disponíveis	14,6	14,0	13,8	14,2	14,9
Vendas Galp					
Concorrentes	4,8	4,9	4,7	4,4	4,3
Clientes ^(**)	7,4	7,1	7,0	7,2	7,5
Exportações ^(***)	1,4	1,2	1,3	1,6	2,0
Bancas	1,0	0,8	0,8	0,9	1,1
Total	14,6	14,0	13,8	14,2	14,9

^(*) Inclui Espanha.

^(**) Inclui Espanha e Regiões Autónomas.

^(***) Exclui Espanha.

■ Estrutura de Produção ■



A venda de químicos atingiu as 503 mil toneladas e reduziu-se 6% face ao ano anterior. O aumento verificado no mercado de distribuição ibérico (+7%) não foi suficiente para sustar a quebra de 9% verificada nas exportações e nos contratos destes produtos, provocada pelo acidente no Terminal de Leixões que condicionou as vendas para o mercado externo.

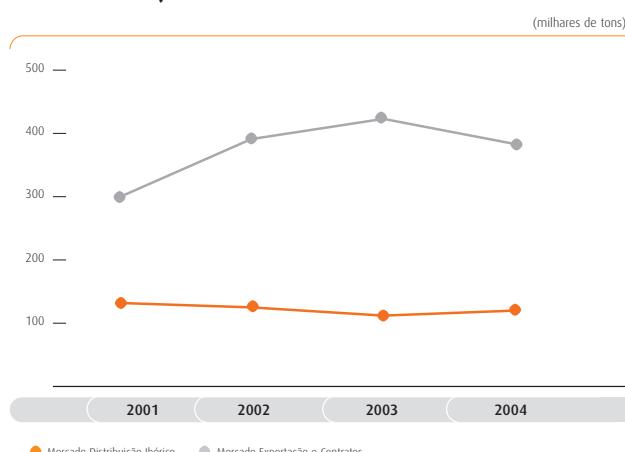
No entanto, o valor elevado da cotação do petróleo bruto com impacto directo no custo das matérias-primas para extração dos Aromáticos e um maior equilíbrio na oferta-procura destes produtos com consequente pressão na subida das suas cotações, traduziu-se num volume de negócios de 237 milhões de euros, 22% acima do verificado em 2003.

O aumento verificado no diferencial entre as cotações dos Aromáticos e a cotação da matéria-prima no ano de 2004, permitiu uma melhoria significativa das Margens para os resultados da Refinaria do Porto (+23% face ano anterior).

No mercado ibérico (Distribuição) atingiu-se um volume de vendas de 116 mil toneladas (+4,5% que em 2003) devido a um forte incremento das vendas em Espanha (+13%) que compensou a quebra de 3% de vendas em Portugal. Esta evolução reflecte um comportamento distinto das duas economias ibéricas.

O mercado de exportação e contratos viu a sua *performance* afectada pela forte diminuição das exportações (-9% face a 2003) nos meses de Agosto e Setembro, em consequência do acidente, embora tivesse obtido um volume de negócios superior (+23%) resultante das elevadas cotações atingidas pelos produtos aromáticos no mercado internacional.

Venda dos Químicos



2.2. Galp Retalho

Num enquadramento de maior concorrência, de redução do posicionamento dos operadores com maior implantação nos mercados nacionais e de uma forte pressão sobre as margens *fuel*, o caminho percorrido pela Galp Retalho nos últimos 4 anos tem sido pautado pela consistência na estratégia seguida, com um enfoque continuado nas seguintes prioridades:

- Expansão/optimização ibérica,
- Desenvolvimento do *non fuel*,
- Eficiência Ibérica e racionalização da rede em Portugal,
- Orientação para o Cliente e inovação do serviço

2004 foi o ano em que a iberização deste negócio se tornou evidente e apresentou os melhores resultados. A Galp Retalho assumiu o mercado ibérico como sendo o espaço natural de crescimento e desenvolvimento. Merecem destaque a conclusão da operação de troca de postos (*swaps*), a consolidação do negócio na rede de postos actuais e o crescimento orgânico através da abertura de novos postos. A operação de *swaps* permitiu trocar volumes de vendas (litros) entre Portugal e Espanha, reforçando a quota de mercado a nível ibérico, permitindo defender a posição de liderança em Portugal e conseguindo aumentar a penetração em Espanha, nas regiões alvo seleccionadas, enquadrado de um *network plan* ibérico.

Em 2004 a Galp Retalho alcançou um novo máximo de volume de vendas, atingindo os 3,3 milhões de m³, o que representa um aumento de 4% sobre o ano anterior. Este crescimento foi superior ao verificado no mercado ibérico (4% vs 2%).

À semelhança dos mercados mais maduros onde este negócio (conveniência) tem um peso forte no total do negócio, a Galp Retalho tem vindo a desenvolver o *non fuel*, preparando a passagem de uma filosofia de "m³" para "m²" e privilegiando o contacto com o cliente, no posto.

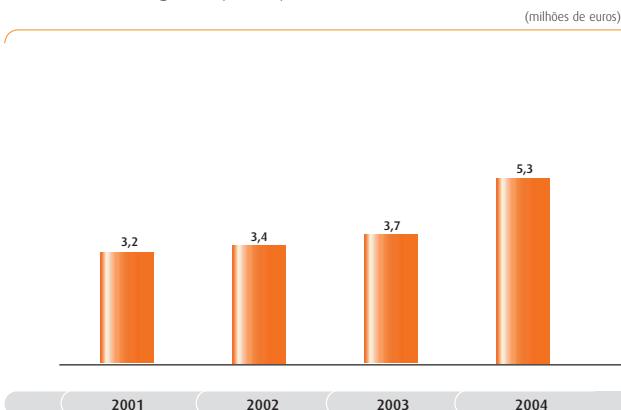
O desenvolvimento do *non fuel* reflecte o sucesso da estratégia de crescimento assente no aumento progressivo do número de lojas, no crescimento do volume de negócios por loja e na concretização de várias parcerias, por forma a capturar economias de escala e assegurar um crescimento com rentabilidade. Na área do *non fuel*, para além da venda de produtos nas lojas, outros serviços merecem destaque (lavagens, restauração, publicidade estática, centros

Midas, entre outros) por apresentarem crescimentos muito significativos e terem contribuído para a afirmação ibérica da Galp (por exemplo, as lavagens registaram um crescimento de receitas na ordem dos 43%).

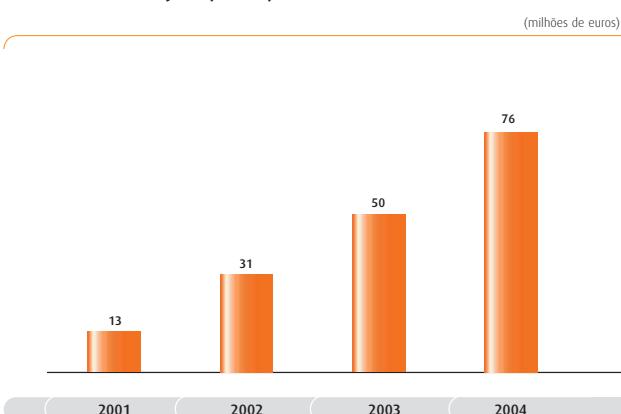
Em 2004 o número de lojas ibéricas aumentou 54 (+57%), devido à abertura de 33 novas lojas Tangerina e de 21 lojas M24. Destaca-se ainda a abertura das 2 primeiras lojas em formato *stand alone*, com bons resultados, e que abrem boas perspectivas para um plano de aberturas de novas lojas deste tipo em 2005.

Número de Lojas	2000	2001	2002	2003	2004
M24	5	27	50	65	86
Tangerinas	0	0	6	29	62
Total	5	27	56	94	148

Vendas Lavagens (COCO)

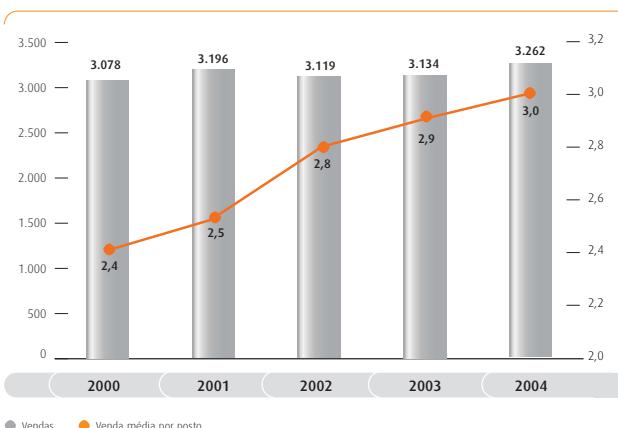


Vendas de Lojas (COCO)



O aumento do volume de vendas ibérico da Galp Retalho, acima do crescimento do mercado, comprova também o sucesso da racionalização da rede desenvolvida nos últimos anos. Esse aumento nas vendas foi conseguido, praticamente, com o mesmo número de postos do ano anterior, o que traduz uma venda média por posto mais elevada (3 milhões de litros/posto em 2004 face a 2,9 milhões em 2003) e, consequentemente uma rede mais eficiente. O valor de vendas por posto coloca a Galp Retalho no mesmo nível de eficiência dos melhores *players* europeus como a Alemanha, Grã-Bretanha e França.

Vendas Retalho (Mercado Ibérico)



A rationalização da rede em Portugal (encerramento de postos com fracos níveis de rentabilidade e não remuneradores do capital empregue) teve efeitos positivos ao nível do ROCE que superou os 10%.

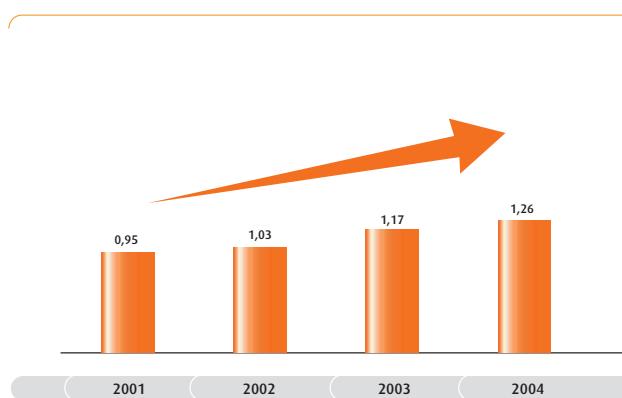
A rationalização da rede em Portugal (encerramento de postos com fracos níveis de rentabilidade e não remuneradores do capital empregue) teve efeitos positivos ao nível do ROCE que superou os 10%.

Em Portugal, foram encerrados/vendidos 20 postos e foram abertos 23 novos postos. Em Espanha, o aumento líquido de 1 posto resulta do encerramento/venda de 9 postos e inauguração de 10 novos postos. Estas operações de substituição de postos também favoreceram a eficiência da rede. Apesar de alguns novos postos não atingirem as vendas de cruzeiro logo no 1º ano, ultrapassam as vendas dos postos menos atractivos. Esta substituição de postos permitirá aumentar a prazo a rentabilidade do negócio, dado que a rede fica com os postos com maior retorno.

Número de Postos	2000	2001	2002	2003	2004
Total	1.284	1.261	1.128	1.090	1.094
Portugal	1.104	1.082	966	857	860
Continente	1.054	1.031	916	808	811
Madeira	19	19	18	17	17
Açores	31	32	32	32	32
Espanha	180	179	162	233	234

O aumento da eficiência da rede ficou ainda evidenciado pela evolução do MER em Portugal (rácio que mede a relação entre a quota de mercado em vendas e a quota de mercado em postos) que passou de 0,95 em 2001, para 1,17 em 2003 e para 1,26 em 2004.

■ MER - Market Efficiency Ratio ■



Para além da eficiência da rede foi feita também uma gestão activa dos diversos módulos do negócio a implementar nos postos, fazendo-se a optimização dos formatos, com passagem de CODO's a COCO's e lançando-se postos no módulo de *franchising*.

A proximidade do cliente e a procura constante de novos serviços e soluções para satisfazer as respectivas necessidades continuou a ser um eixo fundamental da actuação da Galp Retalho em 2004. A "descomoditização" da relação com o cliente e o aumento da proposta de valor do serviço "mobilidade" levou à introdução de novos combustíveis (como os produtos *premium* da gama *Gforce*), mas também de novos serviços como os quiosques multimedia, o Galp TV e o Galp *Mobile*.

O processo de diferenciação da Galp no mercado português passou por 2 fases: pelo reforço da comunicação da qualidade da Marca (entre 2002/2003) e pela diferenciação de produtos por atributos específicos (2004/2005).

O lançamento do gasóleo *Gforce* foi o primeiro de uma nova linha de combustíveis de alta *performance* e é o resultado da constante pesquisa e implementação de produtos e soluções inovadoras, ao serviço dos clientes. Este novo combustível foi desenvolvido em colaboração com o líder europeu na área do desenvolvimento e produção de aditivos de *performance* para gasóleo e foi testado em laboratórios de referência a nível europeu. No *Gforce Diesel* foram reforçadas as componentes que permitem a melhoria do processo de combustão, garantindo um melhor aproveitamento do combustível, uma maior potência e redução de consumo, características que muito contribuíram para o sucesso comercial deste novo produto que já superou as expectativas e os objectivos traçados.

Em termos dos meios de pagamento, o Galp *Paycard* teve um ano comercial muito activo com a celebração de acordos e parcerias com diversas empresas para a utilização do cartão. A realização destes acordos constituiu mais um passo importante para a comercialização e divulgação do cartão *Paycard*. No decorrer de 2004, foi lançado o Galp *Paycard* descartável, meio de pagamento totalmente inovador e muito orientado para Ofertas, Campanhas e Prémios.

O programa de fidelização de clientes - *Fastgalp* - é o maior programa do género em Portugal e continuou com grande sucesso, apresentando um crescimento de aderentes de +8% no ano 2004 (cerca de 100 mil novos cartões), o que permitiu atingir um total de 1,3 milhões de cartões activos.

Associando-se às emoções do futebol, a Galp Retalho lançou o cartão *Fast Foot Fan* com o objectivo de criar uma oferta segmentada de vantagens à volta do evento desportivo UEFA Euro 2004 TM, dirigida aos adeptos do futebol, capitalizando assim a ligação da Galp Energia a esta prova futebolística.

A relação com os clientes da Galp Retalho tem sido suportada na capacidade de inovação da empresa, susceptível de surpreender positivamente o cliente e de o levar a tomar a decisão de compra. Tem sido uma inovação voltada para o cliente, para as suas necessidades e estilo de vida. Algumas iniciativas com êxito em 2004 foram o Galp TMN, o Galp *Biopay*, a Galp TV e a parceria com a Sonae, na promoção cruzada "5+5".

O ano 2004 ficou ainda marcado pela liberalização dos preços dos combustíveis em Portugal, tendo sido um ano de ajustamento às novas condições de mercado por parte de todos os operadores. Esta alteração veio trazer uma maior pressão sobre as margens, sobretudo porque ocorreu num ano em que se registou uma forte subida tendencial dos preços do *crude* e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais. No 1º ano de liberalização o aumento dos preços médios em Portugal foi inferior ao aumento dos preços médios na Europa (média europeia).

■ 2.3. Galp Empresas ■

No ano 2004, a actividade da Galp Empresas centrou-se nas seguintes prioridades:

- Crescimento em Espanha,
- Consolidação da relação com o cliente,
- "Descomoditização" da oferta para o mercado.

Nesta unidade as vendas *Oil Ibéricas* aumentaram +15% face a 2003, suportadas por um crescimento de +9% em Portugal e de +38% no mercado espanhol. O crescimento da actividade conseguiu-se também no negócio do *GN* que viu os volumes aumentarem +7% face ao ano anterior (+82 milhões de m³).

O crescimento do negócio, em bases rentáveis, a disciplina nos custos e a gestão da dívida foram os elementos determinantes para uma melhoria significativa da *performance* desta Unidade de Negócio em 2004, tendo o EBITDA crescido +15%.

No plano comercial durante 2004 prepararam-se as equipas e as estruturas de suporte para os desafios de crescimento previstos para os próximos anos, por forma a garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento deste negócio, dentro dos objectivos ambiciosos que estão fixados.

O desenvolvimento da actividade em Espanha passou por explorar o potencial de crescimento nos segmentos onde a Galp Empresas já actuava e complementar essa actuação com a entrada em novos segmentos como o negócio da Aviação, em que a Galp passou a abastecer nos 4 principais aeroportos espanhóis que concentram 58% do tráfego aéreo total do país.

Para além do crescimento dos volumes, fez-se a entrada em segmentos de maior valor passando a Galp a estar presente no negócio B2C (*Business to Consumer*). Esta presença foi materializada pela aquisição da BP Enérica (actual Galp *ServiExpress Espanha*). Esta aquisição permitiu a integração de uma base de clientes atractiva e de uma plataforma logística que habilita a Galp Empresas a alargar a sua cadeia de valor em Espanha e chegar mais próximo do cliente final, afirmando a sua presença neste mercado.

A complementaridade conseguida entre a expansão comercial e a nova configuração logística foi uma das principais alavancas para o forte crescimento no mercado espanhol, que se traduziu num reforço da presença da Galp Empresas nos vários segmentos e no aumento de quota de mercado nos principais produtos. A gestão logística foi um dos factores críticos de sucesso, através de uma abordagem mais sustentada e eficaz de soluções alternativas (entre CLH, Ptroval e *swaps* de produtos).

O aprofundamento das relações de parceria entre áreas comerciais e a logística permitiu ainda capturar um conjunto de sinergias importantes ao nível do transporte de produtos, que possibilitaram a optimização e a redução dos custos unitários e assim reforçar a competitividade do negócio comercial no mercado espanhol.

Em 1 de Janeiro de 2004 (Portaria n.º 1423-F-2003) a gasolina sem chumbo 95, o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado passaram a ter preços livres. Esta liberalização do preço dos combustíveis, em Portugal, coincidiu com um período em que houve uma forte subida dos preços do *crude* e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

No negócio da Galp Empresas onde mais se sentiu a liberalização (Extra Rede), a empresa apostou numa política de *pricing* transparente garantindo aos clientes a maior estabilidade de preços possível. Desta forma, foram conseguidas consolidações contratuais com grandes clientes por períodos plurianuais e avançou-se para a renegociação com os principais revendedores do negócio, no sentido de contractualização de relações para períodos superiores a 1 ano.

A abordagem comercial enfocou-se no crescimento dos volumes dentro dos padrões de rentabilidade para o negócio.

Nesta relação de proximidade com o cliente, a actividade do CORE (Centro Operacional de Relacionamento da Galp Empresas) - no seu primeiro ano completo de funcionamento - foi crucial no apoio a toda a força de vendas da Galp Empresas em Portugal e Espanha. Este modelo de assistência comercial e apoio ao cliente conta com 30 colaboradores e suporta o relacionamento comercial com um número médio de 4 mil clientes. O CORE assegura e desenvolve os processos de apoio comercial e de relacionamento com o cliente a nível ibérico, dentro das políticas comerciais estabelecidas e numa óptica de criação de valor para o cliente e para a empresa.



Actualmente, o funcionamento do CORE apresenta indicadores perto do nível de exceléncia, alinhados com os melhores *benchmarks* internacionais no que se refere aos "tempos médios de espera" e à "percentagem de pedidos resolvidos na 1^a interacção". Durante 2004 foram recebidos mais de 50 mil contactos e registadas mais de 100 mil linhas de encomendas.

Na relação com o cliente, a Galp Empresas desenvolveu capacidades ao nível da gestão e tratamento das reclamações dos clientes, através da ligação do sistema de gestão de qualidade (eQRP) ao CORE. A interligação entre os dois sistemas permitiu à Galp Empresas reforçar os meios para tratar e acompanhar de forma célere e eficaz as reclamações. Esta integração permitiu encarar as reclamações como oportunidade de melhoria interna e de contacto e fidelização de clientes.

Acompanhando a evolução dos mercados e as necessidades específicas dos clientes, a Galp Empresas reforçou o enfoque na segmentação dos clientes de forma a adequar a oferta comercial ao mercado alvo. Nesse sentido foram lançadas a Galp Serviexpress Portugal e Espanha, com o objectivo claro de cobrir a totalidade da cadeia de valor do negócio, passando a estar presente no *last mile* com um serviço de entregas ao domicílio de gasóleo.

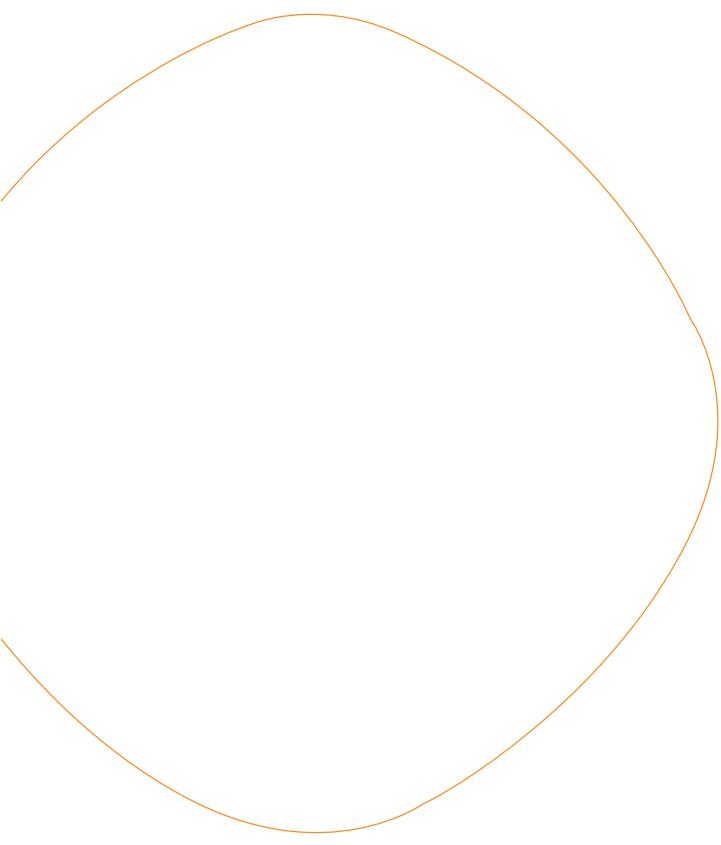
No negócio *Oil* Portugal foram dados passos significativos no sentido da "descomoditização" da proposta de valor, combatendo-se a erosão das margens através da oferta de novos serviços com valor para o cliente. Iniciou-se a comercialização de serviços de assistência técnica a clientes e serviços de transporte. Adicionalmente, moveu-se o reforço do *cross selling* na base de clientes.

No ano de 2004 prosseguiu-se ainda com o desenvolvimento e a revisão de tarifários, com o objectivo de ter um *pricing* mais adaptado às necessidades e especificidades dos clientes.

■ Linhas de negócio Galp empresas ■

- Clientes 4.198
- Portugal 3.113
- Espanha 1.085





No negócio da Aviação internacional é de salientar a recuperação do tráfego de passageiros (+15,3%) e do transporte de carga (+13,4%) verificado durante o ano de 2004. Este acréscimo traduziu-se num incremento global de +4,2% na procura de *jet*. Em Portugal, o movimento de passageiros cresceu na generalidade dos aeroportos essencialmente devido à realização do Euro UEFA 2004 TM (+6,6%) enquanto que em Espanha o crescimento foi de 7,9%.

Neste contexto, o grande destaque deste negócio em 2004 vai para a consolidação da posição no mercado do *jet* em Portugal, obtida através da angariação de novos importantes clientes e do crescimento verificado nos aeroportos do Funchal e Faro. Para a estabilização da carteira da aviação foi também importante a renegociação dos contratos por períodos de 5 anos e a angariação de 100% das bases aéreas nacionais também por um período de 5 anos. Em Espanha, a Galp Empresas conseguiu entrar nos quatro principais aeroportos espanhóis abastecendo mais de 20 clientes. Os 4 aero-

portos onde a Galp opera representa um volume de negócios potencial que é 4 vezes superior ao mercado nacional (aeroportos portugueses).

Em termos logísticos, procedeu-se à optimização operacional da logística da aviação com o lançamento de projectos de melhoria nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. Em termos totais o volume de vendas da Aviação cresceu 14% em 2004.

No negócio da Marinha obteve-se um reforço do posicionamento no mercado das bancas e das pescas. Este negócio conseguiu capturar novas oportunidades de crescimento no negócio das bancas por barcaça e prosseguiu com a optimização da gestão operacional da logística da Marinha. O volume de vendas da Marinha aumentou cerca de 22% em 2004 o que constitui um *record* histórico, praticamente com a mesma rede de postos do ano anterior.

Os abastecimentos de gasóleo efectuados à Galiza a partir do Porto vieram inverter a tendência de menor importância dada a este mercado de pescas nos últimos anos. Este reposicionamento foi conseguido através do reforço da estrutura comercial que permitiu dinamizar um segmento que se encontrava estagnado.

O trabalho de cooperação com a Galp ARL permitiu vender excedentes de *fuel* para mercados externos, pois através de uma análise regular dos excedentes da actividade de refinação e do aproveitamento de uma estrutura comercial já montada que tem os clientes identificados podem ser concretizadas novas oportunidades de negócio.

Em termos Logísticos, este negócio passou a contar em 2004 com uma nova Marina localizada em Albufeira que vem permitir potenciar as vendas de combustíveis aos barcos de recreio no sul do país.

O ano de 2004 no negócio da Extra Rede ficou marcado pelo lançamento das *Serviexpress* e pelos novos desafios colocados a este negócio, com a oportunidade de chegar até ao cliente final. Em Espanha, num contexto extremamente competitivo, os volumes tiveram um forte crescimento face ao ano anterior (+53%) sustentado pela criação de uma equipa de assistência ao negócio e televenda que assegurou cerca de 30% do volume de negócios.

Num ano afectado pela recessão da actividade industrial, a Indústria - Gás Natural contratou 7 novos clientes (tendo-se desactivado 10 cadeias de medida) e registou um crescimento de +7% nos volumes vendidos. Foi colocado um esforço na gestão da dívida, o que permitiu reduzir o capital empregue. A cogeração, as indústrias cerâmica e do vidro continuam a ser os sectores mais importantes deste negócio. Na Indústria - Oil a Galp Empresas continuou como fornecedor privilegiado no abastecimento à indústria nacional através da celebração de contratos a médio prazo com os maiores grupos económicos nacionais e da contratação de outros novos importantes clientes. Em Espanha, a aposta do crescimento conduziu ao alargamento da base de clientes. Em termos totais os volumes oil aumentaram 2% face ao ano anterior.

No negócio dos Lubrificantes, prosseguiu-se o trabalho de verticalização/integração do negócio. O ano ficou marcado pela melhoria de *performance* na produção e na logística, o que permitiu à Galp Empresas posicionar-se no mercado ibérico com uma vasta oferta de produtos muito competitiva. Na área de produção e logística obteve-se uma forte melhoria na eficiência operacional o que coloca este negócio ao nível da média europeia do sector (em termos de custo por tonelada). Foi também atingida a excelência no serviço logístico, com um nível superior a 90% de *perfect orders*. Ao nível do Marketing e vendas prosseguiu-se com o reposicionamento dos produtos e segmentação dos mercados, reforçou-se a ligação dos lubrificantes Galp à competição automóvel e obteve-se a certificação dos produtos de acordo com as normas internacionais.

As áreas comerciais conquistaram em 2004 importantes concessões do ramo Auto em Portugal e lançaram-se as bases para o desenvolvimento e crescimento do negócio de Lubrificantes em Espanha.

Os Betumes, principal produto do segmento Empreiteiros, deixaram de ser uma *commodity*. Este negócio é cada vez mais complexo, mais técnico, porque o mercado se tornou mais exigente, e com especificações e exigências maiores por parte dos clientes. A Galp Empresas soube responder a estes desafios lançando alguns investimentos próprios e reforçando o relacionamento com a Galp ARL (Refinarias e Logística). Avançou-se para a restruturação e criação de uma área própria de logística de betumes. O volume de vendas dos Empreiteiros ficou 4% acima do verificado em 2003 e permitiu

consolidar a participação da Galp neste mercado em cerca de 40% em Portugal e uma quota de quase 6% em Espanha.

2.4. Galp Transgás

No ano de 2004, a Transgás concluiu os principais investimentos em infra-estruturas de suporte ao negócio (Rede de Transporte de alta pressão, Terminal GNL e Armazenagem Subterrânea) e antecipou, mais uma vez, os objectivos de vendas, com um volume que ultrapassou os 4 bcm.

No ano de 2004 as prioridades de actuação da Transgás foram as seguintes:

- Optimização das fontes de aprovisionamento de GN;
- Crescimento dos volumes vendidos;
- Conclusão de infra-estruturas;
- Preparação pró-activa da liberalização do mercado de GN;
- Operação com segurança e qualidade.

Em 2004 privilegiou-se a optimização (rentabilização e segurança) das fontes de abastecimento. O contrato de aprovisionamento NLNGII (Nigéria) sofreu uma revisão das condições no ano de 2004 tendo produzido, de imediato, uma redução no custo unitário e ganhos ao nível da margem bruta de vários segmentos (e também nas distribuidoras regionais). A revisão efectuada tornou o contrato mais adaptado ao cenário actual de cotações do *Brent* e representou um grande trabalho negocial por parte da empresa.

Durante o ano, conseguiu-se também uma optimização nas compras, na medida em que se antecipou a utilização do contrato Shell. Esta antecipação evidencia a postura pró-activa na diversificação dos fornecedores e a capacidade de comprar Gás de forma competitiva em contratos de curta duração.

Relativamente aos volumes vendidos, foram transaccionados 4 bcm, valor que constitui um novo *record* anual, com um crescimento de 17% sobre o ano anterior. De salientar ainda que cerca de 10% das compras efectuadas no ano de 2004 foram vendidas em operações de *trading* no mercado internacional, de forma a aproveitar boas oportunidades de mercado, e posicionam a Transgás como operador no mercado *spot* internacional.

Nos mercados onde a Transgás actua, regista-se a boa *performance* do segmento Eléctrico que cresceu +600 milhões m³ face ao ano anterior (+53%). A actividade comercial da Transgás deu os primeiros passos para a entrada em Espanha, nos mercados Electroprodutor e Grossista, através da entrega de propostas para fornecimento de GN. Este acompanhamento de ofertas de Gás demonstrou a capacidade da empresa em concorrer de forma competitiva além fronteiras.

Quanto ao investimento na Armazenagem Subterrânea o facto mais relevante foi o início do enchimento da 1^a caverna (capacidade de 96 milhões m³) com GN, dos quais 58 milhões m³ GN são aproveitáveis para a exploração operacional e os restantes destinam-se a permanecer na cavidade de forma a garantir a estabilidade geomecânica e impedir a erosão. Concluíram-se também as infra-estruturas de superfície e deu-se início ao comissionamento com Gás, que consiste no enchimento com GN das tubagens de superfície de forma a testar a operacionalidade da infra-estrutura.

A Transgás Atlântico (sociedade veículo do Terminal) iniciou em 2004 a sua actividade comercial num bom ritmo e começou a operar de uma forma muito optimizada e eficiente. A empresa está com custos operacionais ao nível dos melhores terminais europeus.

Do ponto de vista técnico a empresa efectuou duas operações de *cool down* (gaseificação e arrefecimento de navios metaneiros) que foram ganhas no mercado internacional, em concorrência directa com os outros Terminais de GNL da bacia atlântica. Estas operações para além das receitas que geraram, demonstram elevada competência técnica e capacidade da unidade em capturar valor aproveitando as oportunidades do mercado.

Durante o ano de 2004, foram descarregados 19 navios metaneiros, entre os 113.000 e 134.000 m³ de GNL, num total de 2,25 milhões de m³ de GNL. A Transgás Atlântico recebeu e certificou 13 navios metaneiros diferentes, o que constitui cerca de 9% da frota mundial.

Após o arranque em Março, foram carregados em Sines 527 camiões cisternas de GNL, destinados a abastecer diversas UAGs na Península Ibérica num total de 23.175 m³ de GNL. Esta actividade teve um impacto social e económico relevante já que permitiu fazer chegar o GN a zonas mais interiores do país.

O ano de 2004, permitiu ainda testar e consolidar a estrutura organizacional do Terminal de GNL de Sines que é composta por apenas 30 pessoas (metade do quadro de colaboradores adoptado nas mesmas infra-estruturas a nível europeu). A Transgás Atlântico constitui já no seu primeiro ano de actividade uma referência internacional, nomeadamente para os projectos de novos terminais que se planeiam em Espanha e Inglaterra.

A liberalização do mercado constitui uma oportunidade. A Galp Transgás tem vindo a rever processos internos, no sentido de preparar a estrutura para poder competir com os restantes *players*.

Em 2004, Transgás, teve um papel bastante activo na preparação do processo de separação das contas por actividades (*Unbundling*). No seguimento do trabalho iniciado no ano de 2003, foram dados passos importantes ao nível organizativo e contabilístico por forma a realizar a separação das actividades do negócio em tempo *record*. É de salientar a implementação da análise ABC (*Activity Based*



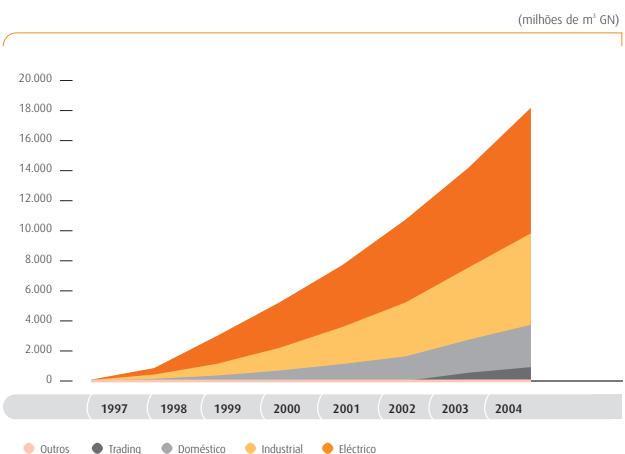
Costing) que permitiu ter todo o imobilizado imputado às principais actividades da cadeia de valor.

A Segurança continuou a ser uma das prioridades principais da Transgás. No ano de 2004 não se registaram quaisquer situações ou incidentes relacionados com Segurança fazendo com que todo o abastecimento da rede tenha sido efectuado sem qualquer interrupção, facto que coloca a empresa numa posição de destaque a nível europeu em termos de segurança.

A procura de elevados níveis de excelência na qualidade de serviço foi uma prioridade, tendo sido efectuados vários inquéritos de satisfação de clientes junto dos principais segmentos de negócio. Os resultados foram bastante positivos, pois os clientes continuam a manifestar, pelo 2º ano consecutivo, elevados níveis de satisfação.

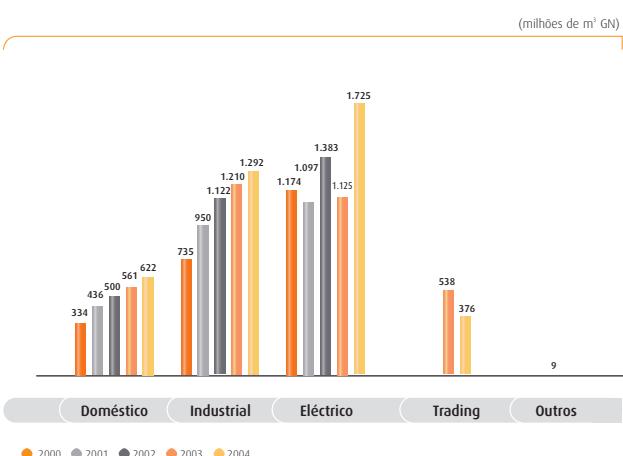
O mercado de Gás Natural continuou a crescer a bom ritmo em 2004, tendo sido vendidos 18.180 milhões m³ desde 1997, que demonstram a expansão sustentada desta forma de energia, que já representará mais de 10% da Energia Primária em Portugal.

■ Evolução das Vendas Acumuladas da Transgás ■



As vendas de GN do ano de 2004 atingiram os 4.015 milhões m³, ficando 17% acima do verificado no ano anterior. O segmento Eléctrico continuou a ser o segmento com maior peso nas vendas da Transgás, representando 43% das vendas totais. Relativamente ao número de clientes ligaram-se 7 novos clientes mas foram desactivados 10, posicionando o número final de pontos de entrega a clientes em 229.

■ Evolução do Volume de Vendas Anual Transgás ■



Os dois principais indicadores operacionais tiveram um comportamento muito positivo, registando crescimentos relevantes face ao ano 2003. As "Vendas por km de rede" cresceram 14% e as "Vendas por empregado" 16%.

KPI	2000	2001	2002	2003	2004
Vendas / Km de Rede	1.735	1.899	2.282	2.451	2.806
Vendas / Empregado	9.969	13.503	15.899	20.019	23.208



2.5. Galp Gás

2.5.1 - Distribuição de Gás Natural

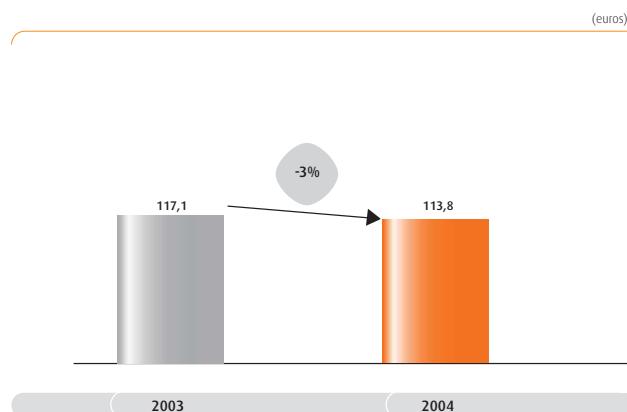
A actividade de distribuição de Gás Natural no ano de 2004 centrou-se em torno de três grandes prioridades:

- Melhoria da eficiência operacional;
- Saturação da rede existente;
- Melhoria da qualidade do serviço ao cliente.

Enfocada nestas prioridades a actividade de Distribuição de GN obteve em 2004 o *record* de resultados deste sector (Resultados Líquidos da GDP Distribuição atingiram 26,4 milhões de euros, 3,4 vezes mais que o verificado em 2003) e gerou os fundos necessários para a redução da dívida bancária, o que acontece pela 1^a vez. É também igualmente o 1^o ano de criação de valor neste sector, já que foi obtido um retorno superior ao custo de capital deste negócio, o que é de assinalar num negócio com 8 anos de vida e elevados níveis de capital investido. Esta situação só é possível dado o elevado nível de eficiência operacional (custos controlados e investimentos rentabilizados) com que o sector está a operar. A procura de eficiência operacional aliada ao desenvolvimento de uma cultura/atitude competitiva têm sido dois factores importantes com vista à preparação do sector para a liberalização do mercado de Gás Natural.

A melhoria contínua da eficiência na distribuição de Gás Natural foi conseguida através do crescimento do negócio (com custos baixos) e dum a redução nos custos de alguns processos chave do negócio (como sucedeu com a revisão e optimização dos processos de leitura e de gestão das reclamações de clientes). O aproveitamento de economias de escala aliado às iniciativas específicas de redução de custos permitiram baixar os custos unitários em 3% para o sector da distribuição de GN.

Custos por m³ ^(*)



(*) inclui FSE's e Pessoal (valores agregados da distribuição de GN)

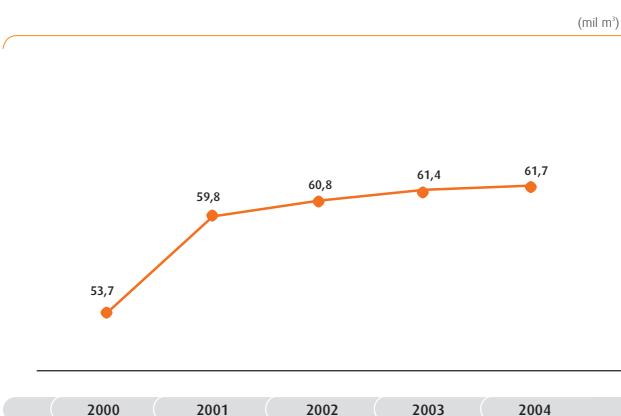
Relativamente à melhoria da *performance* operacional registe-se ainda as variações obtidas nos indicadores "n.º clientes por empregado" e "Vendas por Empregado" que cresceram 11% e 13%, respectivamente.

KPI	2000	2001	2002	2003	2004	04 vs 03	04 vs 00
N.º Clientes / Empregado (N.º)	803	996	1.112	1.261	1.395	11%	74%
Vendas / Empregado (milhões m ³)	566	772	854	956	1.080	13%	91%



Desenvolveu-se um forte esforço comercial com o objectivo de rentabilizar a rede de distribuição já instalada através da saturação de rede, enquanto se prosseguiu uma estratégia de expansão mais selectiva norteada por objectivos de rentabilidade. O esforço comercial dirigiu-se para os segmentos de maior valor, com uma aposta clara no mercado de aquecimento central, quer ao nível da angariação de novos clientes através de uma campanha publicitária agressiva (+17 mil clientes), quer ao nível do *pricing*, com reduções significativas para o segmento dos utilizadores de aquecimento central.

■ Vendas por km de Rede Instalada ■



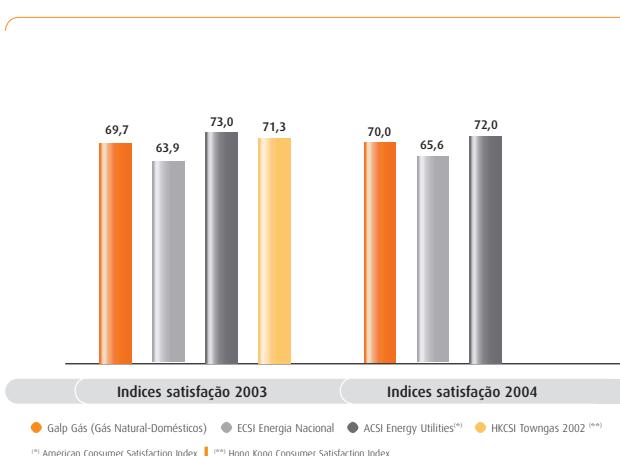
A política de investimentos continuou a ser orientada para os projectos de maior retorno. Nos últimos anos passou-se de uma fase de rápida penetração para a fase actual em que a expansão, uma vez cumpridos os objectivos geográficos da concessão, é selectivamente orientada para as áreas de maior rentabilidade.

Apesar do enfoque na saturação da rede, o projecto de Distribuição de Gás Natural avançou para novas zonas geográficas iniciando-se em 2004 o abastecimento das principais cidades do Algarve (Faro e Portimão) e do pólo de Bragança.

No ano 2004 foi dada uma grande prioridade à melhoria da qualidade de serviço, para a qual foi determinante a elaboração de inquéritos para aferir a satisfação dos clientes de Gás Natural. Foram elaborados dois tipos de inquéritos. O inquérito anual efectuado por entidade independente de grande reputação (o ISEGI, da Universidade Nova de Lisboa), o qual permitirá avaliar, de uma

forma objectiva, a qualidade do serviço prestado pelas várias empresas distribuidoras regionais e cujos resultados foram incorporados no sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores da Unidade de Negócio. Paralelamente, foi levado a cabo, através do *Contact Center* da Galp Energia, um inquérito sistemático a todos os clientes que estabelecem contacto directo com a distribuidora de gás natural durante o processo de ligação do gás natural, ou de conversão/reconversão ao gás natural; no âmbito deste inquérito foram efectuados cerca de 50 mil contactos para efeitos de avaliação da qualidade do serviço prestado, cujas respostas permitiram às concessionárias introduzir diversas melhorias na gestão dos processos de ligação e conversão dos clientes.

■ Benchmarking Nacional e Internacional - Clientes Domésticos ■



Comparando com os *benchmarks* nacional e internacional de satisfação de clientes, constata-se que a Galp Gás regista uma progressão do seu índice de satisfação de clientes domésticos, diminuindo a distância em relação ao valor estimado para o ACSI - *Energy Utilities* no ano de 2004.

Em 2004 deve realçar-se ainda a importância atribuída ao tema da Segurança. Foi levado a cabo junto da base de clientes das empresas um importante trabalho de divulgação e comunicação de procedimentos de segurança a seguir em casa dos clientes. Os indicadores de segurança registaram uma evolução bastante favorável, particularmente no que respeita à rapidez de intervenção e capacidade de resposta a problemas. Por outro lado, na cidade de Lisboa



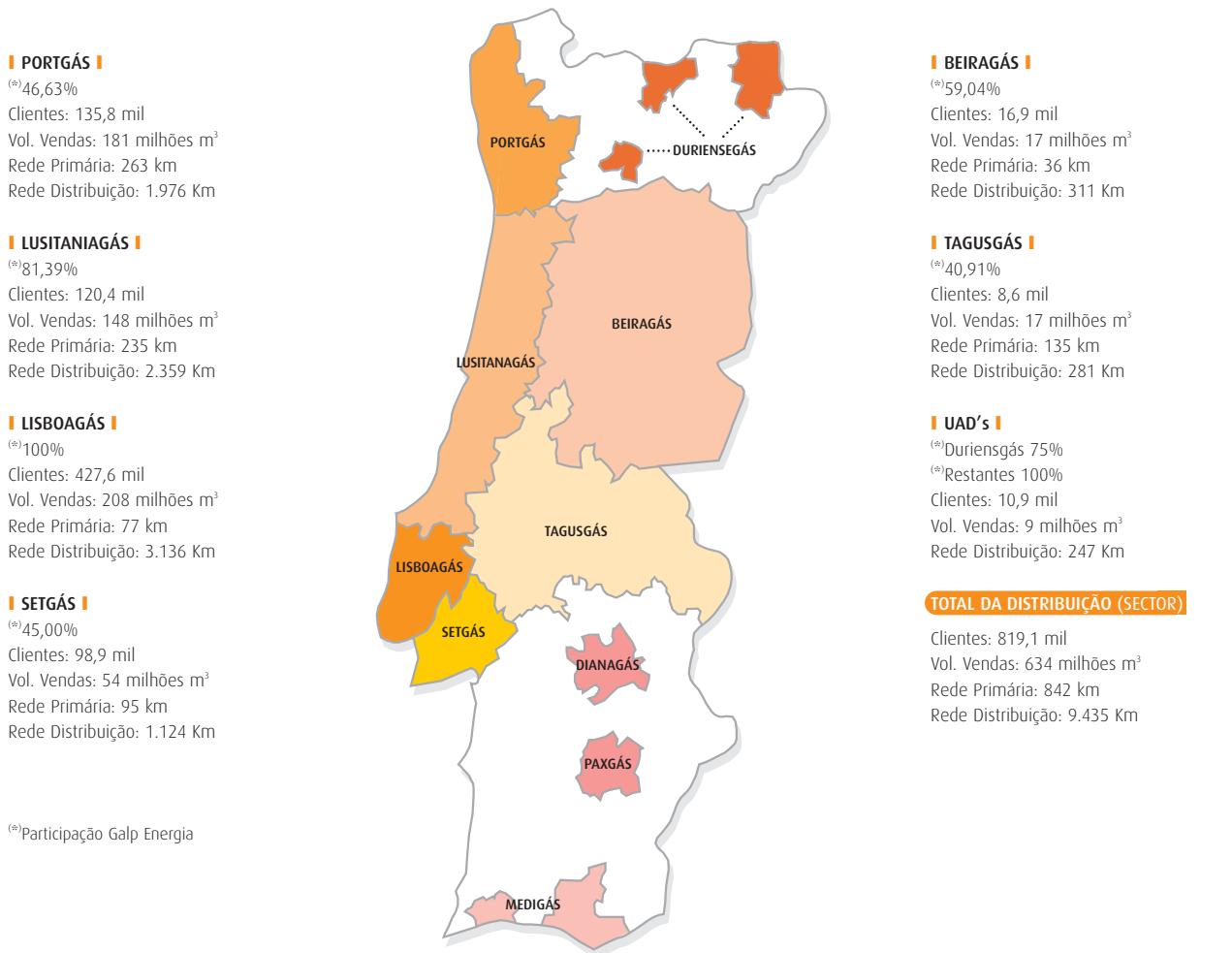
acelerou-se o programa de renovação da rede, tendo-se antecipado 8% da realização física em relação ao planeado, sem agravamento dos custos.

No final do ano de 2004, a base de clientes agregada de GN atingiu os 819 mil clientes e representa um crescimento de 8% sobre o ano de 2003 (+61 mil novos clientes). O número actual de clientes de distribuição de GN representa 8% da população nacional residente, 22% das famílias e 16% dos lares portugueses. O volume de vendas atingiu 634 milhões de m³, tendo crescido 10% face a 2003, apesar do clima ameno durante a maior parte do ano não ter favorecido o

aumento dos consumos de gás. O ritmo de construção de rede abrandou em 2004 em virtude da maior selectividade dos investimentos mas, ainda assim, cresceu 10% num total de 918 km de rede construídos no ano. As novas distribuidoras regionais, ainda em fase de expansão, contribuíram com a construção de 238 Km.

A rede de distribuição no final de 2004 atinge os 10.276 km e serve também para transportar GN para diversos clientes industriais da Transgás (1/3 dos clientes industriais é abastecido por esta rede e 60% do GN transportado na rede de distribuição da Lusitanigás destina-se a clientes industriais da Transgás S.A.).

Total Distribuição de GN	2000	2001	2002	2003	2004	04 vs 03	04 vs 00
Número de Clientes de GN ligados (N.º)	472.913	572.713	670.662	756.671	819.116	8%	73%
Extensão da Rede de Gás Natural (distribuição) (Km)	6.213	7.434	8.472	9.359	10.276	10%	65%
Vendas GN - Distribuição (milhões m ³)	333	444	515	575	634	10%	90%



2.5.2 - GPL

No ano de 2004 o negócio de GPL teve evoluções distintas nos dois principais mercados em que opera. Em Portugal, onde o mercado do GPL voltou a registar uma pequena redução, à qual o abrandamento da economia não foi alheio, a Galp Energia atingiu um volume de vendas de GPL muito próximo do nível de 2003, consolidando a sua posição na liderança do mercado. Em Espanha, o negócio conseguiu atingir os 24% de crescimento, apesar da conjuntura marcadamente desfavorável, quer ao nível dos preços no principal segmento de mercado (positionados administrativamente em cerca de metade da média Europeia), quer devido às dificuldades inerentes à existência de um operador incumbente fortemente enraizado, com uma quota de mercado de cerca de 90%.

A nível Ibérico, o ano de 2004 no negócio de GPL ficou marcado sobretudo pelos três seguintes factores:

- Revitalização da actividade comercial
- Melhoria da Qualidade de Serviço
- Optimização e modernização do sistema Logístico

A aposta na revitalização da actividade comercial reflectiu-se em resultados assinaláveis nos vários segmentos de mercado. No segmento do propano canalizado (exploração directa), onde a empresa entrou apenas em 2003, conseguiu-se ultrapassar as fasquias dos 20.000 clientes directos abastecidos e dos 70.000 clientes angariados, criando condições para a sustentabilidade do crescimento. No segmento do gás a granel, ultrapassou-se também a marca simbólica do milhar de Clientes empresariais em Espanha e procedeu-se a uma intensa actividade de consolidação de clientes no mercado nacional. Por último, no segmento do gás embalado, capitalizando na política corporativa da Galp Energia de associação ao EURO 2004 TM, foram lançadas diversas campanhas promocionais, quer em Portugal, quer em Espanha, com resultados acima das expectativas e um forte impacto ao nível da fidelização de Clientes e da dinamização da rede de revenda.

A melhoria da qualidade de serviço foi também uma clara prioridade desta área de negócio. Na rede de revenda, registou-se uma excelente resposta aos desafios da Galp Energia nesta matéria, traduzida num aumento de 160% no número de revendedores com classificações superiores a 75% no Programa Estrela. Também ao nível dos pontos de venda se registou uma evolução muito signi-



A Galp Energia atingiu um volume de vendas de GPL muito próximo do nível de 2003, consolidando a sua posição na liderança do mercado

ficativa, induzida pelo novo Programa "Ponto de venda positivo" ao qual a adesão passou de 1% para 38%. Refira-se ainda o lançamento do *Contact-Center* Galp Gás e da instalação de equipamento de telemetria nos reservatórios, a consolidação do canal de contacto com a rede de revenda via intranet e o arranque de uma nova ferramenta de *e-ordering*. No final do ano, a área de negócio viu esta aposta na qualidade de serviço reconhecida com um índice de satisfação dos Clientes acima dos 80%.

Por último, ao nível da optimização e modernização do sistema logístico, procedeu-se à desactivação do parque do Rosairinho e à construção de uma nova unidade de enchimento em Sines, considerada a mais moderna e sofisticada da Europa. Este investimento permitiu melhorar a eficiência operacional e reduzir custos logísti-



cos e de transporte ao diminuir as distâncias médias para abastecimento do Sul do País. Adicionalmente, representa uma plataforma fundamental para sustentar os actuais níveis de crescimento no mercado Espanhol, numa base competitiva. O investimento na optimização e modernização do sistema logístico contemplou ainda um importante *revamping* do parque de Perafita, que aumentou o respectivo nível de automatização e eficiência, com reflexo ao nível dos custos de enchimento e transporte.

Ponderados todos estes factores, o ano de 2004 foi assim um ano de aposta no futuro, um ano em que se lançaram fortes alicerces, quer ao nível de infra-estruturas, quer ao nível de competências distintivas, que se revelarão decisivos para sustentar o crescimento do negócio do GPL a nível Ibérico, consolidar a liderança no mercado nacional e enfrentar com sucesso novos desafios no sector da energia.

■ 2.6. Outras Unidades de Negócio ■

Galp Exploração e Produção

A actividade de Exploração e Produção da Galp Energia durante o ano de 2004 desenvolveu-se em 3 eixos principais:

- Produção no campo do Kuíto (Bloco 14 - Angola);
- Pesquisa em blocos onshore (Angola) e *offshore* (Brasil);
- Estudo de novas oportunidades em Angola e Brasil.

Produção (Angola)

A actividade de produção da Galp é desenvolvida em Angola no bloco 14 (campo do Kuito). A produção deste campo em 2004 foi de 20,7 milhões de barris (sendo 1,7 milhões de barris a quota-parte da Galp em vendas), o que representou uma diminuição face a 2003 (-6%) e face ao programado (-10%), devido a algumas dificuldades técnicas surgidas. As elevadas cotações do petróleo fizeram subir o valor das vendas, mais do que compensando a quebra das quantidades. No bloco 14 avançou-se com o programa de desenvolvimento do campo Benguela/Belize/Lobito/ Tomboco, prevendo-se que a 1^a fase de produção ocorra no final de 2005. No campo Tombua/Landana iniciaram-se os estudos técnicos para determinar a solução de desenvolvimento mais atractiva do ponto de vista económico e de risco.

No que se refere ao Bloco 1, cuja produção se encontra parada desde 2002, foi aprovado pelo *contract group* o programa de abandono do campo e o mesmo foi submetido à aprovação das autoridades angolanas.

Pesquisa

A actividade de pesquisa desenvolvida em Angola respeita aos blocos 32 e 33 com os trabalhos a evoluírem ao ritmo programado. No bloco 32 foi concluído em 2004 o 2º poço de exploração, terminando esta 1^a fase de exploração em Março de 2005, seguindo-se uma 2^a fase por mais dois anos. Os testes efectuados levam a crer, de uma forma ainda preliminar, que possa existir potencial para o desenvolvimento de 1 ou 2 campos. No bloco 33, tinha sido efectuado 1º poço no ano de 2003, que se revelou seco. Em 2004 prosseguiram os trabalhos em mais 2 poços, um deles também seco e o outro revelou alguns indícios de petróleo. Em 2005 deverão ser feitos ainda mais 2 poços. Dado o carácter de grande indefinição sobre a continuação da exploração neste bloco (uma vez que já existem dois poços secos) foi constituída em 2004 uma provisão de 31,8 milhões de euros para suportar os custos com o pagamento bónus de assinatura deste bloco.

A actividade de pesquisa *offshore* da Galp Energia desenvolvida no Brasil materializou-se nos Blocos BM-S-8 e BM-S-11 onde detém uma participação de 10% em cada um e nos Blocos BM-S-21 e BM-S-24 onde a participação é de 20%. Nos dois primeiros blocos as actividades que têm vindo a ser desenvolvidas encontram-se relacionadas com as vertentes sísmica, geológica e geofísica (uma 2^a fase de pesquisa), enquanto nos dois últimos blocos se está numa fase de pesquisa ainda muito preliminar.

Estudo

A Galp Energia orientou para Angola uma parte do estudo de novas oportunidades, onde o Governo local deseja arrancar com o processo de prospecção no bloco Cabinda Central, no qual a Galp Energia detém uma participação de 20%. Apesar de já decorrerem negociações para o início da prospecção, existe a necessidade de previamente realizar alguns trabalhos que passam pela avaliação da segurança operacional e pela realização de novas análises e estudos sísmicos que já se encontram desactualizados.

Em 2004, a Galp Energia concorreu à licitação de blocos *onshore* no Brasil, tendo adquirido direitos de pesquisa em 20 blocos situados nas Bacias de Espírito Santo e Poliguar. Neste concurso a Galp Energia ficou como operador em 12 blocos (em parceria com a Petrobrás) sendo que nos restantes 8 blocos a Petrobrás ficou como operadora e a Galp Energia como sociedade parceira. Os contratos de concessão foram assinados no dia 24 de Novembro. Prevê-se que o arranque dos trabalhos se inicie no final do 1º trimestre de 2005.

Galp Internacional

A internacionalização da Galp Energia prosseguiu durante 2004 através da consolidação da presença nos mercados onde a empresa já opera e da exploração de oportunidades para a entrada em novos mercados. No ano de 2004 foi particularmente relevante a montagem de uma estrutura comercial sólida e de suporte ao desenvolvimento do negócio.

Foi igualmente importante a montagem de uma organização global, onde existe uma forte interligação entre os negócios a nível central e os seus correspondentes nos respectivos países onde actuamos, com uma coordenação realizada pela Galp Internacional.

A presença internacional da Galp Energia (não incluindo o mercado espanhol) tem sido levada a cabo essencialmente em África, através de empresas próprias, empresas participadas sediadas localmente ou através de contratos de fornecimento de produtos. Nestes mercados, a Galp Energia tem vindo a combinar a sua cultura, valores e processos com as especificidades locais e necessidades próprias de cada do mercado. Em 2004 prosseguiu a implementação de um sistema de coordenação global e de controlo das empresas associadas, suportado pela nomeação de responsáveis funcionais de negócio, uniformização de práticas de gestão e criação de manuais de procedimentos e normas de competência para todas as empresas. Os trabalhos de auditoria externa atingiram resultados muito positivos, realçando todo o trabalho de rigor exercido nesta área.

Em termos comerciais, a actividade desenvolvida em 2004 pelas associadas africanas teve um crescimento de volume de vendas em todos os produtos, nos combustíveis líquidos (+9%); GPL (+16%) e Lubrificantes (+47%).

Em termos de Resultados Operacionais de toda a actividade integrada (central e local), atingiram-se valores muito positivos, denotando uma tendência cada vez mais crescente.

Os factos mais relevantes de 2004 por mercados foram :

- **Angola** - foram iniciadas as negociações para o estabelecimento de um protocolo de colaboração que envolve a troca de participações entre a Galp Energia e a Sonangol no âmbito da actividade de retalho. Ao nível das vendas, registou-se uma forte dinamização nos lubrificantes, que registaram um crescimento de + 128%.
- **Moçambique** - foi concluído o projecto de recuperação, modernização e expansão das instalações de armazenagem e enchimento de gás do parque da Matola. A entrada em funcionamento destas instalações no 2º semestre do ano foi fundamental para reforçar a capacidade logística e assegurar a competitividade neste mercado. Foi assim possível reforçar o posicionamento da Galp no mercado de GPL, invertendo a tendência de perda de quota de mercado verificada nos últimos anos. A operação de Retalho conta actualmente com uma rede de 19 postos de abastecimento, que permite colocar a Galp Energia como 3º operador (em 10 empresas a operar). Iniciou-se a operação de uma nova instalação para armazenagem e distribuição de bancas no Porto de Maputo que vai possibilitar à Galp o exclusivo do abastecimento neste porto e inaugurou-se a 1ª loja de venda de Gás que vai permitir uma maior visibilidade e exposição dos produtos Galp ao público.
- **Guiné-Bissau** - fez-se o aumento de participação no capital da empresa Petromar (de 65% para 80%). No negócio de Retalho reforçou-se a rede de COCO's em 2 novos postos e aumentaram-se as vendas de combustíveis líquidos em 16%.
- **Cabo Verde** - a ENACOL (empresa associada que opera neste mercado) comemorou o 25º aniversário da sua existência, assinalando a data com várias iniciativas de carácter social, designadamente a recuperação de uma escola e a entrega de livros. Foi inaugurado o 1º posto terra/mar do território que assegurará o abastecimento quer de barcos de pesca quer de camiões no Porto da Praia. Em termos comerciais foram lançadas as mini-garrafas de 6kg de GPL bem como novos equipamentos de queima de

apoio para GPL. Com uma rede de 24 Postos de Abastecimento a ENACOL tem vindo ao longo dos últimos anos a crescer e a conquistar quota de mercado, atingindo 40% em 2004 (face aos 19% que tinha em 1997).

A Galp Energia mantém-se atenta à evolução dos vários mercados, com o objectivo de explorar novas oportunidades alinhadas com a estratégia e as competências da empresa.

Cogeração e Energias Renováveis

Com este segmento de negócio a Galp Energia visa complementar a proposta de valor energético oferecida aos grandes clientes industriais, disponibilizando-lhes energia eléctrica e térmica (na forma de vapor e água quente), com o objectivo de contribuir para a redução de custos e o aumento de fiabilidade no fornecimento de energia a estes clientes.

De entre os actuais clientes destacam-se grandes empresas como a Solvay, a Quimigal e a Sociedade Central de Cervejas. Existem três centrais de cogeração em exploração - Energin, Carrizo e Powercer - e a central de cogeração da Refinaria de Sines já em fase de investimento. Os três projectos em exploração têm uma potência instalada superior a 80MW, uma produção anual de cerca de 600 Gwh e um nível de consumo anual de cerca de 180 milhões m³. A Galp Power (empresa que desenvolve este negócio dentro da Galp Energia) tem ainda um conjunto de projectos em carteira, com um potencial superior aos 100 MW eléctricos.

Todas as centrais de cogeração em que a Galp Power participa funcionam a GN, pelo que esta empresa se assume como um dos maiores clientes de GN para cogeração da Transgás, atingindo um consumo de 141 milhões de m³ de GN em 2004 e originando uma produção de cerca de 400 GWh de energia eléctrica (que vende na sua totalidade ao SEP- Sistema Eléctrico Públco e à REN - Rede Eléctrica Nacional).

No âmbito das energias renováveis a Galp, através da sua afiliada "Ao Sol", desenvolveu várias parcerias para a participação em projectos europeus de investigação, ao nível da dessalinização da água do mar e do tratamento de efluentes/águas quimicamente/biologicamente contaminados e iniciou, no domínio do eólico, a avaliação de várias oportunidades.

Em 2004 entrou em funcionamento a primeira unidade de micro-cogeração instalada em Portugal, o que representou uma oportunidade para o desenvolvimento de competências neste domínio e confere uma vantagem competitiva futura quando este tipo de mercado ganhar dimensão.

Já em 2005, foi atribuída à Galp Energia a licença para construir uma central eléctrica de ciclo combinado em Sines, com potência de 400MW, o que abre novas perspectivas para a Galp se posicionar também como empresa produtora de energia eléctrica.

suportes para criação de valor

+
97

O número de cartões Fast cresceu 8% (+97 mil clientes) e o Frota Ibérico aumentou 7% (+21 mil cartões). Em termos totais, os cartões de combustíveis ibéricos já ultrapassam a barreira de 1,5 milhões de cartões.

3. suportes para a criação de valor

A Galp Energia, empresa de referência no mercado ibérico de energia, está consciente da sua responsabilidade na sociedade resultante do desenvolvimento das suas actividades, produtos e serviços.

Estabelece, assim, a todos os níveis da sua gestão o compromisso da melhoria contínua da qualidade dos seus processos, produtos e serviços, do seu desempenho ambiental e da segurança das pessoas e bens, como contributo para um desenvolvimento sustentável.

A Galp Energia posiciona-se como uma Empresa social e ambientalmente responsável, constituída por uma equipa motivada, competente e inovadora, empenhada em gerar valor para os accionistas, satisfazer os clientes e contribuir para o bem estar da Sociedade.

3.1. Inovação

A maior exigência por parte dos clientes, dos mercados e das autoridades reguladoras colocam uma pressão crescente sobre os negócios e sobre os níveis de serviço e de operacionalidade das empresas.

A diferenciação dos produtos e serviços pela via da inovação e a gestão integrada do relacionamento com clientes, fornecedores e outros parceiros na cadeia de valor, são a chave para o sucesso neste novo mercado.

Da mesma forma, a colaboração entre equipas, o aproveitamento das redes de conhecimento e inovação, possibilitaram à Galp Energia realizar projectos e atingir objectivos que ultrapassam as fronteiras tradicionais.

Em 2004 a Galp Energia continuou a privilegiar a inovação na relação com o cliente, desenvolvendo um conjunto de iniciativas que mostram pro-actividade na procura de novas soluções:

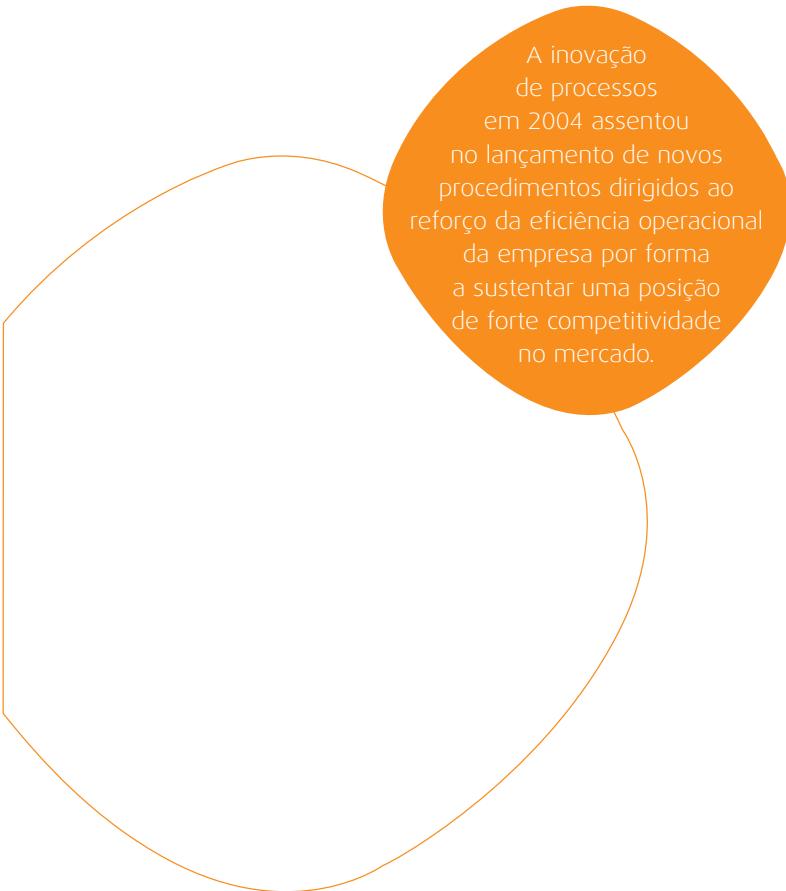
- Lançamento de um novo combustível de última geração para motores diesel - o **Galp Gforce Diesel**.
- **Galp BioPay** - é uma inovação a nível mundial, que permite fazer pagamentos usando o dedo em postos Galp. A Galp Energia foi a primeira empresa petrolífera do mundo a aplicar esta tecnologia na relação com os clientes. No final de 2004, mais de 80 áreas de serviço e 10.000 clientes utilizavam já este serviço que acrescentou

comodidade e maior eficiência no atendimento. A Galp Energia foi distinguida com o primeiro lugar na categoria de *e-commerce* dos "2004 Technology Innovation Awards", com este sistema de pagamento através da biometria.

A inovação tem sido impulsionada na Galp Energia, sendo os esforços recompensados externamente. A campanha "Toca a Ganhar" relativa ao teste relacionado com o pagamento GalpbioPay ganhou o prémio Neurónio nas categorias B2C - Retalho e Melhor Media Alternativo. O quiosque desenvolvido para a promoção biométrica já tinha sido reconhecido pelo seu design ao ganhar o troféu de ouro para *displays* nos Prémios Prisma Design Awards.

- **Galp TV** - O canal Galp TV completou o seu primeiro ano de emissão em cerca de 100 postos Galp e foi um exemplo citado e seguido por outras empresas que reconheceram o pioneirismo e a inovação deste novo canal.
- **Quiosques Multimedia** - Trata-se de uma rede de meia centena de quiosques multimédia, em postos de abastecimento Galp, que possibilitam o acesso, de forma gratuita ou a baixo custo, à sociedade de informação e tecnologias de comunicação e designadamente a um conjunto de operações (aceder à Internet, enviar/receber *e-mails*, imprimir roteiros/mapas, ver o trânsito, entre outras). Os quiosques multimedia, instalados e geridos pela empresa Fastaccess, participada da Galp Energia, estão integrados no Programa de promoção da Banda Larga do Governo Português e foram co-financiados pelo POSI (Programa Operacional para a Sociedade de Informação).
- **Galp Mobile** - Foi lançada em 2004 a solução Galp Mobile, o primeiro portal de serviços para automobilistas em internet móvel, que inclui, serviços de trânsito, mapas, pesquisa de locais de interesse, entre outros. Este serviço foi uma das primeiras soluções a nível mundial desenvolvidas para *Windows Mobile* e constituiu um *case study* mundial da Microsoft nesta área.
- **B2C (Business to Consumer)** - Em 2004 os canais internet da Galp Energia abertos a todos os consumidores (www.galpenergia.com, www.fastaccess.pt) ultrapassaram 50 milhões de páginas vistas e 500.000 utilizadores únicos. A liderança na área dos automobilistas do portal [fastaccess.pt](http://www.fastaccess.pt), foi certificada pela Marktest e pelo seu Netpanel, no final de 2004. Na preparação para o Euro 2004 TM, foi lançado o canal "Futebol Positivo" no portal [galpenergia.com](http://www.galpenergia.com),





A inovação de processos em 2004 assentou no lançamento de novos procedimentos dirigidos ao reforço da eficiência operacional da empresa por forma a sustentar uma posição de forte competitividade no mercado.

onde foi possível acompanhar todos os eventos, equipas e jogadores patrocinados pela Galp Energia no futebol. Este canal foi um dos mais vistos e acedidos durante o Euro 2004 TM.

A inovação de processos em 2004 assentou no lançamento de novos procedimentos dirigidos ao reforço da eficiência operacional da empresa por forma a sustentar uma posição de forte competitividade no mercado:

- **Encomenda electrónica (e-ordering)** - a disponibilização do serviço de encomenda electrónica constituiu um passo muito importante na relação da Galp Energia com os seus clientes empresariais, permitindo-lhes o acesso a um leque de serviços ligados à gestão de encomendas. Este serviço foi uma das primeiras implementações mundiais da solução de Internet Sales da SAP em empresas petrolíferas.

- **E-Learning** - foi lançado um programa alargado a 2.000 colaboradores de formação *on-line* relativa à excelência do serviço ao cliente. Com a instalação deste sistema, a Galp Energia inaugurou novos processos transversais de formação e informação internas.

3.2. Marca

Terminado o processo de *rebranding* e de comunicação da nova marca, o grande objectivo em 2004 foi o da sua consolidação em torno dos valores da Galp Energia. Uma marca que possa ser partilhada pelos clientes, que se destaque da concorrência e que ajude a criar uma relação mais emocional entre a empresa e os clientes.

Este objectivo foi atingido, tendo-se conseguido aquilo que todas as marcas aspiram: que os consumidores as sintam e vivam. De facto, em 2004, a marca Galp extravasou claramente as fronteiras tradicionais do posto de abastecimento e entrou noutros locais do dia a dia dos consumidores. Capitalizando na realização do UEFA Euro 2004 TM em Portugal, e assumindo-se como patrocinador deste evento, a Galp Energia conseguiu criar uma forte ligação da marca ao evento, conquistar o "campeonato dos patrocinadores" e, mais importante, potenciar o negócio.

Os resultados obtidos na ligação da marca Galp ao UEFA Euro 2004 TM são inequívocos, pois foi :

- A mais associada ao UEFA Euro 2004 TM: registou uma notoriedade total de 76,6%, a segunda marca mais associada registou 71,6% (Fonte : Memorandum);
- A com maior criatividade reconhecida (28,6%), a segunda marca mais criativa atingiu 13,3% (Fonte : Revista Marketeer);
- A mais eficaz no reforço da ligação pessoal à marca (19,2%), a segunda marca mais eficaz registou 16,2% das indicações (Fonte: Revista Marketeer);
- A com melhor relação entre investimento realizado e notoriedade obtida (Fonte: Memorandum)

A criação de um "hino" de apoio à Selecção Nacional na campanha da Galp Energia, contou com uma adesão muito forte, o que contribuiu decisivamente para o reforço da ligação pessoal à marca. O "hino", assim como o seu conteúdo, foram objecto de inúmeros programas televisivos, reportagens e artigos de opinião. A música

estava no top das músicas nacionais mais tocadas nas rádios Portuguesas e integrou a tabela de TOP+ das vendas.

A gestão da marca não se limitou a apresentar bons resultados ao nível da notoriedade, criatividade e reforço da ligação emocional. Na verdade, contribuiu activamente para a dinamização do negócio, reforço das quotas de mercado e criação de valor. Foram desenvolvidas campanhas promocionais associadas ao UEFA Euro 2004 TM, declináveis em promoções de produto que permitiram, no período do evento, um aumento de 8% das vendas de combustíveis e de 20% na facturação das lojas Galp (Tangerina e M24).

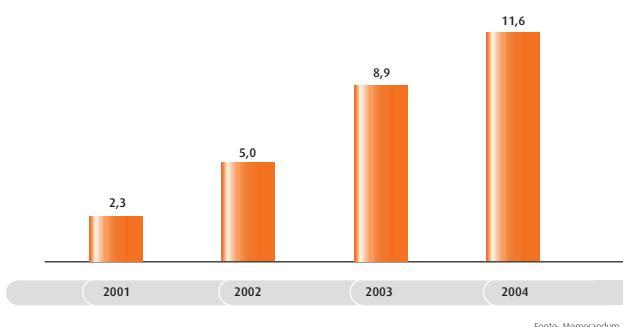
Os valores da marca mantiveram-se em níveis bastante bons, destacando-se os valores "Tecnologicamente avançada" e "Dinâmica e Inovadora". Estes resultados são fruto do lançamento de produtos como o *Gforce Diesel* e o *Galp Biopay*. O valor "Amigável e Simpática" deixou o "Top 3" dos valores da marca devido ao facto de 2004 ter sido um ano difícil para a imagem do sector, dado que se deu a liberalização dos preços dos combustíveis num cenário de subida tendencial dos preços do barril de petróleo e dos produtos.

Em 2004 dinamizou-se também a área de patrocínios, ferramenta essencial à gestão da marca. Manteve-se uma política de patrocínios selectiva e objectiva, alinhada com os valores da Galp Energia, mas com capacidade de gerar tráfego nos pontos de venda e, assim, maximizar o retorno associado. Adicionalmente dinamizou-se esta actividade de patrocínios através de um plano de comunicação e de relações públicas que permitiu aumentar a visibilidade e associação à Galp Energia.

Esse objectivo foi alcançado, tendo-se reflectido num crescimento de 30% no retorno médio publicitário de 2004, que se situou em 11,6 vezes o investimento realizado.

■ Retorno dos Patrocínios ■

(Retorno/Investimento)



Fonte: Memorandum

O lançamento da área de Marketing *Intelligence*, criada como suporte transversal aos negócios Galp Energia, promovendo o conhecimento do cliente e do mercado, teve como principal objectivo maximizar o valor da marca e da empresa.



3.3. Clientes

Carteira de Clientes	2000	2001	2002	2003	2004
Carteira de Clientes					
GN (Industrial) (n.º)	171	199	223	232	229
Clientes Distribuição GN (milhares)	473	573	671	758	819
Cartões (milhares)	1.108	1.229	1.282	1.471	1.589
Fast Galp (cartões ibéricos activos) (milhares)	859	953	1.030	1.174	1.271
Galp Frota (ibéricos) (milhares)	250	276	252	297	317
GPL (milhares)	1.904	1.854	1.705	1.705	1.705
GPL Domésticos Ibéricos (estimativa) (milhares)	1.900	1.850	1.700	1.700	1.700
GPL Industria/Comércio/Serviços (estimativa) (milhares)	4	4	5	5	5

(*) Na óptica da Cadeia de Medida (contadores).

O ano de 2004 foi um ano em que o *portfolio* de clientes Galp Energia continuou a crescer. Os clientes de distribuição de GN ultrapassaram a barreira dos 800 mil clientes o que representa um crescimento de 8% face ao ano anterior (+61 mil clientes). Face a 2000 os clientes de Distribuição de GN já cresceram 73% (+346 mil clientes) o que revela uma forte penetração comercial no segmento doméstico. No negócio *Oil* capturaram-se resultados das iniciativas de fidelização com cartões lançadas em anos anteriores e das iniciativas específicas associadas ao evento do UEFA Euro 2004 TM. Assim, o numero de cartões Fast cresceu 8% (+97 mil clientes) e o Frota Ibérico aumentou 7% (+21 mil cartões). Em termos totais, os cartões de combustíveis ibéricos já ultrapassam a barreira de 1,5 milhões de cartões.

O desenvolvimento da visão integrada do cliente Galp Energia (*Oil & Gás*) sofreu uma paragem em 2004 em virtude do cenário de separação dos dois negócios, com que se viveu durante todo o ano. Pelo contrário, registaram-se algumas iniciativas para ajudar à separação dos dois negócios, que fizeram regressar à visão desintegrada.

O ano de 2004 foi extremamente importante para o reposicionamento do *Contact Center* da Galp Energia, que foi objecto de uma optimização ao longo do ano que trouxe redução de custos. Já no final do ano preparou-se uma solução de outsourcing, que teve inicio em Janeiro de 2005, e trouxe uma redução de cerca de 15% nos custos operacionais, mantendo os níveis de serviço já existentes.

3.4. Pessoas

Sob o lema "Em 2004, o conhecimento será a energia da nossa competitividade" o Plano Estratégico de Formação da Galp Energia centrou-se em três programas orientados para, num período de dois anos, aumentar a competitividade da empresa pela via do reforço das competências de Gestão, Liderança e de Serviço ao Cliente.

"Programa Valor"

Foi desenhado para reforçar as competências dos gestores em Liderança e Gestão do Desempenho e para acentuar a importância destes vectores críticos na criação de valor e sustentabilidade dos negócios. Este programa abrange um universo de 1.600 colaboradores, distribuídos por acções a realizar em 2004 e 2005.

"Programa ESEC"

Visa criar uma Cultura de Excelência na Prestação de Serviço ao Cliente Externo e Interno, promovendo o alinhamento do comportamento dos colaboradores da Galp Energia, com a orientação para a excelência de serviço ao cliente e abrange um universo total de 4.000 colaboradores num período de dois anos

"Programa LEAD"

Desde 2001, com o arranque do projecto TEAM - Todos Empenhados Alcançamos Mais, a Galp Energia tem vindo a reforçar o desenvolvimento das competências de liderança dos seus quadros. Dando continuidade a este objectivo, a Galp Energia lançou, em Maio de 2004, o programa LEAD - Liderança de Equipas de Alto Desempenho, orientado para a melhoria da comunicação, do trabalho em equipa,

da motivação e liderança das equipas no sentido de fortalecer a competitividade da Galp Energia.

Para além dos referidos programas, iniciados em 2004, deu-se continuidade ao "Programa Executivos", que tem vindo a ser desenvolvido em conjunto com o INSEAD, tendo sido envolvidos mais 25 quadros no curso que passou a realizar-se em Portugal, continuando, no entanto, a ser liderado e conduzido pelos professores do INSEAD.

O ano de 2004 foi também o da consolidação do programa de mobilidade profissional dos colaboradores do Grupo, sustentado num processo de concursos internos que permitiu satisfazer as necessidades da organização e, em simultâneo, concretizar muitas expectativas individuais de mudança profissional. Como resultado desta política registaram-se 5% de movimentações internas em relação ao total do Universo da Galp Energia.

Foi constituída uma Comissão de Análise e Qualificação de Funções, que integra quadros dirigentes do grupo e está na dependência da Comissão Executiva, que tem como objectivo efectuar/rever a qualificação de funções, assegurando uma coerência transversal inter e intra áreas.

Ao nível da comunicação interna, procedeu-se à reformulação das *newsletters*: Energia da Semana, Energia das Refinarias e Energia Extra. Pretendeu-se, com esta reformulação, renovar a imagem destas publicações internas. Relativamente à revista Iniciativa, foi lançado já no final de 2004 um desafio para se criar um novo conceito de revista, mais alinhado com os valores centrais da Galp Energia, que será lançada no início de 2005.

No primeiro trimestre de 2004 foi efectuado um Programa de Acolhimento que contou com a participação de 50 colaboradores, 20 dos quais pertencentes à Galp Espanha e que teve como objectivo promover a integração dos novos colaboradores e fornecer-lhes uma perspectiva global da empresa.

Desde 2001, a Galp Energia tem avaliado continuamente o clima organizacional de acordo com um conjunto de vectores que apresentam impacto directo na *performance* organizacional. Este diagnóstico baseia-se na percepção de cerca de 300 Quadros obtida através da resposta a um questionário. Os valores médios dos factores do Clima Organizacional em 2004 são próximos dos de 2003, em alguns casos ligeiramente inferiores, para o qual contribuiu o clima de incerteza e

insegurança quanto ao papel da Galp na restruturação do sector energético e eventual saída do negócio do GN do Grupo Galp Energia.

Com o objectivo de fortalecer e clarificar os compromissos conjuntos, promovendo um saudável espírito de equipa e a co-responsabilização pelos objectivos da empresa são organizados mensalmente encontros da Comissão Executiva com os principais quadros do grupo (cerca de 50).

O número de efectivos do Grupo Galp Energia no ano de 2004 atingiu os 5.806 colaboradores. O aumento face a 2003 (+416 colaboradores) resulta fundamentalmente da forte expansão ibérica que a empresa assumiu em todas as suas unidades comerciais *Oil* e que passou pelo reforço da rede de postos de abastecimento em Espanha operados pela Galpgest (aumento de cerca de 250 colaboradores) e pelo reforço das próprias estruturas comerciais de suporte à dinamização e crescimento do negócio (onde se destaca a incorporação da BP Energetica com 132 colaboradores).

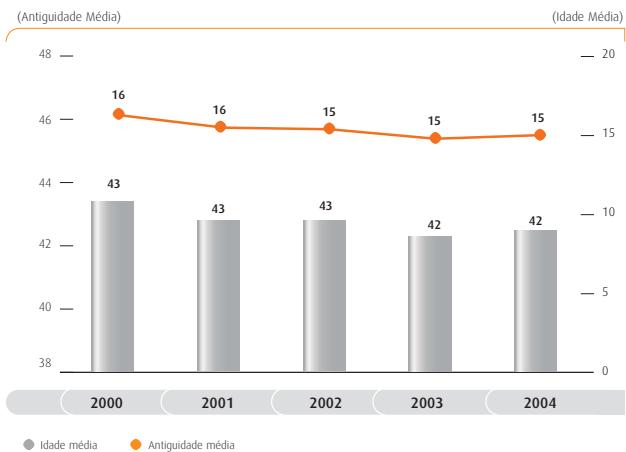
	2000	2001	2002	2003	2004
N.º Efectivos Galp Energia On site ^(*)	5.170	4.880	5.031	5.390	5.806
N.º Efectivos Galp Energia Off site ^(**)	4.346	3.830	3.668	3.482	3.635

^(*) Inclui todas as empresas do Universo Galp Energia

^(**) Exclui Galpgest, S.A., Galpgeste, Lda. e Gésol

O rejuvenescimento do quadro de pessoal da Galp Energia teve no ano de 2004 um ano de estabilização mantendo-se a idade média nos 42 anos e a antiguidade média nos 15 anos.

■ Idade média vs Antiguidade média ■



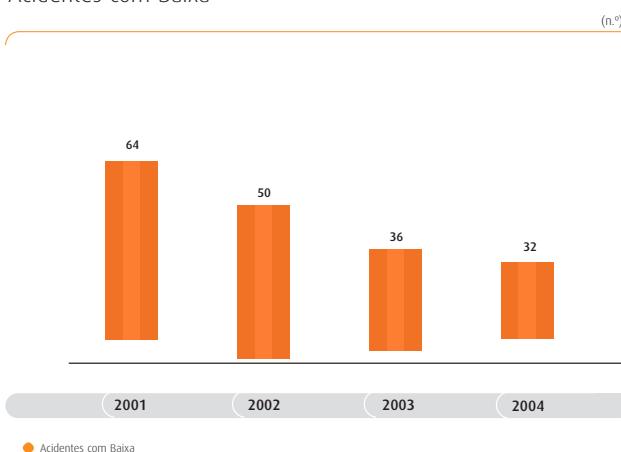
3.5. Ambiente, Qualidade e Segurança

Em 2004, foi dada continuidade aos programas de ambiente, qualidade e segurança (AQS) e foram reforçados os objectivos de redução da sinistralidade da empresa. Num contexto de actuação ibérica, procedeu-se à extensão dos objectivos, práticas e *standards* técnicos vigentes em Portugal para as actividades em Espanha.

O número de acidentes com baixa, nas operações em Portugal, manteve a tendência de redução, sendo o valor de 2004 metade do verificado em 2001.

Evolução da Sinistralidade - Operações Portugal

Acidentes com Baixa



Em 2004 avançou-se com a implementação de Planos de Emergência em todas os postos de abastecimento da Galp Energia que, através da análise de possíveis cenários, permite actuar preventivamente e melhorar a actuação em situações reais de emergência.

Foi também efectuada a requalificação ambiental e de segurança de 76 postos de abastecimento em Portugal, de acordo com o plano estabelecido.

No terceiro trimestre de 2004, foi lançado o Programa de Segurança da Galp Energia, com vista a consolidar uma cultura de prevenção e a alcançar a excelência na Gestão da Segurança. Este Programa tem como principais objectivos:

- Prevenir a sinistralidade;
- Desenvolver a cultura de responsabilidade social;
- Alcançar um desempenho de excelência;
- Tornar a Galp Energia uma empresa de referência a nível europeu no desempenho de segurança.

e abrange toda a actividade ibérica da Galp Energia. Para o desenvolvimento do programa, a Galp Energia conta com o apoio de dois consultores internacionais, e prevê-se uma duração de 4 anos.

De acordo com o código ISPC (*International Ship and Port Facility Security Code*) foi aprovada e divulgada a Política de Protecção da Galp Energia e foram desenvolvidos os planos de protecção dos Terminais de Leixões, Terminal de Aveiro, Terminal de Porto Brandão e da Tanquisado e realizadas as acções constantes nos planos de adaptação de cada Terminal. Na sequência destas acções foram obtidas as declarações de conformidade da Instalação Portuária para os seguintes terminais:

- Terminal de Graneis Líquidos Petrogal - Porto de Leixões
- Terminal de Graneis Líquidos, Ponte Cais n.º 22 Petrogal - Porto de Aveiro
- Terminal de Combustíveis da Petrogal - Porto de Lisboa
- Terminal de Combustíveis da Tanquisado - Porto de Setúbal

Relativamente ao Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental assinado em 1998 pela Petrogal S.A. com os Ministérios da Economia e do Ambiente já se encontram realizadas 173 acções, relativas ao Programa 1999/2007, restando menos de 7% de acções por realizar até ao final de 2007, que estão dependentes de diplomas legais, a ser publicados.

A Galp Energia tem dedicado grande parte dos seus investimentos à reconfiguração processual das suas unidades de Refinaria de Produtos Petrolíferos, adequando-as às novas exigências de qualidade dos produtos e garantindo o seu alinhamento com as melhores técnicas disponíveis, por forma a assegurar a adaptação destas unidades à Directiva IPPC (Directiva 96/61/EC - *Integrated Pollution Prevention and Control*).

Em 2004, a Galp Energia antecipou a introdução no mercado português de gasóleo e gasolina com reduzido teor de enxofre, tendo sido antecipadas as especificações ambientais dos combustíveis

estipuladas para 2009. No gasóleo registou-se uma redução de 350 ppm para 50 ppm de enxofre. Nas gasolinas a redução foi de 150 ppm para 50 ppm (na gasolina sem chumbo IO 95) e de 150 ppm para 10 ppm (nas gasolinas IO 98). Estas alterações terão repercussões ao nível da redução das emissões atmosféricas do sector dos transportes, contribuindo assim a empresa para os objectivos nacionais de qualidade do ar.

Ao nível interno, as Refinarias diminuíram igualmente as suas emissões de dióxido de enxofre (SO_2), através da redução drástica do teor de enxofre dos combustíveis utilizados. Foram cumpridos os limites de emissão atribuídos às suas grandes instalações de combustão e o valor limite de SO_2 para a globalidade de emissões das suas Refinarias.

Apresentam-se como principais desafios para a actividade de refinação a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e aumento da eficiência energética. Relaça-se igualmente a particular importância, para as Refinarias e as Unidades de Cogeração, o cumprimento da Directiva sobre Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Este mecanismo é chave para garantir o cumprimento por Portugal dos objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa para o período 2008 e 2012, definidos pelo Protocolo de Quioto.

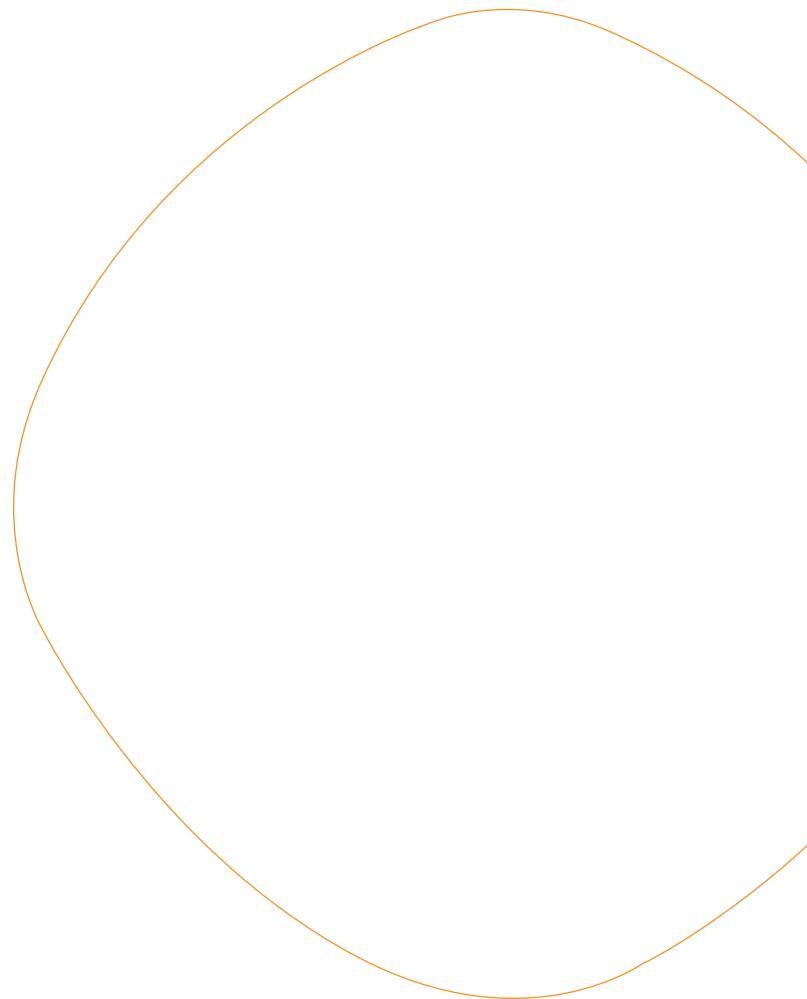
Neste sentido, e considerando o primeiro período do Comércio de Emissões 2005-2007, a Galp Energia deu continuidade ao Projecto de Alterações Climáticas, o qual conta com três fases. Tendo sido atingidos os objectivos da 1ª Fase, elaboração do inventário de CO_2 de 1990 a 2004, de todas as instalações abrangidas e definição da estratégia para negociação das licenças de CO_2 para o período de 2005 / 2007, foi dado cumprimento a todos os requisitos legais aplicáveis.

A segunda fase, que correspondeu ao processo de negociação com as Entidades Competentes, teve por principal objectivo defender a atribuição de Licenças de Emissão suficientes para a operação das instalações da Galp Energia, sem colocar em risco a sua rentabilidade. Foi particularmente demonstrada a importância e as implicações, em termos do aumento das emissões de CO_2 , da adaptação das instalações à produção de combustíveis que cumprissem as especificações ambientais, impostas pela Directiva *Auto-Oil*. Nesta fase, foi garantida a incorpopulação daquele impacto nas projecções revistas do PNAC 2004 e no PNALE 2005/2007.

Encontra-se a decorrer a terceira fase a qual visa acompanhar a atribuição de licenças de emissão para o período 2008-2012 assim como a adaptação de processos internos, de forma a preparar a Galp para uma nova realidade na qual o CO_2 passa a ser um activo da Empresa."

A Galp Energia investiu em projectos conducentes à melhoria da eficiência energética das suas instalações, com um principal enfoque na actividade de refinação. Foram igualmente estabelecidas parcerias com entidades externas com o objectivo de promover o desenvolvimento técnico em áreas como a eficiência energética e as energias renováveis, é exemplo disso, o projecto Ecocasa - Casa Virtual de Energia, promovido pela Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

No âmbito das qualificações continuou-se em 2004 a consolidação da estratégia do Grupo neste domínio.



Foram certificados novos Sistemas de Gestão: Inspecção da Refinaria de Sines (Qualidade), CLC (Ambiente), Lusitaniagás (Segurança), Transgás (Ambiente e Qualidade), Tagusgás e Lisboaagás (Ambiente, Qualidade e Segurança).

Foram desenvolvidos novos Sistemas de Gestão da Qualidade, do Ambiente, da Segurança ou integrados AQS com vista à obtenção da certificação em 2005: Betumes (Qualidade) Setgás (Ambiente) Transgás (Segurança) Parques de Aveiro e Porto Brandão (AQS).

A Galp Energia estabelece como prioridade a definição de metas e objectivos de curto/médio prazo, de forma a garantir o cumprimento da legislação, a manutenção dos sistemas de gestão já certificados, a preparação dos restantes para a certificação e a adopção progressiva de melhores tecnologias, assumindo como objectivo final a melhoria contínua do desempenho.

3.6. Responsabilidade Social

Os valores da Responsabilidade Social que a Galp Energia preconiza têm vindo a ser evidenciados nas diversas actividades desenvolvidas pela Empresa. Actuando de uma forma equilibrada a Galp Energia tem procurado dar resposta aos diferentes *stakeholders*, e às suas necessidades específicas, promovendo internamente a adopção de práticas de responsabilidade social por parte dos colaboradores.

A nível de participação junto de organizações de solidariedade social é de destacar, em 2004, as desenvolvidas em apoio às Pessoas com Deficiência:

- Projecto 'Super Atleta Galp Energia - Atenas 2004 Jogos Paralímpicos - Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes;
- Início do Projecto de integração de Pessoas com Deficiência nos postos de abastecimento Galp - Cadin - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil.

No âmbito da Fundação Luís Figo foram desenvolvidos as seguintes iniciativas:

- Projecto Recreio - "Mãos à Obra", que consistiu na recuperação e reabilitação de recreios dos Jardins de Infância e de Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico.

- Projecto *Paint a Smile* ligado à pintura de uma ala do serviço de pediatria do Hospital Dona Estefânia;
- Patrocinador principal da representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos de Atenas.

Consciente da responsabilidade social e da inserção nas comunidades locais, foram ainda prestados apoios diversos a corporações de Bombeiros residentes na área de influência das Refinarias do Porto, de Sines e parques de armazenagem e também a uma iniciativa sobre incêndios florestais organizada pela COTEC.

A Galp Energia patrocinou o jantar e a festa de Natal dos 'sem abrigo' de Lisboa - através da organização Comunidade Vida e Paz. Esta acção contou também com a participação voluntária de colaboradores da Galp Energia.

A nível interno promovemos durante o ano de 2004:

- Acções de recolha de bens - algumas toneladas de livros, brinquedos e material informático - para doar a Escolas carenciadas de Cabo Verde, aquando das comemorações dos 25 anos da associação Enacol.
- Implementação de um sistema de recolha interna de resíduos informáticos. Os valores resultantes destas vendas reverteram para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, organização que foi escolhida, entre outras, pelos colaboradores.

De modo a contribuir de uma forma activa para a criação de uma "cultura Galp" e potenciar o valor da Responsabilidade Social em relação aos seus colaboradores decorreu a primeira fase do projecto "Vidas Galp". Este projecto visa 'contar' a história da empresa através do relato dos colaboradores e valorizar o seu contributo individual na edificação e desenvolvimento da cultura da empresa.

mercados petrolífero e do gás natural

+
3,4

O consumo de produtos petrolíferos em Portugal registou em 2004 uma ligeira subida de 0,5 milhões de toneladas, com o consumo total a rondar os 14,4 milhões de toneladas, cerca de **3,4%** face ao ano anterior

4. mercados petrolífero e do gás natural

Mercado Petrolífero Internacional

Crude

A cotação do *crude* continuou a registar valores elevados ao longo de 2004 com uma subida acentuada ao longo do ano, com a cotação do *crude* de referência (*Brent dated*) a registar um valor médio anual de 38,3 USD/bbl, fechando o ano a 40,5 USD/bbl (31 Dezembro), cotação 25% superior à do início do ano.

Do lado da procura de produtos petrolíferos, o ano de 2004 registou um crescimento significativo de 3,2%, situando-se nos 82,4Mbbl/dia, muito devido ao crescimento da economia mundial, em especial China, Índia e EUA (a China voltou a registar um crescimento da procura acima dos 10%). Na Europa, o fraco crescimento económico continuou a reflectir-se na procura de *crude*, registando apenas um crescimento da procura na ordem dos 1,2%.

Cotação Brent



A oferta registou ao longo de 2004 um crescimento de 4,1% chegando aos 83Mbbl/dia. Este crescimento deveu-se maioritariamente ao crescimento do output da OPEP (+2,3Mbbl/dia - 7,5%), procurando deste modo satisfazer o aumento da procura e assim diminuir a pressão sobre as cotações registadas ao longo do ano. Deste modo, a entrada em produção do Iraque e o aumento da produção na Arábia Saudita permitiu o aumento do output da OPEP, registando-se um aumento da quota geral destes países. A produção não-OPEP registou

um abrandamento do crescimento, muito devido à contínua quebra de produção registada no Mar do Norte, continuando a ser apenas impulsionada pelo crescimento da produção na Rússia e países da antiga União Soviética.

Ao contrário de 2003, em que o diferencial Oferta-Procura se ficou pelos -0,1Mbbl/dia devido a alguma escassez de produto de mercado, o ano de 2004 registou, por seu lado, um diferencial positivo, com a oferta a crescer mais que a procura (+0,6Mbbl/dia). Este facto ficou-se a dever ao referido aumento da produção OPEP, numa tentativa de controlo da cotação do *Brent*, que estimulada por uma procura crescente e por tensões geo-políticas no médio oriente (instabilidade no Iraque e Palestina), Venezuela (Oposição a Chavez) e Nigéria (greves no sector produtivo), registou um acentuado crescimento ao longo do ano. A intervenção da OPEP, com o aumento da produção, tornou-se necessária para aliviar a pressão sobre a cotação do *crude*, registando um ligeiro decréscimo nos últimos dois meses do ano, após o máximo em Outubro de 2004 (mês em que o *Brent* atingiu por diversas vezes os 51 USD/bbl).

Shipping

O mercado de *Shipping* apresentou uma tendência irregular ao longo de 2004, registando globalmente uma subida nos preços face a 2003 (como exemplo temos uma subida de 18% face a 2003 na cotação *World Scale* de navios Aframax de 80.000 tons *Dirty*).



O mercado alvo foi assim caracterizado por uma extrema volatilidade, apresentando picos muito fortes no Inverno, alternados por períodos de queda acentuada durante os meses de Verão.

Como factores marcantes, destacamos o congestionamento do tráfego marítimo nos estreitos do Bósforo e Dardanelos, causado pelo aumento de produção dos países da ex-União Soviética e pelo factor "mau tempo".

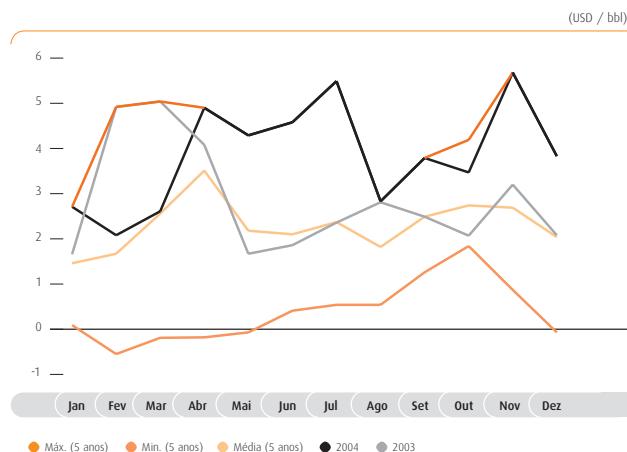
Esta situação, aliada a uma maior preocupação ambiental e a uma procura bastante forte de produtos, sustentou assim as cotações dos fretes de navios ao longo do ano.

Produtos Petrolíferos

O ano de 2004 voltou a registar margens de refinação fortes, em especial para refinarias de *cracking* (margens teórica de Roterdão *Cracking*), registando um valor médio para uma margem de refinação teórica de Roterdão de 3,86 USD/bbl, apresentando alguma melhoria face a 2003 (+1,0 USD/bbl), o que constitui o máximo dos últimos 5 anos. No que diz respeito à refinarias tipo *Hidroskimming* (menos complexas), a evolução da margem já não foi positiva, tendo a Margem Roterdão *Hydroskimming* registado o valor de 0,41 USD/bbl (-1,0 USD/bbl que a de 2003), valor próximo da média dos últimos 5 anos.

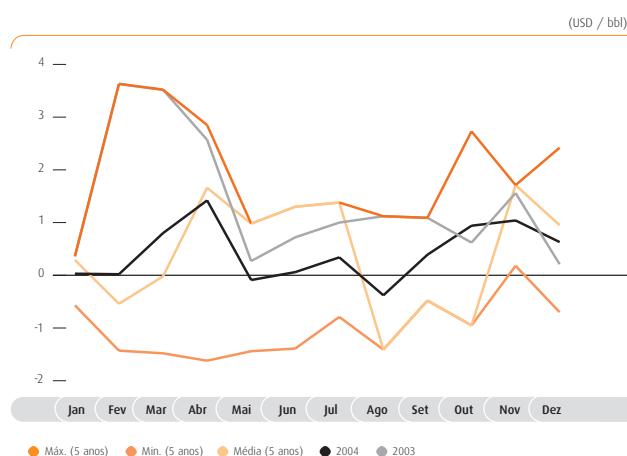
Margens Refinação

(*Cracking*)



Margens Refinação

(*Hydroskimming*)



O ano de 2004 foi suportado essencialmente pelo mercado de Gasolinhas e Destilados.

Nas Gasolinhas, registou-se de novo um crescimento sustentado da procura deste produto nos EUA e também na Ásia (em especial China) o que animou o mercado, originando aumentos significativos da cotação deste produto face ao *Brent*, contribuindo significativamente para o aumento registado na margem de refinação ao longo

de 2004. Adicionalmente, as paragens de manutenção ocorridas este ano em simultâneo com a passagem do furacão Ivan, tornaram os preços mais pressionados a partir de Setembro, altura em que normalmente se nota uma quebra no mercado após a "Driving Season".

O mercado de destilados foi ao longo de 2004 sustentado por crescimento da procura global destes produtos (*Heating Oil*, Gasóleo e *Jet*), justificando assim um crescimento das suas cotações, atingido-se máximos históricos face ao *Brent*. A ocorrência do furacão Ivan aliada à paragem para manutenções de algumas refinarias, também afectou fortemente o mercado de destilados, pois aconteceu em plena altura de constituição de *stocks* para o Inverno, o que levou a receios de escassez de produto e a uma subida relevante nas cotações destes produtos face ao *Brent*. As alterações de especificação ocorridas no final do ano para o gasóleo rodoviário na Europa (passagem de 350 ppm para 50 ppm de enxofre), acabaram por criar uma pressão elevada nas cotações de gasóleo no final do ano, devido ao medo de escassez de produto em especial nas Refinarias do Sul da Europa registando-se valores máximos na cotação deste produto face ao *Brent*.

No que diz respeito ao *Fuel*, apesar de algum crescimento pontual da procura nos EUA (*Fuel* para bancas e *Fuel straight-run*) o mercado apresentou-se muito negativo, havendo excesso de produto no mercado, situação que se tornou mais grave com o aumento dos "runs" das refinarias incentivado pelos prémios elevados para a Gasolina e Gasóleo, o que originou uma queda elevada na cotação dos Fuéis, registando-se valores mínimos para a cotação destes produtos, situação que se tornou ainda mais grave com a subida da cotação do *Brent*, esmagando a margem parcial deste produto.

Químicos (Aromáticos)

O ano de 2004 caracterizou-se por um acentuar do equilíbrio entre a oferta e a procura dos aromáticos, com destaque para o benzeno e paraxileno, com reflexo nas elevadas cotações atingidas e consequentes margens de extracção muito atractivas.

Mercado Nacional

O consumo de produtos petrolíferos em Portugal registou em 2004 uma ligeira subida de 0,5 milhões de toneladas, com o consumo

total a rondar os 14,4 milhões de toneladas (milhões de toneladas s/ fuel para a produção de energia eléctrica), cerca de 3,4% face ao ano anterior.

O crescimento foi mais significativo no mercado de Bancas (tanto aéreas como marítimas) que continuaram a registar crescimentos apreciáveis após a quebra acentuada em 2001 (efeito 11 de Setembro de 2001), mostrando alguma vitalidade do mercado da aviação e de transportes marítimos. O mercado representou em 2004 cerca de 761 Mil toneladas de bancas aéreas e 642 Mil toneladas nas bancas marítimas.

No que diz respeito às gasolinas, o ano de 2004 foi novamente um ano de queda no seu consumo, registando-se uma quebra de 3,9% no mercado, situando-se este nos 1.925 Mil toneladas, fruto quer do reduzido crescimento económico (em especial do consumo privado), quer da crescente dieselização do parque automóvel, continuando a se verificar uma substituição de consumo de Gasolina por Gasóleo.

O efeito da dieselização incentivou assim o crescimento do consumo de Gasóleo, sendo também de salientar o aumento do consumo de gasóleo profissional, mesmo com o baixo crescimento da economia portuguesa, atingindo-se os cerca de 5.585 Mil toneladas (+3,7% que em 2003).

Quanto ao consumo de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), 2004 registou um crescimento nulo, situando-se nos 944 mil toneladas em 2004, o que contrariou a tendência de decréscimo dos últimos anos. Este facto deveu-se essencialmente a consumos para a Indústria Petroquímica como alternativa à nafta em virtude do diferencial entre as cotações no mercado internacional dos dois produtos, e não motivado por um crescimento estrutural do mercado de GPL.

O mercado de Fuéis, continuando a ser afectado pela substituição de algum consumo por Gás Natural, registou em 2004 uma queda mais ténue, da ordem dos 2,2%, com o consumo a atingir as 1.340 Mil toneladas (excluindo consumos para produção de energia eléctrica), indicativo de alguma vitalidade do mercado. O mercado de Betumes após um ano de quebra no consumo, registou de novo crescimento, com um aumento do investimento público, situando-se nas 612 Mil toneladas (+5,2% que em 2003).

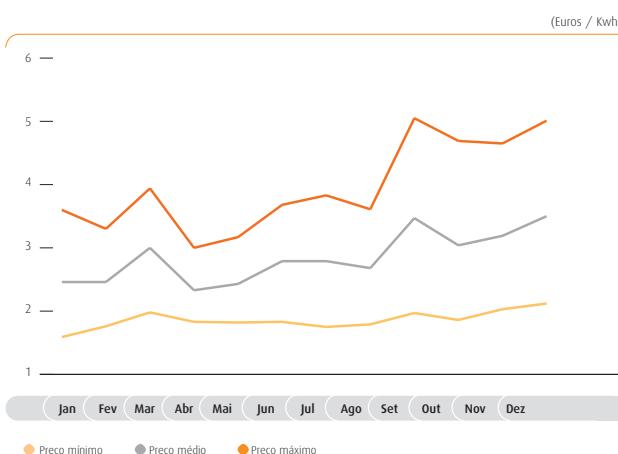


Mercado do Gás Natural

O custo de aquisição do gás natural em 2004 foi fortemente condicionado pela evolução verificada nos mercados internacionais, nomeadamente o preço do *brent*, com o qual estão relacionadas as fórmulas de aquisição do GN. Assim sendo, o custo do gás natural do portfolio da Transgás apresentou uma significativa tendência de subida a partir do 3º trimestre.

O aumento dos preços internacionais da energia e logo de aquisição do GN na produção coincidiu com um forte aumento da procura no final do ano na generalidade dos mercados. Na península ibérica, o Inverno seco e frio provocou, desde Outubro, um aumento da procura no mercado eléctrico, o que, conjugado com o aumento dos preços do petróleo e derivados, teve reflexos nos preços da pool (bolsa de transacções de energia eléctrica).

Evolução do Custo do Gás Natural



O custo médio de produção do KWh nas centrais térmicas portuguesas, apesar do elevado preço do GN, esteve consentâneo com os valores da pool acima mencionados. Assim, as centrais de ciclo combinado, Tapada do Outeiro e TER, que representaram 43% das vendas da Transgás, tiveram grandes taxas de utilização durante o final do ano.

Também nos mercados internacionais do GN mais líquidos, como o norte americano, o efeito do aumento da procura resultou num acréscimo

significativo dos preços spot, permitindo a reorientação do GNL da Europa para esses mercados, apesar da subida dos preços na origem.

Henry Hub (Futuros 3 Meses) Média Mensal



No último trimestre do ano o preço do GN nos EUA teve uma subida muito significativa, passando de um mínimo, em finais de Janeiro, de 5 USD/MMBtu para quase 10 USD/MMBtu em Outubro de 2004. Estes valores permitiram à Transgás, conjuntamente com um dos seus fornecedores de GNL, participar numa operação de redirecionamento de cargas para o terminal Lake Charles, o que constituiu a sua primeira operação de *trading* fora do espaço ibérico.

performance económica e financeira



A Galp Energia atingiu, no ano de 2004, um novo recorde de resultados, registando resultados líquidos de 333 milhões de euros, um valor que traduz um crescimento de **35%**, face a 2003, e que corresponde a um crescimento anual de 65% nos últimos quatro anos.

5. performance económica e financeira

5.1. Análise Económica

Contas Individuais

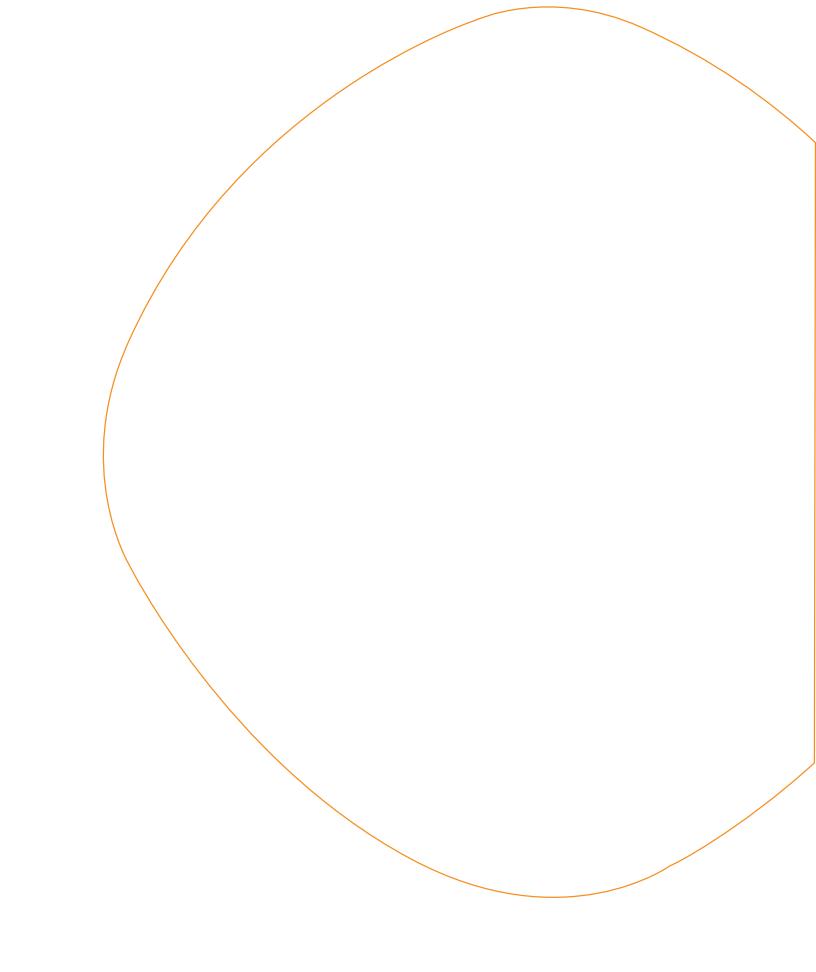
Galp Energia Individual	(milhões de euros)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Resultados Operacionais	-6.230	-12.863	-18.519	-17.944	-18.149
Resultados Financeiros	50.006	107.427	139.528	261.951	346.585
Resultados Correntes	43.776	94.564	121.009	244.007	328.436
Resultados Extraordinários	-157	-1.013	-20.316	-622	297
Resultados antes de Impostos	43.619	93.551	100.693	243.385	328.733
Imposto Apurado	1.535	3.302	13.827	4.061	4.331
Resultados Líquidos	45.154	96.853	114.520	247.446	333.064

A Galp Energia S.G.P.S., S.A. é uma *holding* operacional que gera as participações sociais e centraliza as principais funções corporativas do Grupo. Em 2004, os Resultados Líquidos da Galp Energia S.G.P.S., S.A. atingiram 333,1 milhões de euros, 35% acima do verificado no ano anterior.

Tal como em anos anteriores, a principal componente dos resultados está nos ganhos líquidos em empresas do Grupo (343,7 milhões de euros) contabilizados como resultados de participações financeiras. Os Resultados Operacionais da *holding* foram negativos em 18,1 milhões de euros, ficando em linha com os de 2003.

Os custos mais significativos foram os fornecimentos e serviços externos que, atingindo 33,9 milhões de euros, ficaram 2,7 milhões de euros acima do ano anterior (+9%). Os custos com pessoal atingiram os 11,7 milhões de euros e cresceram 6%. Como proveitos, a empresa registou prestações de serviços de gestão às empresas do grupo (a preços de mercado) de 19,5 milhões de euros, valor alinhado com o do ano anterior e redébitos de custos na ordem dos 4,1 milhões de euros, valor que praticamente duplicou face ao ano anterior.

Em termos patrimoniais, o activo líquido registou um aumento de 103 milhões de euros (+5%). As principais variações ocorreram nos investimentos financeiros (+225 milhões de euros/ +13%) resultante do ajustamento do valor das participações em função dos resultados obtidos pelas empresas do grupo. Este aumento foi parcialmente absorvido por diminuições de empréstimos a empresas do Grupo no montante de 109 milhões de euros (-29%) devido essencialmente à redução do valor dos suprimentos às empresas de Gás Natural. De salientar ainda uma variação positiva de 13,7 mi-



lhões de euros referente ao impacto do regime de tributação e reporte de prejuízos consolidado e que representa um acréscimo de activos para a Galp Energia S.G.P.S.

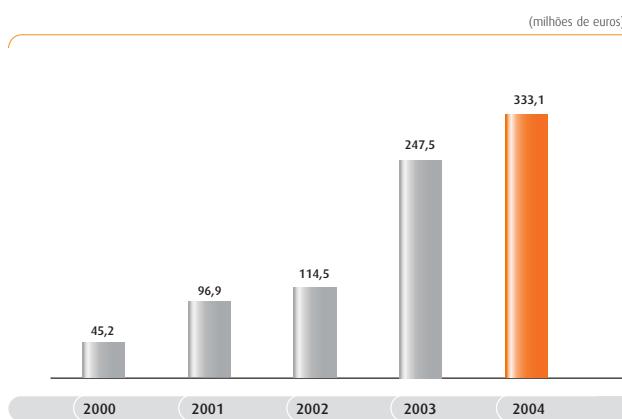
No que se refere ao passivo, é de registar a substituição das dívidas a instituições de crédito (curto, médio e longo prazo) de 248 milhões de euros por contrapartida do aumento de empréstimos de empresas do grupo (150 milhões de euros) de forma a optimizar a política de financiamentos e a gestão de tesouraria do grupo, centralizada na Galp Energia S.G.P.S.



Contas Consolidadas

A Galp Energia obteve em 2004 os melhores resultados da sua história ao atingir um resultado líquido consolidado de 333 milhões de euros. Este resultado traduz um aumento de 35% face ao ano anterior e um crescimento médio anual de 65% no últimos 4 anos, o que demonstra a melhoria sustentada da *performance* económica, nos últimos 4 anos.

Resultados Líquidos



Os resultados obtidos evidenciam a consistência da estratégia seguida pela Galp Energia desde 2001 e incorporaram os benefícios obtidos com a implementação de diversos programas/fóruns internos fundamentalmente orientados para a aceleração da criação de valor.

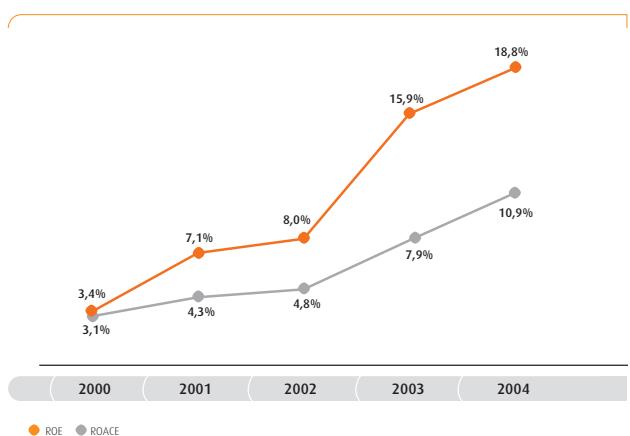
Esses programas/fóruns trouxeram uma outra forma interna de trabalhar (em rede, com mais comunicação), enfocaram as áreas e os colaboradores nos objectivos prioritários da Empresa e criaram uma organização e uma cultura voltada para o processo de criação de valor. Exemplos desses programas/fóruns são a Gestão Integrada da Margem, *Appraisal* da Refinação, *Market Intelligence*, *Value Based Management*, *Value Creation Office*, Programa de Redução de Custos, Modelo de Gestão de Investimentos e Projectos, entre outros.

Os resultados de 2004 foram alcançados num cenário de incerteza quanto ao enquadramento da Galp Energia no sector energético nacional e ibérico, o que evidencia o elevado enfoque de toda a

organização na obtenção de resultados superiores, mesmo num clima de grande incerteza quanto ao futuro.

Estes resultados permitiram ainda acomodar diversas decisões de fecho desfavoráveis, num valor próximo de 58 milhões de euros, entre as quais se destaca a provisão constituída para fazer face à probabilidade de se verificarem blocos secos na actividade de Exploração e Produção (31,8 milhões de euros).

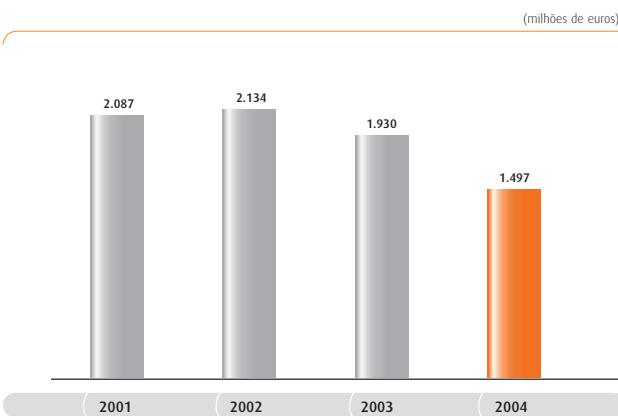
Indicadores de Rentabilidade



O ROE de 2004 atingiu os 18,8% e ficou +2,9 p.p acima do ano de 2003, o que representa um crescimento apreciável (+10,8 p.p em dois anos) e coloca a Galp Energia com um nível de rentabilidade similar ao dos seus *peers*. O ROACE em 2004 cresceu 3,0 p.p, atingiu os 10,9% e foi impulsionado pelos resultados operacionais obtidos mas também pelo esforço levado a cabo de desinvestimentos e racionalização do Capital Empregue. Este nível de ROACE coloca claramente a Galp Energia como empresa criadora de valor, face ao custo de capital típico associado a um negócio *Oil & Gas* (entre 7%-8%).

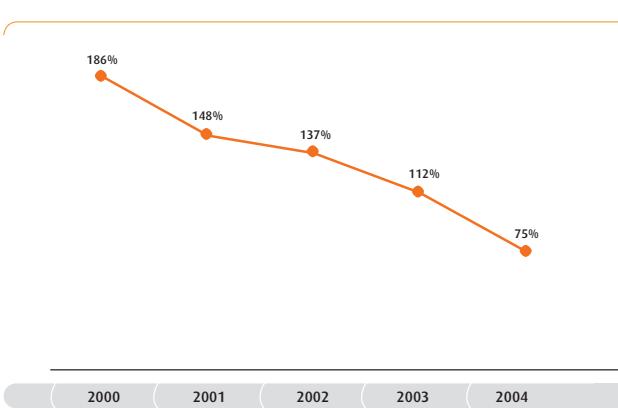
A boa *performance* económica permitiu gerar *cash flows* significativos que foram aplicados na redução da dívida. A dívida líquida bancária ficou em 2004 em 1.497 milhões de euros o que representa uma redução de 433 milhões de euros face a 2003 (-22%). Em dois anos consecutivos a dívida já se reduziu 637 milhões de euros (-30%).

■ Dívida Líquida Bancária ■



O rácio *debt to equity* tem vindo a reduzir sustentadamente (diminuição de 37 p.p face a 2003) colocando a Galp Energia num nível em que a dívida líquida bancária é inferior ao capital próprio. Este indicador permite enquadrar a via da alavancagem financeira como suporte ao crescimento da empresa.

■ Debt to Equity ■



Demonstração de Resultados Consolidados	2000	2001	2002	2003	2004	Variação 2004/2003		Variação 2004/2000	
						Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	6.780.229	6.880.138	6.911.175	7.413.548	9.258.519	1.844.971	25%	2.478.290	37%
Márgem Bruta ^(a)	1.178.911	1.074.932	1.135.452	1.243.386	1.525.172	281.786	23%	346.261	29%
FSE's	394.203	407.631	419.116	391.805	437.258	45.453	12%	43.055	11%
Custos com Pessoal	216.505	211.676	216.539	225.752	255.073	29.321	13%	38.568	18%
Outros Custos Operacionais	91.704	23.076	30.642	51.276	69.342	18.066	35%	-22.362	-24%
Outros Proveitos Operacionais	117.434	75.914	63.832	74.638	68.219	-6.419	-9%	-49.215	-42%
EBITDA	593.933	508.463	532.987	649.191	831.718	182.527	28%	237.785	40%
Amortizações e Provisões	374.937	362.219	323.615	314.681	392.911	78.230	25%	17.974	5%
EBIT	218.996	146.244	209.372	334.510	438.807	104.297	31%	219.811	100%
Resultados Financeiros	-75.656	-70.131	-56.607	-20.912	-29.781	-8.869	42%	45.875	-61%
Resultados Extraordinários	-82.481	66.217	-12.946	55.502	40.579	-14.923	-27%	123.060	-149%
Interesses Minoritários	-888	2.216	4.336	-2.995	-4.625	-1.630	54%	-3.737	421%
Resultados Antes de Impostos	61.747	140.114	135.483	366.105	444.980	78.875	22%	383.233	621%
Imposto sobre Rendimento	16.592	43.261	20.962	118.659	111.916	-6.743	-6%	95.324	575%
Resultados Líquidos	45.155	96.853	114.521	247.446	333.064	85.618	35%	287.909	638%

^(a) Incluindo prestação de serviços

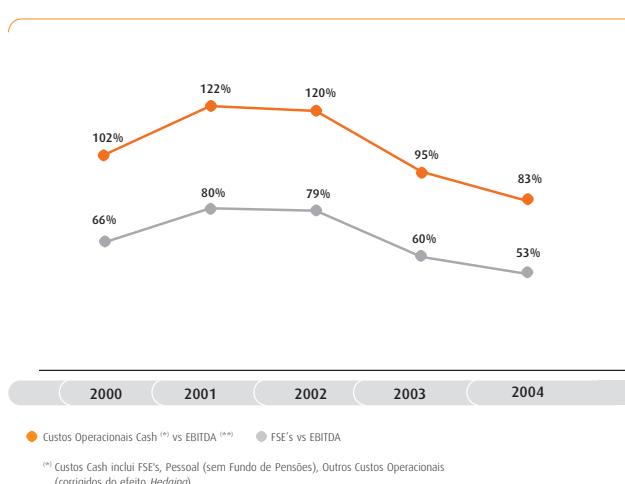


A Margem Bruta registou um crescimento de 281,8 milhões de euros (+23%) face ao ano anterior. Para esta evolução da margem muito contribuiu a actividade de refinação, os negócios comerciais Oil e o negócio do Gás Natural, com records históricos de actividade (volumes) e melhoria significativa na *performance* operacional. De salientar que a empresa adoptou a metodologia LIFO (*Last In First Out*) para valorizar as suas existências desde o ano 2002.

Os custos operacionais *cash* aumentaram 92,8 milhões de euros face ao ano anterior (+14%). Este aumento de custos esteve associado à expansão da actividade (sobretudo no mercado espanhol e também em alguns segmentos/negócios em Portugal) e às novas condições dos mercados que colocam pressões fortes para o aumento de alguns custos (como os transportes).

Apesar dum aumento do nível custos em 2004, a Galp Energia regista uma evolução favorável em termos do peso relativo dos custos *cash* no EBITDA, indicador que tem vindo a melhorar desde 2002. Esta via da redução de custos proporcionou uma melhoria da eficiência operacional na Galp Energia.

■ Custos Cash vs EBITDA ■



Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 45,5 milhões de euros (+12%) face a 2003, tendo os custos com pessoal subido 29,3 milhões de euros (+13%) face ao ano anterior. Este facto deveu-se essencialmente à iberização dos negócios e o crescimento em Espanha através do reforço da rede de postos do retalho (COCO's) e da aquisição da BP Energetica (actual Serviexpress Espanha). Adicionalmente, o impacto das novas normas contabilísticas IAS e de algumas decisões de fecho pesaram no crescimento dos Custos Operacionais na Galp Energia face ao ano anterior.

Os outros Custos Operacionais cresceram 18,1 milhões de euros (+35%), sobretudo relacionados com os custos de *Hedging*, amplamente compensados pela evolução da Margem Bruta.

O EBITDA da Galp Energia atingiu os 831,7 milhões de euros, valor que supera o ano anterior em 182,5 milhões de euros (+28%). Face ao ano 2000, o EBITDA cresceu 40% num total de 237,8 milhões de euros.

Os custos *non cash* (Amortizações e Provisões) tiveram, no ano de 2004, um aumento de 78,2 milhões de euros (+25%). A conclusão de investimentos estratégicos no segmento Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural (Terminal de GNL de Sines) e o início da exploração destas infra-estruturas levou ao aumento das amortizações (+14 milhões de euros). A iberização dos negócios Oil e o aumento de activos em Espanha também contribuiu para o aumento das amortizações em 3,7 milhões de euros. As provisões registraram um forte aumento face ao ano anterior (57,8 milhões de euros), sendo a mais significativa uma provisão efectuada na Exploração e Produção para a eventualidade de existirem blocos secos (31,8 milhões de euros).

Os Resultados Financeiros de 2004 foram negativos em 29,8 milhões de euros e foram mais desfavoráveis que o ano anterior em 8,9 milhões de euros. Apesar de se ter verificado uma melhoria relacionada com os juros suportados (resultante da redução da dívida e de taxas de juro mais favoráveis) em 0,7 milhões de euros, existiram efeitos desfavoráveis relacionados com a diminuição da capitalização de juros (ex: Terminal GNL que entrou em exploração em 2004) de 5,1 milhões de euros e com a diminuição de outros proveitos financeiros de 8,1 milhões de euros. As diferenças de câmbio líquidas foram positivas em 2004 ascendendo a 8 milhões de euros contra 9,6 milhões de euros verificadas em 2003.

Os resultados Extraordinários atingiram 40,6 milhões de euros e foram inferiores aos registados no ano de 2003 em -14,9 milhões de euros (-27%). A redução mais significativa encontra-se associada à diminuição de mais valias com activos de 27,4 milhões de euros (dos quais 17 milhões de euros estão relacionados a operação de SWAPS de postos). Os subsídios ao investimento, por sua vez, aumentaram 8,5 milhões de euros essencialmente devido ao início de exploração do Terminal de GNL em Sines.

Performance Operacional dos Segmentos

	EBIT						(milhares de euros)
	2001	2002	2003	2004	Var.04/03	Var.04/01	
Refinação & Marketing	137.513	131.733	262.542	338.879	76.337	201.366	
Aprov. Transporte GN	37.550	81.477	63.054	93.949	30.895	56.399	
Distribuição GN	-14.890	10.085	24.270	38.861	14.591	53.751	
Exploração & Produção	7.358	12.365	7.598	-19.343	-26.941	-26.701	
Outros (*)	-21.288	-26.288	-22.954	-13.539	9.415	7.749	
Galp Energia	146.244	209.372	334.510	438.807	104.297	292.563	

(*) Funções corporativas, funções de suporte e outras actividades.

O segmento Refinação & Marketing atingiu em 2004 resultados operacionais de 338,9 milhões de euros o que representa um crescimento +29% (76,3 milhões de euros) face a 2003. Este aumento esteve essencialmente ligado ao negócio da refinação que mais que duplicou os resultados operacionais.

A melhoria de resultados na Refinação ficou a dever-se a um conjunto de factores positivos:

- Margens de cotações internacionais elevadas;
- Records de produção nas duas Refinarias.

e de factores negativos:

- Dólar fraco com mínimos históricos alcançados durante o ano de 2004;
- Paragem programada da Refinaria de Sines no início do ano;
- Paragens parciais na Refinaria do Porto devido ao acidente ocorrido em Leixões.

Apesar das paragens nas duas Refinarias foi possível atingir no final do ano uma produção acima dos objectivos definidos, em resultado das melhorias operacionais que foram implementadas que proporcionaram sucessivos recordes absolutos de produção. As duas

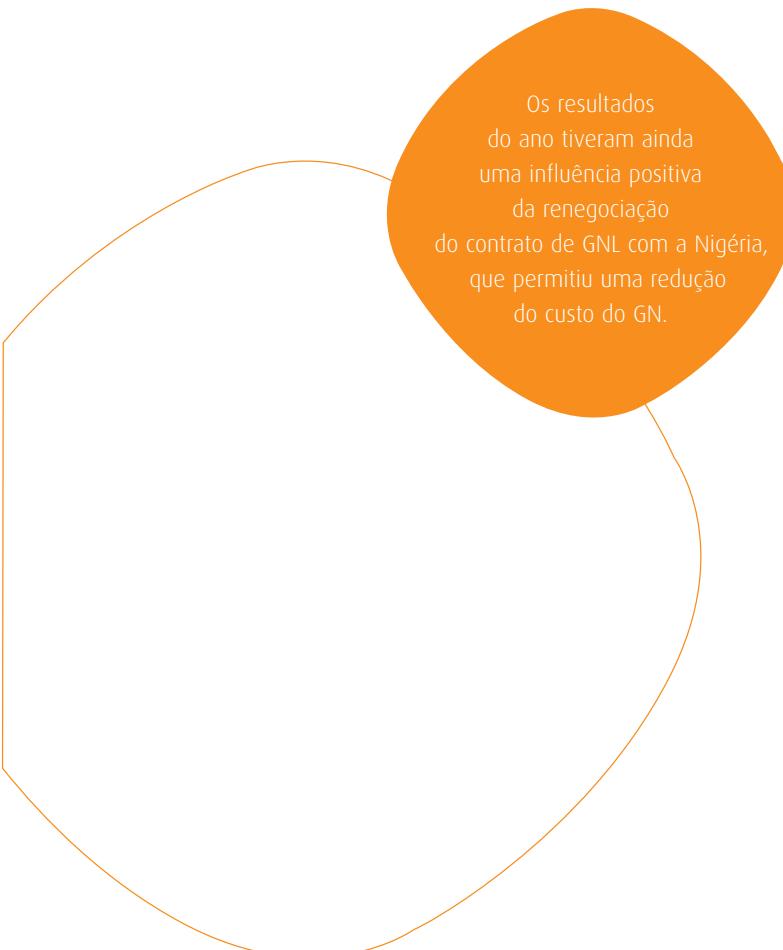
Refinarias atingiram níveis elevados de fiabilidade, com especial destaque para a Refinaria de Sines que registou uma fiabilidade de 99,4% em 2004, a melhor dos últimos 7 anos.

A cultura e a prática de melhoria contínua que vem sendo persistentemente implementada permitiu melhorar a performance da actividade de refinação nos últimos anos e atingir uma adequada remuneração dos activos.

No negócio do Aprovisionamento e *Trading* registou-se uma quebra nos Resultados Operacionais devido ao *Hedging* e ao efeito *timelag* no *pricing* das vendas às concorrentes, parcialmente compensados pela operação de venda de *stocks* à EGREP, no final do ano, que registou uma margem bruta positiva de 18,8 milhões de euros.

Os negócios comerciais de produtos petrolíferos registaram em 2004 uma excelente *performance* comercial ibérica nos vários segmentos e produtos. Apesar do fraco crescimento do mercado e do aumento da intensidade competitiva, a Galp conseguiu aumentar os volumes de vendas ibéricas em todos os negócios. Os Resultados Operacionais dos negócios comerciais *Oil* ficaram 3% acima do ano anterior:





Os resultados do ano tiveram ainda uma influência positiva da renegociação do contrato de GNL com a Nigéria, que permitiu uma redução do custo do GN.

novos mercados (Aviação) e a penetração em novos segmentos de maior valor (B2C).

- No negócio do GPL os volumes de vendas ficaram alinhados com o ano anterior. O aumento das vendas em Espanha compensou a quebra do mercado em Portugal, muito influenciada pelo clima ameno que se fez sentir durante o ano que não favoreceram os consumos de Gás. A nível logístico, a concentração do negócio em parques mais modernos e automatizados permitiu melhorar a eficiência operacional e reforçar a competitividade deste negócio.

Os Resultados Operacionais do segmento de Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural atingiram 93,9 milhões de euros e ficaram 30,9 milhões de euros acima do ano anterior (+49%). Foi ultrapassada a barreira dos 4 mil milhões de m³ de GN de vendas de GN, o que equivale a 13% da energia primária em Portugal. Face a 2003, obteve-se um crescimento de 581 milhões de m³ de GN (+17%) essencialmente à custa do segmento eléctrico que cresceu 53%. A actividade de *trading* internacional atingiu um volume acima dos 370 milhões de m³ de GN, cerca de 10% das vendas.

Os resultados do ano tiveram ainda uma influência positiva da renegociação do contrato de GNL com a Nigéria, que permitiu uma redução do custo do GN.

No inicio de 2004 deu-se inicio à exploração comercial do Terminal de GNL com uma grande eficiência operacional comparável aos melhores *standards* deste sector.

A Distribuição de Gás Natural registou um aumento dos Resultados Operacionais na ordem dos 14,6 milhões de euros (+60%) para os 38,9 milhões de euros. Este resultado reflecte um aumento da base de clientes de +8% (+61 mil clientes) e um acréscimo de volumes de 10% (+59 milhões de m³ GN).

Na actividade de Exploração e Produção, os resultados operacionais de 2004 atingiram os -19,3 milhões de euros mas foram fortemente influenciados pela provisão de 31,8 milhões de euros constituída para poços secos. Expurgando esta provisão os resultados seriam de 12,5 milhões de euros e teriam ficado 65% acima de 2003, sendo positivamente influenciados pelas elevadas cotações do *crude* nos mercados internacionais, apesar do efeito cambial (dólar) adverso.

- O negócio ibérico do Retalho cresceu acima de 4% em termos de volumes, fruto da estratégia de *swaps* e do crescimento orgânico. As vendas *non fuel* aumentaram 44% em 2004, impulsionadas pela abertura de 54 novas lojas e pelo crescimento do volume de vendas por loja (+14%), representando este negócio já 11% da margem total do Retalho. O número de postos ibéricos manteve-se praticamente igual a 2003 (1.094 postos) mas com uma venda média por posto superior (+4%).
- No segmento das Empresas privilegiou-se o crescimento em Espanha e o reforço do posicionamento em Portugal. As vendas *Oil* Ibéricas aumentaram 15% face a 2003, suportadas por um crescimento de 9% em Portugal e de 38% no mercado espanhol. Em Espanha, para além do crescimento nos volumes de gasóleo, assegurou-se a entrada em

5.2. Análise Financeira e Gestão de Risco

Balanço e Estrutura Patrimonial

O Activo Líquido Consolidado do Grupo Galp Energia, a 31 de Dezembro de 2004, ascendia a 6.163 milhões de euros, para um montante de Capitais Próprios de 1.887 milhões de euros.

Balanços	(2002)	(2003)	(2004)	(milhões de euros)
Imobilizações Incorpóreas	475	507	494	
Imobilizações Corpóreas	3.201	3.282	3.292	
Investimentos Financeiros	232	224	204	
Total Imobilizado	3.908	4.012	3.989	
Dívidas de Terceiros MLP	65	40	33	
Total Activo Fijo	3.973	4.052	4.022	
Existências	655	719	677	
Dívidas de Terceiros CP	856	780	873	
Títulos Negociáveis	1	11	19	
Dep. Bancários e Caixa	132	179	215	
Acrésc. e Diferimentos	310	328	358	
Total Activo Circulante	1.953	2.017	2.142	
Total Activo	5.926	6.069	6.163	
Capital Próprio	1.461	1.651	1.887	
Interesses Minoritários	29	24	27	
Provisões	319	274	307	
Dívidas a Terceiros MLP	1.249	1.392	1.125	
Dívidas a Terceiros CP	2.050	1.922	1.980	
Acrésc. e Diferimentos	819	805	838	
Total Passivo	4.466	4.418	4.276	
Total CP + Passivo	5.926	6.069	6.163	

O activo consolidado registou um acréscimo de 94 milhões de euros face ao final de 2003. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento de 93 milhões de euros das dívidas de terceiros de curto prazo, com especial enfoque nos clientes conta corrente, em face do aumento de actividade.

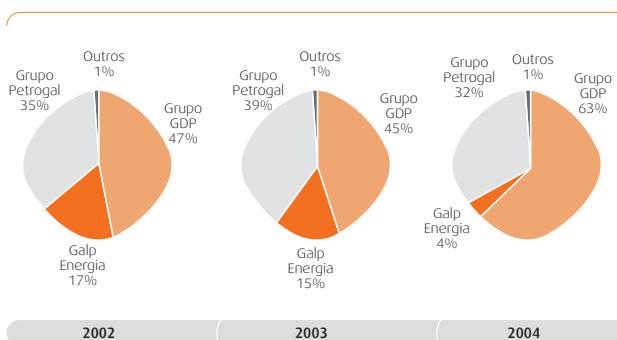
O passivo situou-se nos 4.276 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 142 milhões de euros, face ao final de 2003. Este decréscimo foi decisivamente influenciado pela variação negativa de 267 milhões de euros nas Dívidas de Terceiros de MLP, nomeadamente da dívida bancária.

O aumento dos capitais próprios em 236 milhões de euros, resulta do aumento do Resultado Líquido do exercício e dos Resultados Transitados.

Política de Financiamento

Os anos de 2002 e 2003, consubstanciavam uma política de financiamento que definia a Galp Energia como veículo preferencial de financiamento de todo o Grupo. Em 2004, com a potencial reestruturação do sector energético que indicava a separação do negócio do gás natural do negócio do petróleo, a GDP passou a assumir o papel de veículo de financiamento do sector de Gás Natural. Para o Grupo Petrogal a Galp Energia manteve-se como polo centralizador da gestão de fundos

Distribuição da Dívida Financeira do Grupo



Estrutura da Dívida Consolidada

	(2002)	(2003)	(2004)	(2004-2003)
Total Dívida CP	1.033	748	633	-115
Empréstimos Obrigacionistas	71	150	0	-150
Empréstimos Bancários	923	557	631	75
Outros Empréstimos Obtidos	40	41	1	-40
Total Dívida MLP	1.233	1.372	1.098	-274
Empréstimos Obrigacionistas	256	310	310	0
Empréstimos p/ Títulos Particip.	11	0	0	0
Empréstimos Bancários	959	1.057	784	-273
Papel Comercial	6	5	4	-1
Total Passivo Remunerado	2.266	2.120	1.731	-389
Disponibilidades	132	190	234	44
Dívida Líquida	2.134	1.930	1.497	-433

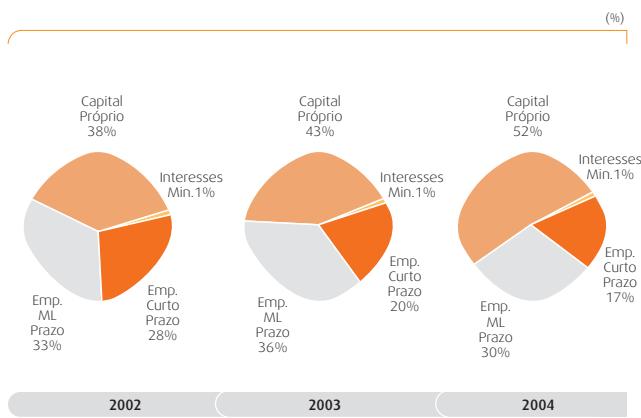


Em termos globais, a dívida da Galp Energia sofreu uma redução de 433 milhões de euros em face do aumento do *cash flow* libertado.

O custo médio da dívida da Galp Energia em 2004 manteve-se relativamente estável face a 2003, situando-se nos 2,66%. Para tal contribuiu a manutenção da depreciação do dólar face ao euro, embora de forma mais moderada que no ano anterior, enquanto que relativamente à política monetária, o ano foi marcado por alguma estabilidade nas taxas de juro.

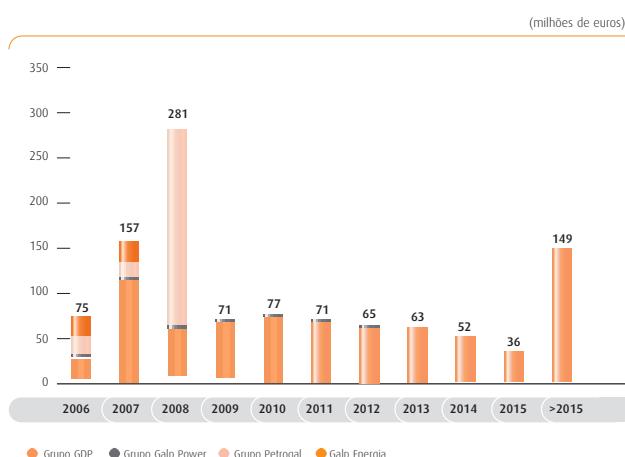
Estrutura de Capitais

Em 2004, o capital próprio aumentou 14%, enquanto que os empréstimos de curto e médio e longo prazo, diminuíram 15% e 20%, respectivamente. Manteve-se relativamente estável a proporção entre endividamento de curto e médio e longo prazo.



Em 2008 atingir-se-á a maturidade da operação de securitização realizada pela Petrogal em 2003, pelo que nesse ano, caso a operação não seja renovada, haverá um reembolso de 210 milhões de euros.

Perfil de Reembolsos de Médio e Longo Prazo



O recebimento de fundos comunitários de apoio ao investimento, no âmbito do POE, atingiu os 79 milhões de euros para sector do Gás Natural.

A Galp Energia, no âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol" sobre a compensação a fazer à Petrogal, tem o direito de receber 75 milhões euros do governo. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados na Petrogal nas Refinarias do Porto e de Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. Já em 2005 foi recebida a primeira tranche de 25 milhões de euros.



Investimento

No ano de 2004 o investimento da Galp Energia, em termos agregados, ascendeu a cerca de 367,4 milhões de euros, o que representou uma quebra de 27% face ao montante investido em 2003.

Essa quebra teve maior expressão no negócio do Aprovisionamento e Transporte de GN (-76%), devido à conclusão dos principais investimentos nas infra-estruturas de aprovisionamento, armazenagem e transporte de Gás Natural.

Apenas o investimento na actividade de Exploração & Produção (*Oil*) registou um acréscimo (+90%) face a 2003, associado sobretudo ao desenvolvimento da actividade de pesquisa em Angola (Blocos 14, 32 e 33).

Unidades de Negócios	2002	2003	2004
Galp ARL	43,3	66,2	57,2
Galp Retalho	70,4	108,7	64,8
Galp Empresas ^(*)	8,3	13,0	13,8
Galp Transgás ^(**)	154,8	126,7	31,0
Galp Gás - GN ^(***)	170,8	112,1	93,3
Galp Gás - GPL	14,8	22,8	26,8
Exploração & Produção ^(****)	16,3	39,5	74,9
Geração & Cogeração	7,4	11,1	4,5
Outros	5,0	3,3	1,1
Total Agregado	491,3	503,2	367,4
Total Proporcional	443,9	466,8	336,9
Total Consolidado	426,7	466,3	335,0

^(*) Em 2004, inclui o investimento financeiro na aquisição da BP Energetica

^(**) Valores incluem TPE's e Juros

^(***) Inclui investimento financeiro nos blocos do Brasil

Ajustando pela participação (%) que a Galp Energia detém no capital de cada uma das empresas, o investimento realizado em 2004 representou um esforço financeiro da ordem dos 336,9 milhões de euros (92% do investimento total agregado).

Cerca de 91% do investimento agregado de 2004 foi realizado em empresas em que a Galp Energia detém uma participação maioritária no capital, pelo que o montante de investimento reflectido nas contas consolidadas ascende a cerca de 335,0 milhões de euros.

O montante de investimento dispendido no ano foi essencialmente canalizado para:

- **Projectos Estratégicos**, envolvendo:

- A conclusão das infra-estruturas de aprovisionamento, armazenagem e transporte de GN - Terminal de GNL, Armazenagem Subterrânea e gasodutos de ligação do Terminal ao sistema rede de transporte de GN em alta pressão;
- A construção do parque de Armazenagem do Caniçal na Madeira;
- A aquisição da empresa BP Energetica, filial do Grupo BP de venda e distribuição de combustíveis ao domicílio em Espanha.

- **Projectos de Expansão de Actividade**, orientados para:

- A racionalização e desenvolvimento da rede de postos do Retalho a nível ibérico, integrando os negócios *fuel* e *non fuel*;
- O desenvolvimento do mercado de Gás Natural - através da expansão das infra-estruturas de transporte e distribuição de GN, da conversão de clientes para GN e da implementação de projectos de Cogeração;
- O desenvolvimento do mercado do GPL, para o qual contribuirá o investimento na construção do novo "Parque de Enchimento de Sines", por via de uma maior eficiência operacional;
- A optimização/melhoria do rendimento da Refinaria de Sines, designadamente através da conclusão do projecto de "Revamping da Destilação de Vácuo I";
- O desenvolvimento da actividade de E&P - em especial no que diz respeito à exploração e desenvolvimento do Bloco 14, em Angola.

- **Projectos de Conformidade**, designadamente os orientados para o cumprimento das especificações *Auto-Oil*, e para a Modernização do Parque de Perafita e sua adequação às normas de segurança.

- **Projectos de Substituição / Manutenção** realizados nas duas Refinarias, salientando-se a "Substituição de Pipelines" na Refinaria do Porto, a conclusão do "Estudo de Flexibilidade das Linhas Flue Gas da unidade FCC" na Refinaria de Sines, e os investimentos executados no âmbito da Paragem Geral programada da Refinaria de Sines.

- **Projectos de Racionalização / Reestruturação**, com destaque para a "Substituição de Tubagens no Terminal Leixões".



Ráculos Financeiros

	2002	2003	2004
EBITDA / Juros Líquidos	7,8 x	14,2 x	18,5 x
Dívida Líq. ^(*) / EBITDA	3,8 x	2,9 x	1,7 x
Gearing	58%	53%	43%
Dívida Líq. ^(*) / Cap. Próprio com Int. Mín.	137%	112%	75%
Autonomia Financeira	25%	28%	31%

^(*) inclui suprimentos e empréstimos entre empresas do grupo

Em 2004, a Galp energia voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de ráculos financeiros, em face do acréscimo de 28% do EBITDA e de um ligeiro decréscimo de 2% dos Juros Líquidos. O rácio de Dívida Líquida/Capitais Próprios situou-se em 75%, reflectindo uma estrutura de capitais sólida que permitirá à empresa enfrentar os desafios de desenvolvimento e crescimento que se lhe deparam no futuro.

Gestão Integrada de Risco

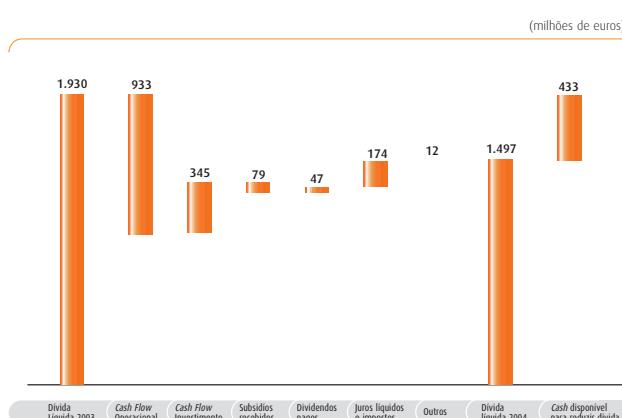
A Galp Energia tem definida uma política de gestão integrada do risco com o objectivo de assegurar uma rentabilidade mínima dos capitais empregues, minimizando a volatilidade dos resultados da Empresa, resultante do comportamento das variáveis exógenas. O risco associado resulta das actividades físicas do negócio e por conseguinte é função do comportamento das variáveis exógenas e da relação entre estas.

O principal risco da Galp Energia encontra-se na margem de refinação. A política de gestão deste risco assenta na gestão da margem de refinação que não está coberta pela margem de comercialização, assumindo a empresa o risco do negócio integrado. A gestão do risco incide sobre o comportamento dos preços dos produtos petrolíferos (*commodity risk*), sendo o risco associado ao momento de fixação do preço de compra e do preço de venda (*time lag risk*) analisado numa óptica do próprio negócio.

O Grupo Galp Energia durante o ano de 2004 continuou a implementação da sua política de gestão da exposição do valor dos *cash flows* ao comportamento das variáveis exógenas que o determinam. Assim, e à semelhança do que fez em 2003, continuou-se a

Cash Flow e Financiamento do Investimento

O *cash flow* libertado pela Galp Energia permitiu reduzir a dívida do Grupo em 433 milhões de euros.



proteger o risco associado à margem da refinação, com recurso a instrumentos que permitem manter o potencial de subida, garantindo um valor mínimo em caso de redução das margens.

A implementação desta política está a ser feita com a diferenciação das funções de execução das operações de cobertura, das funções de controle das mesmas, sendo responsabilidade da Comissão de Gestão de Risco a coordenação destas actividades e a análise do valor do risco com a definição das acções a desenvolver por forma a atingir os objectivos propostos.

A gestão destes riscos está a ser feita por recurso aos mercados organizados de futuros (NYMEX e IPE) e a operações directas com instituições financeiras internacionais e outras empresas petrolíferas. Manteve-se em 2004, a política de alisamento do preço de aquisição do petróleo bruto através do recurso ao mercado de futuros por forma a que o preço de aquisição se aproxime da média das cotações internacionais de cada mês.

As operações de cobertura são feitas apenas sobre a exposição física subjacente. Estas operações são feitas com *counterparties* com *rating* de *investment grade*. Os instrumentos de cobertura que estão a ser utilizados protegem a empresa dos movimentos adversos do mercado permitindo no entanto tirar partido do risco positivo associado, ou seja da subida do mercado.

Todas as operações de cobertura estão associadas à realidade física dos negócios. Não são permitidas operações de *trading* no mercado do papel.

Ao nível da dívida o grupo Galp Energia continuou a utilizar a denominação em USD de parte da sua dívida para gerir a exposição à taxa de câmbio USD/EUR associada ao negócio. Tendo em conta o comportamento das taxas de juro continuou-se em 2004 a implementação da política de gestão do risco de taxa de juro com a realização de operações de fixação da taxa de juro que reduzem a exposição dos *cash flows* ao comportamento desta variável. Dado o comportamento do mercado de taxa de juro foram igualmente privilegiados instrumentos que fixam o custo máximo permitindo tirar partido das taxas mais baixas de curto prazo.

6. implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no grupo galp energia

O Grupo Galp Energia tem obrigações cotadas em Bolsas Europeias o que nos vincula à orientação definida pelo Regulamento CE n.º 1606/2002 de 19 de Julho.

Em consequência desta nova realidade, foi estabelecido um plano tendo em vista a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) a todo o Grupo, o qual foi submetido a aprovação da Comissão Executiva conjuntamente com as decisões mais relevantes tendo em vista essa implementação.

Em primeiro lugar foi tomada a decisão de fixar a data do Balanço de conversão de POC para IAS/IFRS, em 31 de Dezembro de 2003, dada a necessidade de criar, ao longo de 2004, os comparativos necessários ao acompanhamento da actividade e ao controlo de gestão do ano de 2005.

Este trabalho teve início em Setembro de 2003 como uma primeira avaliação do impacto da adopção das IAS/IFRS e prolongou-se pelo ano de 2004 com a preparação da Organização e dos Sistemas Informáticos para corresponder a este desafio de elaborar em simultâneo as Demonstrações Financeiras em IAS/IFRS, em POC.

Expõem-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas bem como o impacto no Balanço de Conversão numa base consolidada para a Galp Energia, o qual resultou, por decisão do Grupo, da aplicação das IAS/IFRS a todas as empresas individuais controladas.

Para elaboração do Balanço de conversão a 31 de Dezembro de 2003 foi seguida a IFRS n.º 1, na sua versão alterada pela revisão de Março 2004, e foram aplicadas retroactivamente todas as actualizações das IAS/IFRS.

Os principais ajustamentos às contas consolidadas em POC do Grupo Galp Energia à data de 31 de Dezembro de 2003, foram as seguintes:

		(milhares de euros)
Capitais Próprios Consolidados em 31/12/2003 - POC		1.651.163
Ajustamentos para IAS/IFRS:		
Imobilizações Incorpóreas		(34.815)
Imobilizações Corpóreas		(93.571)
Investimentos Financeiros		(12.083)
Existências		17.926
Acréscimos e Diferimentos e outros Ajustamentos		(9.525)
Ganhos e Perdas Actuariais Diferidas		(98.367)
Derivados Financeiros		(5.952)
Impostos Diferidos		34.462
Consolidação da Resseguradora		16.435
Outros Interesses Minoritários		2.555
Capitais Próprios Consolidados em 31/12/2003 - IAS/IFRS		1.468.228
Impacto nos Capitais Próprios		(182.935)

Os ajustamentos apresentados referem-se essencialmente:

1. Imobilizações Incorpóreas

Ajustamento às despesas de instalação, publicidade, investigação (excepto quanto às actividades de extracção petrolífera), entre outras capitalizadas em POC, no montante global de 34.815 mil euros;

2. Imobilizações Corpóreas

Os ajustamentos na rubrica de Imobilizações Corpóreas devem-se, entre outras, a TPE's, a Reparações e a despesas pré-operativas capitalizadas, o que não se enquadra na IAS nº 16. O montante global do ajustamento ascende a 93.571 mil euros.

3. Investimentos Financeiros

Além dos ajustamentos às empresas do Grupo, foram efectuados os ajustamentos nas empresas associadas e participadas, num total de 12.083 mil euros.



4. Existências

O critério de valorização das saídas de mercadorias, matérias-primas e produtos acabados adoptado pelo Grupo para a generalidade das empresas é o LIFO. Uma vez que este critério, de acordo com a IAS n.º 2 revista em Dezembro de 2003, não é aceite, a Galp Energia decidiu aplicar o FIFO para a valorização das saídas. O valor dos ajustamentos efectuados ascende a 17.926 mil euros líquido de ajustamentos às respectivas Provisões.

5. Acréscimos e Diferimentos e outros Ajustamentos

Os ajustamentos líquidos no montante de 9.525 mil euros devem-se essencialmente a Despesas de Arranque e Acréscimo de Custos para grandes reparações as quais, segundo as IAS n.º 16 e n.º 37, não são passíveis de diferimento.

6. Ganhos e Perdas Actuariais Diferidos

Os ganhos e perdas actuariais diferidos referentes ao Fundo de Pensões existentes em algumas empresas do Grupo foram ajustados contra Resultados Transitados, de acordo com a possibilidade estabelecida na IFRS n.º 1. Os ajustamentos efectuados ascendem a 98.367 mil euros.

O Grupo irá retomar o método do "Corredor" a partir de 1 de Janeiro de 2004.

7. Derivados Financeiros

As IAS n.º 32 e IAS n.º 39, recentemente aprovadas pela Comunidade Europeia, determinam que a contabilização de todos os derivados financeiros se deverá efectuar ao Justo Valor.

As transacções financeiras destinadas a cobrir riscos de negócio foram contabilizadas ao Justo Valor das posições abertas à data de reporte da informação contabilística. O valor do ajustamento ascendeu a 5.952 mil euros.

8. Impostos Diferidos

Como resultado dos ajustamentos atrás identificados foram calculados Impostos Diferidos no montante de 34.462 mil euros.

9. Consolidação de Empresas com Actividade Diferente

De acordo com a IAS n.º 27, as empresas com actividade diferente do "Core Business" passam a ser consolidadas. Seguindo o procedimento previsto na IFRS n.º 4, as provisões de equalização constituídas

foram anuladas e consideradas numa rubrica de Capital Próprio. O valor dos ajustamentos ascendeu a 16.435 mil euros.

10. Interesses Minoritários

Os ajustamentos efectuados afectam o valor contabilístico dos Interesses Minoritários o que deu origem a um ajustamento nos Capitais Próprios no montante de 2.555 mil euros.

Políticas Contabilísticas Adoptadas, com Efeitos a Partir de 1 de Janeiro de 2005

Devido à adopção das IAS/IFRS o Grupo decidiu adoptar as seguintes orientações e políticas contabilísticas para efeitos de reporte financeiro em contas IAS/IFRS a partir de 2005, tendo-as igualmente adoptado em 2004 (*Restatement*) na elaboração dos comparativos:

1. Apresentação de Contas

- As contas individuais e consolidadas em IAS/IFRS serão apresentadas num formato sintético e de Activos líquidos;
- Os Activos e Passivos serão apresentados por Correntes e não Correntes;
- Os valores apresentados no Balanço e na Demonstração de Resultados serão desdobrados detalhadamente no Anexo às Contas;
- Os Trabalhos para a Própria Empresa (TPE's) deixam de ser contabilizados como proveitos, passando a ser deduzidos aos respectivos custos do exercício, como previsto na IAS n.º 1.

2. Bases de Consolidação de Contas

- O perímetro de consolidação irá englobar empresas imateriais e empresas com actividade diferente, ao contrário do que acontecia em POC. Em tudo o mais aplicam-se os mesmos critérios de consolidação já adoptados em POC.

3. Imobilizações Incorpóreas

a) Política de Capitalização

Só serão capitalizadas no futuro verbas dispendidas ou despesas efectuadas que satisfazem os critérios da IAS n.º 38, nomeadamente de identificabilidade e controlo de benefícios

económicos futuros, as quais serão amortizadas segundo um período devidamente comprovado, e/ou sujeitas a testes de imparidade anuais.

As Imobilizações Incorpóreas não serão reavaliadas.

b) *Goodwill*

O *Goodwill* será calculado pela diferença entre o custo de aquisição e o Justo Valor dos activos e passivos à data da ocorrência dessa despesa e deixará de ser amortizado (IFRS n.º 3) sendo sujeito a testes de imparidade anuais. O *Goodwill* líquido remanescente nas contas consolidadas referente a empresas do Grupo ou à aquisição de negócios permanecerá como Incorpóreo e o de empresas associadas será classificado na rubrica de Investimentos Financeiros.

Nas contas individuais o *Goodwill* de todas as participações financeiras, excepto *Goodwill* de aquisição de negócios, será classificado em Investimentos Financeiros.

c) *Despesas com Investigação e Desenvolvimento*

As despesas de Investigação e Desenvolvimento não serão capitalizadas, com exceção das que se refiram a extracção petrolífera.

4. Imobilizações Corpóreas

a) *Política de Capitalização*

As Imobilizações serão mensuradas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas (calculadas pelo método das quotas constantes), perdas de imparidade e Subsídios ao Investimento.

5. Subsídios

Os subsídios do Governo associados a bens do Imobilizado Corpóreo ou Incorpóreo passam a ser deduzidos aos respectivos activos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados de uma forma sistemática durante os períodos em que são contabilizados os custos que os mesmos visam compensar.

6. Mercadorias, Matérias-Primas e Produtos acabados

Como já foi anteriormente referido o Grupo adopta o FIFO como método de valorização das saídas de mercadorias, matérias-primas e produtos acabados para produtos petrolíferos e Gás Natural.

7. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas contas consolidadas e pelo custo nas contas individuais.

Os Investimentos Financeiros em participadas são contabilizados ao Justo Valor, excepto para participações não cotadas no mercado e cujo Justo Valor não seja mensurado com fiabilidade (IAS n.º 39).

8. Instrumentos Financeiros

Todos os derivados financeiros serão avaliados ao Justo Valor.

O Grupo cobre riscos de taxa de juro, de câmbio e da margem de refinação através de derivados financeiros realizados com instituições financeiras com prestígio nacional e internacional.

A cobertura do risco de variabilidade da margem de refinação é efectuada com derivados que pelas características da norma IAS n.º 39 se classificam como *Macrohedging*. Devido a esse facto, o Grupo reconhecerá a variabilidade do Justo Valor em Resultados do exercício.

A cobertura do risco de variabilidade das taxas de juro relativamente aos empréstimos obtidos, é efectuada através de derivados que poderão ser considerados como de cobertura de fluxo de caixa ou de Justo Valor, conforme os casos. O Grupo está convicto que consegue satisfazer os requisitos da IAS n.º 39, para a maioria dos casos, quanto à comprovação da cobertura.

O Grupo Galp Energia irá analisar os seus contratos comerciais e financeiros com vista a identificar derivados implícitos ("embedded derivatives") os quais serão valorizados ao Justo Valor e poderão afectar os Resultados do Exercício.

9. Fundo de Pensões

O Grupo adoptará para todos os planos de benefícios definidos, o método do "Corredor", previsto na IAS n.º 19.



factos relevantes após o encerramento do exercício

+

86

Concluiu-se no dia 10 de Janeiro de 2005 a venda à EDP da participação financeira e suprimentos que a Galp Energia detinha indirectamente na Portgás, pelo valor de **86.400.000,00** Euros.



7. factos relevantes após o encerramento do exercício

Refinaria de Matosinhos - Avaliação

A 7 de abril de 2005, foi emitido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Ministério da Economia e da Inovação, um Comunicado de Imprensa sobre a Avaliação da Refinaria de Matosinhos da Galp Energia, com o seguinte teor:

1."Na sequência do acidente ocorrido em Julho de 2004, durante a realização de trabalhos de substituição de condutas entre o Porto de Leixões e a Refinaria de Matosinhos, o Governo - através dos então Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho e do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território - decidiu criar uma Estrutura de Missão com o objectivo de avaliar a Refinaria de Matosinhos e propôr até aos finais de Março de 2005 um modelo de actuação relativamente ao futuro da Refinaria.

A Estrutura de Missão, após reunir com diversas entidades, apresentou no final do mês de Março último, como solicitado, o seu Relatório. É o teor das suas Conclusões e Recomendações que os Ministro da Economia e da Inovação e o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional tornam público.

2. A Comissão concluiu

a) Não haver razões, quer do ponto de vista de segurança e ambiente, quer do ponto de vista económico, que determinem o encerramento a curto e médio prazo da Refinaria de Matosinhos;

b) A mais longo prazo, (i) o mais provável volume de investimentos necessários para fazer face aos futuros requisitos em matérias ambientais e de segurança, (ii) as previsíveis tendências de mercado menos favoráveis do que as hoje existentes e (iii) as desvantagens estruturais da Refinaria poderão levar a Galp Energia a equacionar o encerramento da Refinaria de Matosinhos, com manutenção da Logística (Parque de Armazenagem) num horizonte temporal que começará com a década de 2010.

3. A Comissão recomendou que a Galp Energia:

a) Analise a possibilidade da instalação de uma unidade de co-geração em Matosinhos - unidade que utiliza gás natural reduzindo

substancialmente as emissões poluentes para a atmosfera - prevendo-se à partida que ela possa vir a ser utilizada no futuro mesmo na hipótese da componente industrial da Refinaria vir (eventualmente) a encerrar;

b) Analise opções que permitam reduzir o tráfego de camiões-cisterna na proximidade do complexo da Refinaria.

E ainda, que a empresa, face à necessidade de ter de vir a equacionar o encerramento, a longo prazo, da componente industrial do complexo da Refinaria:

c) Realize um estudo de natureza estratégica visando identificar as acções eventualmente a desencadear, principalmente em Sines, que lhe permitam manter em qualquer circunstância a sua competitividade no mercado ibérico;

d) Elabore um Programa detalhado de contingência, permitindo que o eventual encerramento da Refinaria a prazo se efectue nas melhores condições operacionais, financeiras e sociais."

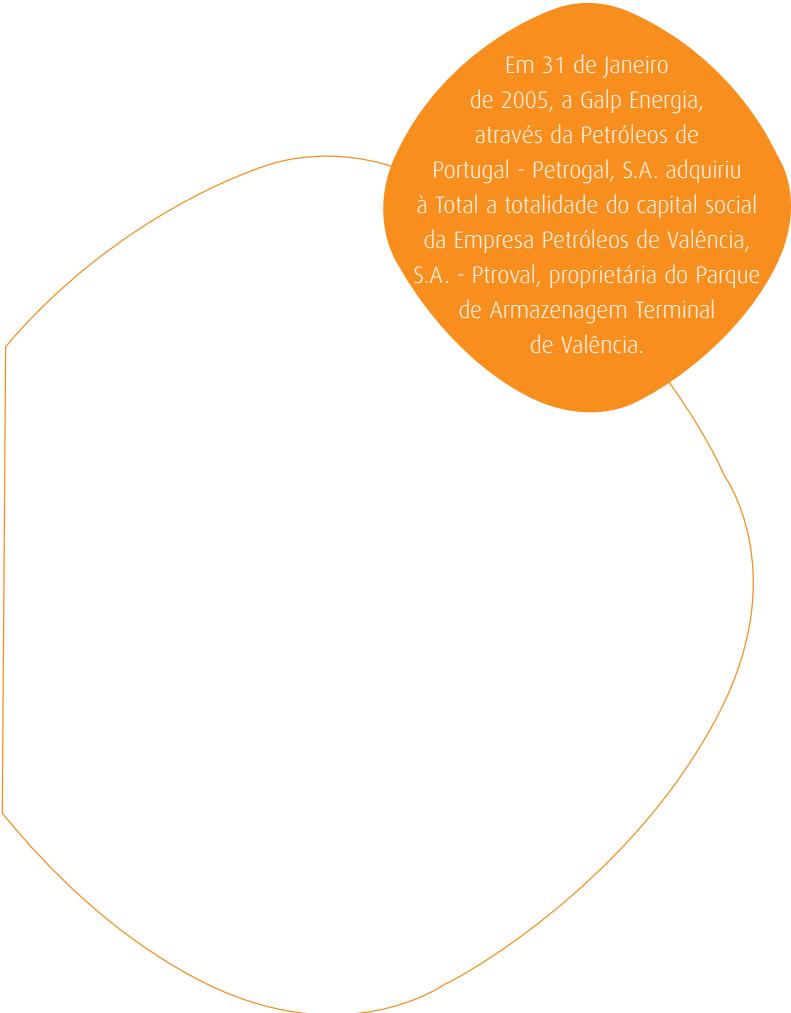
Reestruturação do Mercado de Capitais

No contexto do processo de Reestruturação de Mercados da Euronext Lisbon, que procedeu à extinção do Segundo Mercado e criação de um único mercado regulamentado - o Mercado de Cotações Oficiais sob a designação de Eurolist, os empréstimos obrigacionistas da GDP S.G.P.S. e Lisboagás admitidos à negociação no Segundo Mercado foram transferidos, no dia 4 de Abril de 2005, para o Mercado de Cotações Oficial Eurolist.

Central Térmica de Ciclo Combinado a GN em Sines

A Galp Energia solicitou autorização de ligação à rede pública para uma Central de Ciclo Combinado de 860 MVA. Através da Galp Power, S.G.P.S., S.A. foi já atribuído o ponto de recepção para ligação à rede pública de um primeiro grupo de 430 MVA, estando em processamento administrativo, no âmbito do Ministério da Economia e Inovação, a decisão relativa ao pedido para os restantes 430 MVA inicialmente requeridos.





Em 31 de Janeiro de 2005, a Galp Energia, através da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquiriu à Total a totalidade do capital social da Empresa Petróleos de Valência, S.A. - Ptroval, proprietária do Parque de Armazenagem Terminal de Valência.

Alienação da Participação da Parpública à Petrocer

O Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, em 1 de Fevereiro de 2005, emitiu o seguinte Comunicado:

"Aquisição pela Petrocer de uma participação no capital social da Galp O Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho informa que o Governo entendeu não tomar qualquer iniciativa que viesse alterar as condições do contrato, assinado a 3 de Agosto de 2004, entre a PARPÚBLICA - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. e PETROCER, relativo à aquisição por este consórcio de uma participação no capital social da Galp."

Aquisição da Ptroval

Em 31 de Janeiro de 2005, a Galp Energia, através da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquiriu à Total a totalidade do capital social da Empresa Petróleos de Valência, S.A. - Ptroval, proprietária do Parque de Armazenagem Terminal de Valência.

Alienação da participação da Portgás

Na sequência do exercício pela EDP - Energias de Portugal, S.A. do direito de opção de compra de ações e suprimentos prevista no "Contrato de Opção de Compra de Acções e de Suprimentos" celebrado em 14 de Novembro de 2003 entre a EDP, por um lado, e a Galp Energia, a GDP S.G.P.S. e a GDP Distribuição, por outro, concluiu-se no dia 10 de Janeiro de 2005 a venda à EDP da participação financeira e suprimentos que a Galp Energia detinha indirectamente na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., a única concessionária regional de gás natural que a Galp Energia não controlava, pelo valor de 86.400.000,00.

8. declarações

1. Lista de Accionistas (Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades)

Accionistas com mais de um terço e menos de metade do capital

	N.º acções	% capital
ENI Portugal Investment, Spa	55.294.432	33,34%

Accionistas com mais de um décimo e menos de um terço do capital social

	N.º acções	% capital
Estado Português	42.746.257	25,78%
REN	30.350.573	18,3%
EDP Participações - SGPS, SA	23.663.875	14,27%

Durante o exercício de 2004 a Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. adquiriu ao Estado 5.774.401 acções da Galp Energia, pelo que a participação social da Parpública passou a ser representada por 7.015.175 acções, correspondente a 4,23% do capital da sociedade.

2. Acções próprias (Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2004 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2004, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

3. Posição accionista dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização (Artigo 447.º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais)

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Galp Energia não são titulares de acções ou obrigações da Sociedade ou de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo, não se tendo verificado em 2004 quaisquer transacções.

4. Negócios de Administradores com a Sociedade (Artigos 66.º alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2004 autorizações a membros do Conselho de Administração da Galp Energia para realização de negócios com a sociedade.

5. Exercício pelos Administradores de outras actividades (Artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2004, os administradores não exerceram, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Durante o exercício de 2004 os administradores não exerceram, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

No Conselho de Administração da Galp Energia de 24 de Fevereiro de 2005, foi levantada uma questão sobre o eventual conflito de interesses da presença do Dr. Rui Horta e Costa neste órgão, tendo em consideração o facto de a EDP ter adquirido a Portgás, por via da aquisição de 46,6% do respectivo capital à Galp Energia no passado dia 10 de Janeiro, fundamentando-a no facto de este último Administrador exercer também as mesmas funções na EDP e no facto de esta passar por via daquela aquisição a ser concorrente da Galp Energia.

O Presidente do Conselho de Administração deu conhecimento do facto aos Accionistas para, tendo em consideração o disposto nos artigos 398.º, n.º 3 e 4 e 254.º, n.º 2 a 6, do Código das Sociedades Comerciais, tomarem eventualmente alguma iniciativa ao nível da Assembleia Geral sobre o assunto dentro do prazo legal estabelecido naquelas disposições.

6. Prestação de serviços a sociedades do Grupo e posições credores sobre sociedades participadas (Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro)

Ver as Notas 16 (Prestação de serviços a sociedades do Grupo) e 16 (Posições credoras sobre sociedades participadas) do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas Individuais.



9. referências finais

O Conselho de Administração da Galp Energia S.G.P.S. agradece a colaboração, empenho e confiança dos seus accionistas, com especial destaque para o Estado Português, a ENI, a EDP e a REN, no acompanhamento da evolução do Grupo Galp Energia, durante o ano de 2004.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a Galp Energia, dos quais destacamos:

- Tribunal de Contas, a Direcção-Geral do Tesouro e a Inspecção Geral de Finanças ;
- Direcção Geral de Geologia e Energia;
- Instituto do Ambiente;
- Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos ;
- As Instituições Financeiras, que continuaram a apoiar os Projectos da Galp Energia.

Por último, uma palavra especial de agradecimento para os nossos Clientes, Revendedores e Fornecedores pela preferência e confiança que em nós depositaram e a todos os Colaboradores do Grupo, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrados.

10. proposta de aplicação de resultados

Os Resultados Líquidos da Galp Energia S.G.P.S., S.A., no exercício de 2004 foram de 333.063.969,36 euros.

A Proposta de Aplicação de Resultados é a seguinte:

	(euros)
a) Dotação à Reserva Legal (5%)	16.653.198,47
b) Distribuição de Dividendos (€1,00 / ação)	165.850.127,00
c) Resultados Transitados	150.560.643,89
Total	333.063.969,36

Lisboa, 28 de Abril de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vice-Presidentes:

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Eng. Camillo Gloria

Dra. Ana Maria Machado Fernandes

Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Dr. Federico Ermoli

Dr. Angelo Taraborrelli

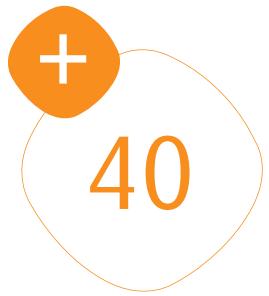
Eng. Giorgio Puce

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura



anexos



A Galp Energia tem tido uma política de dividendos equilibrada e estável, que reflecte o seu estado de desenvolvimento e que se enquadra nas práticas de mercado das empresas con-géneres do sector, mantendo um *pay out* de **40%** nos últimos três exercícios.

relatório sobre o governo da sociedade

No seguimento das Recomendações emitidas pela CMVM e dos deveres de informação impostos pelo Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro, alterado pelo Regulamento n.º 11/2003 de 2 de Dezembro, a Galp Energia tem vindo a implementar um conjunto de melhorias ao nível do *Corporate Governance*.

Apesar da Galp Energia não ter as suas acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, o tratamento desta questão tem sido uma das preocupações da gestão da empresa, pelo que pela quarta vez consecutiva vem o Conselho de Administração divulgar sobre as práticas e estrutura do governo da sociedade.

■ Capítulo 1. Divulgação de Informação ■

1. Estrutura organizacional e funcional do Grupo

A Galp Energia tem assumido um modelo de gestão, visando a transparência e eficácia, assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração, com poderes de supervisão, controlo e acompanhamento de questões de natureza estratégica e relacionamento entre acionistas e órgãos sociais da empresa, e Comissão Executiva, com tarefas operacionais delegadas de gestão corrente das Unidades de Negócio e concentrado no objectivo de criação de valor.

O modelo de gestão assenta em cinco Unidades de Negócio sob a liderança e orientação de cada um dos Administradores Executivos, baseado nos princípios da horizontalidade, flexibilidade, simplicidade, eficiência e delegação de responsabilidade e visando a criação de valor, captação de sinergias intra e inter Unidades de Negócio.

As Unidades de Negócio da Galp Energia são as seguintes:

- Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística, que assegura a aquisição, transformação, armazenagem e fornecimento de petróleo bruto e produtos acabados, aos clientes internos (unidades comerciais) e a alguns clientes externos;
- Galp Transgás, que assegura a aquisição, transporte, armazenagem e fornecimento de GN (clientes internos e grandes clientes externos) e é responsável pelo desenvolvimento das infra-estruturas de regaseificação de GNL (Terminal de GNL de Sines);

- Galp Gás, que assegura a distribuição de gás (Gás Natural e GPL);
- Galp Empresas, que assegura o fornecimento de soluções integradas multi-produto e multi-serviço;
- Galp Retalho, que desenvolve os negócios de combustíveis e *non fuel* através da rede de postos de abastecimento.

Para além das referidas Unidades de Negócio há a referir a existência de Unidades de Gestão de menor dimensão com o objectivo de lançar e desenvolver novos projectos de negócios.

As principais Unidades de Negócio de menor dimensão são desenvolvidas pela Galp Power, no âmbito da cogeração e energias alternativas, pela Galp Exploração, no domínio da exploração e produção de petróleo, pela Galp Internacional África, no âmbito dos mercados internacionais, essencialmente África, e ainda pela Galp Atlântico através da exploração do Terminal de GNL de Sines.

Concluídos os Projectos, a tendência é para estas Unidades se converterem em Unidades de Negócio na acepção atrás referida.

Para além das Unidades de Negócio, existem as seguintes Unidades de Gestão:

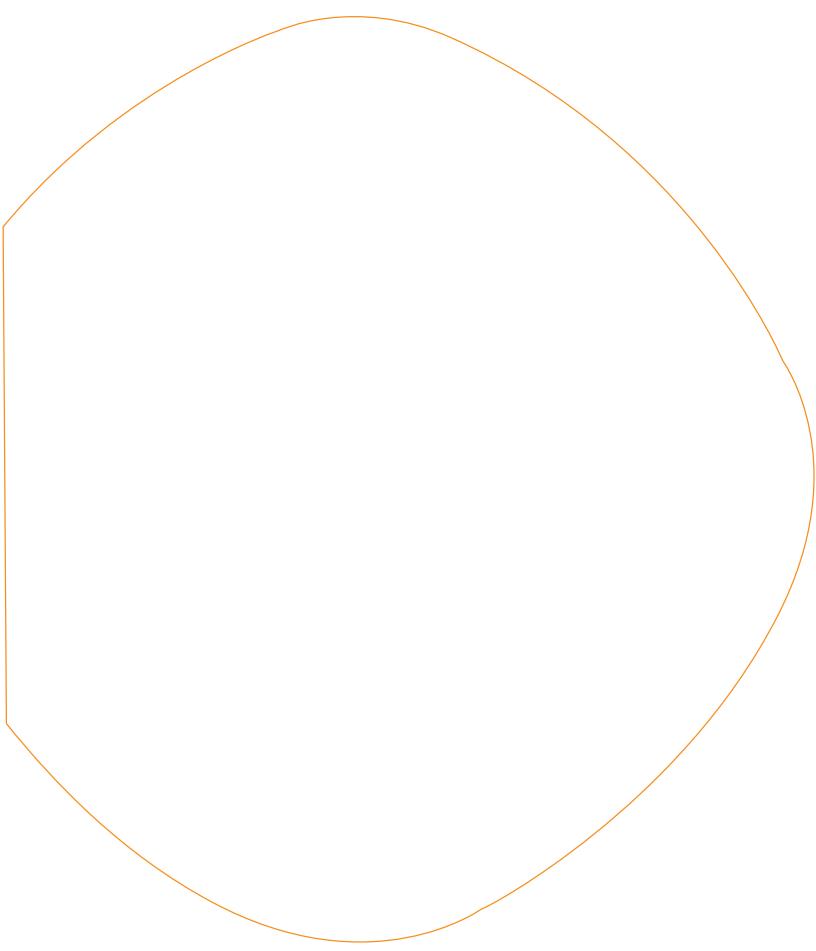
- Funções Corporativas;
- Unidade de Serviços;
- Projectos (Unidades de Gestão Temporárias).

As Funções Corporativas apoiam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na definição e implementação da estratégia corporativa, na gestão dos recursos corporativos fundamentais, na definição de políticas globais para o Grupo e no desafio à *performance* das Unidades de Negócio.

As competências e atribuições das Funções Corporativas são as seguintes:

Estratégia e *Portfolio* de Negócios - Liderar o planeamento estratégico, a configuração do *portfolio* de negócios e a estratégia e a política de desenvolvimento sustentável, desafiando novas oportunidades de crescimento e de criação de valor, garantindo a alocação óptima





de recursos e a valorização dos negócios, bem como a relação com o mercado de capitais/investidores.

Finanças Corporativas - Optimizar a estrutura de financiamento e de capitais do Grupo Galp Energia, garantindo a gestão integrada de riscos e a captura de sinergias na obtenção das necessidades de fundos.

Planeamento e Controlo Corporativos - Desafiar a *performance* dos negócios e assegurar o seu alinhamento com os objectivos estratégicos e garantir uma visão e gestão estratégicas para os seus Sistemas de Informação.

Recursos Humanos Corporativos - Desenvolver e implementar a política de recursos humanos do Grupo, de forma a garantir a satisfação das necessidades estratégicas e operacionais dos negócios, a alocação eficiente, a motivação e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, a optimização na gestão das pessoas e das equipas e uma organização motivadora e competitiva, estimulando uma permanente vontade de superação individual e colectiva.

Marketing Corporativo - Liderar a definição e gestão da estratégia da marca corporativa e dos negócios, nas suas várias vertentes (Identidade Corporativa, Comunicação, Patrocínios, publicidade) com o objectivo de desenvolver uma marca forte e consistente com a visão e valores da empresa e identificar e desenvolver oportunidades de novos produtos e serviços numa perspectiva de oferta integrada e inovadora. E consolidar e controlar o orçamento do marketing do Grupo.

Organização e Desenvolvimento - Garantir o desenvolvimento da organização, dos processos, dos sistemas e das plataformas de trabalho e de comunicação em alinhamento com os valores, a visão, a missão, a estratégia e o modelo de *governance* da Galp Energia, assegurando a definição e implementação da estratégia e da política de desenvolvimento sustentável e a sua integração nas actividades de planeamento, gestão e avaliação com vista a suportar o crescimento e a valorização dos Negócios no futuro.

Ambiente, Qualidade e Segurança Corporativo - Dinamizar a integração das políticas de Ambiente, Qualidade e Segurança na gestão de todas as actividades, produtos e serviços, como um valor intrínseco ao futuro sustentável dos negócios.

Auditória Interna - Avaliar de forma independente e sistemática as actividades do Grupo, proporcionando valor acrescentado através da minimização dos riscos, optimização dos processos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de *governance*.

Comunicação Institucional Corporativa - Definir e implementar a estratégia e a política de comunicação institucional corporativa da Galp Energia promovendo a consolidação dos seus objectivos, valores e reputação, liderando a relação com os órgãos de comunicação social e garantindo o conhecimento e o esclarecimento da opinião pública.

Relações Institucionais - Definir e implementar a estratégia e a política de relações institucionais do Grupo, designadamente, com todas as instituições públicas e privadas directa ou indirectamente implicadas nas suas actividades, incluindo autarquias e entidades empresariais ou comunitárias (associações, fundações ou outras), promovendo os valores, objectivos e reputação da Galp Energia.

A Unidade de Serviços constituída pela Galp Serviços apoia as actividades do Grupo, nomeadamente as Unidades de Negócio, nas áreas, entre outras, administrativa, financeira, jurídica, de seguros, de gestão de recursos humanos, de sistemas de informação e de formação, sendo responsável por assegurar um elevado grau de qualidade, eficiência e economia no cumprimento dos níveis de serviços acordados.

Os Projectos, que constituem Unidades de Gestão Temporárias, prosseguem objectivos transversais ou relevantes para a Organização e são formados por colaboradores de diferentes Unidades de Gestão e organizados em torno de um objectivo específico.

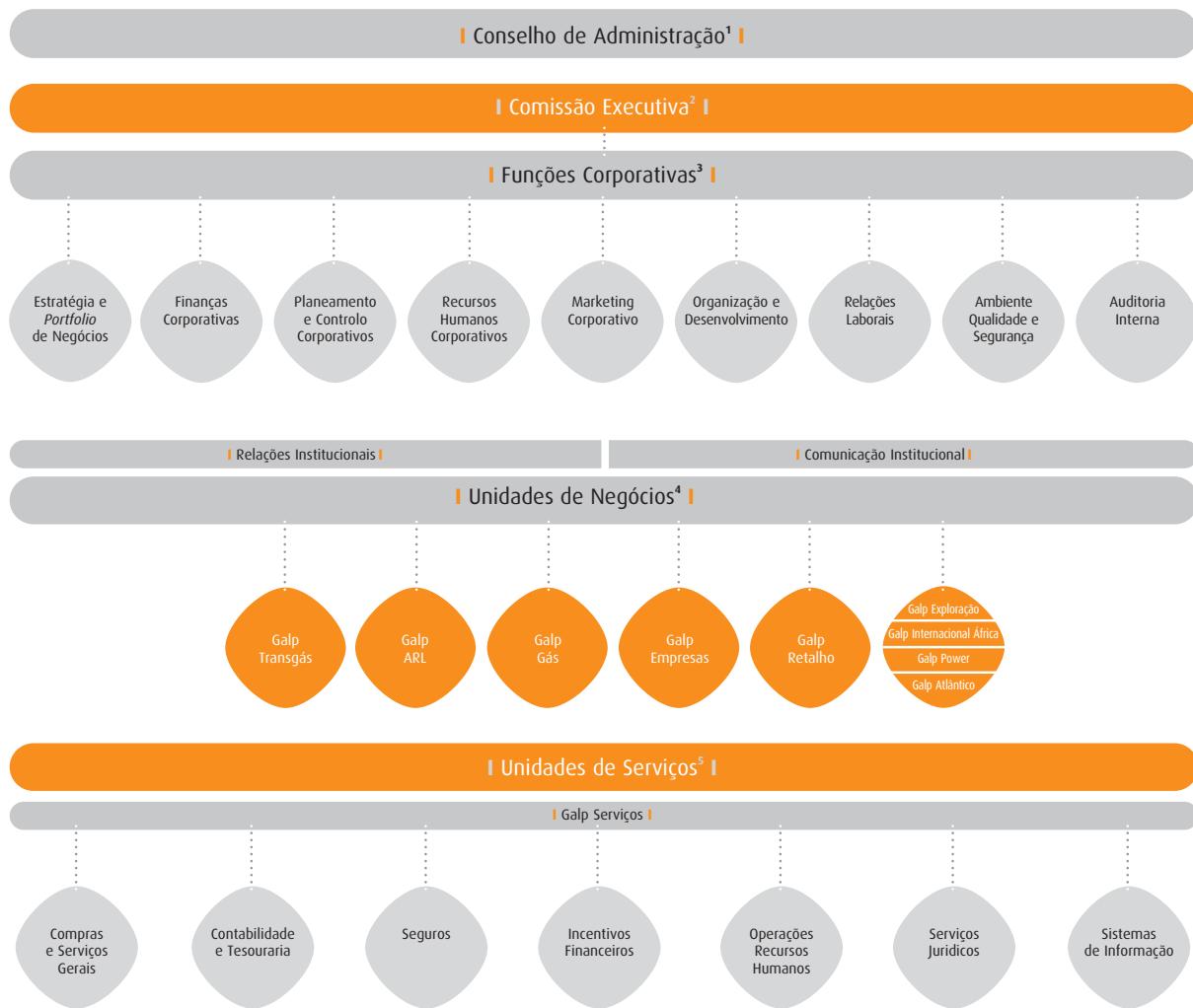
Dos principais projectos destacam-se os seguintes:

- *Value Creation Office (VCO)* - Identificação, priorização e acompanhamento de um conjunto de iniciativas que contribuem para a concretização da estratégia dos negócios e permitem capturar melhorias no *cash flow* operacional da Galp Energia.
 - Programa de Redução de Custos (PRC) - Desenvolvimento de iniciativas de excelência operacional por forma a optimizar a estrutura de custos.
 - Modelo Integrado de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP) - Adopção de um modelo uniforme e integrado de Gestão de Investimentos e Projectos das várias Unidades de Negócio

- Projecto *Bridge* - Projecto de *swaps* de postos de combustível com a Cepsa e Total, com o intuito do desenvolvimento da rede estratégica de postos em Espanha e a racionalização da rede em Portugal

No organograma seguinte apresenta-se o modelo de governo da Galp Energia, com a repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial:

Modelo de Governo



(1) Define a Visão, a Missão e os Valores | Define Estratégia e o Portfolio de Negócios (core vs non, core business, M&A, Alianças e Parcerias) | Aprova a estratégia e estabelece os objectivos de criação de valor do conjunto dos negócios | Define o enquadramento organizativo e societário e aprova investimentos de elevado montante ou risco.

(2) Aprova a estratégia, estabelece os objectivos de criação de valor e desafia a performance das UN | Promove a captura de sinergias entre UN | Aloca os recursos chave (plano de investimentos, política financeira, RHT) | Gere os Recursos Humanos de Topo | Define a estratégia da Marca | Estabelece objectivos de criação de valor para cada negócio | Controla o cumprimento dos objectivos fixados | Define políticas transversais do Grupo.

(3) Apoiam CE/CA na definição da estratégia corporativa e na gestão dos Recursos-Chave | Propõem políticas transversais do Grupo (Marca, RH, Finanças, Organização, Planeamento, etc)

(4) Define a estratégia da UN (depende de aprovação da CE/CA da Galp Energia) | Gestão dos recursos necessários à implementação da estratégia | Responsáveis por atingirem os resultados acordados com o CA | Cada UN é responsável pelo respectivo P&L.

(5) Prestação de serviços às UN e funções corporativas em condições competitivas de preço e de nível de serviço.



(Vidé adiante o quadro de repartição de competências entre os membros da Comissão Executiva)

Face ao adiamento do IPO da Galp Energia, não se procedeu à criação do Gabinete do Investidor.

As relações com o Mercado de Capitais das empresas do Grupo com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon têm vindo a ser mantidas pela Direcção de Organização e Desenvolvimento, através do representante comum designado:

Dr. Luís Miguel Costa
Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa
Tel: 21 724 19 73
Fax: 21 724 07 15
Email: luis.costa@galpenergia.com

2. Sistema de controlo interno

Comissões específicas criadas na sociedade

Na Galp Energia funcionam comissões internas com funções de coordenação e controlo entre Unidades de Gestão.

• Comissão de Investimentos

A Comissão de Investimentos analisa e acompanha a implementação da política de investimentos nos negócios, designadamente, quanto a projectos de natureza, montante e risco estrutural, e reporta à Comissão Executiva da Galp Energia.

• Comissão Estratégica de Ambiente, Qualidade e Segurança

A Comissão Estratégica de Ambiente, Qualidade e Segurança, define, analisa e acompanha a implementação das políticas e objectivos de AQS nos negócios, designadamente, quanto aos indicadores de *performance* acordados, e identifica as acções estratégicas de melhoria contínua e de divulgação interna e pública do desempenho, e ainda a calendarizarão e análise e aprovação dos investimentos coreacionados, e reporta à Comissão Executiva da Galp Energia.

• Comissão de Sistemas de Informação

A Comissão de Sistemas de Informação promove a visão integrada e a comunicação entre todos os intervenientes em Sistemas de Informação na Galp Energia, tendo como principais atribuições identificar iniciativas de Sistemas de Informação, preparar o *road-map* de iniciativas, apoiar a gestão do *portfolio* de iniciativas, seguir as iniciativas de Sistemas de Informação, apoiar a definição do orçamento e de regras de distribuição de custos, definir as normas de Sistemas de Informação, promover a troca de informação entre as Unidades de Gestão, lançar desafios de inovação e colocar os temas de Sistemas de Informação nas prioridades da equipa de gestão da Galp Energia.

• Comissão de Comunicação

A Comissão de Comunicação assegura a integração da implementação das políticas de comunicação institucional, comercial e interna e a articulação da informação necessária à gestão dos media, e reporta directamente ao Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia.

• Comissão de Inovação e Desenvolvimento

A Comissão de Inovação e Desenvolvimento assegura a integração da implementação e consolidação da estratégia e das políticas de Inovação e Desenvolvimento Corporativo e dos Negócios.

• Comité de Pricing

O Comité de Pricing define a Política e Estratégia de Pricing dos Combustíveis Líquidos em Portugal.

• Unidade de Coordenação de I&D

A Unidade de Coordenação de Investimento e Desenvolvimento assegura a integração da implementação e consolidação das políticas, do orçamento e gestão da I&D do Grupo, independentemente das Unidades de Negócio ou Corporativas encarregues da sua gestão, e reporta directamente ao Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia.



A Galp Energia desenvolveu em 2004 uma política integrada do risco com o objectivo de assegurar uma rentabilidade mínima dos capitais empregues, reduzindo a volatilidade dos *cash flows* da Galp Energia.

de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração e propor alterações à mesma, e ainda analisar a actividade de *hedging*.

A Galp Energia desenvolveu em 2004 uma política integrada do risco com o objectivo de assegurar uma rentabilidade mínima dos capitais empregues, reduzindo a volatilidade dos *cash flows* da Galp Energia.

Política de Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da Galp Energia tem em consideração diversos factores que afectam a sua actividade, nomeadamente, o seu plano de investimentos, estrutura de capitais, liquidez e a capacidade de geração de *cash flow* das suas operações.

Desta forma, a Galp Energia tem tido uma política de dividendos equilibrada e estável, que reflecte o seu estado de desenvolvimento e que se enquadra nas práticas de mercado das empresas congéneres do sector, mantendo um *pay out* de 40% nos últimos três exercícios.

O valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercício a que se refere o dividendo	2001	2002	2003
Dividendo por acção (Euros)	0,23	0,26	0,56

Sistema de Controlo e Gestão de Riscos

A estrutura corporativa da Galp Energia compreende uma Auditoria Interna vocacionada a avaliar de forma independente e sistemática a actividade das Unidades de Negócio, com o objectivo de minimizar os riscos, assegurando a eficácia dos processos de gestão e dos sistemas de controlo internos.

Por outro lado, a Direcção de Finanças Corporativas assegura a implementação da Política de Gestão Integrada de Risco aprovada e garante a gestão integrada do risco da Galp Energia, tendo como principais funções o apoio às Unidades de Negócio e Empresas participadas no que respeita ao comportamento esperado das variáveis exógenas e disponibilização da respectiva análise histórica.

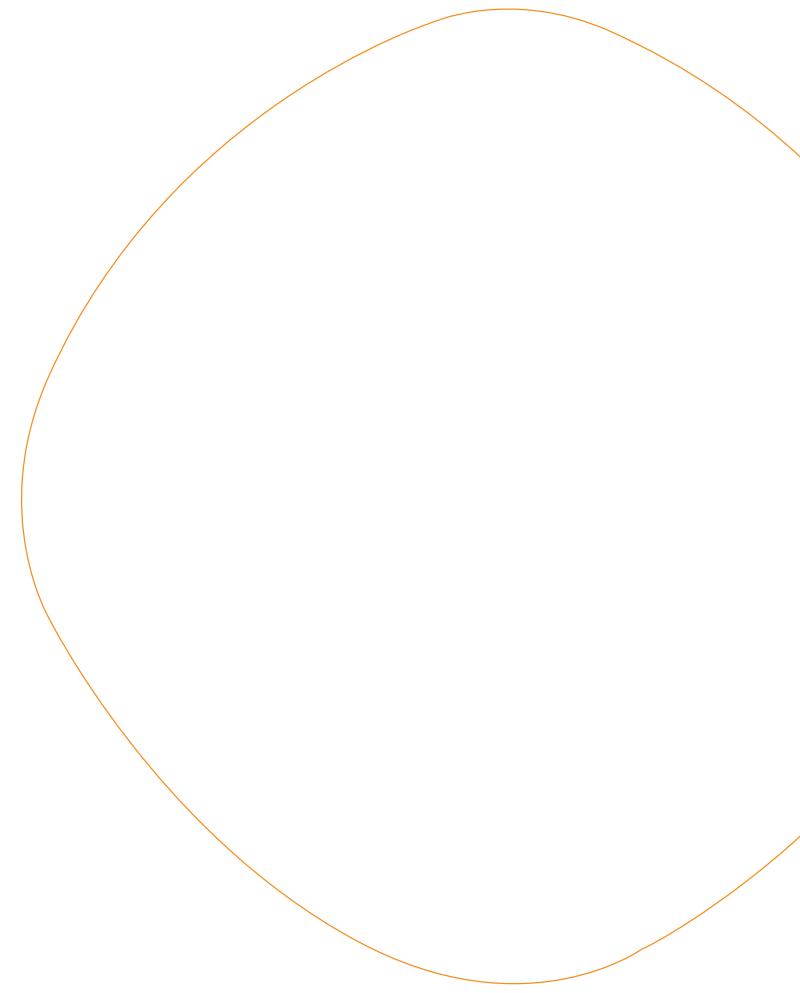
Na Galp Energia foi criado o Comité de Gestão do Risco com a responsabilidade de definir a forma de implementação da Política

Planos de atribuição de acções e de atribuição de opções de aquisição de acções

Está em vigor na empresa um Sistema de Incentivos de Topo baseado no cumprimento dos objectivos de criação de valor, que abrange cerca de 70 gestores do Grupo, incluindo os membros da Comissão Executiva, que no futuro poderá vir a incluir planos de atribuição de acções e de atribuição de opções de aquisição de acções, caso a empresa venha a ser cotada em bolsa.

3. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação financeira

A Galp Energia tem vindo progressivamente a adoptar a utilização de novas tecnologias para a difusão de informação considerada relevante



sobre a vida da sociedade, através da sua *homepage* (www.galpenergia.com), incluindo informação financeira da sociedade e das principais empresas do Grupo.

A informação disponibilizada por este meio inclui os Relatórios de Gestão e Contas dos últimos três exercícios das Empresas participadas com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa (GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.), bem como os respectivos Contratos de Sociedade, estrutura accionista e órgãos sociais.

Na intranet o portal myGalpenergia continua a ser desenvolvido como plataforma de trabalho para todos os colaboradores, cujo conteúdo é inteiramente alimentado pelas Unidades de Gestão, através do qual são divulgadas informações relevantes.

4. Remunerações

Comissão de Remunerações

O Contrato de Sociedade da Galp Energia prevê que as remunerações dos membros dos órgãos sociais sejam fixadas por uma comissão de remunerações, constituída por representantes de três accionistas. Estabelece ainda a incompatibilidade entre os cargos de membro do conselho de administração e de membro do conselho fiscal com o de membro da comissão de remunerações.

A Comissão de Remunerações da Galp Energia foi eleita na Assembleia Geral realizada em 31 de Maio de 2000 e é composta pelo Estado Português, como Presidente, representada por Dr. José Salvado Mesquita, pela ENI, representada por Giancarlo Cepollaro e pela EDP, representada pelo Eng. António Pita de Abreu.

Nenhum dos membros deste órgão exerce funções no Conselho de Administração da Galp Energia.

Nos termos previstos no Contrato de Sociedade, a remuneração dos administradores pode englobar uma percentagem dos lucros do exercício, até ao limite global de zero vírgula cinco por cento dos mesmos.

Auditores

O Auditor independente da Galp Energia é responsável por expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O Auditor da Galp Energia é desde 2001 a Deloitte & Associados.

A remuneração anual total do Auditor para as Empresas do Grupo Galp Energia no ano 2004 foi de 740.000 euros, compreendendo serviços de revisão oficial de contas e auditoria, sendo que 24.386 euros, corresponde ao custo com as contas individuais da Galp Energia.

A consultoria fiscal ao Grupo Galp Energia tem sido prestada pela KPMG, desde 31 de Março de 2003.

Capítulo II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Nos termos do Artigo 10.º dos Estatutos da Galp Energia, apenas podem participar nas Assembleias Gerais os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada 100 acções, podendo os accionistas com menor número de acções agrupar-se de modo a exercer o direito de voto, devendo para o efeito fazer-se representar por um só deles ou por outro accionista.

Para efeitos de participação, têm a qualidade de accionistas, os que tenham acções escrituradas em seu nome, até cinco dias antes da data da reunião de que se trate.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas podem fazer-se representar nas reuniões de accionistas por qualquer pessoa, podendo a designação ser feita por qualquer meio escrito. Os accionistas que sejam pessoas singulares apenas podem fazer-se representar por um membro do conselho de administração, pelo seu cônjuge, pelos seus parentes na linha recta ou por outros accionistas, podendo a designação ser feita por qualquer meio escrito.

Salvo no que respeita ao Estado, os accionistas que pretendem fazer-se representar devem, até cinco dias antes da assembleia e nos termos da lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da mesa poderá, contudo, admitir a participação na assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

Os Estatutos da Galp Energia não prevêem expressamente o denominado "voto por correspondência".

Capítulo III - Regras societárias

O Contrato de Sociedade, disponível na página da Galp Energia na internet, define as principais regras de funcionamento e organização da sociedade.

Encontra-se em curso a elaboração de regras societárias/códigos de conduta, designadamente respeitantes aos órgãos da sociedade, bem como de outros regulamentos internos, destinados a regular expressamente situações de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

O Contrato de Sociedade da Galp Energia não prevê restrições à transmissibilidade de acções.

O capital social da Galp Energia encontra-se representado por acções especiais pertencentes ao Estado Português (categoria A) e por acções ordinárias (categoria B), pertencentes aos restantes accionistas

Segundo o Artigo 4.º dos Estatutos, às acções da categoria A são inerentes os seguintes direitos especiais:

- a) Direito de, de acordo com o n.º 2 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze ou mais membros;
- b) Direito de que quaisquer deliberações de alteração do contrato de sociedade, quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e, ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa o abastecimento do País de petróleo, gás ou produtos derivados dos mesmos não sejam aprovadas, nem em primeira nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos que lhes correspondam.

É do conhecimento público a existência de um Acordo Parassocial entre os accionistas Estado Português e ENI Portugal Investments, SA.

Encontra-se em curso a elaboração de um Código de Ética para o Grupo Galp Energia, tendo em vista explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os valores do Grupo.



■ Capítulo IV - Órgão de Administração ■

Nos termos estatutários, o órgão de administração da Galp Energia pode ser composto por onze a vinte e um administradores. O actual Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral de 23 de Maio de 2002 para um mandato de três anos é composto por quinze membros.

De acordo com o Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração da Galp Energia representa a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência, assim como deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, podendo ainda confessar, desistir ou transigir em quaisquer litígios, bem como comprometer-se em árbitros.

Segundo o Artigo 16.º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reúne-se pelo menos uma vez por trimestre. Durante o exercício de 2004 realizaram-se 8 reuniões.

A composição do actual Conselho de Administração da Galp Energia é a seguinte:

Presidente:

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vice-Presidente:

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu ^(*)

Eng. Giancarlo Rossi ^(**)

Vogais

Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz ^(***)

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo ^(**)

Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque ^(**)

Dra. Ana Maria Machado Fernandes ^(**)

Eng. Camillo Gloria ^(**)

Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Dr. Federico Ermoli

Dr. Angelo Taraborrelli

Eng. Giorgio Puce

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

^(*) Presidente da Comissão Executiva
^(**) Membros da Comissão Executiva

O Conselho de Administração, por deliberação de 23 de Maio de 2002, delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

As regras de funcionamento da Comissão Executiva e a delegação de poderes foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião acima referida, o qual definiu ainda as regras de informação e acompanhamento das suas actividades pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é composta por sete Administradores, devendo reunir, pelo menos, duas vezes por mês. A Comissão Executiva realizou, em 2004, 50 reuniões.

Para além das matérias previstas no Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho reservou para si um conjunto de matérias e assuntos considerados de maior importância e impacto para a sociedade e para o Grupo, a saber:

- Definir a estratégia e modelo de negócios;
- Definir o enquadramento organizativo e societário;
- Definir a configuração do *portfolio* de negócios;
- Promover a captura de sinergias entre negócios;
- Aprovar investimentos de elevado montante ou risco;
- Estabelecer objectivos de criação de valor para cada negócio;
- Controlar o cumprimento dos objectivos fixados.

As atribuições da Comissão Executiva fixadas pelo Conselho de Administração na deliberação de delegação de poderes de gestão corrente consistem essencialmente em:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativas ao objecto social que não caibam na competência reservada do Conselho de Administração e não excedam os poderes aqui conferidos;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- c) Adquirir, vender ou por, qualquer forma, alienar ou onerar direitos, designadamente, os incidentes sobre participações sociais

e bens imóveis, cujos montantes não excedam os seguintes limites:

- 50.000.000 euros, no caso de operações previstas nos planos e orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração e em vigor;
 - 10.000.000 euros, em todos os restantes casos, excepto em áreas de negócio fora do "core business" da empresa, em que o limite é de 2.000.000 euros;
- d) Autorizar as sociedades controladas a realizar investimentos que não excedam os limites estabelecidos na alínea anterior;
 - e) Definir as áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros, bem como os respectivos limites de competência;
 - f) Estabelecer a orgânica técnico-administrativa da sociedade e do Grupo e as normas de funcionamento interno, designadamente, sobre pessoal e sua remuneração;
 - g) Proceder a quaisquer extensões ou reduções da actividade da sociedade e do Grupo, em conformidade com os planos e estratégias previamente aprovados pelo Conselho de Administração;
 - h) Introduzir quaisquer modificações na organização da empresa e do Grupo, criar ou encerrar sucursais, delegações e outras formas de representação, em Portugal ou no estrangeiro;
 - i) Emitir instruções vinculantes às administrações das sociedades controladas, fixando, designadamente:
 - i1) As matérias de reserva de competência exclusiva da Galp Energia;
 - i2) Os limites de assumpção de compromissos e encargos, previstos ou não nos planos e orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração e em vigor, que nas sociedades directamente participadas pela Galp Energia não poderão exceder os previstos na alínea c) supra;
 - i3) As regras e procedimentos em matérias que devam ser objecto de uniformização ao nível do Grupo;
 - i4) As regras que deverão reger as operações intra-grupo.

j) Estabelecer ou cessar cooperações duradouras e importantes com outras empresas, em conformidade com os planos e estratégias previamente aprovados pelo Conselho de Administração;

k) Designar os representantes da Galp Energia nas Assembleias Gerais das pessoas colectivas onde a Galp Energia tenha participação social ou qualidade de sócio, e dar-lhes as necessárias instruções de actuação, designadamente, quanto à apresentação e votação de propostas tendentes à constituição ou reformulação dos respectivos órgãos sociais;

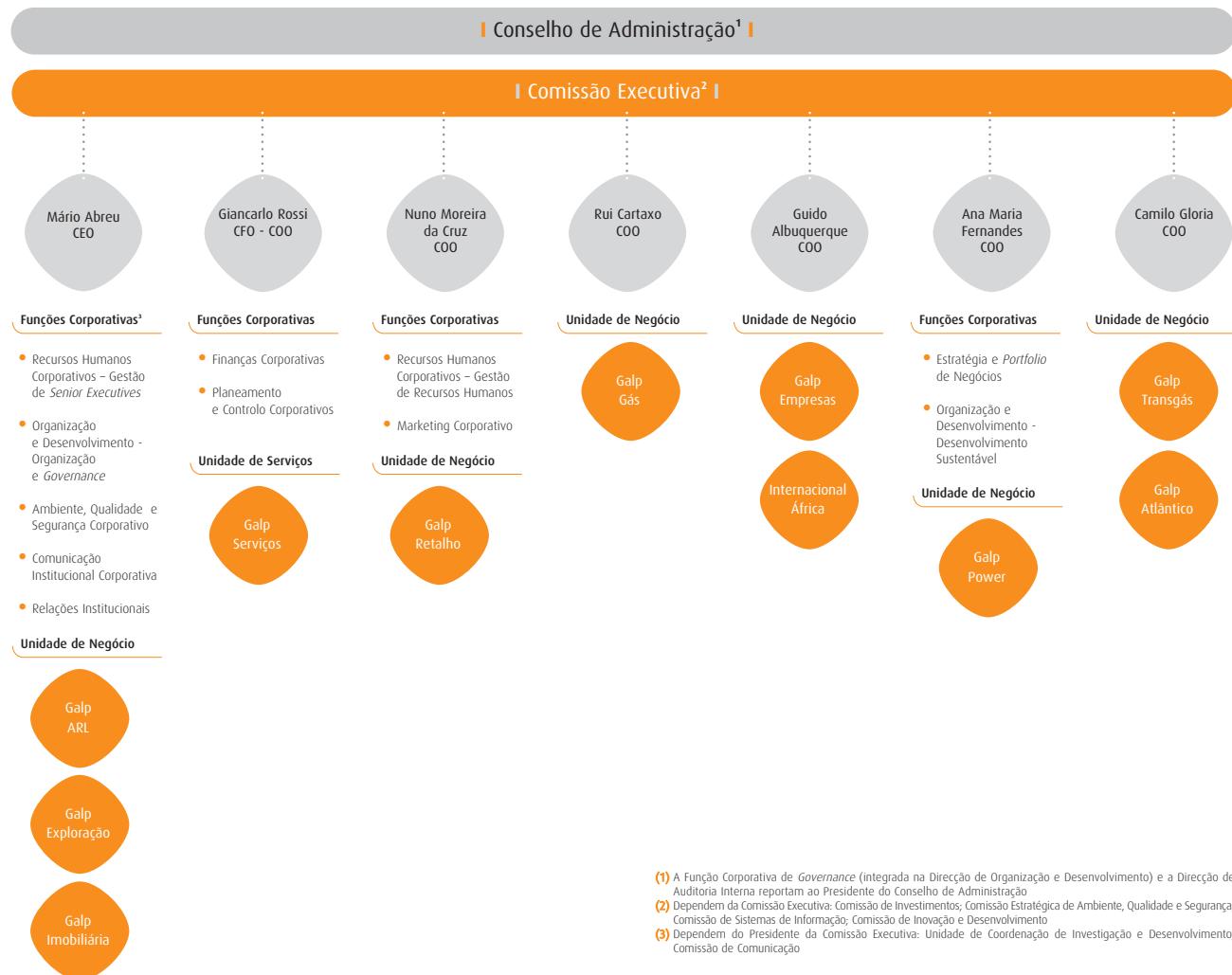
l) Constituir mandatários, com os poderes que julgar convenientes.

Os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções no Grupo em regime de tempo completo e cada um é responsável por determinadas Unidades de Gestão, sem prejuízo da competência própria da Comissão Executiva, exercendo ainda, de forma não remunerada, o cargo de administração noutras sociedades do Grupo.

De harmonia com a política em vigor no Grupo Galp Energia, a remuneração dos colaboradores da Galp Energia inclui todas as remunerações relativas ao exercício de quaisquer funções em sociedades participadas.

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição das principais áreas de responsabilidade aos membros da Comissão Executiva:

CE - Repartição de Competências



A informação das matérias e/ou decisões tomadas pela Comissão Executiva, em particular, sobre matérias de reserva de competência exclusiva da Galp Energia, são regularmente comunicadas ao Presidente do Conselho de Administração, tendo em conta as suas competências e responsabilidades legais e estatutárias, designadamente, na coordenação da actividade do órgão a que preside e na relação com os accionistas e com os restantes órgãos sociais.

O Presidente do Conselho de Administração dá conhecimento a este órgão das deliberações da Comissão Executiva que têm especial importância, bem como submete à apreciação do Conselho as que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Em anexo, são indicadas os cargos sociais que os membros do Conselho de Administração exercem em sociedades do Grupo e noutras sociedades.



anexo ao relatório sobre o governo da sociedade

Cargos sociais desempenhados pelos membros executivos do Conselho de Administração em Sociedades do Grupo Galp Energia e outras , à data de 31 de Dezembro de 2004:

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva:

Mário Manuel Machado de Abreu

Sociedades do Grupo:

Presidente do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Gerência da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Giancarlo Rossi

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.

Outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração da ENI Portugal Investment

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Rui Nuno Tavares Moreira da Cruz

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Gerência da Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

Presidente do Conselho de Administração da Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Rui Manuel Janes Cartaxo

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração de Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração de Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transgás Indústria - Sociedade Portuguesa de Fornecimento de Gás Natural à Indústria, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Ana Maria Machado Fernandes

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Galp Power, S.G.P.S., S.A.



Presidente do Conselho de Administração da Powercer, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Porten - Portugal Energia, S.A.
Membro do Conselho Consultivo da Petrogal Brasil, Lda

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva:

Camillo Gloria

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal - PETROGAL, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia España, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Transgás Armazenagem - Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.

Cargos sociais desempenhados pelos membros não Executivos do Conselho de Administração em Sociedades do Grupo Galp Energia e outras, à data de Dezembro de 2004:

Vogal do Conselho de Administração:

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Outras sociedades:

Administrador da Enersis, S.G.P.S. S.A.
Administrador da LVT - Lisboa Vista do Tejo, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

João de Deus Rogado Salvador Pinheiro

Outras sociedades:

Professor Catedrático de Ciências de Engenharia, Universidade do Minho
Presidente da Assembleia Geral da World Movement Fund Portugal
Presidente do Conselho de Administração da Lusotur Golfes
Membro do Conselho Superior da Fundação Ilídio Pinho
Presidente do Conselho Fiscal da SPAS
Presidente do Conselho Nacional da Indústria do Golfe
Vice-Presidente de Lusomundo Media
Membro do Conselho Consultivo do Banco Privado Português

Vogal do Conselho de Administração:

Rui Manuel de Oliveira Horta e Costa

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da GDP, S.G.P.S., S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.

Outras sociedades:

Administrador e Membro da Comissão Executiva da EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Administrador da EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
Administrador da EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.
Administrador da Energia RE
Administrador da ONI, S.G.P.S., S.A.
Administrador da EDP Brasil, S.A.
Administrador da Hidrocantábrico
Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL-e - Informação e Comércio Electrónico, S.A.



Vogal do Conselho de Administração:

Federico Ermoli

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Outras sociedades:

Senior Vice President - ENI S.p.A - Gas & Power Divison

Vogal do Conselho de Administração:

Angelo Taraborrelli

Outras sociedades:

Chief Operating Officer ENI - Refining & Marketing Division

Vogal do Conselho de Administração:

Giorgio Puce

(Não exerce outros cargos sociais)

Vogal do Conselho de Administração:

José Rodrigues Pereira dos Penedos

Sociedades do Grupo:

Vogal do Conselho de Administração da GDP, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.

Outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da RENTELECOM - Comunicações, S.A.

Presidente da APE - Associação Portuguesa da Energia

Vogal do Conselho de Administração:

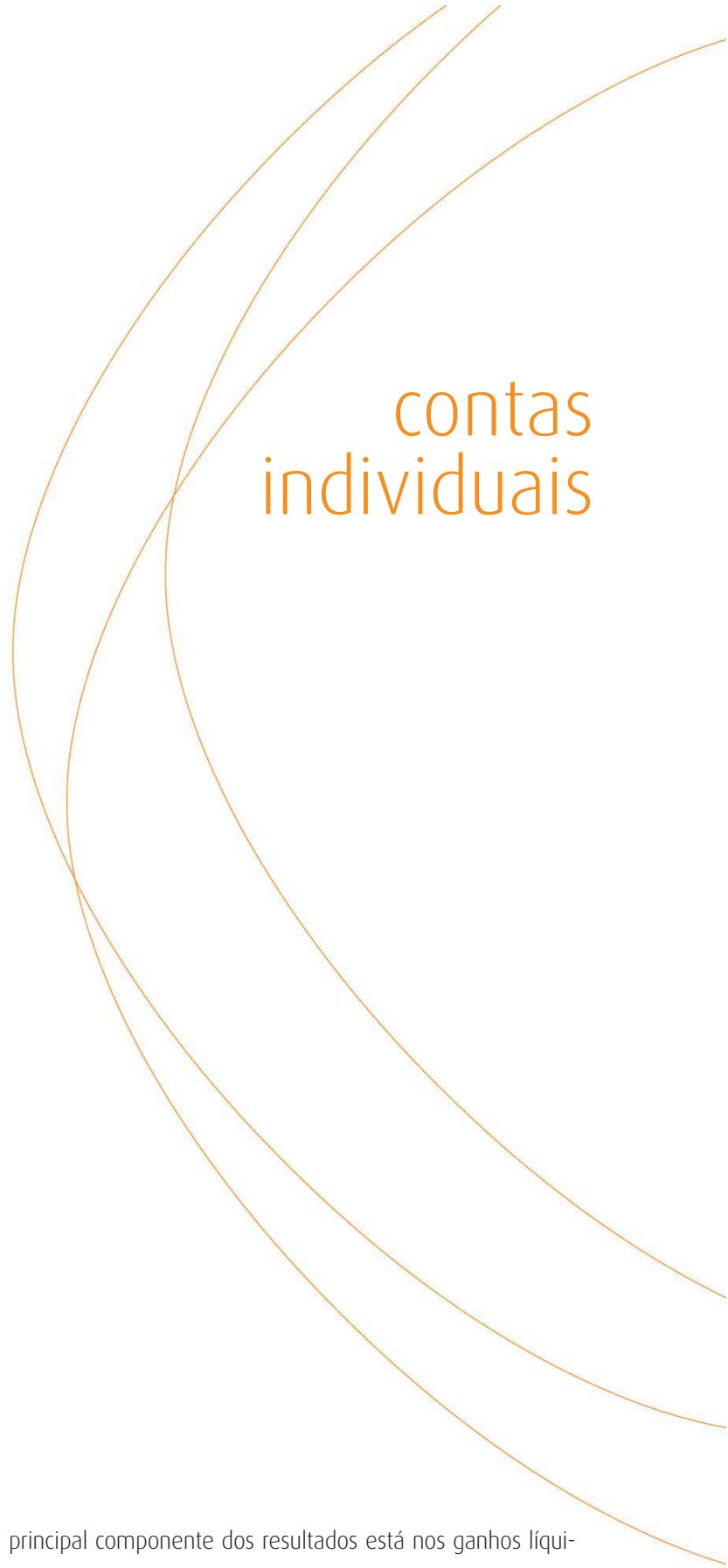
Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração, Iberdrola Portugal - Electricidade e Gás, S.A.

Presidente do Conselho de Gerência, Iberdrola II - Comercialização de Energia, Unipessoal Lda.





contas individuais

+

347

Tal como em anos anteriores, a principal componente dos resultados está nos ganhos líquidos em empresas do Grupo (**347,7** milhões de euros) contabilizados como resultados de participações financeiras.

balanços em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amort. e Prov.	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	8 e 10	238 238	(236) (236)	2 2	41 41
Imobilizações corpóreas					
Equipamento de transporte	10	1.180	(1.005)	175	483
Equipamento administrativo	10	490	(414)	76	169
Outras imobilizações corpóreas	10	87	(33)	54	65
		1.757	(1.452)	305	717
Imobilizações financeiras					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1.928.674	-	1.928.674	1.679.826
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	20.095	-	20.095	43.711
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	-	-	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	115	-	115	363
Outros empréstimos concedidos	10	90	-	90	90
		1.948.974	-	1.948.974	1.723.990
CIRCULANTE:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente	16	3.237	-	3.237	747
Empresas do grupo	16	269.040	-	269.040	378.433
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	18
Estado e outros entes públicos	28	26	-	26	2.209
Outros devedores	49	18.717	-	18.717	18.423
		291.031	-	291.031	399.830
Títulos negociáveis:					
Outras títulos negociáveis	51	- -	- -	- -	10.000 10.000
Depósitos bancários e caixa					
Depósitos bancários	51	867	-	867	451
Caixa	51	8 875	- -	8 875	8 459
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proveitos	50	1.207	-	1.207	3.970
Custos diferidos	50	175	-	175	513
		1.382	-	1.382	4.483
Total de amortizações			(1.688)		
Total de provisões			-		
Total do activo		2.244.257	(1.688)	2.242.569	2.139.520

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA



		2004	2003
Capital próprio e passivo		Notas	
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36 e 40	829.251	829.251
Prémios de emissão de acções	40	82.006	82.006
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	47.681	51.556
Reservas:			
Reservas legais	40	40.296	27.924
Reservas livres	40	27.977	27.977
Resultados transitados	40	527.076	385.003
Resultado líquido do exercício	40	<u>333.064</u>	<u>247.446</u>
		Total do capital próprio	1.887.351
		1.887.351	1.651.163
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para pensões	34	187	158
Provisões para seguro de vida e cuidados de saúde	34	182	119
Outras provisões para riscos e encargos	34	<u>3.597</u>	<u>1.736</u>
		<u>3.966</u>	<u>2.013</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	<u>45.474</u>	<u>226.500</u>
		<u>45.474</u>	<u>226.500</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	28.959	96.043
Fornecedores, conta corrente		3.234	3.492
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	16	34	128
Empresas do grupo	16	226.770	76.296
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		109	287
Estado e outros entes públicos	28	40.526	78.331
Outros credores	49	<u>169</u>	<u>210</u>
		<u>299.801</u>	<u>254.787</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	50	5.977	5.057
		Total do capital próprio e do passivo	<u>2.242.569</u>
		<u>2.242.569</u>	<u>2.139.520</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 | Eng. Giancarlo Rossi
 | Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 | Dr. Rui Manuel James Cartaxo
 | Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 | Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 | Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 | Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 | Eng. Camillo Gloré
 | Dr. Federico Ermoli
 | Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 | Eng. Giorgio Puce
 | Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 | Dr. Joaquim Pina Moura
 | Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

 demonstrações dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

Custos e Perdas	notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos		33.891	31.225
Custos com pessoal:			
Remunerações		9.100	8.366
Encargos Sociais:			
Pensões	34	286	736
Outros		<u>2.277</u>	<u>1.928</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	445	646
Outros impostos indirectos		250	1.558
Outros custos e perdas operacionais		<u>213</u>	<u>195</u>
	(A)	<u>463</u>	<u>1.753</u>
		<u>46.462</u>	<u>44.654</u>
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	6.975	6.465
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	2.447	2.758
Outros	45	<u>9.353</u>	<u>12.304</u>
	(C)	<u>18.775</u>	<u>21.527</u>
		<u>65.237</u>	<u>66.181</u>
Custos e perdas extraordinários	46	980	632
	(E)	<u>66.217</u>	<u>66.813</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(4.331)	(4.061)
	(G)	<u>61.886</u>	<u>62.752</u>
Resultado líquido do exercício		<u>333.064</u>	<u>247.446</u>
		<u>394.950</u>	<u>310.198</u>

As notas anexas fazem parte da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA



Proveitos e Ganhos	notas	2004	2003
Prestações de serviços	16	19.503	20.003
Proveitos suplementares	16	8.810	6.707
(B)		28.313	26.710
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	350.617	262.290
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	5.243	12.961
Outros	45	9.500	8.227
(D)		365.360	283.478
		393.673	310.188
Proveitos e ganhos extraordinários	46	1.277	10
(F)		394.950	310.198
Resultados operacionais (B)-(A)		(18.149)	(17.944)
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		346.585	261.951
Resultados correntes (D)-(C)		328.436	244.007
Resultados extraordinários		297	(622)
Resultados antes de impostos (F)-(E)		328.733	243.385
Resultado líquido do exercício (F)-(G)		333.064	247.446

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 | Eng. Giancarlo Rossi
 | Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 | Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 | Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 | Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 | Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 | Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 | Eng. Camillo Gloria
 | Dr. Federico Ermoli
 | Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 | Eng. Giorgio Puce
 | Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 | Dr. Joaquim Pina Moura
 | Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

 demonstrações dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

	notas	2004	2003
Prestações de serviços	16	19.503	20.003
Custo das prestações de serviços		(19.503)	(20.003)
Resultados brutos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		10.906	7.125
Custos de distribuição		-	-
Custos administrativos		(8.117)	(8.545)
Outros custos e perdas operacionais		(19.830)	(16.744)
Resultados operacionais		(17.041)	(18.164)
Custo/Ganho líquido de financiamento		2.132	2.704
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	45	343.642	255.825
Ganhos (perdas) em outros investimentos		-	3.020
Resultados não usuais ou não frequentes		-	-
Resultados correntes		328.733	243.385
Imposto sobre resultados correntes	6	4.331	4.061
Resultados correntes após impostos		333.064	247.446
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultados líquidos		333.064	247.446
Resultado por acção		2,01	1,49

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 | Eng. Giancarlo Rossi
 | Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 | Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 | Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 | Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 | Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 | Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 | Eng. Camillo Gloria
 | Dr. Federico Ermoli
 | Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 | Eng. Giorgio Puce
 | Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 | Dr. Joaquim Pina Moura
 | Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos



 demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

	notas	2004	2003
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		66.434	30.956
Pagamentos a fornecedores		(22.826)	(22.532)
Pagamentos ao pessoal		(10.947)	(5.727)
Fluxos gerados pelas operações		<u>32.661</u>	<u>2.697</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(64.246)	20.197
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(1.754)	(20.167)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>(33.339)</u>	<u>2.727</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(41)	(28)
		<u>(41)</u>	<u>(28)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(33.380)</u>	<u>2.699</u>
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		-	41.340
Juros e proveitos similares		3.367	-
Empréstimos concedidos		871.221	-
		<u>874.588</u>	<u>41.340</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(1.368)	(6.970)
Empréstimos concedidos		(603.350)	-
		<u>(604.718)</u>	<u>(6.970)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>269.870</u>	<u>34.370</u>
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		450.287	1.361.456
Juros e proveitos similares		-	10.750
Empréstimos concedidos		-	374.519
		<u>450.287</u>	<u>1.746.725</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(625.131)	(1.453.566)
Juros e custos similares		(7.284)	(12.676)
Dividendos/distribuição de resultados		(44.923)	(42.023)
Empréstimos concedidos		-	(286.913)
		<u>(677.338)</u>	<u>(1.795.178)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(227.051)</u>	<u>(8.453)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		9.439	(11.384)
Efeito das diferenças de câmbio		(30)	272
Caixa e seus equivalentes no início do período	51	(14.756)	(3.644)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51	(5.347)	(14.756)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dir. Rui Manuel Janes Cartaxo
Dir. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Dir. Ana Maria Machado Fernandes
Eng. Guido Manuel Negreli e Albuquerque
Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Eng. Camillo Glória
Dir. Federico Ermoli
Dir. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Eng. Giorgio Puce
Dr. Angelo Maria Taraborrelli
Dir. Joaquim Costa Moura
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

1. Nota Introdutória

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de "Galp - Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.", tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual - Galp Energia, S.G.P.S., S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O capital inicial da Galp, no montante de 411.383.565 Euros foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para 502.164.785 Euros.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social no montante de 327.085.850 Euros, subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. ("Petrocontrol"), EDP - Electricidade de Portugal, S. A., (actualmente denominada EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP")), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para 829.250.635 Euros.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos - ENI Portugal Investment, Spa. ("ENI") e Iberdrola, S.A. ("Iberdrola") - assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Acções e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Através do Decreto Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN") adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. adquiriu 0,75%, em 2003 e no decurso do exercício de 2004 adquiriu uma participação adicional de 3,48% do capital social da Galp ao Estado Português. A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na Nota 37.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

Aumentos/(Diminuições)	
Total do activo líquido	3.920.845
Total do Passivo (excluindo interesses minoritários)	3.893.965
Total do capital próprio	-
Resultado líquido do exercício	-
Proveitos totais	9.103.417

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são essencialmente constituídas por despesas associadas à constituição da Empresa, ao aumento de capital, à alteração da denominação social e a licenças de utilização de software, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos (Nota 8).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos	
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, foram contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado na rubrica de imobilizações corpóreas, a correspondente responsabilidade no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3 b), são registados em custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, os quais correspondem ao valor atribuído para efeitos de realização em espécie do capital (Nota Introdutória), o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas.

Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40).

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício (Nota 45). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Conforme mencionado na alínea h) abaixo o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações de subsidiárias que são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, do capital próprio.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal.

As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros, encontram-se registadas na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 34).

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6).



g) Cuidados de saúde, seguro de vida e benefícios de reforma

Os encargos a suportar pela Empresa com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e com benefícios de reforma relativos a ex-empregados GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços à Empresa, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para riscos e encargos (Nota 34). Os pagamentos aos beneficiários efectuados no decurso de cada exercício são registados como uma redução destas provisões.

Quando este procedimento é adoptado pela primeira vez, o custo das responsabilidades por serviços passados deverá ser amortizado numa base sistemática de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes no plano a partir do início da contabilização dos benefícios. Este procedimento está de acordo com a Norma Internacional de contabilidade N.º19.

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo actuarial e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados, se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto mais de 10% do total das responsabilidades, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

O custo das responsabilidades por serviços passados, resultante da primeira contabilização destes benefícios no montante de 94 mEuros (Nota 34), foi registado no passivo nas rubricas de provisões para benefícios de reforma - responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para benefícios de reforma - custo dos serviços passados não reconhecidos. Estes saldos serão reconhecidos em resultados na rubrica de custos extraordinários de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes no plano, quotas constantes, com início no exercício de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2004, a provisão constituída reflecte apenas as responsabilidades com os ex-empregados da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., integrados nos quadros da Empresa.

h) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) taxa de câmbio vigente á data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados;
- iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

■ 6. Imposto sobre o Rendimento ■

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fis-

cais da Empresa referentes aos anos de 2001 a 2004 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àque-las declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

A Empresa e algumas das suas subsidiárias, são tributadas através do regime especial de tributação de grupo de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas nos montantes de 6.644 mEuros (Nota 16) e 102.002 mEuros (Nota 16), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2004 existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos registados pela Empresa, como segue:

Impostos diferidos activos	
Relativos a exercícios anteriores:	
Por provisões constituidas no exercício de 2003 não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões de exercícios anteriores (Nota 50)	76
	76
Relativos ao exercício :	
Por provisões constituidas no exercício não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões no exercício de 2004	25
	25
Total de impostos diferidos activos (Nota 50)	101

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados por naturezas, tem o seguinte detalhe:

Estimativa de imposto corrente (Nota 28)	(4.306)
Impostos diferidos activos	(25)

(4.331)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias. Assim, em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa apresenta uma estimativa de imposto corrente a receber no montante de 4.306 mEuros, quando o resultado contabilístico antes de impostos no exercício findo naquela data ascende a 328.733 mEuros.

7. Número Médio de Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante os exercícios de 2004 e 2003 foi de 107 e 112, respectivamente, ascendendo a 107 em 31 de Dezembro de 2004.

8. Propriedade Industrial e Outros Direitos

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valores Líquidos
Propriedade industrial e outros direitos:			
Software e licenças	82	(80)	2
Programa Team Mate	43	(43)	-
Marketing Analítico e operacional	113	(113)	-
	238	(236)	2

10. Movimento no Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Activo Bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Diminuições	Abates	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	362	-	-	(362)	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	235	3	-	-	-	238
	597	3	-	(362)	-	238
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	1.231	28	(79)	-	-	1.180
Equipamento administrativo	488	2	-	-	-	490
Outras imobilizações corpóreas	87	-	-	-	-	87
	1.806	30	(79)	-	-	1.757
Investimentos financeiros:						
Partes de capital empresas do grupo	1.679.826	237	-	-	248.611	1.928.674
Empréstimos a empresas do grupo	43.711	2.337	(25.953)	-	-	20.095
Titulos e outras aplicações financeiras	363	1	(249)	-	-	115
Outros empréstimos concedidos	90	-	-	-	-	90
	1.723.990	2.575	(26.202)	-	248.611	1.948.974
	1.726.393	2.608	(26.281)	(362)	248.611	1.950.969

Amortizações Acumuladas					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	362	-	-	(362)	-
Propriedade industrial e outros direitos (Nota 8)	194	42	-	-	236
	556	42	-	(362)	236
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	748	303	(46)	-	1.005
Equipamento administrativo	319	95	-	-	414
Outras imobilizações corpóreas	22	11	-	-	33
	1.089	409	(46)	-	1.452
	1.645	451	(46)	(362)	1.688

A diferença entre o total do aumento das amortizações acumuladas e o custo com as amortizações registado na demonstração de resultados, decorre de amortizações extraordinárias no montante de 6 mEuros (Nota 46), reconhecidas na rubrica de custos e perdas extraordinárias.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, na rubrica de partes de capital em empresas do grupo, tem a seguinte composição:

Saldo inicial	1.679.826
Aquisições de capital	
Porten - Portugal Energia, S.A.	237
	237
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados de exercício (Nota 45):	
Positivos	350.254
Negativos	(4.751)
	345.503
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias:	
Ajustamentos de conversão cambial (Nota 40)	(3.875)
Dividendos atribuídos pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(93.015)
Outros	(2)
	(96.892)
Saldo Final	1.928.674

O montante de 93.015 mEuros relativo a dividendos atribuídos pela subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. não foi a esta data recebido, encontrando-se registado no activo na rubrica Empresas do grupo (Nota 16).



15. Locação Financeira

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e aluguer de longa duração incluídas no balanço são as seguintes:

Rubricas	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
Equipamento transporte (ALD)	950	796	154
	950	796	154

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa mantinha responsabilidades como locadora no montante de 414 mEuros, encontrando-se este montante registado na rubrica de fornecedores, conta corrente.

16. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, tinham a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2004				2004		2003		
	Sede Social	Total Activo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	%	Valor	%	Valor
Petróleos de Portugal - Petrógal, S.A. (a)	Lisboa	2.868.895	1.491.402	1.377.493	230.589	100,00%	1.377.473	100,00%	1.244.231
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. (b)	Lisboa	863.332	324.075	539.257	115.680	100,00%	544.146	100,00%	432.824
Galp Serviços, S.A.	Lisboa	20.014	13.147	6.867	4.096	100,00%	6.867	100,00%	2.771
Galp Power, S.G.P.S., S.A. (c)	Lisboa	19.009	20.630	(1.621)	(1.647)	100,00%	-	100,00%	-
Porten-Portugal Energia, S.A.	Bucelas	2.093	1.904	189	(371)	100,00%	189	-	-
							1.928.674		1.679.826
Central E, S.A. (b)	Lisboa	3.540	13.273	(9.733)	(2.839)	20,30%	-	20,30%	-
							-		-

(a) Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, no exercício de 2004 os capitais próprios são corrigidos do efeito das participações minoritárias destas empresas em outras subsidiárias do Grupo Galp.

(b) Para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, os capitais próprios desta subsidiária encontram-se corrigidos do efeito do trespasso decorrente da entrega de uma participação financeira na Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., efectuada em 1999, aquando da constituição da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (Nota introdutória). Em consequência desta regularização, o trespasso encontra-se a ser amortizado durante o período de concessão atribuído àquela subsidiária, para apropriação e transporte do gás natural.

(c) Esta empresa apresenta em 31 de Dezembro de 2004, capitais próprios negativos pelo que por efeito da aplicação de método da equivalência patrimonial foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 3.597 (Nota 34).

A composição de títulos e outras aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 é como se segue:

	2004			2003		
	Sede Social	%	Valor	%	Valor	
ADENE - Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	10,98%	114	10,98%	114	
HARI, S.G.P.S., S.A. (a)	Lisboa	-	-	5,63%	249	
OEINERGE - Ag. Munic. En. e Amb. de Oeiras	Oeiras	1,45%	1	-	-	
			115		363	

(a) No decurso do exercício de 2004 a Empresa alienou esta participação.

Os saldos activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2004, com as principais empresas do grupo são os seguintes:

Saldos Activos				
	Clientes conta-corrente	Empresas do grupo	Empréstimos a empresas do grupo	Acréscimos de proveitos (Nota 50)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	1.097	162.768	-	452
Petrogal Espanhola, S.A.	65	15	-	-
Lisboagás, S.A.	9	5.211	-	20
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	1.216	43	-	15
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	43	19	-	31
Galp Serviços, S.A.	23	1.561	-	48
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	18	(215)	18.992	74
Porten Portugal Energia, S.A.	3	20	1.103	7
Galpgeste, Lda.	18	219	-	12
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	66	25.914	-	19
Transgás Atlântico, S.A.	6	29	-	5
Transgás Industrial, S.A.	55	122	-	3
Transgás S.G.P.S., S.A.	-	406	-	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	2	536	-	3
Soturis, S.A.	6	8	-	2
Lusitanagás, S.A.	9	-	-	8
Galp Açores, S.A.	10	6	-	1
Galp Madeira	6	-	-	5
Dianagás, S.A.	4	44	-	3
CLT-Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda	-	97	-	2
Galp Exploração, Lda	47	72.000	-	348
CLC-Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	38	-	-	6
Beiragás, S.A.	21	-	-	17
Outras empresas do grupo	122	237	-	125
	2.884	269.040	20.095	1.207

Saldos Passivos					
	Empresas do grupo	Fornecedores conta-corrente	Fact. Recep. Conferência	Outros credores (Nota 49)	Acréscimos de custos
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(103.123)	(479)	-	(57)	(879)
Galp Açores, S.A.	(4.000)	-	-	-	(15)
Galp Madeira, S.A.	(2.000)	-	-	-	(1)
Lisboagás, S.A.	(48)	(20)	-	-	(28)
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	(248)	-	(34)	-	-
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	(479)	(9)	-	-	(5)
Galp Serviços, S.A.	(5.557)	(591)	-	-	(4)
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	(287)	(16)	-	-	-
Gasfomento, S.A.	(226)	-	-	-	-
Galpgeste, Lda.	(38)	-	-	-	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	(294)	(31)	-	-	-
Transgás Atlântico, S.A.	(2.585)	-	-	-	-
Transgás Armazenagém, S.A.	(12)	-	-	-	-
Transgás Industrial, S.A.	(19)	-	-	-	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	(4)	-	-	-	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	(28)	-	-	-	-
Driftal, S.A.	(151)	-	-	-	-
Soturis, S.A.	(1.035)	(4)	-	-	-
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	(16)	-	-	-	-
Sacor Marítima, S.A.	(47.000)	-	-	-	(173)
Medigás, S.A.	(86)	-	-	-	-
Dianagás, S.A.	(6)	-	-	-	-
Porten Portugal Energia, S.A.	(2)	-	-	-	-
TLG Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	(199)	-	-	-	-
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	(132)	-	-	-	(4)
Aqua Solar, Lda.	(2)	-	-	-	-
CLT - Comp. Logística Term. Marítimos, Lda.	(1.114)	-	-	-	-
Tagus RE, S.A.	(10.000)	-	-	-	(46)
Outras empresas do grupo	(48.077)	(8)	-	-	(3)
	(226.770)	(1.158)	(34)	(57)	(1.158)

O montante registado na rubrica do activo Empresas do grupo de 72.000 mEuros a receber da Galp Exploração, Lda., refere-se a empréstimos de curto prazo, concedidos a esta subsidiária, os quais vencem juros a taxas de mercado.

O montante registado na rubrica do activo, empresas do grupo, de 162.768 mEuros a receber da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., respeita essencialmente a dividendos atribuídos por aquela empresa, relativos ao exercício de 2003, no montante de 93.015 mEuros (Nota 10) e ao montante de 69.226 mEuros, a receber em consequência da adopção do regime especial de tributação de grupos de sociedades na esfera da Galp.

Os empréstimos a empresas do grupo, nos montantes de 18.992 mEuros e 1.103 mEuros, concedidos à Galp Power, S.G.P.S., S.A. e Porten - Portugal Energia, S.A., respectivamente, vencem juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 3% e não têm um plano de reembolso definido.

Os montantes registados na rubrica do passivo empresas do grupo de 4.000 mEuros a pagar à Galp Açores, S.A., de 2.000 mEuros a pagar à Galp Madeira, S.A., 47.000 mEuros a pagar à Sacor Marítima, S.A. e 10.000 mEuros a pagar à Tágus RE, S.A., dizem respeito a empréstimos de curto prazo destas subsidiárias, os quais vencem juros a taxas de mercado.

Os montantes registados na rubrica do passivo empresas do grupo, 103.123 mEuros a pagar à Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A., 5.557 mEuros a pagar à Galp Serviços, S.A., 1.035 mEuros a pagar à Soturis, S.A. e 1.114 mEuros a pagar à CLT, Lda., incluem os montantes de 102.000 mEuros, 5.000 mEuros, 1.000 mEuros e 1.000 mEuros respectivamente, relativos a empréstimos de curto prazo obtidos destas subsidiárias, os quais vencem juros a taxas de mercado.

O montante registado na rubrica do passivo empresas do grupo - outras empresas do grupo - no montante de 48.077 mEuros, respeita a dividendos atribuídos pela Empresa relativos ao exercício de 2003, líquidos de pagamentos efectuados no decurso do exercício de 2004, como se segue:

	Dividendos		
	Atribuídos (Nota 40)	Pagos	A pagar
Estado Português	23.970	(23.970)	-
ENI Portugal Investment, S.P.A.	31.006	-	31.006
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	17.019	(17.019)	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	13.269	-	13.269
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	3.934	(3.934)	-
Iberdrola, S.A.	3.720	-	3.720
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-	41
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-	41
	93.000	(44.923)	48.077

As rubricas do activo e passivo relativas a empresas do grupo, incluem montantes a receber e pagar, em consequência da adopção do regime especial de tributação de grupos de sociedades na esfera da Galp (Notas 6), como se segue:

	Empresas do Grupo	
	Activo	Passivo
Relativo a exercício anteriores:		
Galp Serviços, S.A.	-	557
Transgás S.G.P.S., S.A.	1	2
Galpgeste, S.A.	-	33
Transgás Industria, S.A.	10	8
Dianagás, S.A.	5	6
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	-	479
Transgás Atlântico, S.A.	22	-
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	13	16
GDP, S.G.P.S., S.A.	43	247
TLG Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	-	73
Drifital, S.A.	8	30
Medigás, S.A.	-	21
Outras Empresas	38	41
	140	1.513
Relativo ao exercício de 2004 (Nota 28):		
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	69.226	1.116
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	24.413	294
Lisboagás, S.A.	5.211	-
Galp Serviços, S.A.	1.557	9
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	532	28
Transgás S.G.P.S., S.A.	405	2
Galpgeste, S.A.	219	5
Transgás Industria, S.A.	112	11
CLT, Lda.	97	114
Dianagás, S.A.	39	-
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	17	-
Galpmed	10	-
Transgás Armazenagem, S.A.	7	6
Transgás Atlântico, S.A.	7	2.580
Gásfomento, S.A.	6	206
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	3	-
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	287
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	-	132
TLG Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	-	126
Drifital, S.A.	-	121
Medigás, S.A.	-	65
Soturis, S.A.	-	27
Outras Empresas	-	3
	101.862	5.131
	102.002	6.644

As transacções efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 com as empresas do grupo, foram as seguintes:

	Transacções				
	Fornecimentos e Serviços	Juros suportados (Nota 45)	Prestações de Serviços	Proveitos Suplementares	Juros obtidos (Nota 45)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	5.493	931	13.918	4.393	238
Galp Serviços, S.A.	4.746	-	-	296	12
Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	495	-	3.800	1.498	-
Lisboagás, S.A.	295	-	-	135	730
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	36	-	760	367	844
Lusitanigás-Comp Gás do Centro, S.A.	26	-	-	18	-
Galp Exploração, Lda.	24	-	-	300	304
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	22	-	-	178	972
Setgás-Soc Prod Distribuição de Gás, S.A.	22	-	-	17	-
Soturis, S.A.	9	-	-	228	-
Beiragás - Comp Gás das Beiras, S.A.	7	-	-	108	-
Galp Energia Espanha, S.A.	2	-	-	-	1.415
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	-	-	57	-
CLT - Comp Logística Term. Marítimos, Lda.	-	13	-	-	-
Galp Açores, S.A.	-	79	-	17	-
Galp Madeira, S.A.	-	213	-	-	-
GalpGeste, Lda.	-	-	-	37	-
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	-	503	796	710
Sacor Marítima, S.A.	-	953	-	-	-
Tagus RE, S.A.	-	215	-	-	-
Transgás Atlântico, S.A.	-	-	-	93	-
Transgás Industria, S.A.	-	-	522	-	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	-	43	-	-	-
Outras Empresas do Grupo Galp Energia	30	-	-	272	18
	<u>11.207</u>	<u>2.447</u>	<u>19.503</u>	<u>8.810</u>	<u>5.243</u>

As prestações de serviços e proveitos suplementares prestadas a empresas do grupo, referem-se essencialmente a serviços de gestão, desenvolvimento de imagem, marketing e publicidade.

25. Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2004	2003
Dívidas activas (Nota 49)	450	167
Dívidas passivas (Nota 49)	(85)	(76)

28. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, não existiam dívidas em situação de mora como o Estado e outros entes públicos.

Os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	2004	2003
Saldos Activos		
Imposto sobre valor acrescentado a recuperar	13	-
IRC a recuperar	13	2.209
	<u>26</u>	<u>2.209</u>
Saldos Passivos		
IRC - estimativa de imposto	40.055	77.655
Imposto sobre valor acrescentado a pagar	268	489
Retenção imposto	123	121
Instituições de previdência	80	66
	<u>40.526</u>	<u>78.331</u>
Saldo Final	<u>(40.500)</u>	<u>(76.122)</u>

A rubrica passiva relativa a IRC - estimativa de imposto em 31 de Dezembro de 2004 tem o seguinte detalhe:

	IRC relativo			
	à Empresa (Nota 6)	a subsidiárias (nota 16)	Total	
		a receber	a pagar	
IRC - estimativa de imposto	4.306	3.526	(101.862)	(94.030)
IRC - Retenções efectuadas por terceiros	32	1.492	-	1.524
IRC - Pagamentos por conta	52.338	113	-	52.451
Total	56.676	5.131	(101.862)	(40.055)

32. Garantias Bancárias

Em 31 de Dezembro de 2004, está em vigor uma garantia com o Banco Comercial Português no montante de 2.394 mEuros.

34. Movimento Ocorrido Nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo final
Provisões para riscos e encargos - benefícios de reforma				
Provisões para pensões	158	32	(3)	187
	158	32	(3)	187
Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida (Nota 3. g))	119	68	(5)	182
	119	68	(5)	182
Outras provisões para riscos e encargos (Nota 16)	1.736	2.224	(363)	3.597
	1.736	2.224	(363)	3.597
	2.013	2.324	(371)	3.966

Do montante de 2.324 mEuros referente à constituição/aumento de provisões:

i) O montante de 100 mEuros relacionado com provisões para pensões e provisão para cuidados de saúde foi registado por contrapartida da rubrica de custos com o pessoal da demonstração dos resultados no montante de 81 mEuros e por contrapartida da rubrica de custos extraordinários no montante de 19 mEuros (Nota 46); ii) 2.224 mEuros, por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras para fazer face aos capitais próprios negativos de filiais e associadas.

Em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa registou adicionalmente o montante de 205 mEuros na rubrica de custos com o pessoal, relativamente a contribuição para o fundo de contribuição definida do grupo Galp Energia.

O montante de 371 mEuros referente à redução de provisões teve como contrapartida a rubrica de proveitos financeiros no montante de 363 mEuros (Nota 45), a rubrica de proveitos extraordinários - outros no montante de 3 mEuros e uma utilização pelo método directo no montante de 5 mEuros.

A provisão para outros riscos e encargos existente em 31 de Dezembro de 2004, refere-se às responsabilidades da Empresa, pelos prejuízos acumulados nas suas subsidiárias Galp Power no montante de 1.621 mEuros e Central E no montante de 1.976 mEuros (Nota 16).

Os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nos estudos actuariais utilizados para cálculo das suas responsabilidades com o plano médico, seguros de vida e reserva são os seguintes:

	2004	2003
Taxa de rendimento dos activos	4,75%	5,25%
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e Respectivas coberturas:		
i) Plano Médico		
Responsabilidades Totais:		
Activos	232	124
Reformados	136	106
	<u>368</u>	<u>230</u>
Coberturas:		
Por Provisões	152	101
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g))	33	49
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.gj))	183	80
	<u>368</u>	<u>230</u>
ii) Seguro de Vida		
Responsabilidades Totais:		
Activos	53	23
Reformados	-	-
	<u>53</u>	<u>23</u>
Coberturas:		
Por Provisões	30	17
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3. g))	5	7
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3. g))	18	(1)
	<u>53</u>	<u>23</u>
iii) Benefícios de reforma		
Responsabilidades Totais:	<u>230</u>	<u>178</u>
Coberturas:		
Por Provisões	187	158
Alteração de Pressupostos e Metodologia (Nota 3. g))	(3)	(6)
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3. g))	46	26
	<u>230</u>	<u>178</u>

A evolução nas responsabilidades da Empresa com seguros de vida e custos destes contabilizados no exercício de 2004 foi como segue:

	Plano Médico	Seguro de vida	Benefícios de reforma	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	230	24	178	432
Custo dos serviços correntes	24	9	19	52
Custo dos juros	12	1	10	23
Benefícios pagos	(5)	-	-	(5)
(Ganhos) / Perdas Actuariais do exercício	107	19	23	149
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	368	53	230	651
CUSTOS DO ANO 2004				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	36	10	29	75
Mecanismo do "corredor"	3	-	3	6
Amortização da alteração de pressupostos	16	3	(3)	16
	55	13	29	97

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 75, foi registado pela Empresa na demonstração de resultados do exercício na rubrica de custos com o pessoal.

Derivado do acréscimo de responsabilidades relativos ao início da contabilização destes benefícios no montante de 94 mEuros, que foi reconhecido nas demonstrações financeiras com explicado na Nota 3 g), no exercício de 2004 a Empresa reconheceu como custos, na rubrica de resultados extraordinários, o montante de mEuros 16 relativo à amortização do exercício.

Pela amortização do excesso de corredor apurado a 31 de Dezembro de 2003, foi contabilizado como custos com o pessoal o montante de 6 mEuros.

Como mencionado no ponto 3.g), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras pela totalidade do desvio acumulado - não reconhecido. A parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor" de 10%, será amortizada, a partir do exercício subsequente em que apurado, conforme a seguir descrito.

Benefícios	Ganhos e perdas não reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o intervalo de "corredor"	Valor a reconhecer em 2005
Plano médico	183	37	146	7,9
Seguro de vida	18	5	13	0,5
Reserva	46	23	23	1,3

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de "corredor" (10% do valor das responsabilidades) serão custo do ano seguinte em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que são de 18,5 e de 26,46 para os seguros de saúde e vida, respectivamente, e de 17,69 para os ex-empregados GDP, S.G.P.S.. Deste modo sabemos já que no ano de 2005 haverá a contabilizar um custo de 9,7 mEuros derivado da amortização do excesso de "corredor" agora apurado.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8 000 000 de acções da categoria A e as restantes 157 850 127 acções da categoria B. Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- (ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.

37. Detentores do Capital

O capital, em 31 de Dezembro de 2004, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

Estado Português	25,78%
ENI Portugal Investment, S.P.A.	33,34%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	18,30%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	14,27%
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	4,23%
Iberdrola, S.A.	4,00%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
	100,00%

40. Variação nas Rubricas de Capital Próprio

A variação ocorrida nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2004 foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação de resultados	Saldo final
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prémios de emissão de acções	82.006	-	-	-	82.006
Ajustamento de partes capital em filiais e associadas (Nota 10)	51.556	-	(3.875)	-	47.681
Reservas legais	27.924	-	-	12.372	40.296
Reservas livres	27.977	-	-	-	27.977
Resultados transitados	385.003	-	-	142.074	527.076
Resultado líquido do exercício	247.446	333.064	-	(247.446)	333.064
	1.651.163	333.064	(3.875)	(93.000)	1.887.351

Por decisão da Assembleia Geral datada de 31 de Dezembro de 2004, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

Reservas legais	12.372
Resultados transitados	142.074
Dividendos (Nota 16)	93.000
Resultado líquido do exercício	
	247.446

Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo inicial desta rubrica de ajustamentos de partes de capital comprehende essencialmente o efeito dos ajustamentos efectuados directamente aos capitais próprios pelas subsidiárias Petróleos de Portugal - Petrogal S.A. e GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S.,S.A. aquando do registo pela primeira vez dos impostos diferidos, no montante de 78.830 mEuros. Adicionalmente, o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2004, correspondem à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira.

43. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da Empresa no exercício de 2004 e 2003, ascenderam a 2.336 mEuros e a 2.324 mEuros, respectivamente.

45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Juros suportados - empréstimos bancários	4.716	9.634
Juros suportados - juros de mora	3	1
Juros suportados - empresas do grupo e associadas (Nota 16)	2.447	2.758
Juros suportados - outros juros	32	30
Perdas em empresas do grupo e associadas	6.975	6.465
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.289	1.767
Outros custos e perdas financeiros	<u>313</u>	<u>872</u>
	<u>18.775</u>	<u>21.527</u>
Resultados financeiros	<u>346.585</u>	<u>261.951</u>
	<u>365.360</u>	<u>283.478</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas (Nota 16)	5.243	12.961
Juros obtidos - outros	44	170
Ganhos em empresas do grupo e associadas	350.617	262.290
Diferenças de câmbio favoráveis	8.888	4.635
Descontos de pronto pagamento obtidos	458	402
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>110</u>	<u>3.020</u>
	<u>365.360</u>	<u>283.478</u>

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas em 2004, têm a seguinte composição:

	Perdas	Ganhos
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	3.657	230.584
GDP S.G.P.S., S.A.	1.046	115.574
Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	-	4.096
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	1.647	363
Porten Portugal Energia, S.A.	49	-
Central E.S.A.	576	-
	6.975	350.617

Do montante de 3.657 mEuros, registado na rubrica Perdas em empresas do grupo - Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A., 2.026 mEuros correspondem a gratificações atribuídas a empregados, em consequência da aplicação de resultados do exercício de 2003.

O total de perdas em empresas do grupo no montante de 6.975 mEuros foi registado por contrapartida na rubrica de investimentos financeiros no montante de 4.751 mEuros (Nota 10) e da rubrica de provisões para outros riscos e encargos no montante de 2.224 mEuros (Nota 34).

O ganho relativo à Galp Power, S.G.P.S., S.A., no montante de 363 mEuros, foi registado como uma diminuição da rubrica de outras provisões para riscos e encargos diversos (Nota 34), por aquela subsidiária apresentar capitais próprios negativos em 31 de Dezembro de 2004. Os restantes ganhos, no montante de 350.254 mEuros (Nota 10), foram registados como um aumento do valor dos investimentos financeiros, tal como descrito na Nota 3.d).

■ 46. Demonstração dos Resultados Extraordinários ■

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Donativos	703	367
Perdas em imobilizações	249	-
Aumento Amortizações (Nota10)	6	36
Correcções relativas a exercícios anteriores	3	183
Insuficiencia estimativa imposto	-	18
Benefícios de reforma (Nota 34)	19	28
	980	632
Resultados extraordinários	297	(62)
	1.277	10
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	3	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	7
Excesso estimativa imposto	1.057	-
Benefícios de reforma (Nota 34)	3	3
Outros proveitos e ganhos extraordinários	214	-
	1.277	10

48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Dividas a instituições de crédito				
Empréstimos externos	22.737	45.474	70.828	226.500
Descobertos bancários (Nota 51)	6.222	-	25.215	-
	<u>28.959</u>	<u>45.474</u>	<u>96.043</u>	<u>226.500</u>

Os empréstimos bancários vencem juros à taxa de mercado. O montante de 45.474 mEuros, registado a médio e longo prazo serão reembolsados em 4 tranches semestrais, com início em Junho de 2006.

49. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2004		2003	
Outros devedores				
Pessoal (Nota 25)	450		167	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	17.984		17.984	
Cauções	213		214	
Outros	<u>70</u>		<u>58</u>	
	<u>18.717</u>		<u>18.423</u>	
Outros Credores				
Pessoal (Nota 25)	85		76	
Empresas do grupo e associadas (Nota 16)	57		114	
Outros	<u>27</u>		<u>20</u>	
	<u>169</u>		<u>210</u>	

O valor a receber da EDP - Energias de Portugal, S.A. no montante de 17.984 mEuros corresponde ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., exercido em 2003, no montante de 14.964 mEuros acrescido do montante de 3.020 mEuros relativos a juros.

■ 50. Acréscimos e Diferimentos ■

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos (Nota 16):		
Juros a receber	353	2.462
Outros acréscimos de proveitos	<u>854</u>	<u>1.508</u>
<u>1.207</u>		<u>3.970</u>
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 6)	101	76
Outros custos diferidos	<u>74</u>	<u>437</u>
<u>175</u>		<u>513</u>
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	1.163	1.151
Seguros a liquidar	-	114
Bónus de desempenho	1.449	1.219
Encargos com pessoal cedido	2.325	772
Juros a liquidar	717	896
Fornecimentos e serviços externos obtidos	220	905
Outros Acréscimos de Custos	<u>103</u>	-
<u>5.977</u>		<u>5.057</u>

■ 51. Detalhe de Caixa e seus Equivalentes: ■

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2004	2003
Caixa	8	8
Depósitos à ordem	867	451
Descobertos bancários (Nota 48)	(6.222)	(25.215)
Outras aplicações de tesouraria	-	10.000
<u>(5.347)</u>		<u>(14.756)</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 | Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 | Eng. Giancarlo Rossi
 | Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 | Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 | Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 | Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 | Eng. Camillo Glória
 | Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 | Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 | Dr. Federico Ermoli
 | Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 | Eng. Giorgio Puce
 | Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
 | Dr. Joaquim Pina Moura



relatório e parecer do fiscal único

Aos Accionistas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Abril de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

certificação legal das contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 2.242.569.000 Euros e capitais próprios de 1.887.351.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 333.064.000 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame, incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaborados para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar em separado, e que reflectem, relativamente às contas individuais, diferenças que se encontram resumidas na Nota 3.

Lisboa, 28 de Abril de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



Edição

Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Direcção de Comunicação Institucional Corporativa

Torre C - 1600-209 Lisboa

Telefone 217 242 500

Fax 217 242 965

www.galpenergia.com

Criação e concepção gráfica

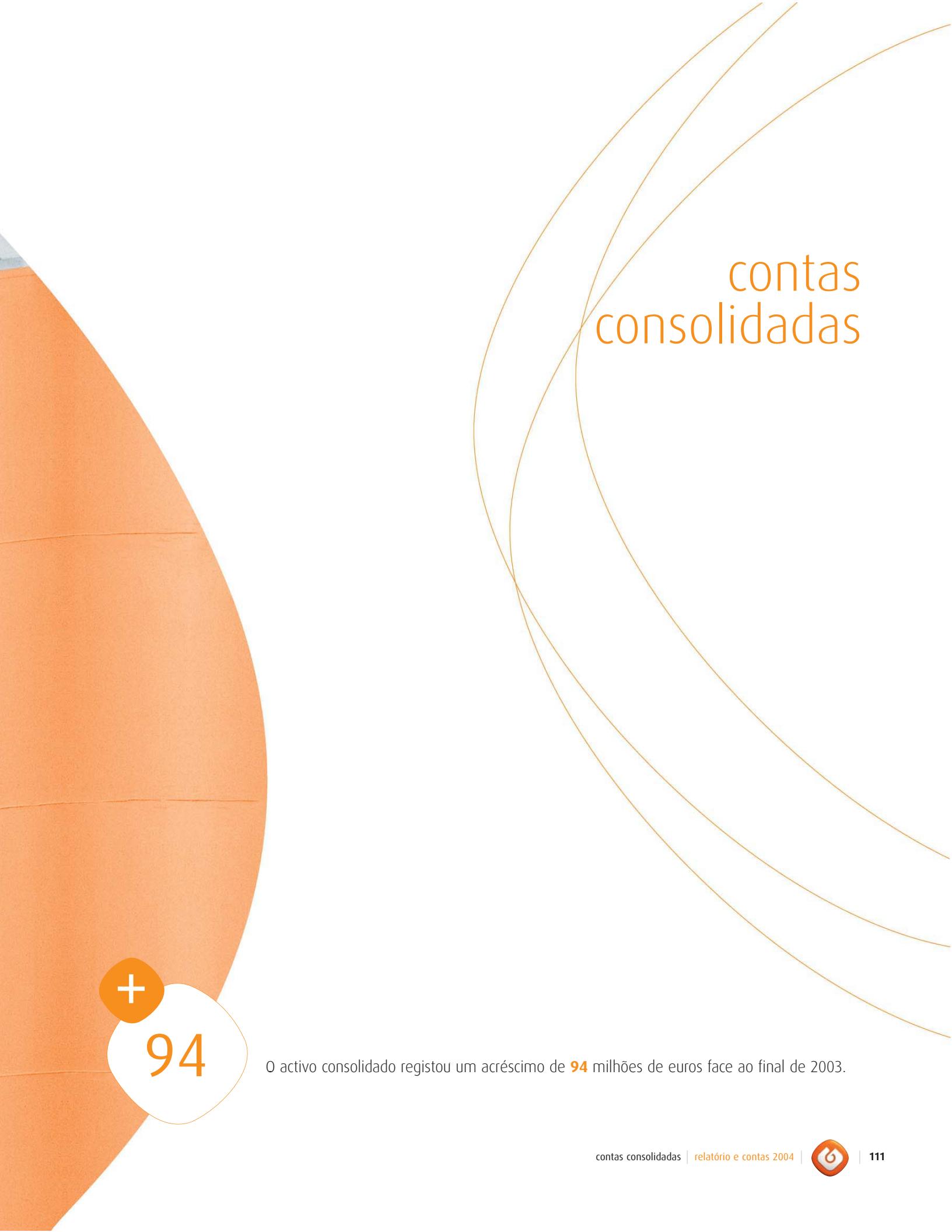
 PROJECTOS ESPECIAIS

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO, S.A.

Fotografias Eng.º João Mourão; Dr. Jorge Almeida;
Eng.º Luis Manuel Ferreira; Manuel Aguiar







contas consolidadas

+

94

O activo consolidado registou um acréscimo de **94** milhões de euros face ao final de 2003.



balanços consolidados em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amort. e Prov.	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	25 e 27	37.447	(22.521)	14.926	19.754
Despesas de investigação e de desenvolvimento	25 e 27	7.771	(5.986)	1.785	1.322
Propriedade industrial e outros direitos	25 e 27	230.002	(100.420)	129.582	141.477
Reconversão de consumos para gás natural	25 e 27	294.847	(51.943)	242.904	228.230
Trespasses	25 e 27	30.323	(14.204)	16.119	15.097
Diferenças de consolidação	10 e 27	69.202	(11.139)	58.063	62.903
Imobilizações em curso	27	29.934	-	29.934	37.706
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	284	-	284	184
		699.810	(206.213)	493.597	506.673
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	262.325	(7.937)	254.388	254.084
Edifícios e outras construções	27	680.929	(366.750)	314.179	317.534
Equipamento básico	27	4.915.688	(2.752.470)	2.163.218	1.931.514
Equipamento de transporte	27	32.297	(27.801)	4.496	5.959
Ferramentas e utensílios	27	4.960	(4.523)	437	464
Equipamento administrativo	27	121.639	(102.763)	18.876	18.596
Tarás e vasilhame	27	159.996	(131.028)	28.968	22.379
Outras imobilizações corpóreas	27	81.132	(50.139)	30.993	29.641
Imobilizações em curso	27	471.835	-	471.835	695.196
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	4.271	-	4.271	6.221
		6.735.072	(3.443.411)	3.291.661	3.281.588
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	2	4.083	-	4.083	9.437
Empréstimos a empresas do grupo	2	3.183	(1.830)	1.353	1.179
Partes de capital em empresas associadas	3	87.599	-	87.599	93.951
Empréstimos a empresas associadas	3	88.250	-	88.250	96.443
Títulos e outras aplicações financeiras	27	52.634	(30.292)	22.342	21.944
Outros empréstimos concedidos	27	143	-	143	593
		235.892	(32.122)	203.770	223.547
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes - conta corrente		161	-	161	165
Clientes - títulos a receber		311	-	311	555
Outros devedores	52	32.303	-	32.303	39.191
		32.775	-	32.775	39.911
CIRCULANTE					
Existências:					
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	50	203.486	(6.733)	196.753	217.416
Produtos e trabalhos em curso	50	45	-	45	140
Produtos acabados e intermédios	50	347.445	(1.311)	346.134	431.914
Mercadorias	50	134.196	(416)	133.780	69.423
Adiantamentos por conta de compras	50	3	-	3	477
		685.175	(8.460)	676.715	719.370
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		644.249	(960)	643.289	524.839
Clientes - títulos a receber		3.700	-	3.700	2.963
Clientes de cobrança duvidosa		75.698	(58.405)	17.293	7.608
Empresas do grupo	2	2.631	-	2.631	2.111
Empresas associadas	3	2.124	-	2.124	3.318
Empresas participadas e participantes		-	-	-	13
Adiantamentos a fornecedores		2.394	-	2.394	3.016
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		5.030	-	5.030	6.186
Estado e outros entes públicos	51	12.699	-	12.699	31.993
Outros devedores	52	186.882	(3.514)	183.368	197.552
		935.407	(62.879)	872.528	779.599
Titulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	60	19.347	-	19.347	11.252
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	60	198.501	-	198.501	171.397
Caixa	60	16.245	-	16.245	7.566
		214.746	-	214.746	178.963
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	53	75.921	-	75.921	54.940
Custos diferidos	53	282.354	-	282.354	273.094
Total de amortizações		358.275	-	358.275	328.034
Total de provisões			(3.649.624)		
			(103.461)		
Total do activo		9.916.499	(3.753.085)	6.163.414	6.068.937

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA



		2004	2003
	Notas		
Capital próprio, interesses minoritários e passivo			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital			
Prémios de emissão de acções	55 e 56	829.251	829.251
Diferenças de consolidação	55	82.006	82.006
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	10 e 55	81.254	81.254
Reservas:			
Reservas legais	55	40.296	27.923
Outras reservas	55	27.977	27.977
Resultados transitados	55	527.076	385.003
Resultado consolidado líquido do exercício	55	333.064	247.446
Total do Capital Próprio		<u>1.887.351</u>	<u>1.651.163</u>
Interesses minoritários	54	26.880	24.176
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para pensões	46	77.964	83.962
Provisões para seguros de vida e cuidados de saúde	46	106.452	100.988
Provisões para impostos	46	2.954	6.753
Outras provisões para riscos e encargos	46	119.156	82.493
		<u>306.526</u>	<u>274.196</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações	34	309.760	309.760
Dívidas a instituições de crédito	34	784.304	1.057.085
Empresas participadas e participantes	27	19.999	14.778
Outros empréstimos obtidos	34	4.078	5.382
Fornecedores, títulos a pagar		1.862	-
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	701	1.733
Outros credores	52	4.154	3.571
		<u>1.124.858</u>	<u>1.392.309</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações	34	-	149.639
Dívidas a instituições de crédito	34	631.302	556.782
Adiantamentos por conta de vendas	50	276.512	220.767
Fornecedores, conta corrente		377.152	257.161
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		114.525	121.634
Fornecedores, títulos a pagar		416	51
Empresas do grupo	2	10.000	10.035
Empresas associadas		-	28.276
Empresas participadas e participantes		49.760	4.133
Adiantamentos de clientes	27	3.851	2.269
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		83.477	103.021
Fornecedores de imobilizado - facturas em recepção e conferência		9.576	17.656
Estado e outros entes públicos	51	361.255	358.733
Outros empréstimos obtidos	34	1.304	41.166
Outros credores	52	60.642	50.956
		<u>1.979.772</u>	<u>1.922.279</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	53	93.633	108.219
Proveitos diferidos	53	744.394	696.595
		<u>838.027</u>	<u>804.814</u>

Total do capital próprio, interesses minoritários e do passivo

6.163.414

6.068.937

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 Dr. Rui Mário James Cartaxo
 Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 Eng. Guido Marcelo Negrelli e Albuquerque
 Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 Eng. Camilo Glória
 Dr. Federico Ermoli
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Eng. Giorgio Puce
 Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 Dr. Joaquim Pina Moura
 Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

 demonstrações dos resultados consolidados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

Custos e Perdas	notas	2004	2003
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias		2.245.876	1.469.238
Matérias primas e subsidiárias		<u>5.469.952</u>	<u>4.770.659</u>
Fornecimentos e serviços externos		437.258	391.805
Custos com pessoal:			
Remunerações		174.326	154.718
Encargos sociais:			
Pensões		34.767	27.630
Outros		<u>45.980</u>	<u>43.404</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	318.414	297.969
Provisões	46	<u>74.497</u>	<u>16.712</u>
Impostos		7.520	10.264
Outros custos e perdas operacionais		61.822	<u>41.012</u>
	(A)	<u>8.870.412</u>	<u>51.276</u>
			<u>7.223.411</u>
Perdas em empresas do grupo e associadas	44	8.279	7.822
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	153	179
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	672	455
Outros	44	<u>138.858</u>	<u>178.971</u>
	(C)	<u>9.018.374</u>	<u>7.410.838</u>
Custos e perdas extraordinários	45	30.388	32.202
	(E)	<u>9.048.762</u>	<u>7.443.040</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	51	111.916	118.659
Interesses minoritários		4.625	2.995
	(G)	<u>9.165.303</u>	<u>7.564.694</u>
Resultado consolidado líquido do exercício		333.064	247.446
		<u>9.498.367</u>	<u>7.812.140</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA



Proveitos e Ganhos	notas	2004	2003
Vendas de produtos e mercadorias:			
Mercadorias	36	3.221.625	2.266.818
Produtos	36	5.905.622	5.014.340
Prestações de serviços	36	131.272	9.258.519
Variação da produção		(17.519)	69.735
Trabalhos para a própria empresa		9.524	23.106
Proveitos suplementares		39.840	31.831
Subsídios à exploração		1.560	2
Outros proveitos e ganhos operacionais		17.295	58.695
			19.699
			51.532
	(B)		9.309.219
			7.557.921
Ganhos em empresas do grupo e associadas	44	33.738	30.632
Rendimento de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras			
Outros	44	156	63
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	3.791	4.272
Outros	44	80.496	131.548
	(D)		9.427.400
			7.724.436
Proveitos e ganhos extraordinários	45	70.967	87.704

	(F)	9.498.367	7.812.140
Resultados operacionais:	(B)-(A)	438.807	334.510
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(29.781)	(20.912)
Resultados correntes:	(D)-(C)	409.026	313.598
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários:	(F)-(E)	449.605	369.100
Resultado consolidado líquido do exercício:	(F)-(G)	333.064	247.446

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 Dra. Ana Maria Machado Fernandes
 Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 Eng. Camillo Glória
 Dr. Federico Ermoli
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Eng. Giorgio Puce
 Dr. Angeló Mario Taraborrelli
 Dr. Joaquim Pina Moura
 Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos



demonações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

	notas	2004	2003
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		8.726.852	7.065.566
Pagamentos a fornecedores		(5.163.525)	(4.007.131)
Pagamentos ao pessoal		(198.167)	(209.089)
(Pagamentos)recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.254.607)	(1.288.726)
Fluxos gerados pelas operações		<u>1.110.553</u>	<u>1.560.620</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	21	(112.074)	(16.135)
Contribuições para o fundo de pensões		(20.595)	(26.579)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(15.084)	(17.390)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(576)	(1.249)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(68.595)	(948.763)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>893.629</u>	<u>550.504</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		770	1.613
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(14.648)	(1.711)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>879.751</u>	<u>550.406</u>
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		8.359	17.333
Imobilizações corpóreas		2.227	73.731
Imobilizações incorpóreas		1.914	1.055
Subsídios de investimento	49	78.486	122.824
Juros e proveitos similares		2.680	23.421
Dividendos	3 e 27	37.196	27.458
Empréstimos concedidos		1.874	1.002
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>132.736</u>	<u>266.824</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(6.848)	(36.464)
Imobilizações corpóreas		(348.284)	(411.574)
Imobilizações incorpóreas		(58.101)	(86.486)
Empréstimos concedidos		(313)	(4.783)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(413.546)</u>	<u>(539.307)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(280.810)</u>	<u>(272.483)</u>
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.045.366	1.827.294
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	472
Juros e proveitos similares		1.208	758
Letras descontadas		13.541	12.128
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>1.060.115</u>	<u>1.840.652</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.364.659)	(1.952.343)
Juros de empréstimos obtidos		(31.312)	(35.637)
Juros e custos similares		(21.855)	(29.967)
Dividendos/distribuição de resultados	27	(46.941)	(44.748)
Aquisição de acções (quotas) próprias		(6)	-
Reembolso de letras descontadas		(13.325)	(10.807)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(423)	(3.284)
Juros de contratos de locação financeira		(6)	-
Juros de empréstimos obrigacionistas		(13.979)	(12.487)
Juros dos títulos de participação		-	(841)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(1.492.506)</u>	<u>(2.090.114)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		166.550	28.461
Efeito das diferenças de câmbio		(5.179)	4.748
Caixa e seus equivalentes no início do período	60	(103.336)	(138.334)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	60	58.035	(105.125)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

| Eng. Giancarlo Rossi
| Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
| Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
| Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
| Dra. Ana Maria Machado Fernandes
| Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
| Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
| Eng. Canídeo Glória
| Dr. Federico Ermoli
| Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
| Eng. Giorgio Puce
| Dr. Angelo Mario Taraborrelli
| Dr. Joaquim Pina Moura
| Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos



 demonstrações dos resultados consolidados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

	notas	2004	2003
1 .Vendas e prestações de serviços	36	9.258.519	7.413.548
2 .Custo das vendas e prestações de serviços		<u>(8.334.704)</u>	<u>(6.592.563)</u>
Resultados brutos		<u>923.815</u>	<u>820.985</u>
3 .Outros proveitos e ganhos operacionais		122.009	104.848
4 .Custos de distribuição		(358.930)	(353.044)
5 .Custos administrativos		(42.379)	(42.433)
6 .Outros custos e perdas operacionais		(166.143)	(147.097)
Resultados operacionais		<u>478.372</u>	<u>383.259</u>
7 .Custo líquido de financiamento		(54.075)	(39.502)
8 .Ganhos (perdas) em filiais e associadas	44	25.459	22.810
9 .Ganhos (perdas) em outros investimentos		<u>(151)</u>	<u>2.533</u>
Resultados correntes		<u>449.605</u>	<u>369.100</u>
10 .Imposto sobre resultados correntes	51	<u>(111.916)</u>	<u>(118.659)</u>
Resultados correntes após impostos		<u>337.689</u>	<u>250.441</u>
11 .Resultados extraordinários		-	-
12 .Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
13 .Interesses minoritários		<u>(4.625)</u>	<u>(2.995)</u>
Resultados consolidados líquidos		<u>333.064</u>	<u>247.446</u>
Resultado por acção (165.850.127 acções)		2,01 Eur	1,49 Eur

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

| Eng. Giancarlo Rossi
| Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
| Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
| Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
| Dra. Ana Maria Machado Fernandes
| Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
| Prof. Dr. João de Deus Rogério Salvador Pinheiro
| Eng. Camillo Glória
| Dr. Federico Ermoli
| Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
| Eng. Giorgio Puce
| Dr. Angelo Mario Taraborelli
| Dr. Joaquim Pina Moura
| Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos

relatório financeiro consolidado por segmentos para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Montante expressos em milhares de Euros)

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Margem Bruta	175.741	105.217	115.316	86.320	1.058.044	886.792
Vendas	692.680	582.979	187.135	155.736	8.271.374	6.571.859
Inter-segmentais	77.803	66.292	-	-	3.945	3.728
Externas	614.877	516.687	187.135	155.736	8.267.429	6.568.131
CMVMC	(516.939)	(477.762)	(71.714)	(68.785)	(7.196.140)	(5.755.944)
Inter-segmentais	-	-	(66.022)	(64.581)	(3.321)	-
Externas	(516.939)	(477.762)	(5.692)	(4.204)	(7.192.819)	(5.755.944)
Produção	-	-	(105)	(631)	(17.191)	70.877
Receitas	16.603	26.242	18.019	27.824	186.929	170.378
Inter-segmentais	2.806	1.684	2.895	4.427	20.928	20.533
Externas	13.797	24.558	15.124	23.397	166.001	149.845
Custos Variáveis	-	-	(28.217)	(27.132)	(270.458)	(170.006)
Inter-segmentais	-	-	(11.412)	(696)	-	-
Externos	-	-	(16.805)	(26.436)	(270.458)	(170.006)
Custos Fixos	(45.430)	(34.929)	(31.556)	(28.190)	(380.570)	(392.433)
Despesas de Funcionamento	(30.364)	(20.828)	(7.811)	(5.746)	(176.690)	(215.767)
Inter-segmentais	(12.388)	(1.622)	(268)	(18.037)	(64.416)	(57.346)
Externas	(17.976)	(19.206)	(7.543)	12.291	(112.274)	(158.422)
Encargos c/ Pessoal	(15.066)	(14.101)	(23.745)	(22.444)	(203.880)	(176.666)
Gastos não Desembolsáveis	(52.965)	(33.476)	(34.701)	(34.552)	(255.065)	(232.188)
Amortizações	(46.632)	(32.824)	(33.696)	(31.872)	(220.219)	(218.843)
Provisões	(6.333)	(652)	(1.005)	(2.680)	(34.846)	(13.345)
Resultados Segmentais	93.949	63.054	38.861	24.270	338.879	262.542
Réditos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Gastos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Resultados Operacionais	93.949	63.054	38.861	24.270	338.879	262.542
Custos Financeiros	(32.117)	(24.381)	(15.914)	(19.038)	(85.583)	(135.594)
Proveitos Financeiros	31.334	31.993	5.820	5.510	66.840	114.233
Resultados antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	93.166	70.666	28.767	10.742	320.136	241.181
Resultados Extraordinários	19.363	7.299	12.133	6.549	8.437	42.752
Imposto sobre o Rendimento	(24.665)	(26.788)	(11.859)	(8.406)	(78.802)	(88.296)
Interesses Minoritários	(47.998)	(27.505)	(2.600)	(1.166)	(733)	(658)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	39.866	23.672	26.441	7.719	249.038	194.979
OUTRAS INFORMAÇÕES	-	-	-	-	-	-
Activos do Segmento ⁽¹⁾						
Activo circulante	336.951	232.676	91.486	120.080	1.857.519	1.665.622
Activo fixo ⁽²⁾	1.221.100	1.246.142	838.703	813.571	1.466.395	1.584.700
Investimento Financeiro ⁽³⁾	98.278	118.690	41.477	36.875	43.477	47.852
Activo médio longo prazo	26.424	33.029	2.174	3.253	3.748	3.628
Activos Totais Consolidados	1.682.753	1.630.537	973.840	973.779	3.371.139	3.301.802
Passivos do segmento						
Passivo circulante	585.300	595.300	606.889	605.876	1.701.271	1.664.082
Passivo médio longo prazo	557.928	580.888	183.687	212.747	267.643	330.161
Provisões	9.007	7.315	29.908	31.104	229.301	230.699
Passivos Totais Consolidados	1.152.235	1.183.503	820.484	849.727	2.198.214	2.224.942
Dispêndio em Capital Fixo ⁽⁴⁾						

(1) Quantia líquida.

(2) Em Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(4) Durante o exercício económico.

Exploração e Produção		Outros		Eliminações		Consolidado	
2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
42.352	38.012	4.620	162	(2.172)	(5.507)	1.393.900	1.110.996
42.575	38.388	15.270	2.284	(81.787)	(70.088)	9.127.247	7.281.158
-	-	39	68	(81.787)	(70.088)	-	-
42.575	38.388	15.231	2.216	-	-	9.127.247	7.281.158
-	-	(10.650)	(1.987)	79.615	64.581	(7.715.828)	(6.239.897)
-	-	(10.272)	-	79.615	64.581	-	-
-	-	(378)	(1.987)	-	-	(7.715.828)	(6.239.897)
(223)	(376)	-	(135)	-	-	(17.519)	69.735
26	34	95.634	81.419	(117.720)	(98.869)	199.491	207.028
-	101	91.091	72.124	(117.720)	(98.869)	-	-
26	(67)	4.543	9.295	-	-	199.491	207.028
(14.963)	(16.137)	(1.893)	(31.770)	11.412	696	(304.120)	(244.349)
-	-	-	-	11.412	696	-	-
(14.963)	(16.137)	(1.893)	(31.770)	-	-	(304.120)	(244.349)
(1.946)	(2.013)	(106.530)	(70.597)	108.480	103.680	(457.552)	(424.484)
(1.723)	(1.673)	(91.846)	(58.397)	105.954	103.680	(202.480)	(198.732)
(440)	(494)	(28.442)	(26.181)	105.954	103.680	-	-
(1.283)	(1.179)	(63.403)	(32.216)	-	-	(202.480)	(198.732)
(223)	(341)	(14.684)	(12.200)	2.526	-	(255.073)	(225.752)
(44.812)	(12.297)	(5.368)	(2.168)	-	-	(392.911)	(314.681)
(12.526)	(11.793)	(5.341)	(2.637)	-	-	(318.414)	(297.969)
(32.286)	(504)	(27)	469	-	-	(74.497)	(16.712)
(19.343)	7.598	(13.537)	(22.954)	(0)	-	438.807	334.510
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
(19.343)	7.598	(13.537)	(22.954)	(0)	-	438.807	334.510
(4.860)	(5.190)	(9.489)	(3.224)	-	-	(147.962)	(187.427)
5.731	5.979	8.456	8.800	-	-	118.181	166.515
(18.472)	8.387	(14.570)	(17.378)	(0)	-	409.026	313.598
26	9	620	(1.107)	-	-	40.579	55.502
(3)	(13)	3.413	4.844	-	-	(111.916)	(118.659)
-	-	46.705	26.334	-	-	(4.625)	(2.995)
(18.449)	8.383	36.168	12.693	(0)	-	333.064	247.446
-	-	-	-	-	-	-	-
108.361	73.138	268.438	383.618	(521.144)	(457.915)	2.141.611	2.017.219
228.066	115.195	30.994	28.653	-	-	3.785.258	3.788.261
670	565	19.868	19.565	-	-	203.770	223.547
-	-	428	-	-	-	32.775	39.911
337.097	188.898	319.728	431.836	(521.144)	(457.915)	6.163.414	6.068.937
87.489	13.315	357.994	306.550	(521.144)	(457.915)	2.817.799	2.727.208
18	30	115.582	268.368	-	-	1.124.858	1.392.194
35.167	3.107	3.143	1.971	-	-	306.526	274.196
122.674	16.452	476.719	576.889	(521.144)	(457.915)	4.249.183	4.393.598

anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Nota Introdutória

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de "Galp - Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.", tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual - Galp Energia, S.G.P.S., S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.; GDP-Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O capital inicial da Galp, no montante de Euros 411.383.565, foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para Euros 502.164.785.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado inicio ao processo de privatização da Galp, com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social em montante de Euros 327.085.850, subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. ("Petrocontrol"), EDP - Electricidade de Portugal, S.A. (actualmente denominada EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP")), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para Euros 829.250.635.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos - ENI Portugal Investment, Spa. ("ENI") e Iberdrola, S.A. ("Iberdrola") - assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Acções e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Através do Decreto-Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN") adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S., S.A. adquiriu 0,75% do capital da Galp ao Estado Português.

No decurso do exercício de 2004 a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S., S.A. adquiriu uma participação adicional de 3,48%, do capital social da Galp, ao Estado Português. A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na (Nota 57).

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo Galp ("Grupo") é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. ("Petrogal") e respectivas subsidiárias, a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias, a Galp Power, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias, a Porten - Portugal Energia, S.A. e respectiva subsidiária e a Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A..

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP.

As empresas subsidiárias que têm actividade de transporte e distribuição de gás natural, nomeadamente a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Fendo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de contas consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. Empresas Incluídas na Consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004 são como segue:

Denominação social	Sede	Proporção do capital detido pela Galp Energia nas empresas do grupo		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-Mãe: Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiária: Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Sub-Grupo Petrogal: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:				
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Estación de Servicio Alcalá, S.L.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Gasolinera Gon S.L.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Galpfer - Distribución de Lubrificantes, S.L.	Huelva	-	100,00%	100,00%
CLG - Compañía Logística del Gas, S.A.	Vigo	-	51,00%	51,00%
Servieexpress Distribución, S.A.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Galp Servieexpress, S.L.U.	Valencia	-	100,00%	100,00%
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Madrid	-	100,00%	100,00%
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Triplu - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
S.M. Internacional-Transp. Marítimos, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Probigalp - Ligantes Betumínicos, S.A.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.	Amarante	-	50,00%	50,00%
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	Lisboa	-	51,00%	51,00%
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiária:	Funchal	-	100,00%	100,00%
Gite - Galp International Trading Establishment	Liechtenstein	-	24,00%	24,00%
Galp Servieexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Caiaque - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	-	50,00%	50,00%
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	-	65,00%	65,00%
C.I.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.	Matosinhos	-	100,00%	100,00%
Petrogal Brasil, Lda.	Recife	-	100,00%	100,00%
Petrogal Trading Limited	Dublin	-	100,00%	100,00%
Petrogal Moçambique, Lda. e subsidiária:	Maputo	-	100,00%	100,00%
Mocacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	Ponta Delgada	-	100,00%	100,00%
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	Ponta Delgada	-	55,83%	55,83%
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	Funchal	-	85,00%	85,00%
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galpmed - Mediação Seguros, Sociedade Unipessoal Lda.	Setúbal	-	100,00%	100,00%
Tanquizado - Terminais Marítimos, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
TGL - Transportes Líquidos e Gássicos, Lda.	Sines	-	60,00%	60,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Combustíveis Líquidos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galp Investment - Fundo	Dublin	(a)	(a)	(a)
Galp Investment Fund, PLC	Dublin	(a)	(a)	(a)
Sub-Grupo GDP: GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Viseu	-	59,04%	59,04%
Gásfomento - Sistemas de Instalações de Gás, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Mediágás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Bucelas	-	75,00%	75,00%
Lusitanagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Aveiro	-	85,04%	85,04%
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Setúbal	-	90,00%	90,00%
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Bucelas	-	88,00%	88,00%
Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	Bucelas	-	51,00%	51,00%
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	Sines	-	100,00%	100,00%
Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás Armazenagem - Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás Industria - Sociedade Portuguesa de Fornec. de Gás Natural à Indústria, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%

Denominação social	Sede	Proporção do capital detido pela Galp Energia nas empresas do grupo		
		Directa	Indirecta	Total
Sub-Grupo Galp Power:				
Galp Power, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Bucelas	100,00%	-	100,00%
Carreço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Bucelas	-	65,00%	65,00%
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Bucelas	-	70,00%	70,00%
Pampilhosa Power - Produção de Energia Eólica, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Áqua Solar, S.A.	Bucelas	-	95,00%	95,00%
Sub-Grupo Porten:				
Porten - Portugal Energia, S.A. e subsidiária:	Bucelas	100,00%	-	100,00%
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	Porto Alto	-	100,00%	100,00%

(a) No decurso do exercício de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC ("Fundo") no montante máximo de m€uros 210.000 (Nota 34), o qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu m€uros 199.500 de obrigações "Notes A" e m€uros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à taxa Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. As transações são efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal - Galp Investment - Fundo - o qual procede a compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas no nível das IAS/IFRS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da Petrogal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente. Estes fundos foram consolidados nas demonstrações financeiras do grupo.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

- (i) A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. adquiriu: (i) em Abril de 2004 a Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A., cuja actividade é a prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de produtos derivados do petróleo e (ii) em Dezembro de 2004, 100% do capital da Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda., cuja actividade consiste no transporte marítimo, na exploração comercial de navios em nome próprio, na qualidade de proprietária ou afretadora, ou em nome alheio, enquanto operadora.
- (ii) A subsidiária Galp Energia Espanã, S.A., adquiriu: (i) os restantes 50% do capital da C.L.G. - Compañia Logística del Gas, S.A. e (ii) em Setembro de 2004 a BP Energetica que posteriormente alterou a sua denominação social para Galp Serviexpress, S.L.U..
- (iii) A empresa Petrogal Moçambique, Lda. e a sua subsidiária Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A., passaram a ser incluídas no perímetro de consolidação, as quais no exercício de 2003 foram excluídas do perímetro de consolidação por existirem restrições ao exercício pela Empresa-Mãe dos seus direitos sobre o património (alínea a) do nº 3 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91).
- (iv) A subsidiaria Galp Power, S.G.P.S., S.A. subscreveu 100% do capital social da Pampilhosa Power - Produção de Energia Eólica, S.A., a qual foi constituída em 27 de Fevereiro de 2004 e cuja actividade consiste na produção, transporte e distribuição de electricidade proveniente de sistemas de energia eólica, incluindo a concepção, construção e operação de sistemas ou instalações de energia eólica, bem como o exercício de todas as actividades e a prestação de serviços conexos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi integrada através de um processo de fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, a subsidiária Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A., detida pelo grupo a 100%, na Gesoil, S.A. Como consequência desta operação a empresa incorporante adoptou a denominação social da empresa incorporada.

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. e da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, todas as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea d) do nº.1 do Artigo 1º. do Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho (designação da maioria dos órgãos sociais no caso da GITE) e nos demais casos, com base na alínea a) do nº. 1 do Artigo 1º. do Decreto-Lei nº. 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).



2. Empresas Excluídas da Consolidação

As empresas excluídas da consolidação, (registadas na rubrica partes de capital em empresas do grupo), as suas sedes sociais, a proporção do capital detido e o respectivo valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 são como segue:

Empresas do Grupo	Sede Social	% de participação	Total Ativo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor contabilístico 2004	Valor contabilístico 2003
Petrogal Angola, Lda. subsidiária	Luanda	100%	(a) e (e)	3.553	3.239	314	(502)	314
Petrogal Moçambique, Lda. subsidiária	Maputo	100%	(f)	(f)	(f)	(f)	-	6.218
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. subsidiária	Guiné-Bissau	100%	(a) e (e)	4.152	2.713	1.439	(960)	1.439
Petrogal Cabo Verde, Lda.	São Vicente	100%	(c)	(d)	(d)	(d)	50	50
Tagus Re, S.A.	Luxemburgo	100%	(b)	44.859	42.583	2.276	-	2.276
Asa-Abastecimento e Serviços de Aviação , Lda.	Lisboa	50%	(c)	133	125	8	1	4
							4.083	9.437

- (a) Empresas excluídas da consolidação por existirem restrições ao exercício pela Empresa-Mãe dos seus direitos sobre o património (alínea a) do nº 3 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91). Em 31 de Dezembro de 2004 estas participações encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial.
 (b) Empresa excluída por exercer uma actividade de tal forma diferente que se revela incompatível com a apresentação de uma imagem verdadeira da situação das empresas incluídas na consolidação (nº4 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91).
 (c) Empresas excluídas da consolidação por serem imateriais para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo (nº1 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91). Em 31 de Dezembro de 2004 estas participações encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial.
 (d) Informação não disponível.
 (e) Demonstrações financeiras provisórias.
 (f) A empresa passou a ser incluída na consolidação pelo método integral a partir do exercício de 2004 (Nota 1).

O movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros - partes de capital em empresas do grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

Saldo Inicial	9.437
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício (Nota 44)	
- Positivos	51
- Negativos	(1.703)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 55):	
- Ajustamentos de conversão cambial:	1.377
- Positivos	
-Outras variações nos capitais próprios:	404
- Positivos	
Cobertura de prejuízos na empresa Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	735
Participação na Petrogal Moçambique, Lda., incluída no perímetro de consolidação pelo método integral em 31 de Dezembro de 2004	(6.218)
Saldo Final	4.083

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 as empresas do grupo tinham as seguintes contas a receber (a título de empréstimos, suprimentos e outras contas a receber) de empresas do grupo excluídas da consolidação:

	2004	2003
Empréstimos a empresas do Grupo:		
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	1.683	1.778
Petrogal Angola, Lda.	1.500	1.317
Provisões para contas a receber (Nota 46)	3.183 (1.830)	3.095 (1.916)
	1.353	1.179
Contas a receber de empresas do grupo:		
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	1.121	71
Agran, S.A.R.L. (a)	803	700
Petrogal Angola, Lda.	645	1.151
Petrogás Guiné-Bissau, Lda. (c)	34	31
Petromar - Sociedade de Abastecimentos Petrolíferos, Lda. (c)	23	19
Petrogal Cabo Verde, Lda.	4	4
Asa-Abastecimento e Serviços de Aviação , Lda.	1	1
Petrogal Moçambique, Lda. (d)	-	116
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A. (b) (d)	-	18
	2.631	2.111

(a) Subsidiária da Petrogal Angola, Lda.

(b) Subsidiária da Petrogal Moçambique, Lda.

(c) Subsidiária da Petrogal Guiné - Bissau, Lda.

(d) Estas empresas deixaram de estar excluídas da consolidação no exercício de 2004 (Nota 1).



Os empréstimos a empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2004 no montante de mEuros 3.183, não têm plano de reembolso definido e não são remunerados.

A conta a pagar a empresas do grupo registada no passivo a curto prazo, no montante de mEuros 10.000, refere-se à conta a pagar à Tagus, RE, S.A. pela aquisição de uma participação financeira representativa de 10,71% do capital social da Galp Energia España, S.A..

3. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas associadas e participadas do Grupo, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Proporção do capital detido pela Galp Energia nas empresas do Grupo			Valor contabilístico	
		Directa	Indirecta	Total	2004	2003
Enferfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. (a)	Porto	-	25,12%	25,12%	142	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. (a)	Mindelo (Cabo-Verde)	-	32,50%	32,50%	5.592	5.593
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda. (a)	Lisboa	-	49,00%	49,00%	300	296
Brisa Access, S.A. (a)	Cascais	-	7,50%	7,50%	181	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (c)	Setúbal	-	45,00%	45,00%	7.364	5.919
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (g)	Matosinhos	-	46,63%	46,63%	12.091	8.311
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. (i)	Santarém	-	41,27%	41,27%	2.673	1.225
Gasfomento Sur Andalucía, S.A. (b)	Sevilha	-	40,00%	40,00%	20	-
Gasfomento Energia, S.A. (b)	Sevilha	-	22,00%	22,00%	10	13
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (d)	Madrid	-	33,04%	33,04%	16.429	15.955
Gasoduto Extremadura, S.A. (d)	Madrid	-	49,00%	49,00%	12.447	12.195
Metragaz, S.A. (d)	Marrocos	-	26,99%	26,99%	1.399	1.348
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (d)	Madrid	-	27,40%	27,40%	28.031	42.215
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (f) (h)	Bucelas	-	35,00%	35,00%	-	-
Central E, S.A. (h)	Lisboa	-	20,30%	20,30%	-	-
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (a) (h)	Oeiras	-	33,33%	33,33%	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (f) (h)	Lisboa	-	35,00%	35,00%	-	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (j)	Angra do Heroísmo	-	23,50%	23,50%	881	881
Sonangol - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. (e)	Luanda	-	49,00%	49,00%	-	-
TIGS - Engenharia e Manutenção, S.A. (k)	Sintra	-	48,70%	48,70%	29	-
CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A. (m)	Madrid	-	5,00%	5,00%	-	-
Impetro (l)	Moçambique	-	22,22%	22,22%	10	-
					87.599	93.951
menos : provisão para partes de capital em empresas do grupo (Nota 46)					(4.192)	(3.955)
					83.407	89.996

(a) Participações detidas pela Petróleo de Portugal - Petrogal , S.A.

(b) Participações detidas pela Gasfomento Sistemas e Instalações de Gás, S.A.

(c) Participação detida pela GDP Distribuição S.G.P.S., S.A. e pela Petróleos de Portugal - Petrogal , S.A.

(d) Participação detida pela Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural , S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.

(g) Participações detidas pela GDP Distribuição S.G.P.S., S.A. e pela GDP, SGPS, S.A.

(h) Em 31 de Dezembro de 2003, foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos partes de capital para as empresas que apresentavam capitais próprios negativos, conforme segue (Nota 46).

Central E, S.A	1.976
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	1.028
Fast Access, S.A.	976
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	212

4.192

(i) Participação detida pela GDP Distribuição S.G.P.S., S.A.

(j) Participação detida pela Saaga - Sociedade Acoreana de Armazenamento de Gás, S.A.

(k) Empresa adquirida durante o ano de 2004 pela Gasfomento Sistemas e Instalações de Gás, S.A.

(l) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.

(m) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.. Esta participação encontra-se registada na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras.



As participações nestas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

Por decisão do Tribunal Arbitral, em 8 de Setembro de 2004, a subsidiária Petrogal foi ilibada do pagamento de mEuros 623 em dívida à Adamastor Capital, S.G.P.S., S.A. referente ao custo de aquisição inicial da participação detida na Brisa Access, S.A. (Nota 45). Deste modo, o valor do custo de aquisição foi rectificado para reflectir esta situação. Adicionalmente, em 15 de Dezembro de 2004, realizou-se uma fusão da empresa Brisa Access, S.A. na empresa Brisa Electrónica Rodoviária, S.A. (BER) com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2004, passando a participação detida pela Petrogal, a ser 7,5% do capital social da empresa Brisa Access Electrónica Rodoviária, S.A..

No decurso do exercício de 2005, o Grupo alienou a participação financeira detida na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., pelo montante de mEuros 86.400 (incluindo o reembolso de suprimentos e juros capitalizados montante de mEuros 26.347), gerando assim uma mais-valia no montante de mEuros 47.962.

O movimento ocorrido na rubrica de partes de capital em empresas associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi o seguinte:

Saldo inicial	93.951
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício:	
Positivos	28.058
Negativos	(404)
	27.654
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 55):	
- ajustamentos de conversão cambial	(3.205)
	(3.205)
Dividendos distribuídos:	
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(2.533)
Gasoduto Extremadura, S.A.	(2.209)
Metragaz, S.A.	(170)
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	(27.925)
	(32.837)
Prestações suplementares realizadas pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. na Brisa Access, S.A.	
Anulação da provisão para riscos e encargos da Brisa Access, S.A. por via das prestações suplementares realizadas (Nota 46)	750
Aquisição de 48,7% da TIGS - Engenharia e Manutenção S.A.	(615)
Aumento de capital na Gasfomento Sur Andalucia, S.A.	24
Anulação da provisão para outros riscos e encargos (Nota 46)	24
Aumento de capital na Tagusgás - Empresas de Gás do Vale do Tejo, S.A.	(6)
Aquisição da Imopetro	1.669
Outros	10
	180
	87.599

Do total de dividendos distribuídos, no valor de mEuros 32.837, foram pagos no exercício de 2004 o montante de mEuros 32.796.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o Grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas associadas:

Valores do activo	2004	2003
Empréstimos a empresas associadas:		
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	23.638	25.125
Gasoduto Al - Andaluz, S.A.	22.439	26.004
Gasoduto de Extremadura, S.A.	17.534	20.973
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	12.663	12.663
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	8.652	8.242
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	1.183	1.183
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	848	790
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	644	800
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	505	674
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	144	102
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	-	45
	88.250	96.443
Contas a receber de empresas associadas:		
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	1.688	3.139
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	314	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	72	111
Gasfomento Energia, S.A.	25	5
Gasfomento Sur, S.A.	11	11
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.	10	8
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	4	41
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	-	2
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	-	1
	2.124	3.318

Os empréstimos a empresas associadas não têm plano de reembolso definido e são remunerados a taxas de mercado.

O montante de mEuros 1.688 a receber da Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. inclui o montante de mEuros 1.452 relativo a um empréstimo de curto-prazo concedido pela subsidiária GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., o qual vence juros a taxas de mercado.

5. Empresas Consolidadas pelo Método Proporcional

As empresas consolidadas pelo método proporcional, suas respectivas sedes, os factos em que se baseia a Administração para utilizar este método de consolidação e a proporção do capital detido, são como segue:

Denominação social	Sede	Directa	Indirecta	Total
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, SA (a)	Aveiras	-	65,00%	65,00%
Caiateste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda (b)	Elvas	-	50,00%	50,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, ACE (c)	Sines	-	60,00%	60,00%

(a) Tendo em consideração que em 1996 foi assinado entre os actuais accionistas um acordo de gestão conjunto desta subsidiária, o qual limita a ação do accionista maioritário, esta foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

(b) Participação indirecta detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.. Tendo em consideração que se trata de uma participação conjunta, não se verificando um predomínio de um accionista em relação ao outro, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

(c) Tendo em consideração que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada, foi incluída na consolidação pelo método de consolidação proporcional (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

7. Número Médio de Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo, incluídas no perímetro da consolidação pelo método integral e proporcional, durante os exercícios de 2004 e 2003, foi de 5.644 e 5.443, respectivamente, ascendendo a 5.806 em 31 de Dezembro de 2004.

10. Diferenças de Consolidação e Ajustamentos de Partes de Capital

i) Diferenças de consolidação incluídas no capital próprio

O saldo desta rubrica foi originado, essencialmente pelo registo, em 1999, dos impostos diferidos relacionados com as empresas do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição:

	Diferenças de Consolidação	
	2004	2003
Participações:		
Petróleo de Portugal - Petrogal, S.A. e suas subsidiárias	62.056	62.056
GDP S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias	19.198	19.198
	81.254	81.254

ii) Ajustamentos de partes de capital incluídos no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo devedor desta rubrica, no montante de mEuros 33.573, inclui os saldos acumulados dos ajustamentos da conversão para Euros das demonstrações financeiras das filiais e associadas expressas em moeda estrangeira e outras variações nos capitais próprios dessas mesmas empresas filiais e associadas.

A evolução dos saldos desta rubrica entre 31 de Dezembro de 2004, encontram-se justificados na Nota 55.

iii) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica compreende as diferenças de consolidação apuradas em aquisições de participações financeiras, efectuadas após 1 de Janeiro de 1991, ou à data da primeira consolidação da Galp, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição			Diferenças de Consolidação
			%	Montante		
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.	2002	374	49,00%	64		310
Brisa Access, S.A.	2002	4.988	7,50%	73		4.915
CLH- Compañía Logística de Hidrocarburos, S.A.	2002	61.818	5,00%	12.407		49.411
Combustíveis Líquidos,Lda.	2003	337	75,00%	(70)		407
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	2003	16.109	100,00%	9.314		6.795
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	2001	884	100,00%	55		829
Beiragás-Companhia de gás das Beiras S.A.	2003	55	0,48%	51		4
Lusitanigás-Companhia Gás do Centro, S.A.	2002-2003	365	0,871%	207		158
Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	a)	a)	a)	a)		6.076
Agua Solar-Serviços de Energia Solar, S.A.	2001	45	90,00%	24		21
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	2000	115	100,00%	11		104
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	a)	a)	a)	a)		172
						69.202
Menos: amortizações acumuladas						(11.139)
						58.063

a) Este montante resulta de ajustamentos efectuados, para efeitos de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp, nas demonstrações financeiras consolidadas da Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. e GDP S.G.P.S., S.A., pelo reconhecimento da diferença de consolidação no activo correspondente à diferença entre o custo de aquisição desta participação e os respectivos capitais próprios, na data da sua aquisição. Esta diferença de consolidação está a ser amortizada num período de 30 anos (até 2028), o qual corresponde ao período de concessão das subsidiárias, que operam no sector do Gás Natural.

Estas diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de cinco anos, excepto para os caso das empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que a amortização é efectuada em quotas constantes até ao final do período de concessão, que termina em 2028 e para o caso da CLH - Compañía Logistica de Hidrocarburos, S.A. e da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A., cujas diferenças de consolidação estão a ser amortizadas durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja 20 e 11 anos, respectivamente.

iv) Diferenças de consolidação incluídas nos proveitos diferidos

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Diferenças de Consolidação
			%	Montante	
Galp Serviexpress, S.L.U.	2004	2.163	100,00%	9.797	7.634 7.634
Proveitos reconhecidos em resultados					-
Total (Nota 53)					7.634

Estas diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de cinco anos, com início no exercício de 2005.

15. Consistência de Aplicação dos Critérios Valorimétricos

Os principais critérios de valorimetria utilizados pelo Grupo, foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23.

18. Critérios de Contabilização das Participações Financeiras

A Galp adopta a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas:

- Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas, são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial ou à data de aquisição, se posterior.
- Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica de diferenças de consolidação (Notas 10 e 55) e as respeitantes à aquisição, foram registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, quando positivas, e como proveitos diferidos quando negativas, sendo amortizadas, durante o período médio de 5 anos, com excepção da respeitante à CLH - Compañía Logistica de Hidrocarburos, S.A., à Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A. e das respeitantes às empresas abrangidas por contratos de concessão (Nota 10).
- De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício (Nota 44). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.
- Conforme mencionado na Nota 23 q), o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das subsidiárias cujas demonstrações financeiras são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica de capital próprio "Ajustamentos de partes de capital" (Notas 10 e 55).

- Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou valor estimado da realização quando mais baixo, com excepção das participações da CLH- Compañía Logistica de Hidrocarburos, S.A. e Brisa Access, S.A., nas quais existe influência significativa, que se encontram registados pelo método de equivalência patrimonial.
- Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.
- As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 46).

As subsidiárias da Galp adoptaram, a partir de 1992 e 1993, a política contabilística de registar nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais os investimentos financeiros em filiais e associadas, pelo método da equivalência patrimonial, nos termos da Directriz Contabilística n.º 9.

21. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço Consolidado

Fundo de Pensões

Conforme referido na Nota 23.i), a Petrogal, Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A. Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. e Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.), transferiram para fundos de pensões autónomos ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima" e "Fundo de Pensões GDP") as suas responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Adicionalmente, por decisão da Petrogal, a partir de 1997, inclusive, o Fundo de Pensões Petrogal, passou a cobrir as responsabilidades pelo pagamento dos complementos de reforma para os reformados antecipadamente.

O Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades da Petrogal com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente, do prémio de reforma e outros benefícios de reforma tais como cuidados de saúde e seguros de vida. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões especificamente criadas para o efeito (Nota 46). Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Nota 46).

Durante o exercício de 2004, em virtude da empresa contabilizar as suas responsabilidades de benefícios pós emprego de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, e de forma a se adequar ao exigido pela referida norma, a qual prevê que a taxa usada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego deva ser determinada com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades, actualizou-se a taxa de desconto de 5,25% para 4,75%. A alteração deste pressuposto actuarial, implicou um acréscimo de, aproximadamente, 4,7% nas responsabilidades por serviços passados com o Plano de Pensões da Petrogal e de 6,5% no Plano de Pensões do Grupo GDP.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Petrogal e as empresas do Grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 18.427 e mEuros 2.168, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades.

O valor mínimo das responsabilidades da Petrogal e do Grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2004, calculadas de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, ascendem a mEuros 275.152 e mEuros 22.767, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2004, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora:

	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Obrigações:			
Obrigações taxa fixa euro	153.247	3.644	9.801
Obrigações taxa variável euro	100.436	3.007	7.891
Outras obrigações não euro	44.858	637	1.435
Outras obrigações não euro	7.953	-	475
Acções:			
Europeias	77.781	2.112	4.542
Outras ações	53.870	1.282	3.048
Hedge Funds	23.911	830	1.494
Imobiliário Indirecto	7.895	159	-
Edifício Galp (Parte)	8.952	373	1.325
Numerário	22.300	-	-
	30.304	78	2.799
Total	300.479	6.366	18.467

A evolução do património dos Fundos de Pensões durante o exercício de 2004 foi a seguinte:

	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Saldo inicial	286.138	6.152	16.341
Contribuições para o fundo	18.427	-	2.168
Retorno real dos activos	15.826	327	1.048
Pensões pagas no exercício	(19.912)	(113)	(1.086)
Transferência (Plano de contribuição definida da Galp Energia)	-	-	(4)
Saldo final	300.479	6.366	18.467

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as responsabilidades com complementos de reforma para com os reformados e colaboradores no activo da Sacor Marítima, ascendiam a mEuros 6.011 e mEuros 5.692, respectivamente. A diferença entre o valor destas responsabilidades e o valor do fundo não se encontra reflectida nas demonstrações financeiras.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelos Grupos Petrogal e GDP e pela entidade especializada em estudos actuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões, e são os seguintes:

	Petrogal	
	2004	2003
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de rendimento dos activos	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábuas de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	37.320	28.785
Pré-reformados	9.602	11.304
Reformados antecipadamente	22.120	24.850
Reformados e pensionistas	249.288	247.382
Total	<u>318.330</u>	<u>312.321</u>
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões Petrogal	300.479	286.138
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(59.024)	(59.024)
Alteração de pressupostos e metodologia (Ganhos) e perdas não reconhecidos	5.649	11.298
	71.226	73.909
Total	<u>318.330</u>	<u>312.321</u>
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com pré-reformas	23.770	28.571
Com reformas antecipadas	19.501	20.643
Com prémio de reforma	5.573	5.247
Com seguro social voluntário	572	1.021
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	9.840	7.815
Total	<u>59.256</u>	<u>63.296</u>
Coberturas por provisões (Nota 46):		
Pré-reformas	25.667	31.009
Reformas antecipadas	25.134	25.991
Prémio de reforma	5.883	5.662
Seguro social voluntário	412	961
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	8.481	7.492
Sub-Total	<u>65.577</u>	<u>71.115</u>
Alteração de pressupostos e metodologia:		
Pré-reformas	924	1.848
Reformas antecipadas	219	437
Prémio de reforma	250	500
Seguro social voluntário	(19)	(39)
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	168	337
Sub-Total	<u>1.542</u>	<u>3.083</u>
(Ganhos) e Perdas não reconhecidos:		
Pré-reformas	(2.822)	(4.286)
Reformas antecipadas	(5.851)	(5.785)
Prémio de reforma	(560)	(915)
Seguro social voluntário	180	99
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.190	(15)
Sub-Total	<u>(7.863)</u>	<u>(10.902)</u>
Total	<u>59.256</u>	<u>63.296</u>

	GDP	
	2004	2003
Taxa de rendimento dos activos	4,75%	5,25%
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábuia de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábuia de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	17.594	13.796
Pré-reformados	1.078	1.415
Pensionistas	9.419	8.949
Total	<u>28.091</u>	<u>24.160</u>
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	18.467	16.341
Por provisões (Nota 46)	5.325	5.379
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(73)	(65)
Alteração de pressupostos	872	1.741
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))	3.500	764
Total	<u>28.091</u>	<u>24.160</u>
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com activos	218	81
Com reformados	6.921	6.977
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	288	249
Total	<u>7.427</u>	<u>7.307</u>
Coberturas por provisões (Nota 46):		
Com activos	87	72
Com reformados	6.495	6.996
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	267	242
Sub-Total	<u>6.849</u>	<u>7.310</u>
Alteração de pressupostos:		
Com activos	(1)	-
Com reformados	2	1
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	(3)	(5)
Sub-Total	<u>(2)</u>	<u>(4)</u>
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 23 i)):		
Com activos	131	12
Com reformados	425	(22)
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	24	11
Sub-Total	<u>580</u>	<u>1</u>
Total	<u>7.427</u>	<u>7.307</u>

A evolução nas responsabilidades da Petrogal e GDP, com pensões no exercício de 2004 foi como segue:

Petrogal			
	Afectas ao Fundo de Pensões	Não afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	312.321	63.296	375.617
Custo dos serviços correntes	1.511	579	2.090
Custo dos juros	15.861	2.991	18.852
Benefícios pagos no exercício	(19.912)	(15.660)	(35.572)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	6.214	6.214
Perdas/(Ganhos) actuariais do exercício	8.549	1.836	10.385
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	318.330	59.256	377.586
CUSTOS DO ANO 2004			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	17.372	3.570	20.942
Reformas antecipadas iniciadas no ano	-	4.208	4.208
Mecanismo do "corredor"	9.278	(1.204)	8.074
Amortização da alteração de pressupostos	5.649	1.542	7.191
Retorno esperado dos activos	(13.871)	-	(13.871)
	18.428	8.116	26.544
GDP			
	Afectas ao Fundo de Pensões	Não afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	24.140	7.307	31.447
Custo dos serviços correntes	800	30	830
Custo dos juros	1.255	360	1.615
Benefícios pagos no exercício	(1.086)	(845)	(1.931)
(Ganhos) / perdas actuariais do exercício	2.982	575	3.557
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	28.091	7.427	35.518
CUSTOS DO ANO 2004			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	2.055	390	2.445
Amortização da alteração de pressupostos	873	(2)	871
Retorno esperado dos activos	(801)	-	(801)
	2.127	388	2.515

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2004, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 8.715, foi registado pelas empresas acima mencionadas na rubrica de custos com o pessoal.

Na Petrogal, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 no montante de mEuros 6.214 teve como contrapartida: (i) a transferência do montante de mEuros 2.006 da provisão para reestruturação já reconhecida como custo em exercícios anteriores (Nota 46); (ii) o registo de custos com o pessoal do exercício no montante de mEuros 4.208.

As perdas e ganhos actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades com pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos, reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.230 e mEuros 162, respectivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões respectivas - custo dos serviços passados não reconhecidos, por contrapartida de provisões para pensões - responsabilidades e encontra-se a ser reconhecido como custo em resultados extraordinários num período de cinco anos. No exercício de 2004, o Grupo reconheceu custos e proveitos nas rubricas de custos e proveitos extraordinários relativo à amortização daqueles montantes, o valor de mEuros 8.085 e mEuros 24, respectivamente (Nota 45).

Derivado do excesso de "corredor" apurado a 31 de Dezembro de 2003, foi contabilizado o montante de mEuros 8.074 na rubrica de custos com o pessoal, correspondente à amortização do exercício de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, S.G.P.S., S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova S.A. (em 17 de Dezembro de 2003, a Galp Serviços - Serviços de Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi assim contabilizado, durante o ano de 2004, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 587 relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Como mencionado na Nota 23.i), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no "corredor" de 10%, e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

Benefícios	(Ganhos) e perdas não reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o intervalo de corredor	Valor a reconhecer em 2005
Grupo Petrogal				
Complemento de reforma (Fundo)	71.226	31.833	39.393	8.793
Pré-reformas	(2.822)	2.377	(445)	(99)
Reformas antecipadas	(5.851)	1.950	(3.900)	(871)
Prémio de reforma	(560)	557	(2)	(1)
Seguro social voluntário	180	57	123	27
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.190	984	206	46
Grupo GDP				
Complemento de reforma (Fundo)	3.500	2.809	762	30
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	456	714	110	8
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	24	29	-	-

Na Petrogal, as responsabilidades com todos os benefícios de reforma atribuídos excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 35.375. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que à data de 31 de Dezembro de 2004 é de 4,48 anos. Desta forma e no exercício de 2005 serão reconhecidos como custos, líquido de proveitos o montante de mEuros 7.895 resultante da amortização do excesso de "corredor".

No Grupo GDP, as responsabilidades com complementos de reforma (cobertas e não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 652. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que é de 5,32 anos para a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., 25,12 anos para a Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A., 1 ano para a Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. e 12,53 anos para a GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.. Desta forma, no exercício de 2005 serão registados como custos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 38, resultante da amortização do excesso de "corredor".

Outros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo Petrogal e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2004 são:

- mEuros 3.119 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 4.571 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 300.479 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal ;
- mEuros 63.363 e mEuros 76.118 de responsabilidades com o Plano de pensões e cuidados de saúde seguro de vida (Nota 46), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 23.i) e 23.j)) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados.
- Investimentos relacionados com a actividade de pesquisa e desenvolvimento petrolífero em Angola e no Brasil, de montante ainda não quantificado.

No âmbito da legislação comunitária, a Petrogal tem vindo a desenvolver um Projecto de Reconfiguração Ambiental e Processual do Sistema de Refinação Nacional - Auto Oil - com vista a cumprir, por um lado, as especificações de combustíveis, nomeadamente gasolinas e gasóleos, e por outro adequar o desempenho ambiental das Refinarias de acordo com a legislação prevista. Estima-se o montante de mEuros 250.000 necessário para as alterações introduzidas e a introduzir, dependendo o valor final da definição de algumas especificações Europeias que se prevêem no horizonte 2008/9. Até ao final de 2004 já se despendeu neste projecto aproximadamente mEuros 142.000, estimando-se despende até à sua conclusão (em 2009) o montante de mEuros 108.000, dos quais estão já comprometidos mEuros 470.

Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrogal, decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente.

Este protocolo teve por objecto o estabelecimento de uma vasto conjunto de acções de protecção ambiental - Programa de Acções Ambientais - que permitiriam à empresa a prossecução da sua Política e Objectivos Estratégicos de Ambiente.

Durante o período de 1999-2004 foram realizadas 173 acções do Programa 1999/2007, restando menos de 7% de acções para realizar até ao final de 2007. Considerando as acções que são de realização continuada ou que se encontram em implementação, o grau de execução é de mais de 95%, sendo os restantes 5% correspondentes a acções dependentes da estratégia de implementação de Diplomas Legais no período 2007/2008 (PCIP, GIC's), mantendo-se o planeamento da sua execução e previstos os respectivos investimentos

A realização das 173 acções representaram custos para a Empresa no montante de mEuros 60.464. Os projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado em 2004 responderam ao montante de mEuros 10.813.

O programa de acções ao longo deste período foi sendo reanalizado e reajustado de acordo com as alterações em termos estratégicos registadas na empresa, as alterações processuais nas instalações, especialmente no caso das refinarias, e as recomendações dos estudos que foram sendo efectuados. Assim, do total das 228 acções previstas, 40 acções foram anuladas ou suspensas, das quais se destacam as que diziam respeito à operação do Parque de Gás do Rosairinho, que foi desactivado em 2000, e as restantes foram anuladas devido a alterações processuais nas instalações ou na actividade das mesmas.

Para dar cumprimento aos objectivos preconizados no Protocolo acima mencionado, faltam realizar 15 acções, com um custo total previsto de mEuros 64.273, podendo este montante variar de acordo com as opções processuais adoptadas nas Refinarias e que se encontram em análise."

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo GDP e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2004 são:

- mEuros 18.467 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões GDP;

- mEuros 4.080 e mEuros 4.650 de responsabilidades com o plano de pensões e cuidados de saúde e seguros de vida, (Nota 46), respectivamente, por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 23 i) e 23 j)) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 17.231 relativo a responsabilidades contratuais com fornecedores, nomeadamente, no âmbito da construção da instalação de armazenagem subterrânea, gasodutos e demais infra-estruturas e equipamentos necessários à implementação da rede de transporte de gás natural da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., cujo detalhe é como segue:

Descrição	Valor do contrato	Realizado	Por realizar
Construção Instalações - Armazenagem Subterrânea	88.060	76.770	11.290
Ramal de Viana do Castelo	4.707	3.825	882
Serviços / Expropriações	2.854	163	2.692
Construção e Equipamentos de Ramais Industriais	2.224	420	1.803
UAG'S	994	431	564
	<u>98.839</u>	<u>81.609</u>	<u>17.231</u>

Adicionalmente, existem contratos de derivados financeiros destinados a cobrir a exposição do risco dos negócios, nomeadamente "commodities" e cambiais ao nível do Grupo Petrogal e de taxa de juro ao nível do Grupo GDP. Contudo, o Grupo segue o princípio do custo histórico, razão pela qual não procedeu à avaliação e contabilização destes derivados ao justo valor.

■ 22. Garantias Prestadas ■

Em 31 de Dezembro de 2004 as responsabilidades do Grupo GDP por garantias prestadas ascendiam a mEuros 649.555 e 192.500 milhares de dólares americanos, das quais as mais significativas são:

- Garantias prestadas no montante de mEuros 612.127 a favor do Banco Europeu de Investimento relativamente aos empréstimos concedidos por esta entidade.
- Garantias prestadas ao Estado Português nos montantes de mEuros 10.734 e de mEuros 329 por um sindicato bancário liderado pela Caixa Geral de Depósitos para a celebração do contrato de concessão do serviço público de importação, transporte e fornecimento de gás natural.
- Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Tributário de 1^a Instância de Lisboa - 5^o juízo - 1^a secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos (Nota 59).
- Garantias no montante de mEuros 18.360 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A..
- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Transgás, - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd:

	Tipo	Total de créditos USD	Parte Transgás USD
BEI	Bancária	450.000	124.000
ICO	Fiança	200.000	54.800
Banco Santander	Fiança	50.000	13.700
		<u>700.000</u>	<u>192.500</u>



Em 31 de Dezembro de 2004, as garantias prestadas pela Petrogal, ascendiam a mEuros 33.037 essencialmente perante terceiros para empresas do grupo e associadas e as garantias bancárias ascendiam a mEuros 35.353. Adicionalmente, a Empresa emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 426.468.

Em virtude do investimento realizado pela C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. ter sido efectuado essencialmente através de "project finance", o Consórcio Bancário que a financia, tinha assumido responsabilidades com uma garantia bancária prestada ao Banco Europeu de Investimentos no montante de mEuros 42.052 correspondendo mEuros 42.017 à parte de capital, e o remanescente no montante de mEuros 35 a juros vencidos e não liquidados.

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. tem em vigor uma garantia bancária com o Banco Comercial Português no montante de mEuros 2.394.

Como garantia de um empréstimo contraído pela Carrizo Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

Com excepção das subsidiárias mencionadas na Nota 5, as quais foram integradas pelo método proporcional, a consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no passivo na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação foram tratadas como se indica na Nota 10.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem nas diferentes rubricas de despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento, de propriedade industrial e outros direitos, reconversão de consumos para gás natural, trespasses e diferenças de consolidação, essencialmente:

- Despesas incorridas com estudos e projectos de desenvolvimento informático, despesas de organização, campanhas publicitárias institucionais de lançamento de gás natural, despesas de arranque (nomeadamente das refinarias) e de reestruturação e reorganização (Nota 25), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período variável entre três a seis anos;
- Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP e encargos com direitos de superfície e concessões, os quais são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos);

- Diferenças de consolidação relativas à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos, excepto para os casos das empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que o período de amortização corresponde ao prazo de concessão que termina em 2028, no caso da CLH - Compañía Logística de Hidrocarburos S.A. e da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A. que estão a ser amortizados durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja 20 e 11 anos, respectivamente;
- Despesas relacionadas com direitos de passagem de gás e com a reconversão de consumos para gás natural, referentes a acções para penetração do gás natural no mercado, nomeadamente acções de comercialização e marketing que se consubstanciem na renovação, alteração ou adaptação de instalações e equipamentos de queima. Estas despesas estão a ser amortizadas no prazo que decorre desde a entrada em exploração até ao final de período de concessão, e que corresponde ao período de utilidade esperada;
- Despesas relacionadas com trespasses de estações de serviço são amortizadas por um período de 20 anos, excepto se quando se trata de estações de serviço arrendadas ou de direitos de superfície que, nestes casos são amortizados pelo período do respectivo contrato (Nota 25). Os restantes trespasses são amortizados durante um período variável entre três e seis anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1996 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquelas datas e as imobilizações corpóreas da Lusaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. encontram-se registadas ao custo de aquisição ou construção. O custo de aquisição/construção inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indirectos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção (alínea n) abaixo).

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo ou de reavaliação, pelo método das quotas constantes, aplicada anualmente a partir do exercício de entrada em funcionamento dos bens, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas		
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20%	-	3,13%
Edifícios e outras construções	2,00%	-	10,00%
Equipamento básico	2,20%	-	12,50%
Equipamento de transporte	16,67%	-	25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50%	-	25,00%
Equipamento administrativo	5,00%	-	33,33%
Taras e vasilhame	7,14%	-	33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10,00%	-	33,33%

As infra-estruturas afectas ao gás natural encontram-se a ser amortizadas, pela Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e restantes distribuidoras de gás natural, por um período de 45 anos.

Nos exercícios de 1998 a 2002 a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e a Lusaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (esta última até 2000) aplicaram as taxas correspondentes a 50% das taxas máximas determinadas pelo número de anos de vida útil esperada do equipamento básico afecto ao gasoduto, devido ao facto de este estar a ser utilizado abaixo da sua capacidade normal.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos no exercício em que são incorridos. As reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos imobilizados, são registadas como imobilizações corpóreas e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual das respectivas imobilizações.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente, essencialmente relacionados com as refinarias, são reconhecidos numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica acréscimos de custos (Nota 53).

Actividade de exploração e produção petrolífera

As imobilizações corpóreas relacionadas com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a:

- (i) custos incorridos com a exploração e desenvolvimento da área de exploração ("campo"), adicionados dos custos de estrutura e financeiros incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estes custos são transferidos de imobilizado em curso para imobilizado fixo, naquela data, e são amortizados de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas ("proved developed reserves") no final desse período, adicionadas da produção do período. Assim, os custos incorridos, desta natureza afectos a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificados em imobilizado em curso;
- (ii) custos de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) os quais são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após inicio da produção;
- (iii) todos os custos incorridos na fase de exploração de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de exploração e/ou desenvolvimento.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade registada no passivo e os juros, incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23 b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

O Grupo segue a política contabilística de registar os seus investimentos financeiros em empresas associadas como se indica na Nota 18.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto - ao custo de aquisição, utilizando-se o LIFO (últimas entradas, primeiras saídas), aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) - ao custo de aquisição utilizando-se o LIFO, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.

Materiais gerais - encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

ii) Produtos e trabalhos em curso

Encontram-se valorizados pelo custo de produção, incluindo materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

iii) Produtos acabados e intermédios

Produtos derivados do petróleo - as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizadas com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra directa e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas como método de custeio das saídas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas), como método de custeio das saídas.

Outros produtos acabados e intermédios - encontram-se valorizados ao custo de produção, incluindo matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

iv) Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição que inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO para o gás natural e o custo médio ponderado para os derivados de petróleo e restantes mercadorias como método de custeio das saídas.

No caso da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., o custo de aquisição também engloba, para a sua determinação, os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

O Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

As diferenças entre o valor por que se encontravam registadas as existências, em 31 de Dezembro de 2004, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, foram reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados do exercício e encontram-se registadas na rubrica de provisão para depreciação de existências (Nota 46).

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

g) Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e as despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 53).



h) Subsídios atribuídos para o financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (reconversões para gás natural) são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados proporcionalmente às amortizações respectivas das imobilizações subsidiadas.

i) Plano de pensões

A Petrogal, a Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. e Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma (a situação de reforma antecipada foi assumida apenas pela Petrogal). Estas prestações, com excepção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do Grupo GDP, constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima" e "Fundo de Pensões GDP"), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados (Nota 21). Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Notas 21 e 46).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Notas 21 e 46).

No final de cada período contabilístico, as empresas acima mencionadas, obtêm estudos actuariais e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o valor de mercado do fundo de pensões e provisões específicas resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na demonstração de resultados do exercício respectivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2001, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Por seu lado, as perdas e ganhos actuariais, pelo acréscimo/redução das responsabilidades, com pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos (Nota 21), reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.230 e mEuros 162, respetivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões para pensões - responsabilidades por contrapartida da rubrica de provisões para pensões - custo dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo é reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários e proveitos extraordinários durante um período de cinco anos, em quotas constantes, com início no exercício de 2001.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. O Grupo, deu a possibilidade a algumas subsidiárias, como associadas deste Fundo, dos seus colaboradores optarem por este novo plano de contribuição definida e o plano existente de benefícios definidos, pagando o Grupo nestas situações, um valor definido anualmente, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

j) Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde e seguros de vida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para seguros de vida e cuidados de saúde (Nota 46). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta provisão.

No final de cada período contabilístico, o Grupo obtém os estudos actuariais e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar (Nota 46).

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o montante das provisões específicas, resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecido em resultados no exercício respectivo. A partir de 1 de Janeiro de 2001, o procedimento adoptado é idêntico ao mencionado na alínea 23.i) acima.

Os ganhos e perdas actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos reportados a 1 de Janeiro de 2001, foram registados no passivo nas rubricas de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - custo dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo é reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários durante um período de cinco anos, com início no exercício de 2001.

k) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços, com excepção dos saldos em moeda estrangeira cobertos por contratos de compra de moeda a prazo, "forwards", os quais foram convertidos às taxas de câmbio contratadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos, respectivamente, na demonstração de resultados consolidados do exercício.

Para as fixações de câmbio a prazo ("forwards") a Petrogal difere as diferenças de câmbio apuradas entre a taxa de câmbio "spot" no início do contrato e a taxa contratada, pelo período de vigência do referido contrato, imputando na demonstração dos resultados consolidados do exercício a parte que lhe corresponde.

l) Imposto sobre Produtos Petrolíferos ("ISP") incluído nas vendas e custo das vendas

Na sequência de uma interpretação da Comissão de Normalização Contabilística sobre a Directriz Contabilística nº 22, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as empresas do Grupo Petrogal passaram a incluir no custo das vendas o Imposto sobre Produtos Petrolíferos ("ISP"), em virtude deste passar a ser considerado como custo de compra dos produtos sujeitos ao mesmo.

m) Vendas de gás natural

O preço de venda do gás natural é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral de Geologia e Energia. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista no contrato de concessão. Com excepção da Lusitaniagás, as leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição do gás são feitas por empresas do Grupo EDP - Energias de Portugal e pelas empresas do Grupo Galp, consoante se trate de pequenos ou grandes clientes, respectivamente.

As vendas de gás são mensalmente registadas na rubrica de acréscimos de proveitos com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a leitura.

n) Encargos financeiros

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em imobilizações, são imputados a imobilizações em curso, na proporção dos custos totais incorridos naqueles investimentos, líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 28), sendo os restantes reconhecidos como custos na demonstração de resultados consolidados do exercício (Nota 44).

Os encargos financeiros incluídos nas imobilizações corpóreas são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

o) Capitalização de custos de estrutura

As empresas do Grupo GDP, por estarem na fase de construção das infra-estruturas do gás natural e lançamento daquele produto, procederam à capitalização dos custos de estrutura até ao início de entrada em operação daquelas infra-estruturas. Estes custos encontram-se registados, consoante as empresas, nas rubricas de imobilizações e custos diferidos.

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 51).

q) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas". A conversão daque-las demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração de resultados; e
- iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

24. Cotações Utilizadas para Conversão em Euros

As demonstrações financeiras da Galp International Trading Establishment, da Petrogal Trading Limited, da EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd., da Petrogal Angola (expressas em Dólares do Estados Unidos) e subsidiária (expressas em Kwanzas), da Petrogal Brasil (expressas em Reais), da Enacol, S.A.R.L. (expressas em Escudos de Cabo Verde), da Metragaz, S.A. (expressas em Dirhams de Marrocos), da Petrogal Guiné-Bissau e subsidiárias (expressas em Francos CFA), e da Petrogal Moçambique e subsidiária (expressas em Meticais) foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Vigente no final do ano:	Taxas de Câmbio	
Divisa	2004	2003
Dólares Americanos	1,36	1,26
Reais do Brasil	3,61	3,66
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	11,20	11,07
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	25.356,46	29.455,70

Média do exercício:	Taxas de Câmbio	
Divisa	2004	2003
Dólares Americanos	1,24	1,13
Reais do Brasil	3,66	3,47
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	11,03	10,84
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	27.247,60	26.608,38

25. Despesas de Instalação, de Investigação e Desenvolvimento, de Propriedade Industrial e Outros Direitos, de Reconversão de Consumos Para Gás Natural e Trespasses

O Grupo tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custo que em 31 de Dezembro de 2004, apresentavam os seguintes saldos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de instalação:			
Despesas constituição e aumento de capital	1.591	(679)	912
Estudos de reorganização	885	(885)	-
Protótipos e desenvolvimento de imagem para postos novos	18	(6)	12
Estudos económicos de lançamento e desenvolvimento do gás natural	21.318	(14.427)	6.891
Estudos e projectos	8.061	(2.331)	5.730
Campanhas publicitárias institucionais de lançamento do gás natural	614	(224)	390
Sistema informação de gestão	2.335	(2.189)	146
Sistema de segurança	2.180	(1.362)	818
Outros	445	(418)	27
	<u>37.447</u>	<u>(22.521)</u>	<u>14.926</u>
Despesas de investigação e de desenvolvimento:			
Desenvolvimento de Programas	1.179	(148)	1.031
Serviços Gestão Integrada	2	(2)	-
Despesas promoção marketing institucionais de lançamento do gás natural	3.495	(3.478)	17
Estudos energéticos	881	(881)	-
Trabalhos especializados de reconversão de gás natural	1.127	(565)	562
Outros	1.087	(912)	175
	<u>7.771</u>	<u>(5.986)</u>	<u>1.785</u>
Propriedade industrial e outros direitos:			
Direitos de superfície e concessões	107.489	(38.047)	69.442
Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP	55.142	(32.229)	22.913
Licenças de utilização de tecnologia	15.320	(11.417)	3.903
Direitos e Licenciamientos	48	(48)	-
Cessão Direitos - Contratos de Fornecimento de Gás	276	(50)	226
Patentes	2	(2)	-
Licenças de utilização	123	(76)	47
Direitos contratuais de Venda	4.102	(1.164)	2.938
Direitos de Passagem	33.900	(7.359)	26.541
Desenvolvimento de Programas	4.184	(2.531)	1.653
Outros produtos e licenciamientos	9.416	(7.497)	1.919
	<u>230.002</u>	<u>(100.420)</u>	<u>129.582</u>
Reconversão de consumos para gás natural:			
Marketing e Comunicação	303	(24)	279
Reconversão consumos para gás natural-domésticos	61.042	(9.398)	51.644
Reconversão consumos para gás natural-industrial	4.537	(665)	3.872
Reconversão consumos para gás natural-terciário	1.201	(169)	1.032
Reconversão consumos para gás natural	218.309	(36.808)	181.501
Reconversão da central eléctrica do Carregado	9.045	(4.845)	4.200
Sistemas de informação	3	(3)	-
Outros	407	(31)	376
	<u>294.847</u>	<u>(51.943)</u>	<u>242.904</u>
Trespasses:			
Trespasses de estações de serviços	25.193	(11.504)	13.689
Outros	5.130	(2.700)	2.430
	<u>30.323</u>	<u>(14.204)</u>	<u>16.119</u>
	<u>600.390</u>	<u>(195.074)</u>	<u>405.316</u>

Os trespasses de estações de serviço no montante de mEuros 13.689, líquido de amortizações acumuladas, dizem essencialmente respeito, aos trespasses do imobilizado incorpóreo das estações de serviço adquiridas pela subsidiária Galp Energia España, S.A. no decurso do exercício de 2003, os quais são amortizados por um período de 20 anos, excepto se se tratarem de estações de serviço arrendadas ou direitos de superfície, os quais são amortizados pelo período do respectivo contrato.

27. Movimento no Activo Imobilizado

i) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício de 2004, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Activo bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações /Abates	Transferências e regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	49.753	707	(13.257)	244	37.447
Despesas de investigação e de desenvolvimento	8.309	298	(816)	(20)	7.771
Propriedade industrial e outros direitos	233.321	2.612	(13.411)	7.480	230.002
Reconversão de consumos para gás natural	267.312	307	-	27.228	294.847
Trespasos	25.429	5.048	(154)	-	30.323
Diferenças de consolidação (Nota 10)	69.487	2.311	(2.552)	(44)	69.202
Imobilizações em curso	37.706	39.912	-	(47.684)	29.934
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	184	100	-	-	284
	691.501	51.295	(30.190)	(12.796)	699.810
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	260.478	181	(2.033)	3.699	262.325
Edifícios e outras construções	674.549	6.054	(23.775)	24.101	680.929
Equipamento básico	4.531.024	28.337	(72.620)	428.947	4.915.688
Equipamento de transporte	32.526	1.202	(3.435)	2.004	32.297
Ferramentas e utensílios	4.988	240	(206)	(62)	4.960
Equipamento administrativo	114.141	2.063	(4.024)	9.459	121.639
Taras e vasilhame	148.833	1.908	(5.831)	15.086	159.996
Outras imobilizações corpóreas	96.168	4.974	(21.370)	1.360	81.132
Imobilizações em curso	695.196	261.627	(259)	(484.729)	471.835
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6.221	2.533	(1.777)	(2.706)	4.271
	6.564.124	309.119	(135.330)	(2.841)	6.735.072
	7.255.625	360.414	(165.520)	(15.637)	7.434.882
Amortizações acumuladas					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações /Abates	Transferências e regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	29.999	5.970	(13.413)	(35)	22.521
Despesas de investigação e de desenvolvimento	6.987	(100)	(814)	(87)	5.986
Propriedade industrial e outros direitos	91.845	18.804	(9.792)	(437)	100.420
Reconversão de consumos para gás natural	39.082	12.867	-	(6)	51.943
Trespasos	10.332	3.729	(145)	288	14.204
Diferenças consolidação (Nota 10)	6.584	5.071	(516)	-	11.139
	184.829	46.341	(24.680)	(277)	206.213
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	6.394	1.543	-	-	7.937
Edifícios e outras construções	357.015	26.093	(17.715)	1.357	366.750
Equipamento básico	2.599.510	222.599	(68.766)	(873)	2.752.470
Equipamento de transporte	26.567	4.195	(2.927)	(34)	27.801
Ferramentas e utensílios	4.524	232	(204)	(29)	4.523
Equipamento administrativo	95.545	10.940	(3.910)	188	102.763
Taras e vasilhame	126.454	10.399	(5.825)	-	131.028
Outras imobilizações corpóreas	66.527	5.326	(21.263)	(451)	50.139
	3.282.536	281.327	(120.610)	158	3.443.411
	3.467.365	327.668	(145.290)	(119)	3.649.624

Os aumentos verificados nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, no montante de mEuros 360.414 respeitam essencialmente a:

- mEuros 17.131 de saldos iniciais das empresas que no decurso de 2004 foram incorporadas no perímetro de consolidação (Nota 1):
 - (i) mEuros 8.722 relativo ao Grupo Galp Energia Espanha;
 - (ii) mEuros 5.783 relativo à Petrogal Moçambique, Lda.;
 - (iii) mEuros 2.626 relativo à Moçacor - Distribuição Combustíveis, S.A..
- mEuros 37.671 relativos à Unidade de Negócio do retalho, essencialmente em remodelação de postos, lojas de conveniência e projecto cartão Paycard.
- As Refinarias de Sines e Porto efectuaram investimentos totais no montante de mEuros 17.072 e mEuros 10.862, respectivamente, dos quais mEuros 5.333 relativo à substituição de pipelines.
- A Unidade de GPL (Gás) dispendeu mEuros 23.221, essencialmente em modernização de enchimento de garrafas nomeadamente para adaptação de redes, requalificação e aquisição de novas garrafas e projecto do parque de Sines.
- Construção do Centro Logístico de Combustíveis e da infra-estrutura de armazenagem e portuária na Madeira, no montante de mEuros 22.304.
- Custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 14, no montante de mEuros 51.859 e nos Blocos 32 e 33 no montante de mEuros 6.087.
- mEuros 64.977 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes, armazenagem subterrânea e outras infra-estruturas) de gás natural.
- mEuros 26.261 relativo a investimentos na comparticipação em redes partilhadas e reconversão de consumos para gás natural.
- mEuros 7.473 relativo à construção do Terminal de Gás Natural Liquefeito em Sines.
- mEuros 3.752 na construção da Central de Cogeração, nas instalações da Sociedade "SCC - Sociedade Central de Cervejas, S.A., sita em Vialonga.

Durante o exercício de 2004 deu-se o início da actividade operacional do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines, pelo que foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado fixo o montante de mEuros 263.519, o qual se encontra evidenciado na coluna de transferências e regularizações.

O saldo da coluna de transferência e regularizações no movimento do activo bruto no montante de mEuros 15.637 inclui o montante de mEuros 9.788 que corresponde a: (i) anulações de especializações de custos em excesso relativo a redes no montante de mEuros 816; (ii) bens reclassificados para as rubricas de custos do exercício no montante de mEuros 860 e (iii) notas de crédito no âmbito de comparticipações recebidas por redes partilhadas no montante de mEuros 8.112.

No decurso do exercício de 2004 foram abatidos bens de natureza incorpórea e corpórea, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de imobilizado levada a cabo neste exercício pela Petrogal.

A diferença entre o total do aumento das amortizações acumuladas e o custo com amortizações registado na demonstração dos resultados consolidados no montante de mEuros 9.254, decorre das amortizações das diferenças de consolidação registadas em custos financeiros, no montante de mEuros 4.569 (Nota 44) e dos saldos iniciais das empresas que incorporaram no corrente exercício o perímetro de consolidação pelo método integral (Nota 1) no montante de mEuros 4.685.

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos imobilizados afectos à actividade de exploração de petróleo bruto e respectivas amortizações acumuladas são como segue:

Imobilizações corpóreas	Valor Brutos	Amortizações Acumuladas	Valores Líquidos
Custos de exploração e desenvolvimento relativos a áreas já em produção	140.778	(55.680)	85.108
Bónus de assinatura de áreas já em produção	993	(191)	802
Imobilizações em curso	144.840	-	144.840
	286.621	(55.871)	230.750

Os custos de exploração e de desenvolvimento e os bónus de assinatura relativos a áreas já em produção, encontram-se classificados na rubrica de equipamento básico.

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo Galp possuía imobilizações corpóreas e incorpóreas implantadas em propriedade alheia, em poder de terceiros e reversíveis, sendo as mais significativas detalhadas como segue:

	Imobilizado corpóreo (Valores brutos)	Imobilizado incorpóreo (Valores brutos)
Implantada em propriedade alheia	2.151.609	79.055
Em poder de terceiros	567.191	110.118
Imobilizações no estrangeiro	223.342	8
Instalações e redes de ar propanado/propano	189.925	-
Reversíveis a favor de terceiros (equipamentos localizados em postos de abastecimento)	175.710	60.469
Rede de distribuição de gás natural	172.127	-
Rede primária	33.839	-
Contadores de gás natural	23.761	-
Contadores de ar propanado/propano	18.791	-
Serviços	5.049	-
	<u>3.561.344</u>	<u>249.650</u>

A repartição das imobilizações em curso, corpóreas e incorpóreas (incluindo adiantamentos), em 31 de Dezembro de 2004, por projeto é como se segue:

Bloco A-IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	81.512
Armazenagem subterrânea de gás natural (Nota 21)	76.770
Pesquisa de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola (inclui bónus de assinatura)	60.253
Construção de infra-estruturas portuárias e de armazenagem - Madeira	49.366
Renovação e expansão da rede de postos de abastecimento	45.247
Construção de ramais industriais, UAG's (gás natural)	25.208
Outros projectos de construção de infra-estruturas de redes de gás natural	17.865
Substituição de pipelines - Refinaria do Porto	17.053
Investimentos industriais afectos às refinarias	15.825
Alteração da imagem da rede de postos de abastecimento	13.474
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Cascais	5.820
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Sintra	5.588
Utilidades - rede eléctrica 10 kv - Refinaria de Sines	5.225
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Oeiras	4.864
Substituição e requalificação de garrafas GPL	3.586
Utilidades - rede água - Refinaria de Sines	3.026
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Lisboa	2.737
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto	2.614
Substituição de Tubagens (Leixões) - Refinaria Porto	2.123
Depósitos e instalações de clientes de gás propano	1.673
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Odivelas	1.500
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho da Amadora	1.488
Sub-estação Sobreaquecedor Vapor FC-E 11 - Refinaria de Sines	1.476
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Vila Franca de Xira	1.393
Comparticipação em redes partilhadas e despesas de reconversão para gás natural	1.358
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Loures	1.289
Beneficiação da rede de Drenos - 2.ª Fase - Refinaria de Sines	1.242
Utilidades - Unidade de regeneração de aminas - Refinaria de Sines	1.139
Adaptação de tanques de Petróleo Bruto para Gasóleo - Refinaria do Porto	1.096
Programa de segurança e ambiente nos postos de abastecimento e grandes clientes	1.080
Unidade de Purificação Hidrogénio - Refinaria de Sines	1.052
Projecto intervenção ponte cais no rio Sado	1.039
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Azambuja	883
Linha Transferência CC-H1 para CC-V1 - Refinaria de Sines	797
Dessulfuração do gasóleo e gasolina - Refinaria de Sines	717
Revamping do HV - Refinaria de Sines	690
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Torres Vedras	690
Estudos e licenciamentos - Refinaria de Sines	574
Central Edílica em Sines	518
Outros projectos	46.474
	<u>506.324</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Petrogal efectuou uma provisão no montante de mEuros 31.853, correspondente aos custos totais incorridos (incluindo bónus de assinatura) no Bloco 33 em Angola, devido às escassas perspectivas de uma futura descoberta comercial, conhecidas com base em estudos realizados em 2004.

ii) Investimentos financeiros

Títulos e outras aplicações financeiras

Os títulos e outras aplicações financeiras, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, tinham a seguinte composição:

	2004	2003		
	% de participação	Valor	% de participação	Valor
Títulos e outras aplicações financeiras:				
Títulos negociáveis e investimentos em imóveis (a)		18.297		18.271
ONI S.G.P.S., S.A. (c)	4,10%	19.865	4,10%	19.865
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. (b)	5,00%	13.252	5,00%	12.504
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	1,82%	499	1,82%	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	1,82%	499	1,82%	499
Agene - Agência para a Energia, S.A.	10,98%	114	10,98%	114
Omegás	5,00%	35	5,00%	35
Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	2,00%	20	2,00%	20
Clube Financeiro Vigo	-	19	-	19
Cooperativa de Consumo do Pessoal da Petrogal , CRL	0,07%	6	0,07%	6
OEINERGE - Agência Municipal Energia e Ambiente de Oeiras	1,45%	1	-	-
Harri, S.G.P.S., S.A. (d)	5,63%	-	5,63%	249
Outros		27		2
Amortizações acumuladas		<u>52.634</u>		<u>52.083</u>
Provisões para outras aplicações financeiras (Nota 46)		<u>(10.223)</u>		<u>(10.070)</u>
		<u>(20.069)</u>		<u>(20.069)</u>
		<u>22.342</u>		<u>21.944</u>

(a) Imóveis adquiridos essencialmente em anos anteriores e não afectos à actividade principal do Grupo.

(b) Investimento financeiro registado pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tem registada uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 19.865 (Nota 46) relativamente a esta participação financeira.

(d) No decurso do exercício de 2004, a Empresa alienou esta participação.

O movimento da rubrica de títulos e outras aplicações financeiras, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

Saldo Inicial	52.083
Efeito de aplicação do método e equivalência patrimonial aos resultados do exercício (Nota 44)	5.148
Positivos	5.148
Dividendos Distribuídos	
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.	(4.399)
Alienação da Harri, S.G.P.S., S.A.	(249)
Outros	51
	<u>52.634</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas participadas e participantes:

Empréstimos concedidos:	
Cooperativa de Habitação Petrogal	53
Agene - Agência para a Energia, S.A.	90
	<u>143</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha as seguintes contas a pagar relativas a empresas participadas e participantes:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Enagás, S.A.	1.596	9.116
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (b)	-	4.928
ENI Portugal Investment, S.p.a.	31.018	3.458
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	-	1.660
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (a)	-	440
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. (c)	-	397
EDP - Energias de Portugal, S.A.	13.269	-
Iberdrola, S.A.	3.720	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-
Outros	75	-
	49.760	19.999

(a) Empresa participada da Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.
 (b) Accionista da CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.
 (c) Accionista da Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.

O montante registado no curto prazo a pagar a empresas participadas e participantes no total de mEuros 49.760 inclui o montante de mEuros 48.077 respeitante a dividendos atribuídos pela Empresa relativos ao exercício de 2003, líquidos de pagamentos efectuados no decurso do exercício de 2004, como se segue:

	Dividendos		
	Atribuídos (Nota 55)	Pagos	A pagar
Estado Português	23 970	(23.970)	-
ENI Portugal Investment, S.p.a.	31.006	-	31 006
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	17.019	(17.019)	-
EDP - Energias de Portugal, S.A..	13.269	-	13 269
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	3.934	(3.934)	-
Iberdrola, S.A.	3.720	-	3 720
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-	41
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	41	-	41
	93.000	(44.923)	48.077

Adicionalmente, durante o exercício de 2004, foram pagos dividendos a accionistas exteriores ao grupo nos montantes de mEuros 1.356 e mEuros 662, por subsidiárias da GDP, S.G.P.S., S.A. e da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., respectivamente.

O montante a pagar à Enagás, S.A. no total de mEuros 10.712 diz respeito a suprimentos obtidos pelas subsidiárias Gasoduto Braga - Tuy, S.A. e Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. nos montantes de mEuros 4.057 e mEuros 6.655, respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado, encontrando-se classificado a curto prazo o montante de mEuros 1.596, correspondente, aos reembolsos a efectuar no exercício 2005.

O montante de mEuros 3.458 registado a médio e longo prazo a pagar à ENI Portugal Investment, S.p.a. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiaria Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido. O montante registado a curto prazo é constituído por mEuros 12 relativo aos juros vencidos durante o mês de Dezembro de 2004.

A estrutura accionista da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. sofreu uma alteração durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2004, tendo estado na sua origem a transferência da participação financeira detida pela Italgás, S.p.a. para a ENI Portugal Investment, S.p.a, em 30 de Novembro de 2004. Com a transferência das acções, foram igualmente transferidos para a ENI Portugal Investment, S.p.a. os créditos detidos pela Italgás, S.p.a. relativos a capital entregue a título de suprimentos no montante de mEuros 3.458.

O montante de mEuros 4.928 registado como conta a pagar a médio e longo prazo à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., diz respeito a suprimentos concedidos por esta à associada CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., o qual não tem prazo de reembolso definido.

O montante a pagar, no médio e longo prazo, à Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. no total de mEuros 1.660, diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros a taxas de mercado.

28. Custos Financeiros Capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizações em curso de encargos financeiros, no montante de mEuros 1.883 (Nota 44), incorridos com empréstimos para financiamento de imobilizado durante o seu período de construção.

33. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas a terceiros a mais de cinco anos ascendiam a mEuros 39.904 e mEuros 473.711, registadas nas rubricas de empréstimos por obrigações e empréstimos bancários de longo prazo, respectivamente (Nota 34).

34. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2004		2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	192.489	65.854	135.194	285.228
Empréstimos externos	254.155	718.450	123.175	771.857
Descobertos bancários (Nota 60)	176.058	-	295.340	-
Linhos de crédito renováveis	8.600	-	3.073	-
	<u>631.302</u>	<u>784.304</u>	<u>556.782</u>	<u>1.057.085</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Papel Comercial	-	-	39.904	-
IAPMEI	1.304	4.078	1.262	5.382
	<u>1.304</u>	<u>4.078</u>	<u>41.166</u>	<u>5.382</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1994 - Petrogal, S.A.	-	-	149.639	-
Emissão de 1997 - GDP, S.G.P.S., S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	210.000
	<u>-</u>	<u>309.760</u>	<u>149.639</u>	<u>309.760</u>
	<u>632.606</u>	<u>1.098.142</u>	<u>747.587</u>	<u>1.372.227</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos bancários e obrigações classificados em médio e longo prazo, têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2006	75.036
2007	157.039
2008	281.098
2009	71.354
2010 e seguintes (Nota 33)	<u>513.615</u>

1.098.142

Empréstimos bancários

Os encargos financeiros, relativos a juros de empréstimos vencidos e não pagos até 31 de Dezembro de 2004, encontram-se registados no balanço na rubrica de acréscimos de custos (Nota 53).

Os empréstimos bancários externos expressos em moeda externa em 31 de Dezembro de 2004, eram representadas pelas seguintes divisas (em milhares):

	2004		2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Dólares Americanos	104.847		82.210	20.436
Meticas de Moçambique	-		40.550.212	33.824

Empréstimos por obrigações

i) Emissão de 1994 - Petrogal, S.A.

Em 2 de Novembro de 1994, a Petrogal procedeu à emissão de obrigações no montante de milhares de Escudos 30.000.000, redenominado para mEuros 149.639, em 2 de Novembro de 2000, destinadas a subscrição particular, aprovada pela Assembleia Geral de 10 de Novembro de 1993, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Em 2 de Novembro de 2004 procedeu-se, de acordo com as condições de emissão, ao seu reembolso final, no montante de mEuros 149.639.

ii) Emissão de 1997 - GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Em 25 de Junho de 1997 a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao valor nominal e de uma só vez, no final do prazo de emissão que é de dez anos.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo por iniciativa do emitente (Call Option), total ou parcialmente. No caso do reembolso parcial este será feito por redução ao valor nominal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do 6º cupão. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolso antecipadamente.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP e/ou no caso da GDP deixar de deter, directa ou indirectamente, alguma participação de domínio que, à data de emissão do empréstimo, detenha no capital social das empresas do seu Grupo que tenham por objecto social a distribuição de gás canalizado, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado das obrigações.

Este empréstimo vence juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa "Euribor a 6 meses", adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

Esta Emissão foi liderada pelo Banco Millennium BCP Investimentos (ex-CISF) e Banco Português de Investimento, tendo a sua colocação sido garantida por um Sindicato Bancário constituído pelas seguintes Instituições Bancárias:

Instituições Financeiras	Montante	%
Millennium BCP Investimentos (ex-CISF)	13.592	27,25
Banco Português de Investimento	13.592	27,25
Banco Chemical Finance	4.988	10,00
Caixa Geral de Depósitos	4.988	10,00
Banco Finantia	3.492	7,00
Deutsche Bank de Investimento	3.492	7,00
Millennium BCP (ex-Mello)	1.995	4,00
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	1.247	2,50
Banco Santander de Negócios	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya	1.247	2,50
	49.880	100,00

iii) Emissão de 1998 - Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. ou deixando a GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa "Euribor a 6 meses", em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

Instituições Financeiras	Montante	%
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,10
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya	500	1,00
	49.880	100,00

iv) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 6.190 (Nota 44).

■ 36. Vendas e Prestações de Serviços por Actividade e Mercados Geográficos ■

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios de 2004 e 2003 distribuíram-se da seguinte forma:

	2004	2003
Vendas:		
Mercado Interno	6.315.320	5.531.114
Mercado Externo	2.811.927	1.750.044
	9.127.247	7.281.158
Prestações Serviços:		
Mercado Interno	117.139	121.758
Mercado Externo	14.133	10.632
	131.272	132.390

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

Os resultados por segmentos realizados no exercício de 2004 encontram-se apresentadas em anexo

■ 38. Imposto Sobre o Rendimento ■

As informações relativas ao imposto sobre o rendimento do exercício, encontram-se na Nota 51.

■ 39. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais ■

As remunerações atribuídas nos exercícios de 2004 e 2003 aos órgãos sociais das empresas do Grupo ascenderam a mEuros 3.698 e mEuros 3.763, respectivamente.

■ 41. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas ■

As empresas incluídas na consolidação procederam em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável nomeadamente:

- Decreto-Lei 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Setembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;

- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei 264/92, de 14 de Fevereiro, no âmbito do Decreto-Lei 132/95, de 6 de Junho;
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Em 1995, o Grupo GDP procedeu à realização de duas avaliações independentes do imobilizado da Empresa, tendo em vista a sua reavaliação nos termos do Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro e teve efeitos fiscais aplicáveis ao Decreto-Lei subjacente.

44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros consolidados, em 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Juros suportados - empresas do grupo e associadas	672	455
Juros suportados - outros juros	50.963	51.838
Perdas em empresas do grupo e associadas	8.279	7.822
Amortizações de diferenças de aquisição em partes de capital (Nota 27)	4.569	4.112
Remuneração de títulos de participação	-	517
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 27)	153	179
Diferenças de câmbio desfavoráveis	66.015	107.854
Descontos de pronto pagamento concedidos	986	743
Outros custos e perdas financeiros	16.325	13.907
Resultados financeiros	<u>147.962</u>	<u>187.427</u>
	<u>(29.781)</u>	<u>(20.912)</u>
	<u>118.181</u>	<u>166.515</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas	3.791	4.272
Juros obtidos - outros	2.962	2.441
Ganhos em empresas do grupo e associadas	33.738	30.632
Rendimentos de imóveis	121	63
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	156	188
Diferenças de câmbio favoráveis	74.035	117.492
Descontos de pronto pagamento obtidos	510	415
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.868	11.012
	<u>118.181</u>	<u>166.515</u>

O montante de mEuros 50.963 de juros suportados - outros juros encontra-se deduzido do montante de mEuros 1.883 referente aos juros capitalizados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 28) e inclui, adicionalmente, custos com a operação de securitização de contas a receber no montante de mEuros 6.190 (Nota 34) e juros de mora de 2004 relativos à provisão para processos judiciais relacionados com as taxas de ocupação de subsolos no montante mEuros 302 (Nota 46).

A rubrica de outros custos e perdas financeiros no montante de mEuros 16.325 inclui o montante de: (i) mEuros 4.810 e mEuros 1.473 referente a comissões de garantias bancárias da subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A., respectivamente e (ii) mEuros 4.971 relativos a despesas com serviços bancários.

O montante de mEuros 2.868 registado na rubrica de outros proveitos e ganhos financeiros inclui o montante de mEuros 1.358 referente a redébitos efectuados pela subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. à associada EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. derivado de custos com comissões de garantia suportados por conta desta e o montante de mEuros 395 relativo à actualização de uma conta a receber pela venda de um terreno (Nota 52).

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas, em 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Perdas:		
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	3.657	1.182
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. (a)	1.046	-
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. (b)	960	-
Petrogal Angola, Lda.(a) (b)	743	36
Central E, S.A. (b) (c)	576	591
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A. (b) (c)	348	503
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (b) (c)	309	1.100
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. (b)	221	439
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (a)	170	-
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. (a)	129	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (b) (c)	107	68
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.(a)	10	23
Gasfomento Energia, S.A. (b)	3	30
Galp Energia Espanha, S.A.	-	3.044
Brisa Access, S.A.	-	548
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	-	220
Dianagás - Sociedade Distribuição de Gás Natural de Évora, S.A.	-	26
Lusitanagás - Companhia de Gás do centro S.A.	-	6
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	-	5
Água Solar - Serviços de Energia Solar, S.A.	-	1
	8.279	7.822
Ganhos:		
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (b)	16.921	16.372
CLH - Compañía Logística de Hidrocarburos, S.A. (b)	5.148	4.197
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (b)	3.780	2.298
Gasoduto Al - Andaluz, S.A. (b)	3.008	2.815
Gasoduto Extremadura, S.A. (b)	2.461	2.455
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (b)	1.444	384
Galp Power, SGPS, S.A. (a)	363	-
Metragaz, S.A. (b)	234	176
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.(b)	146	-
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A. (a)	114	-
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. (a)	51	33
Brisa Access, S.A.(b)	46	-
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda. (b)	14	-
TIGS - Engenharia e Manutenção, S.A. (b)	5	-
Gasfomento Sur Andalucia, S.A. (b)	2	-
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. (a)	1	-
Petrogal Moçambique, Lda.	-	911
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	-	609
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A.	-	225
Tagus Re, S.A.	-	149
Galpmed - Mediação Seguros, Soc. Unipessoal Lda.	-	3
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada , S.A.	-	2
ASA - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	-	1
Outros	-	2
	33.738	30.632

(a) Os ganhos e perdas relativas a estas empresas, resultam do registo pela empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 das diferenças entre os resultados apropriados estimados e finais relativos ao exercício de 2003.

(b) Os ganhos e perdas relativos a estas empresas, correspondem à apropriação dos resultados do exercício pelo método da equivalência patrimonial e ainda os efeitos resultantes da apropriação pelo Grupo de outras variações ocorridas nos capitais próprios destas subsidiárias e associadas.

(c) Estas subsidiárias apresentam capitais próprios negativos tendo o montante de mEuros 1.340 sido reconhecido por contrapartida da rubrica provisões para outros riscos e encargos (Notas 3 e 46):

	2004
Central E, S.A.	576
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	309
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A.	348
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	107
	1.340

Do montante de mEuros 3.657, registado na rubrica perdas em empresas do grupo - Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A., mEuros 2.026 correspondem a gratificações atribuídas a empregados, em consequência da aplicação de resultados do exercício de 2003.

O total de perdas em empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 8.279 foi registado por contrapartida de: (i) mEuros 1.703 da rubrica de partes de capital em empresas do grupo (Nota 2); (ii) mEuros 404 da rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 3); (iii) mEuros 1.340 da rubrica de provisões para outros riscos e encargos - partes de capital (Nota 46) e (iv) mEuros 4.832 por contrapartida de outras rubricas.

O total de ganhos em empresas do grupo e associadas no montantes de mEuros 33.738, foi registado por contrapartida de: (i) mEuros 51 da rubrica de partes de capital em empresas do grupo (Nota 2); (ii) mEuros 28.058 da rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 3); mEuros 481 da rubrica de provisões para outros riscos e encargos - partes de capital (Nota 46) e (iv) mEuros 5.148 por contrapartida da rubrica de títulos e outras participações financeiras (Nota 27).

45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários consolidados, em 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Custos e perdas:		
Donativos	1.836	1.267
Dividas incobráveis	170	590
Perdas em existências	126	208
Perdas em imobilizações	7.750	13.216
Multas e penalidades	4.244	336
Aumentos de amortizações e provisões	149	730
Correções relativas a exercícios anteriores	1.299	3.870
Provisão para reestruturação	-	476
Benefícios de Reforma	9.028	9.830
Outros custos e perdas extraordinários	5.786	1.679
Resultados extraordinários	<u>30.388</u>	<u>32.202</u>
	<u>40.579</u>	<u>55.502</u>
	<u>70.967</u>	<u>87.704</u>
Proveitos e ganhos:		
Restituição de impostos	94	160
Recuperação de dividas	2	2
Ganhos em existências	19	81
Ganhos em imobilizações	3.893	31.300
Benefícios de penalidades contratuais	50	105
Reduções de amortizações e provisões	24.620	21.551
Correções relativas a exercícios anteriores	1.384	4.834
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 49)	32.563	24.082
Benefícios de Reforma	319	630
Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.023	4.959
	<u>70.967</u>	<u>87.704</u>

A rubrica de custos e perdas - benefícios de reforma, no montante de mEuros 9.028, inclui a amortização relativa ao acréscimo de responsabilidades com a actualização de pressupostos utilizados nos estudos actuariais reportados a 1 de Janeiro de 2001, do qual o montante de mEuros 8.085 relativo a planos com pensões (Nota 21) e mEuros 943 relativo aos cuidados de saúde e seguros de vida (Nota 46).

A rubrica de outros custos e perdas extraordinárias no exercício findo em 2004, inclui, essencialmente: (i) o montante de mEuros 3.143 relativo ao acidente ocorrido em Julho de 2004 no Terminal de Leixões e (ii) mEuros 246 relativos ao reconhecimento no exercício dos custos capitalizados relacionados com encargos anteriores à exploração.

A rubrica de proveitos e ganhos - benefícios de reforma, no montante de mEuros 319, inclui a amortização da alteração de pressupostos relativa a planos de pensões, no montante de mEuros 24 (Nota 21) e a amortização relativa à alteração de pressupostos de responsabilidades com cuidados de saúde e seguro de vida no montante de mEuros 295 (Nota 46).

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários no montante de mEuros 8.023 é constituído essencialmente por: (i) mEuros 6.541 referente a excesso de estimativa de impostos e (ii) mEuros 623 referente ao acordão respeitante à dívida a pagar à Adamastor Capital, S.G.P.S., S.A. (Nota 3). O referido excesso, inclui o montante de mEuros 2.192 relativo à alteração das taxas de amortização dos bens afectos à concessão. De igual forma, os impostos diferidos activos, foram no exercício de 2004, reduzidos naquele montante (Nota 51).

O montante de mEuros 24.620 registado na rubrica de redução de amortizações e provisões em 31 de Dezembro de 2004, inclui mEuros 24.360 relativo a redução de provisões (Nota 46).

46. Movimento nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento nas provisões constituídas pelo Grupo foi o seguinte

	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Transferências e regularizações	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas:					
Clientes de cobrança duvidosa	54.636	11.748	(7.019)	-	59.365
Outros devedores (Nota 52)	5.106	139	(1.731)	-	3.514
	<u>59.742</u>	<u>11.887</u>	<u>(8.750)</u>		<u>62.879</u>
Provisões para riscos e encargos - benefícios de reforma					
Provisões para pensões (Nota 21):					
Com reformas antecipadas	25.991	4.586	(5.443)	-	25.134
Com pré-reformas	31.009	1.890	(9.238)	2.006	25.667
Cobertas pelo Fundo de Pensões	5.379	2.127	(2.168)	(13)	5.325
Pensões - Benefícios de Reforma	7.154	377	(848)	25	6.708
Regime especial de flexibilização da idade de reforma	7.806	1.037	(8)	-	8.835
Com prémios de reforma	5.662	625	(404)	-	5.883
Com seguro social voluntário	961	46	(595)	-	412
	<u>83.962</u>	<u>10.688</u>	<u>(18.704)</u>	<u>2.018</u>	<u>77.964</u>
Outros benefícios de reforma:					
Cuidados de saúde	99.942	13.791	(8.436)	-	105.297
Seguro de vida	1.046	210	(101)	-	1.155
	<u>100.988</u>	<u>14.001</u>	<u>(8.537)</u>		<u>106.452</u>
Outras provisões para riscos e encargos:					
Processos judiciais em curso	19.427	2.028	(30)	131	21.556
Provisões para impostos	6.753	743	(4.542)	-	2.954
Partes de capital (Nota 3 e 44)	3.955	1.340	(1.103)	-	4.192
Reestruturação	22.899	-	(8.231)	(2.006)	12.662
Riscos e encargos diversos	36.212	58.428	(13.783)	(111)	80.746
	<u>89.246</u>	<u>62.539</u>	<u>(27.689)</u>	<u>(1.986)</u>	<u>122.110</u>
Provisões para depreciação de existências (Nota 50):					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.699	4.565	(519)	(12)	6.733
Produtos acabados, intermédios e mercadorias	1.446	893	(1.028)	-	1.311
Mercadorias	1.007	125	(718)	2	416
	<u>5.152</u>	<u>5.583</u>	<u>(2.265)</u>	<u>(10)</u>	<u>8.460</u>
Provisões para investimentos financeiros:					
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 2)	1.916	-	(86)	-	1.830
Outras aplicações financeiras (Nota 27)	20.069	-	-	-	20.069
	<u>21.985</u>		<u>(86)</u>		<u>21.899</u>
	<u>361.075</u>	<u>104.698</u>	<u>(66.031)</u>	<u>22</u>	<u>399.764</u>

Constituição/aumento de provisões:

A coluna de aumentos no montante de mEuros 104.698 inclui o montante de mEuros 3.064 de saldos iniciais das empresas que no decurso de 2004 foram incorporadas de perímetro de consolidação (Nota 1):

- (i) mEuros 2.442 relativo ao Grupo Galp Energia Espanhã;
- (ii) mEuros 232 relativo à Petrogal Moçambique, Lda;
- (iii) mEuros 390 relativo à Moçacor - Distribuição Combustíveis , SA.

Desta forma, as constituições/aumentos verificadas no montante de mEuros 101.634 foram registados como segue:

- i) mEuros 74.497, relacionado com provisões para clientes de cobrança duvidosa, outros riscos e encargos e depreciação de existências, foi registado na rubrica de provisões da demonstração dos resultados consolidados;
- ii) mEuros 15.661, foi registado na rubrica de custos com pessoal da demonstração dos resultados consolidados;
- iii) mEuros 9.834, foi registado na rubrica de custos e perdas extraordinários, dos quais mEuros 9.028 na rubrica de custos e perdas extraordinários - benefícios de reforma (Nota 45);
- iv) mEuros 1.642, por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras, do qual mEuros 302 (Nota 44) foi registado na rubrica de juros suportados - outros, e estão relacionados com os juros de mora de 2004, relativos à provisão para processos judiciais com taxas de ocupação de subsolo e mEuros 1.340 (Nota 44) para fazer face aos capitais próprios negativos de filiais e associadas.

O total de aumentos de provisões para outros riscos e encargos - riscos e encargos diversos no montante de mEuros 58.428 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 31.853 pela constituição de provisão para o Bloco 33 em Angola, por existirem informações quanto à inviabilidade de operação futura deste bloco (Nota 27);
- ii) mEuros 5.835 pela constituição de uma provisão para juros reconhecidos em proveitos até ao ano de 2003 no âmbito do contrato celebrado de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações, para fazer face à possibilidade de extinção do contrato actual (Nota 52);
- iii) mEuros 4.603 para perdas por imparidade de activos em postos de abastecimento em Espanha;
- iv) mEuros 3.737 corresponde aos custos originados pela descarga de efluentes da Refinaria de Sines;
- v) mEuros 3.677 pela constituição de uma provisão para correções à matéria colectável em sede de IRC (Nota 51);
- vi) mEuros 2.998 corresponde à menos-valia prevista para alienação do parque de Sacavém;
- vii) mEuros 1.532 pela constituição de provisão para abate de bens em postos de abastecimento;
- viii) mEuros 1.465 pela constituição de provisão para abate de construção em postos;
- ix) mEuros 601 pela constituição de provisão para desactivação de postos de cidade de acordo com o Decreto-Lei n.º 246/92;
- x) mEuros 188 correspondente à menos-valia prevista na alienação de postos de combustíveis a ocorrer em 2005;

xi) mEuros 173 corresponde a uma provisão para responsabilidade em "futuros" (derivados financeiros);

xii) mEuros 150 pela constituição de provisão para descontaminação de terrenos de estações de serviço;

Transferências:

O montante de mEuros 2.006 corresponde à transferência da provisão para reestruturação para a provisão para pré-reformas, correspondente às responsabilidades com o pagamento de pré-reformas para os empregados no activo abrangidos no processo de reorganização do Grupo Galp Energia e no redimensionamento do pessoal (Nota 21).

Redução de provisões:

A redução de provisões no montante de mEuros 66.031, compõe-se como segue:

Rubrica	Utilização pelo método directo	Redução
Provisões para cobranças duvidosas	(2.425)	(6.325)
Provisões para benefícios de reforma	(26.922)	(319)
Provisões para reestruturação	(7.930)	(301)
Outras provisões para riscos e encargos	(3.220)	(16.238)
Provisões para depreciação de existências	(374)	(1.891)
Provisões para investimentos financeiros	-	(86)
	<u>(40.871)</u>	<u>(25.160)</u>

O montante de mEuros 25.160, referente à redução de provisões, teve como contrapartida: (i) a rubrica de proveitos extraordinários - redução de provisões no montante de mEuros 24.360 (Nota 45); (ii) a rubrica de proveitos extraordinários - benefícios de reforma no montante de mEuros 319 (Nota 45) e (iii) a rubrica de proveitos financeiros - ganhos em empresas do grupo, no montante de mEuros 481 (Nota 44).

O montante de utilizações directas efectuadas da provisão para cobranças duvidosas, inclui mEuros 2.115 referente à anulação de dívidas com acção judicial.

As utilizações de provisões para benefícios de reforma no montante de mEuros 26.922, respeitam, essencialmente, aos benefícios pagos e dotações efectuadas para o Fundo de Pensões, nos montantes de mEuros 16.505 e mEuros 2.168, respectivamente (Nota 21), às quais acrescem os montantes de mEuros 7.785, mEuros 453 e mEuros 5 relativos ao Grupo Petrogal e Grupo GDP e outras empresas, respectivamente, de benefícios pagos por responsabilidades não afectas ao Fundo de Pensões, nomeadamente os cuidados de saúde e seguro de vida.

A redução de provisões para benefícios de reforma, no montante de mEuros 319 (Nota 46), refere-se à amortização do valor de alteração de pressupostos (Nota 23 j)).

O montante de mEuros 7.930 de utilizações directas da provisão para reestruturação, inclui os montantes de mEuros 1.565 e mEuros 6.365 de pagamentos de indemnizações por rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, efectuadas no Grupo GDP e Grupo Petrogal, respectivamente.

Do montante de utilizações directas da provisão para outros riscos e encargos, mEuros 816 diz respeito ao abate dos bens do Parque do Rosarinho e mEuros 410 diz respeito ao processo Cristal.

A redução no montante de mEuros 16.238 em outras provisões para riscos e encargos, inclui: (i) mEuros 423 relativos à provisão para o Gasómetro da Matinha, correspondente ao valor líquido deste activo registado na rubrica de Imobilizações corpóreas - equipamento básico e foi constituída com o intuito de ajustar o valor líquido contabilístico do bem ao seu estimado valor de mercado; (ii) mEuros 4.183 referentes



à provisão para impostos, e (iii) mEuros 6 relativos à redução da provisão para partes de capital em empresas associadas (Nota 3).

Provisões para outros riscos e encargos:

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo da rubrica provisões para riscos e encargos diversos no montante de mEuros 80.746 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 31.853 para fazer face ao abate de bens patrimoniais relacionados com o Bloco 33 (Nota 27);
- ii) mEuros 15.106 para fazer face a perdas potenciais na alienação de postos de abastecimento, do qual mEuros 13.685 relativos à Galp Energia España, S.A. e subsidiárias;
- iii) mEuros 7.456 para fazer face a perdas estimadas na realização de activos através do seu uso continuado;
- iv) mEuros 6.017 para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela Petrogal onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal;
- v) mEuros 5.835 referente à provisão constituída para juros reconhecidos em proveitos até ao ano de 2003 no âmbito do contrato celebrado de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações, para fazer face à possibilidade de extinção do contrato actual (Nota 52);
- vi) mEuros 3.737 para fazer face a custos com descargas de efluentes da Refinaria de Sines;
- vii) mEuros 3.677 para fazer face a correcções à matéria colectável em sede de IRC (Nota 51);
- viii) mEuros 3.314 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período;
- ix) mEuros 1.160 para custos com a remodelação/abandono de postos de abastecimento decorrente da aplicação dos Decretos-Lei nº 246/92 e 302/95;

Provisões para processos judiciais em curso:

O montante de mEuros 21.556, relativo a provisões para processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 9.265, relativo a processos por taxas de ocupação do subsolo (Nota 59).

Provisões para reestruturação:

O montante mEuros 12.662 registado na rubrica de provisão para reestruturação, enquadrar-se no esforço que tem sido levado a cabo pelo Grupo no sentido de melhorar a sua performance e apresentação de custos operacionais e manter a sua competitividade face à adversidade do contexto de mercado. Este processo, iniciado já em anos anteriores, passa não só por uma redução dos custos operacionais a curto prazo, como uma optimização das estruturas organizativas, melhorias dos sistemas, processos e práticas e a racionalização dos activos operacionais. Em 31 de Dezembro de 2004, este plano de reestruturação encontra-se aprovado e devidamente definido pelo Conselho de Administração das respectivas Empresas do Grupo.

Provisões para outras aplicações financeiras:

O montante mEuros 20.069 registado na rubrica de Provisão para outras aplicações financeiras inclui o montante mEuros 19.865 da provisão relativa à participação que o Grupo detém na ONI, S.G.P.S., S.A. (Nota 27).

Provisões para benefícios de reforma:

Conforme mencionado na Nota 21, a Petrogal apresenta nas rubricas de provisões para pensões o valor actual das suas responsabilidades por serviços passados com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente e do prémio de reforma não cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal. Adicionalmente, as empresas do Grupo GDP, apresentam nas rubricas de provisões para pensões, as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo, os quais não se encontram cobertos pelo Fundo de Pensões GDP.

A determinação do montante destas responsabilidades actuariais, foi efectuada com base em estudos actuariais preparados por entidade especializada, nos quais foram utilizados os pressupostos e método indicado na Nota 21.

Conforme referido na Nota 23.j), o Grupo tem registado em 31 de Dezembro de 2004, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde e seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

Petrogal		
	2004	2003
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos custos de saúde	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:		
Activos	40.418	24.513
Pré-reformados	14.978	10.918
Reformados	119.074	91.405
Total	<u>173.970</u>	<u>126.836</u>
Coberturas:		
Por provisões	97.886	92.653
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.j))	903	1.807
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.j))	75.181	32.376
Total	<u>173.970</u>	<u>126.836</u>
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:		
Activos	1.112	557
Pré-reformados	396	329
Reformados	404	374
Total	<u>1.912</u>	<u>1.260</u>
Coberturas:		
Por provisões	990	941
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.j))	(15)	(29)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.j))	937	348
Total	<u>1.912</u>	<u>1.260</u>

	GDP	
	2004	2003
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos custos de saúde	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método		
Unidade de Crédito Projectada		Unidade de Crédito Projectada

Responsabilidades e respectivas coberturas:

i) Cuidados de saúde

Responsabilidades totais:

Total	<u>11.587</u>	<u>8.538</u>
Coberturas:		
Por provisões	7.259	7.186
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))	(278)	(556)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 j))	4.606	1.908

Total 11.587 8.538

ii) Seguro de vida

Responsabilidades totais:

Total	<u>217</u>	<u>134</u>
Coberturas:		
Por provisões	127	83
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))	46	66
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 j))	44	(15)

Total 217 134

	Outros	
	2004	2003
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa técnica de juro	4,75%	5,25%
Taxa de crescimento dos custos de saúde	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método		
Unidade de Crédito Projectada		Unidade de Crédito Projectada

Responsabilidades e respectivas coberturas:

i) Benefícios de reforma

Responsabilidades totais:

Total	<u>254</u>	<u>192</u>
Coberturas:		
Por provisões	213	172
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))	(3)	(6)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 j))	44	26

Total 254 192

ii) Cuidados de saúde

Responsabilidades totais:

Total	<u>368</u>	<u>233</u>
Coberturas:		
Por provisões	152	104
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))	33	49
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 j))	183	80

Total 368 233

iii) Seguro de vida

Responsabilidades totais:

Total	<u>68</u>	<u>28</u>
Coberturas:		
Por provisões	38	21
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 j))	6	8
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 j))	24	(1)

Total 68 28



A evolução nas responsabilidades da Petrogal, das empresas do Grupo GDP e outras empresas do Grupo, com os cuidados de saúde e seguro de vida no exercício de 2004 foi como segue:

	Petrogal		
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	126.836	1.260	128.096
Custo dos serviços correntes	1.272	35	1.307
Custo dos juros	6.477	64	6.541
Benefícios pagos no exercício	(7.701)	(84)	(7.785)
(Ganhos) / perdas actuariais do exercício	<u>47.086</u>	<u>637</u>	<u>47.723</u>
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	<u>173.970</u>	<u>1.912</u>	<u>175.882</u>
CUSTOS DO ANO 2004			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	7.749	99	7.848
Mecanismo do "corredor"	4.281	48	4.329
Amortização da alteração de pressupostos	<u>904</u>	<u>(14)</u>	<u>890</u>
	<u>12.934</u>	<u>133</u>	<u>13.067</u>

As perdas actuariais do exercício relativas aos cuidados de saúde no montante de mEuros 47.086 resultam da: (i) actualização da taxa técnica de juro de 5,25% para 4,75% cujo efeito ascendeu a mEuros 10.465 e (ii) variação de população e de outros pressupostos actuariais cujo efeito ascendeu a mEuros 36.621, nomeadamente derivado do custo real dos prémios em comparação com o estimado.

	GDP		
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	8.538	134	8.672
Custo dos serviços correntes	178	18	196
Custo dos juros	436	8	444
Benefícios pagos no exercício	(451)	(2)	(453)
(Ganhos) / perdas actuariais do exercício	<u>2.886</u>	<u>59</u>	<u>2.945</u>
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	<u>11.587</u>	<u>217</u>	<u>11.804</u>
CUSTOS DO ANO 2004			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	614	26	640
Mecanismo do "corredor"	190	-	190
Amortização da alteração de pressupostos	<u>(278)</u>	<u>20</u>	<u>(258)</u>
	<u>526</u>	<u>46</u>	<u>572</u>

	Outros			
	Benefícios de reforma	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	192	233	28	453
Custo dos serviços correntes	22	24	11	57
Custo dos juros	11	12	2	25
Benefícios pagos no exercício	-	(5)	-	(5)
(Ganhos) / perdas actuariais do exercício	<u>19</u>	<u>104</u>	<u>27</u>	<u>150</u>
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2004	<u>254</u>	<u>368</u>	<u>68</u>	<u>690</u>
CUSTOS DO ANO 2004				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	33	36	13	82
Amortização da alteração de pressupostos	5	16	3	24
Mecanismo do "corredor"	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>41</u>	<u>55</u>	<u>16</u>	<u>112</u>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 8.570, foi registado pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal.

O acréscimo de responsabilidades no montante de mEuros 4.549 e a redução de responsabilidades no montante de mEuros 1.743, resultante da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos em 2001, foi reconhecido nas demonstrações financeiras como mencionado no ponto 23.j). No exercício de 2004, foram reconhecidos nas rubricas de custos e proveitos extraordinários, os montantes de mEuros 943 e mEuros 295, respectivamente (Nota 45) pela amortização parcial destes montantes.

Como mencionado no ponto 23 j), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor", as quais são amortizadas a partir do exercício subsequente em que são apuradas conforme abaixo descrito.

Derivado do excesso de "corredor" apurado em 31 de Dezembro de 2004, foi registado como custo na rubrica de custos com pessoal o montante de mEuros 4.525 pela sua amortização neste exercício.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo da mesma.

Benefícios	(Ganhos) e perdas não reconhecidos	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o intervalo de corredor	Valor a reconhecer em 2005
Grupo Petrogal				
Cuidados de saúde	75.181	17.397	57.784	12.898
Seguro de vida	937	191	746	167
Grupo GDP				
Cuidados de saúde	4.606	1.159	3.447	699
Seguro de vida	44	22	33	6
Outros				
Cuidados de saúde	183	37	146	8
Seguro de vida	24	7	17	1
Benefícios de reforma	44	25	19	1

Os excessos de "corredor" apurados, no montante total de mEuros 62.192 relativo às responsabilidades com os cuidados de saúde, seguro de vida e os benefícios de reforma, serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 4,48; Drifthal 1; Gásfomento 25,12; Lisboagás 5,32; Beiragás 26,47; Galp Energia 26,46 para o seguro de vida, 18,5 para o seguro de saúde e 17,69 para os benefícios de reforma dos ex-empregados da GDP, S.G.P.S., S.A.; Galp Power 33,13; Galp Serviços 28,48 e 13,95 para os benefícios de reforma dos ex-empregados Galp E-Nova; GDP Distribuição 16,08; Lusitâniagás 28,17; Petrogal Exploração 26,51; Transgás 22,74 e Transgás Atlântico 29,83). Deste modo será registado como custo, líquido de proveitos, o montante de mEuros 13.780, resultante da amortização do excesso de "corredor".

47. Locação Financeira

Conforme indicado na Nota 23.c) o Grupo regista pelo método financeiro os contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas no montante de mEuros 1.947, dos quais mEuros 701 têm vencimento a médio e longo prazo.

49. Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos montantes dos subsídios ao investimento recebidos e por receber era o seguinte:

Programa	Grupo GDP	Grupo PETROGAL	Outros	2004	2003
Regen					
Valor recebido	79.361	-	-	79.361	79.361
Programa Energia					
Valor recebido	173.835	-	-	173.835	170.611
Por receber	2.074	-	-	2.074	1.098
	175.909	-	-	175.909	171.709
Interreg II					
Valor recebido	129.091	-	-	129.091	129.091
Por receber	13.999	-	-	13.999	13.999
	143.090	-	-	143.090	143.090
Trans-Energy					
Valor recebido	90.439	-	-	90.439	64.721
Por receber	3.969	-	-	3.969	-
	94.408	-	-	94.408	64.721
Protede					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	19.708	-	-	19.708	19.708
Programa Operacional Economia					
Valor recebido	191.767	-	300	192.067	142.541
Por receber	9.318	-	-	9.318	18.859
	201.085	-	300	201.385	161.400
Dessulfuração de Sines					
Por receber	-	39.513	-	39.513	39.513
	-	39.513	-	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto					
Por receber	-	35.307	-	35.307	35.307
	-	35.307	-	35.307	35.307
Outros					
Valor recebido	-	6.363	289	6.652	6.634
	-	6.363	289	6.652	6.634
Total	713.561	81.183	589	795.333	721.443

Estes subsídios encontram-se a ser reconhecidos em resultados, de acordo com o período de vida útil das imobilizações respectivas, tendo no exercício de 2004 sido reconhecido o montante mEuros 32.563 (Nota 45) do qual o montante de mEuros 8.431 (Nota 53) relativo aos projectos de dessulfuração da refinaria de Sines e do Porto.

Do montante de mEuros 104.180 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outros devedores, o montante de mEuros 74.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português pela dessulfuração das refinarias de Sines e do Porto e mEuros 29.360 refere-se a subsídios a receber relativos ao programa energia, Interreg II e Programa Operacional de Economia (Nota 52).

50. Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo, Produtos Acabados e Intermédios e Mercadorias

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2004	2003
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	91.835	151.264
Outras matérias-primas	25.231	25.356
Matérias-primas em trânsito	86.420	43.495
	203.486	220.115
menos: provisão para depreciação de existências (Nota 46)	<u>(6.733)</u>	<u>(2.699)</u>
	<u>196.753</u>	<u>217.416</u>
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	237.190	336.638
Produtos intermédios	109.534	96.159
Produtos acabados em trânsito	721	563
	347.445	433.360
menos: provisão para depreciação de existências (Nota 46)	<u>(1.311)</u>	<u>(1.446)</u>
	<u>346.134</u>	<u>431.914</u>
Produtos e trabalhos em curso	45	140
Mercadorias		
Provisão para depreciação de existências (Nota 46)	134.196	70.430
	<u>(416)</u>	<u>(1.007)</u>
	<u>133.780</u>	<u>69.423</u>
Adiantamentos por conta de compras	3	477
	<u>676.715</u>	<u>719.370</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 134.196, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto, e a existências da subsidiária Galp Energia España, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2004, os valores relativos a existências à consignação (incluindo ISP) ascendiam mEuros 29.022.

Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 276.512 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas.

Em Novembro de 2004 a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE ("EGREP") ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de Dezembro.

Ao abrigo deste contrato, a Petrogal vendeu, em 30 de Novembro de 2004 à EREP 460.000 toneladas de crude, pelo montante de mEuros 94.111.

O crude adquirido pela EREP encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EREP o possa auditar, sempre que entender, relativamente às quantidades e qualidade do crude.

De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permitir o crude vendido por produto acabado quando a EREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

51. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos Devedores		Saldos Credores	
	2004	2003	2004	2003
Imposto sobre o valor acrescentado	12.099	30.124	134.085	113.224
ISP - Imposto sobre os produtos petrolíferos	-	-	170.525	148.586
IRS/IRC - Retenções na fonte a terceiros	-	-	4.147	4.527
Contribuições para a Segurança social	-	-	3.918	3.726
IRC	456	1.733	48.514	88.199
Outros	144	136	66	471
	<u>12.699</u>	<u>31.993</u>	<u>361.255</u>	<u>358.733</u>

O montante de ISP - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos a pagar refere-se, essencialmente, ao valor deste imposto relativo aos produtos despachados durante o mês de Dezembro.

O imposto sobre o rendimento no exercício de 2004 incluído na demonstração dos resultados consolidados, tem a seguinte composição:

	Estimativa de impostos	Impostos diferidos	Total
Grupo Petrogal	86.648	(7.843)	78.805
Grupo GDP	35.603	774	36.377
Outras empresas do grupo	(3.169)	(97)	(3.266)
Total	<u>119.082</u>	<u>(7.166)</u>	<u>111.916</u>

A Galp Energia, e algumas das suas subsidiárias, a partir de 31 de Dezembro de 2001, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado tributável apurado na Galp. Contudo, a estimativa de impostos sobre o rendimento da Galp e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados tributáveis.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Verificou-se durante o exercício de 2001, a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais às declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 1997 a 1999, cujas propostas de correcção às declarações fiscais apresentadas pela Petrogal se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. Adicionalmente, no decurso do exercício de 2004, as declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 2000 a 2002 foram objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcção encontram-se resumidas no ponto iii) abaixo. As declarações fiscais das empresas do Grupo relativistas aos exercícios de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Galp considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

- ii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações graciosas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos e que a razão assiste à Petrogal. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, não incluem qualquer provisão para fazer face a estas contingências.
- iii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, e que até à presente data originaram liquidações adicionais de IRC no montante de mEuros 3.494, que se encontram totalmente pagas. Todavia, até à presente data, a Petrogal continua a aguardar a emissão de outras liquidações referentes às correcções supracitadas. Nessa medida, e atendendo ao princípio da prudência, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 3.677 (Nota 46). Por discordar parcialmente das liquidações às quais estava sujeita, a Petrogal irá apresentar reclamações graciosas relativamente às mesmas.
- iv) Como consequência da não aceitação como custo, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), de uma parte (40%) das amortizações resultantes de reavaliações efectuadas pela Petrogal, a matéria colectável de 2004 e de exercícios futuros será aumentada em mEuros 5.441 e mEuros 19.272, respectivamente. Contudo, o efeito fiscal resultante foi já objecto de registo contabilístico através do registo de impostos diferidos conforme mencionado no ponto vii) abaixo.
- v) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Petrogal efectuou uma dotação para o Fundo de Pensões no montante de mEuros 18.427. De acordo com a legislação fiscal em vigor, quando o valor da dotação efectuada para o fundo de pensões, reflectido numa conta de resultados do exercício ou por via de uma variação patrimonial negativa, acrescida às demais realizações de utilidade social, cumprir, nesse exercício, com os limites/condições do Código do IRC, não se deverá efectuar qualquer correcção ao lucro tributável.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Petrogal incluiu, para efeitos dos limites/condições do Código do IRC, o montante de mEuros 12.778 referente à parte correspondente da dotação acima referida que foi reconhecida em custos do exercício de 2004, da qual resultou um acréscimo na matéria colectável no montante de mEuros 15.977.

Historicamente a Petrogal, para efeitos dos limites/condições do Código do IRC, tem vindo consecutivamente a apresentar um excesso corrigido ao lucro tributável pelo que os montantes da dotação de exercícios anteriores quando reconhecidos em custos serão em parte, de acordo com as perspectivas da Petrogal, corrigidos ao lucro tributável. Tal ocorrência determina uma diferença temporária passível da constituição de um imposto diferido passivo. De acordo com os princípios de prudência recomendados, a Petrogal procedeu ao registo de impostos diferidos conforme mencionado no ponto vii) abaixo.

- vi) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas participadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias.

vii) O imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28. Em 31 de Dezembro de 2004, existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos activos e passivos registados pelo Grupo como segue:

	Grupo GDP	Grupo PETROGAL	Outros	Total
Impostos diferidos activos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por provisões/estimativas de custos constituidas em exercícios anteriores mas não aceites como custo fiscal naqueles exercícios	7.666	79.927	(45)	87.548
Por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	797	6.462	(1)	7.258
Por alteração de taxas de amortização dos direitos de transporte do gás natural	3.528	-	-	3.529
Outros	-	234	(2)	232
Sub - total (a)	11.992	86.623	(48)	98.567
Relativos ao exercício:				
Por provisões/estimativas de custos constituidas no exercício, líquidas das utilizações e reduções de provisões no exercício de 2004	1.150	4.605	27	5.782
Por alteração de taxas de amortização - utilização no ano	(2.257)	-	-	(2.257)
Por prejuízos fiscais reportáveis, líquidos de utilização no ano	83	(1.956)	-	(1.873)
Outros	-	3.070	71	3.141
	(1.024)	5.719	98	4.793
Total de impostos diferidos activos (Nota 53)	10.968	92.342	50	103.360
Impostos diferidos passivos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por reavaliação de imobilizações corpóreas	2.141	6.898	-	9.039
Por mais- valias obtidas em exercícios anteriores e não tributadas	1.143	-	-	1.143
Pelo deferimento de acordo com o mecanismo do "corredor" da dotação de 2002 não reconhecida em resultados	-	5.500	-	5.500
Outros	-	1.575	-	1.575
Sub - total	3.284	13.973	-	17.257
Relativos ao exercício:				
Pelo acréscimo de responsabilidades relativas ao fundo de pensões	-	(439)	-	(439)
Pela amortização no exercício de imobilizações corpóreas reavaliadas	-	(1.507)	-	(1.507)
Pela alienação, abate e amortização no exercício do imobilizado corpóreo reavaliado	(220)	-	-	(220)
Por mais-valias obtidas por alienação de imobilizações corpóreas	(30)	-	-	(30)
Outros	-	(178)	1	(177)
	(250)	(2.124)	1	(2.373)
Total de impostos diferidos passivos (Nota 53)	3.034	11.849	1	14.884

(a) As diferenças entre o saldo final de 2003 (Nota 53) e o saldo inicial do movimento dos impostos diferidos activos, relativos ao Grupo Petrogal, é referente a correções efectuadas por subsidiárias da Empresa aos impostos diferidos do exercício de 2003.

A utilização do imposto diferido activo, no montante de mEuros 2.257, respeita essencialmente à alteração das taxas de amortização dos bens afectos à concessão no montante de mEuros 2.192 (Nota 45).

52. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2004		2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Outros devedores:				
Estado Português (Nota 49)	74.820	-	74.820	-
Subsídios a receber (Nota 49)	29.360	-	33.956	-
Grupo EDP - Energias de Portugal, S.A.	20.542	-	21.109	-
Empresas do grupo e associadas	8.831	-	7.323	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	7.162	28.647	7.326	35.809
Meios de pagamento	8.527	-	7.468	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do bloco 14	4.227	-	4.546	-
Pessoal	4.075	66	4.231	105
Saldos devedores de fornecedores	4.316	-	608	-
Promoção cruzada dos pontos Galp com Sonae	2.357	-	-	-
Fundo pensões recuperação desembolso	1.191	-	-	-
Judi Serviços	999	-	998	-
Fundo Regional de Abastecimento dos Açores	912	-	967	-
A.C.Cymbron, Lda. - Entrega para aquisição de acções	858	-	-	-
Organismos públicos	435	-	396	-
Depósitos de garantia e cauções	341	458	1.233	-
Emprestimos a clientes	-	2.344	-	-
Casa Pia Atlético Clube	-	-	1.111	-
EDS Portugal	-	-	129	-
Agência tributária de Espanha	-	-	23	-
Valores a receber pela venda de terrenos	-	-	16.800	-
Outros	<u>17.929</u>	<u>788</u>	<u>19.614</u>	<u>3.277</u>
	<u>186.882</u>	<u>32.303</u>	<u>202.658</u>	<u>39.191</u>
Provisão para devedores duvidosos (Nota 46)	(3.514)	-	(5.106)	-
	<u>183.368</u>	<u>32.303</u>	<u>197.552</u>	<u>39.191</u>
Outros Credores:				
Adiantamentos por conta de reservas estratégicas	15.000	-	-	-
Depositos de cauções e garantias recebidas	13.116	1.989	12.561	1.389
Saldos credores de clientes	6.822	-	4.059	-
Pessoal	4.170	-	920	-
Indemnização devida à EDP	3.500	-	3.500	-
Aquisições de acções da Sacor Marítima, S.A.	408	-	422	-
Retenções de garantias	211	-	518	-
Credores por subscrições não liberadas	196	-	332	-
Adamastor Capital	-	-	3.117	-
Empresas do grupo e associadas	-	-	359	-
Escritório de Representação em Luanda	-	-	254	-
Outros	<u>17.219</u>	<u>2.165</u>	<u>24.914</u>	<u>2.182</u>
	<u>60.642</u>	<u>4.154</u>	<u>50.956</u>	<u>3.571</u>

No âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal" datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal em 31 de Dezembro de 2004 tem ainda direito a receber mEuros 74.820 do Ministério da Economia. Em 19 de Novembro de 2003 foi recebida uma carta do Estado Português, informando que do montante atrás referido, mEuros 25.000 seriam recebidos em 2004, o que apenas se ocorreu no início de 2005 e o remanescente, ainda a ser objecto de renegociação quanto a prazos, pela compensação de dividendos futuros. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber, foi registada na rubrica de proveitos diferidos - subsídios para investimentos em imobilizado (Nota 53).

O montante de mEuros 29.360 registado na rubrica de subsídios a receber refere-se a recebimentos de subsídios referentes a programas de incentivo à expansão da rede de gás natural.

O valor a receber da EDP no montante de mEuros 20.542, inclui mEuros 17.984 correspondente ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., no exercício de 2003, no montante de mEuros 14.964 acrescido do montante de mEuros

3.020 relativos a juros. Esta conta a receber inclui ainda o montante de mEuros 2.558 respeitante ao saldo líquido dos créditos relativos a cobranças de electricidade efectuadas pelo Grupo GDP por conta da EDP e cobranças de gás efectuadas pela EDP por conta do Grupo GDP.

O montante de mEuros 8.831 registado no activo relativo a empresas do grupo e associadas refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. e Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. nos montantes de mEuros 4.336 e mEuros 3.650, respectivamente.

O montante registado no activo referente aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações, celebrado em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 7.162 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram reconhecidos proveitos no montante de mEuros 604 (do qual o montante de mEuros 182 é relativo a juros). No decorrer deste exercício a subsidiária Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. não reconheceu proveitos e foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 5.835 (Nota 46) relativo a juros reconhecidos em proveitos em anos anteriores. O saldo dos proveitos diferidos, em 31 de Dezembro de 2004, por reconhecer em exercícios futuros é de mEuros 72.340 (Nota 53).

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 8.527 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Dezembro de 2004 se encontravam pendentes de recebimento.

O empréstimo à Sonangol no montante de mEuros 4.227 é baseado no acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a "Joint Venture" do Bloco 14. Este empréstimo encontra-se a ser amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol.

A rubrica de outros devedores - promoção cruzada de pontos Galp/Sonae no montante de mEuros 2.357 diz respeito a valores a receber da Sonae por conta dos abastecimentos efectuados por clientes através da utilização de créditos concedidos por aquela entidade.

A rubrica de outros devedores - fundo de pensões - recuperação de desembolso no montante de mEuros 1.191 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Dezembro e ainda não reembolsados.

A conta a receber do Fundo Regional de Abastecimento dos Açores, corresponde à compensação a receber pela Galp Açores no âmbito dos acordos estabelecidos com aquela entidade tendo em vista a venda de combustíveis por um determinado preço definido pelo Governo Autónomo daquela região.

O montante de mEuros 858 a receber da A.C.Cymbron, Lda. diz respeito ao adiantamento efectuado pela subsidiária Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. no exercício de 2004, àquela entidade por conta da aquisição de 22.697 acções da SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., correspondente a 11,82% do seu capital.

A rubrica de outros devedores de 2003 relativa ao valor a receber pela venda dos terrenos, no montante de mEuros 16.800 respeita à última prestação em dívida pela alienação dos terrenos supra mencionados, a qual foi recebida no dia 9 de Abril de 2004. Em 31 de Dezembro de 2002 a Cabo Ruivo - Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A. procedeu à actualização desta conta a receber de médio e longo prazo tendo naquele exercício registado o montante de mEuros 1.525 na rubrica de custos e perdas financeiras por contrapartida da rubrica de proveitos diferidos. No exercício de 2004, foi reconhecido na rubrica de proveitos e ganhos financeiros o montante de mEuros 395 (Nota 44) associado àquela actualização.

O montante de mEuros 15.000 é referente a um adiantamento efectuado pela Repsol por conta das reservas estratégicas a serem debitadas em 2005.

O montante de mEuros 13.116, registado no passivo na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 11.542 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Dezembro de 2004, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás.

A rubrica de outros credores - depósitos de cauções e garantias recebidas, tem registada a médio e longo prazo o montante de mEuros 1.989, que inclui o montante de mEuros 1.426 respeitante a cauções recebidas pela subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa,S.A. de clientes pela venda de gás engarrafado. O Conselho de Administração entende que este montante não será reembolsado durante o exercício de 2005, pelo que se encontra classificado a médio e longo prazo.

O montante de mEuros 3.500, registado na rubrica de outros credores, diz respeito à indemnização acordada em 1988/89 entre a EDP e a PGP - Petroquímica e Gás de Portugal (antecessora da GDP), caso se viesse a concretizar em momento ulterior a alienação dos terrenos de Cabo Ruivo, entretanto cedidos pela EDP à PGP. Estes terrenos, alienados em exercícios anteriores, integravam o património da Cabo Ruivo - Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A., tendo a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. assumido esta responsabilidade devido à fusão por incorporação com a empresa Cabo Ruivo ocorrida no exercício de 2003 com efeitos a 1 de Janeiro de 2003.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas no montante de mEuros 196, corresponde, em 31 de Dezembro de 2004, à participação de capital subscrita pela Petrogal e não realizada na Petrogal Angola.

53. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos:		
Estimativa de vendas de gás realizadas e não facturadas	53.872	32.178
Prestações de serviços e proveitos suplementares a facturar	4.561	6.568
Juros a receber	7.668	9.387
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	3.951	75
Petróleo bruto Bloco 14 vendido e não facturado	2.956	3.756
Rappel a receber sobre compras efectuadas em 2004	1.299	1.643
Outros acréscimos de proveitos	1.614	1.333
	<u>75.921</u>	<u>54.940</u>
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 51)	103.360	98.275
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	62.599	56.056
Benefícios de reforma (Nota 21)	59.097	59.089
Custos capitalizados relacionados com encargos anteriores à produção (Nota 23.0))	37.792	35.450
Juros, diferenças de câmbio desfavoráveis e outros encargos financeiros	4.612	4.050
Custos com catalizadores	3.846	930
Prémios mercado papel pagos antecipadamente	3.314	5.880
Encargos com rendas pagas antecipadamente	1.592	1.305
Custos com pessoal	1.066	45
Custos pluriennais - manutenção equipamento	806	1.341
Seguros pagos antecipadamente	635	563
Outros custos diferidos	3.635	10.110
	<u>282.354</u>	<u>273.094</u>

	2004	2003
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos com pessoal	25.364	21.408
Custos com pessoal - prémio de produtividade	17.565	16.677
Impostos diferidos passivos (Nota 51)	14.884	17.257
Fornecimentos e serviços externos	8.319	11.295
Grandes reparações - refinaria do Porto	5.523	2.494
Grandes reparações - refinaria de Sines	4.740	18.711
Juros vencidos e não liquidados	3.970	3.786
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	3.129	3.482
Custos e perdas financeiras	2.297	988
Responsabilidades com brindes no âmbito do cartão Fast Galp	1.238	1.486
Estimativa de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo - Bloco 14	361	514
Encargos com compras e vendas	183	1.872
Seguros a liquidar	153	465
Remunerações a liquidar	52	164
Comissões Galp Frota	13	57
Outros acréscimos de custos	5.842	7.563
	<u>93.633</u>	<u>108.219</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimento em imobilizado	653.719	612.587
Cedência capacidade de fibra óptica (Nota 52)	72.340	72.689
Contrapartidas recebidas de clientes	8.779	9.294
Diferenças de aquisição de partes de capital (Nota 10)	7.634	-
Prestações de serviços pagas antecipadamente	315	458
Outros proveitos diferidos	1.607	1.567
	<u>744.394</u>	<u>696.595</u>

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte.

Do montante de mEuros 7.668 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, o montante de mEuros 7.494 corresponde a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos - venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 3.951 diz respeito a consumos efectuados no exercício de 2004 através do cartão Galp Frota e apenas facturados em 2005.

O montante de mEuros 2.956 registado na rubrica de acréscimos de proveitos diz respeito a um carregamento de petróleo bruto efectuado em 2004 no Bloco 14 em Angola e apenas facturado em 2005. Uma vez que o carregamento foi considerado como proveito do exercício de 2004, os encargos com o imposto sobre o rendimento de petróleos ("IRP"), foi também ele especializado no respectivo exercício, na rubrica de acréscimos de custos, no montante de mEuros 361.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de concessão de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

Do montante de mEuros 37.792 registado na rubrica de custos diferidos - custos capitalizados com encargos anteriores à produção, mEuros 9.280 refere-se às despesas incorridas pela subsidiária Petrogal Brasil na actividade de pesquisa e produção petrolífera, a qual se encontra em fase pré-operativa, e mEuros 28.512 refere-se às empresas do Grupo GDP, que até ao início de entrada em operação, procederam à capitalização dos custos de estrutura (Nota 23.0)).

O montante de mEuros 4.612 registado na rubrica custos diferidos - juros, diferenças de câmbio desfavoráveis e outros encargos financeiros, inclui mEuros 1.515 de encargos iniciais da operação de titularização de contas a receber levada a cabo durante o exercício de 2003, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período da operação.

O montante de mEuros 3.314 registado na rubrica de custos diferidos - prémios de mercado de papel pagos antecipadamente, refere-se aos prémios de opções de "commodities" pagos em 2004, mas que se destinam a cobrir transacções de 2005.

Os montantes registados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, em acréscimos de custos, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, correspondem à especialização naqueles exercícios de diversos custos para os quais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o Grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

Conforme referido na Nota 23.b), a Petrogal regista os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos. Assim, a Petrogal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 registou, como custo na demonstração de resultados do exercício, os montantes de mEuros 9.280 e mEuros 12.685 relativos àquelas estimativas de custos com grandes reparações nas refinarias de Sines e Porto.

O montante de mEuros 1.238 registado na rubrica de acréscimos de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não rebatidos até 2004, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê virem a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Conforme referido na Nota 52, a Petrogal registou em 1998, o montante de mEuros 74.820 do subsídio a receber do Estado Português, relativo aos investimentos efectuados para a dessulfuração de gasóleo, nas refinarias de Sines (cujo início de actividade ocorreu em 1997) e Porto (cujo início de actividade ocorreu em 1998). Em consequência, a Petrogal reconheceu em 2004, proveitos no montante de mEuros 8.431 (Nota 49), referente aos projectos de hidrodessulfurização de combustíveis nas referidas refinarias, ascendendo a rubrica de proveitos diferidos - subsídios para investimento em imobilizado, em 31 de Dezembro de 2004 a mEuros 34.667.

O montante de mEuros 8.779 registado na rubrica de proveitos diferidos corresponde às comparticipações de clientes recebidas pelo Grupo para a construção de ramais dedicados de gás natural e encontram-se a ser reconhecidos em proveitos durante o período de concessão.

54. Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2004	2003
Lusaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	6.937	5.202
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	4.523	4.219
Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	4.435	4.232
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	3.392	3.169
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.080	3.168
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	2.377	2.219
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	696	557
Probigalp - Ligiantes Betuminosos, S.A.	877	841
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	418	261
Natgás-Companhia Portuguesa de Gás natural, S.A.	80	79
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	75	75
Galpfer - Distribución de Lubrificantes, S.L.	45	132
GITE - Galp International Trading Establishment	38	41
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	12	15
Água Solar, S.A.	(1)	(1)
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	(52)	13
Combustíveis Líquidos, Lda.	(52)	(46)
	<u>26.880</u>	<u>24.176</u>

55. Variação nas Contas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas contas de capital próprio, durante o exercício de 2004, foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Distribuição Resultados	Saldo Final
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prémios de emissão de ações	82.006	-	-	-	82.006
Diferenças de consolidação (Nota 10)	81.254	-	-	-	81.254
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(29.697)	2.933	(6.809)	-	(33.573)
Reservas legais	27.923	-	-	12.373	40.296
Outras reservas	27.977	-	-	-	27.977
Resultados transitados	385.003	-	-	142.073	527.076
Resultado líquido consolidado do exercício	247.446	333.064	-	(247.446)	333.064
	1.651.163	335.997	(6.809)	(93.000)	1.887.351

Por decisão da Assembleia Geral datada de 31 de Dezembro de 2004, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

Distribuição resultados aos accionistas (Nota 27)	93.000
Reservas legais	12.373
Resultados transitados	142.073
Resultado líquido consolidado do exercício	247.446

Reservas legais: de acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2004, correspondem, essencialmente à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial de demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira e foi como segue:

Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:	
Diferenças de câmbio:	
Petrogal Moçambique, Lda.	1.119
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	1.377 a)
Petrogal Trading Limited	(3.464)
Petrogal Brasil, Lda.	33
EMPL, LTD.	(3.192) b)
Metragaz, S.A.	(13) b)
	(4.140)

Outras variações dos capitais próprios:	
Subsidiárias da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	99 a)
Subsidiárias da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	(140)
Petrogal Angola, Lda.	305 a)

264

a)Empresas do grupo excluídas da consolidação (Nota 2)

b)Empresas associadas (Nota 3)



56. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8.000.000 de acções da categoria A e as restantes 157.850.127 acções da categoria B. Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- (ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.

57. Detentores do Capital

O capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2004, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

Eni Portugal Investments, S.P.A.	33,34%
Estado Português	25,78%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	18,30%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	14,27%
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	4,23%
Iberdrola, S.A.	4,00%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%

100,00%

58. Reservas Petrolíferas

Em 31 de Dezembro de 2004, as reservas provadas e desenvolvidas de petróleo bruto afectas à actividade de exploração petrolífera, encontram-se localizadas em Angola e ascendem, na quota parte do Grupo, a 13.024 milhares de barris.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 a produção afecta ao Grupo foi de 1.655 milhares de barris.

59. Responsabilidades Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração desta subsidiária, suportado por opinião do advogado, considera que decorrente deste processo, não resultará qualquer encargo para o Grupo, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito.
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 1.891 de 1994/95, de mEuros 1.016 de 1996, de mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 Euros de 2001, mEuros 1.189 Euros de 2002, mEuros 1.238 de 2003 e mEuros 1.288 de 2004, respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo.

iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige o pagamento à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 104, respeitantes a taxas resultantes da execução de obras no ano de 1994/95.

iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige o pagamento à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 23, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo no ano de 1998 e mEuros 26 de 2001.

v) A Câmara Municipal de Sintra exige o pagamento à subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 11 de 1998, mEuros 505 de 1999, mEuros 276 de 2000, mEuros 417 de 2001, mEuros 469 Euros de 2002, mEuros 490 de 2003 e mEuros 545 de 2004, por ocupação do subsolo.

A Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Tributário, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração da Empresa considera que, decorrente destes processos, a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. apenas irá incorrer em encargos até ao montante máximo de mEuros 9.265 (Nota 46).

■ 60. Detalhe de Caixa e seus Equivalentes ■

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2004	2003
Caixa	16.245	7.566
Depósitos à ordem	147.644	158.765
Depósitos a prazo	50.857	12.632
Títulos Negociáveis	6.492	382
Outras Aplicações de Tesouraria	12.855	10.870
Descobertos bancários (Nota 34)	234.093	190.215
	<u>(175.058)</u>	<u>(295.340)</u>
Total de caixa e seus equivalentes	<u>58.035</u>	<u>(105.125)</u>

O saldo de caixa e seus equivalentes no início do período apresenta uma diferença de mEuros 1.789 em relação ao saldo em 31 de Dezembro de 2003, que resulta da entrada no perímetro de consolidação da Petrogal Moçambique, Lda. e subsidiária e da CLG - Compañía Logística del Gas, S.A. (Nota 1).

As outras aplicações de tesouraria dizem essencialmente respeito a uma aplicação de excedentes de tesouraria do Grupo Petrogal no montante de mEuros 4.405 com vencimento a 3 de Janeiro de 2005 e a uma aplicação de curto prazo do Grupo GDP no montante de mEuros 8.000, a qual vence juros a taxas de mercado

■ 61. Activos Contingentes ■

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP S.G.P.S., S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.



A venda celebrada por parte da GDP, S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. à EDP foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP S.G.P.S., S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP S.G.P.S., S.A., Transgás, S.G.P.S., S.A., Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e EDP, tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais - valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP S.G.P.S., S.A. empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, GDP S.G.P.S., S.A. e Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um "upside" para as empresas do Grupo GDP, a pagar pela EDP, no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre GDP S.G.P.S., S.A. e a Transgás, S.G.P.S., S.A.

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

62. Informação sobre Matérias Ambientais

A actividade da Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa para o período entre 2008 e 2012, definidos pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e aumento da eficiência energética.

Assim, e para poder dar cumprimento a estes objectivos e também às metas fixadas pela União Europeia não ultrapassando as quotas de emissões de gases, a Empresa deu continuidade ao Projecto de Alterações Climáticas, o qual conta com três fases.

Os objectivos da 1^a. Fase já foram alcançados e prendiam-se com a elaboração do inventário de CO₂ de 1999 a 2003 e a definição da estratégia para negociação das licenças de CO₂ para o período de 2005 / 2007 junto das Autoridades.

A segunda fase, de negociação, teve por principal objectivo defender a atribuição de Licenças de Emissão suficientes para a operação das instalações, sem colocar em risco a sua rentabilidade.

A terceira fase - adaptação de processos internos - encontra-se em desenvolvimento e visa preparar o Grupo para uma nova realidade na qual o CO₂ passa a ser um activo do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo não registou qualquer passivo contingente de carácter ambiental por ser entendimento da Administração que não existem obrigações que pudesse resultar em efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de Dezembro de 2004.

No decurso do exercício de 2004, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas previstas no Regime Geral de Efluentes de Stº André (RGESA), relativas a descargas de efluentes da Refinaria de Sines, no montante de mEuros 1.263. Adicionalmente, a Petrogal foi notificada da liquidação de taxas agravadas relativamente a descargas que aquele mesmo Regulamento considera "proibidas", no montante de aproximadamente mEuros 25.000. O Conselho de Administração da Petrogal, suportado em pareceres técnicos e jurídicos, discorda dos critérios de classificação das referidas descargas, bem como com a lícitude das mesmas, por considerar que as normas que lhe dão origem estão feridas de constitucionalidade. Nestes termos, contestou judicialmente a referida liquidação e os custos que lhe estavam subjacentes, e constituiu provisões pelo montante de mEuros 3.677 (Nota 46), valor que considera adequado face à regulamentação anterior ao RGESA.

■ 63. Eventos Subsequentes ■

Durante o período entre 1 Janeiro de 2005 e a data de emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, não ocorreram quaisquer factos ou eventos materialmente relevantes que devam ser relatados no presente anexo.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS | DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARATA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
| Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
| Eng. Giancarlo Rossi
| Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
| Dr. Rui Manuel Júnes Cartaxo
| Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
| Dra. Ana Maria Machado Fernandes
| Eng. Camillo Gloria
| Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
| Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
| Dr. Federico Ermoli
| Dr. Angelo Mario Taraborrelli
| Eng. Giorgio Puce
| Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
| Dr. Joaquim Pina Moura



relatório e parecer do fiscal único

Aos Accionistas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos da opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Abril de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

certificação legal das contas

■ **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia, S.G.P.S.,S.A. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 6.163.414.000 Euros e capitais próprios de 1.887.351.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 333.064.000 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

■ **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

■ **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

■ **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia S.G.P.S., S.A e as suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 28 de Abril de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



gás natural

Conforto garantido

